



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-IFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO/UFPA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DENISON DA SILVA FERREIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA: Uma análise a partir do
contexto espacial em comunidades das Ilhas de Abaetetuba-PA**

BELÉM/PARÁ
2021

DENISON DA SILVA FERREIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA: Uma análise a partir do
contexto espacial em comunidades das Ilhas de Abaetetuba-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

**BELÉM/PARÁ
2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

F383p Ferreira, Denison da Silva Ferreira.
 PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA:
 Uma análise a partir do contexto espacial em comunidades das
 Ilhas de Abaetetuba-PA / Denison da Silva Ferreira. —
 2021.
 265 f. : il. color.

 Orientador (a): Prof. Dr. João Santos Nahum
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
 Geografia, Belém, 2021.

1. Produção do espaço. 2. Amazônia. 3. Ribeirinhos. 4.
Comunidades. 5. Ilhas de Abaetetuba.

CDD 910.1333

DENISON DA SILVA FERREIRA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO NA AMAZÔNIA: Uma análise a partir do
contexto espacial em comunidades das Ilhas de Abaetetuba-PA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum

Data de Avaliação: _____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Santos Nahum
(FGC/PPGEO/UFPA – Orientador)

Prof. Dr. Edir Augusto Dias Pereira
(UFPA/Campos de Cameté – Membro Avaliador)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
(FGC/PPGEO/UFPA – Membro Avaliador)

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
(UNIR – Membro Avaliador)

Prof. Ricardo José Batista Nogueira
(UFAM – Membro Avaliador)

Prof. Dr. Sílvio Simione da Silva
(UFAC – Membro Avaliador)

BELÉM/PARÁ
2021

Dedico este trabalho à minha família e a todos os moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, lócus da pesquisa empírica.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa tão importante em minha formação acadêmica, lembro-me do enfrentamento das tantas dificuldades de minha trajetória de vida. Nascido no seio de uma humilde família ribeirinha, oriunda da comunidade N^a. S^a. do Perpétuo Socorro, no rio Maúba, município de Abaetetuba-PA, aprendi com meus pais (Izaias e Felipa) que as dificuldades do dia a dia também servem para nos fortalecer na luta por nossos sonhos. Como dizia meu velho pai: “a vida não é fácil”. É preciso ter serenidade diante dos “maus momentos” e persistência para alcançar os “bons momentos” da vida.

Diante de tantos desafios que a vida nos impõe, às vezes não é possível explicar de onde vem a força que nos impulsiona a enfrentar nossos medos e limitações para continuar a luta, ainda que em muitos momentos as adversidades pareçam afastar os objetivos e os sonhos. Todavia, quando o olhar sobre o mundo e sobre nós mesmos permite examinar nossa consciência com serenidade e sem devaneios, notamos que muitas vezes as coisas que acontecem em nossa vida não são apenas “coisas do acaso” ou “circunstâncias do destino”. Minha experiência pessoal de vida leva-me a acreditar que o “acaso” é na verdade expressão da existência de uma força divina a qual – sem querer adentrar no mérito da questão – transcende a condição humana permeando os limites inexplicáveis pela ciência propriamente dita.

Por isso, agradeço em primeiro lugar a essa força divina que sempre acreditei estar presente em minha vida iluminando-me, em especial na realização deste trabalho. É esta força que tantas vezes me inspirou a continuar enfrentando intempéries da vida e assim poder concluir mais uma etapa de minha trajetória de formação acadêmica que, aliás, representa também a realização de um sonho.

Indubitavelmente muitas pessoas contribuíram para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida. Iniciamos por lembrar o trabalho daqueles que, de maneira direta e indireta, colaboram com o dia a dia da universidade pública, e de modo especial da Universidade Federal do Pará através do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA) que hoje tem papel fundamental no fomento à pesquisa científica em âmbito da região Amazônica. Aos colaboradores, professores e coordenadores deste Programa o nosso muito obrigado. São vocês que fazem o dia a dia da Universidade contribuindo para que tantas pesquisas sejam desenvolvidas, como a que ora apresentamos.

Nesse sentido gostaria de agradecer em especial ao professor João Santos Nahum, coordenador do PPGEO/UFPA no ano de encerramento da tese (2021), e também orientador e

colaborador desta pesquisa que teve início com o ingresso no curso de Doutorado em Junho do ano de 2017. As primeiras disciplinas ministradas pelo Professor João Nahum, como parte da grade curricular do Curso de Doutorado em Geografia, foram fundamentais para aprimorar o projeto de pesquisa e assim definir os horizontes a serem seguidos a partir de então. Durante as reuniões de orientação as sugestões colocadas na mesa abriam sempre novas perspectivas de análise, embora muitas vezes fossem desafiadoras e questionadoras de nossas certezas e/ou convicções, às vezes, inconscientemente, impressas em nossas escritas. Por isso meu muito obrigado ao professor João Nahum pela paciência, compreensão para com minhas inquietações teóricas e, principalmente, pela contribuição intelectual imprescindível à realização desta pesquisa.

Agradeço também à minha família e de maneira especial à minha querida mãe que representa e sempre representou meu porto seguro com seu amor incondicional. Quando ainda adolescente dizia à minha mãe que tinha um sonho de um dia poder ingressar em uma universidade e assim poder concluir um curso superior. O ano de 2007 representa um marco desta trajetória quando ingressei na Universidade Federal do Pará, Belém, para iniciar o curso de graduação em Geografia, um campo de estudo que sempre me despertou interesse. Morando no município de Abaetetuba (município a partir do qual estabeleci as bases empíricas desta pesquisa) precisei mudar para Belém do Pará naquela ocasião, já que o curso de Geografia o qual fui credenciado era ofertado naquela cidade. Morando em casas de amigos e em repúblicas estudantis enfrentei muitas dificuldades que muitas vezes pareciam infundáveis. Mesmo que as escondesse de minha mãe para não a deixar preocupada, ela sabia (pela experiência de vida e pressentimento de mãe) e assim oferecia em primeiro lugar suas orações e tudo mais que pudesse, a fim de que eu continuasse os estudos. Passado tempos da conclusão do curso (2011), o cuidado, o carinho, a preocupação, a torcida, enfim, o amor de mãe prevalece e suas orações continuam sendo fundamentais em qualquer momento de minha vida, como no período em que estive desenvolvendo esta pesquisa. Por isso, meu eterno agradecimento a minha mãe que nunca deixou de acreditar que a realização deste sonho seria possível. Obrigado minha velha guerreira que foi e continua sendo mãe e pai, uma luz na minha vida.

Agradeço de maneira especial àqueles que fazem parte do meu lar de todos os dias: minha amável esposa, Elisangela Sena, e meu queridíssimo filho, Diego Luan, (com 7 anos na data da defesa) que desde que chegou ao nosso lar representou uma das mais maravilhosas experiências de amor que alimenta a alma trazendo paz e alegria ao seio familiar. São eles que

sempre inspiraram todo esforço despendido na conclusão de mais essa etapa tão representativa na trajetória acadêmica de qualquer pesquisador.

Não poderia deixar de lembrar também os moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, especialmente aqueles que contribuíram e assim fizeram parte da pesquisa empírica realizada em algumas comunidades locais. Em tantos momentos estivemos juntos em encontros e formações religiosas realizadas por ocasião dos trabalhos pastorais desenvolvidos junto a Paróquia das Ilhas de Abaetetuba, momentos que também ficarão para sempre marcados em minha trajetória de vida.

Aos amigos Samuel (Comunidade do Quianduba), Jucirley (Comunidade Bacuri), Rafael (Comunidade de Igarapé São José), Berlindo (secretário da Paróquia das Ilhas), Amarilzo (Comunidade Arumanduba), Valdiney (Comunidade Itacuruçá), Luciano (Comunidade Ajuai), Zacarias (Comunidade Urubuêua), Antônia Botelho (Cáritas, Diocese de Abaetetuba), Osmana Dias (Comunidade de Caripetuba) Gilberto (Comunidade Capim) e a tantos outros amigos o meu muito obrigado pelos diálogos e importantes informações empíricas sobre o objeto de estudo. Também ao senhor Raimundo José (ex-morador das ilhas), José Maria Quaresma (Zema) e Padre Adolfo Zon Pereira (atualmente bispo de Alto Solimões, Amazonas), nosso agradecimento pela disponibilização de dados e pesquisas sobre as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba.

O agradecimento estende-se também à amiga Lígia Negrão pela colaboração no arremate final do texto e ao amigo Joandreson Barra pela imensa colaboração profissional na construção da base cartográfica contida na tese, um trabalho de muito empenho e acuidade diante de informações empíricas nunca antes registradas sobre a área de estudo.

Aos colegas de turma do doutorado, Daniel Sombra, Ana Claudia e Lea Maria; e também aos Colegas do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia (GDEA), Milvio, Carla Joelma, Carlos, Jackeline, João Paulo, e outros, pelos bons momentos de debates e construção de conhecimento. As discussões oportunizadas nestes momentos também foram de relevância imprescindível para construção da análise aqui empreendida. Creio que estes momentos representam os bons encontros da vida, os quais possibilitaram partilhar experiências e acima de tudo aprender com os outros, pois viver é um eterno aprendizado.

“(...) não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objetos ou soma de objetos, coisas ou coleção de coisas, mercadorias ou conjunto de mercadorias (...). O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção”

(LEFEBVRE, 2008, p. 48).

“(...) a formação histórica do projeto de vida dos ribeirinhos, apesar de sua condição específica, não pode ser considerada um processo excepcional ou um ‘caso isolado’. A interferência violenta e brusca dos colonizadores europeus nas diferentes culturas indígenas no continente latino-americano desencadeou nelas uma série de mudanças alienatórias”.

(ARENZ, 2000, p. 78).

RESUMO

A análise aqui empreendida visa dar ênfase à dimensão ribeirinha do espaço na Amazônia tocantina paraense tendo como ponto de partida a porção insular do município de Abaetetuba, Nordeste do Estado do Pará, localmente conhecida como “ilhas de Abaetetuba”. Defendemos como tese norteadora a existência de um processo de produção espaço ribeirinho na Amazônia, a propósito da área de estudo, que não se constitui como um processo “isolado”, mas integra o movimento mais amplo de produção do espaço regional. A pesquisa encontra-se estruturada em quatro momentos ou eixos de análise, precedidos das considerações finais. No primeiro momento, dissolvido no primeiro capítulo, descrevemos aspectos gerais sobre o contexto espacial empírico a partir do qual estamos propondo a construção da pesquisa, ou seja, a Amazônia tocantina e particularmente as ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma caracterização preliminar da realidade empírica a ser estudada onde serão considerados aspectos referentes tanto à configuração territorial quanto à própria dinâmica social ribeirinha. No segundo e terceiro momentos (compreendidos no segundo e terceiro capítulos), propomos um exercício de regressão, ou seja, de reconstituição de alguns processos histórico-espaciais que tiveram importantes correlações com a produção do espaço ribeirinho na região, de maneira especial nas ilhas de Abaetetuba, como a criação dos aldeamentos comandados pelos missionários durante a primeira fase de colonização portuguesa da região; a criação de capitâneas e sesmarias; o estabelecimento dos diretórios dos índios; a introdução dos escravos negros na região; assim como o desenvolvimento mais sistemático da economia dos engenhos de aguardente já numa conjuntura pós-colonial. No quarto momento propomos um retorno ao contexto espacial ribeirinho no tempo presente buscando compreendê-lo de forma mais esclarecida, ressignificada. Neste momento tomamos como ponto de partida as estratégias de organização política, especialmente aquelas que se atrelam ao uso da terra, tendo em vista suas correlações com a dinâmica de produção do espaço ribeirinho. Alinhado aos propósitos da pesquisa, elegemos como teoria norteadora a *produção (social) do espaço* situando os debates nos horizontes abertos pela perspectiva dialética suscitada principalmente nos escritos do filósofo Henri Lefebvre cujos fundamentos se mostraram pertinentes e adaptáveis ao desenvolvimento da análise aqui proposta. Partimos do princípio de que as práticas sociais projetadas em um determinado espaço traduzem também práticas de produção do espaço. Esta *produção*, porém, não faz referência estritamente à produção de coisas, objetos, ou mercadorias, mas remete sua compreensão à existência de relações sociais, que inclui a produção dos objetos e a produção do espaço num sentido amplo. É nessa perspectiva que suscitamos a presente análise tendo as ilhas de Abaetetuba como lócus empírico da pesquisa

Palavras-chave: Produção do espaço. Amazônia. Ribeirinhos. Comunidades. Ilhas de Abaetetuba.

ABSTRACT

The analysis undertaken here aims to emphasize the riverside dimension of space in the Amazon region of Tocantins in Pará, taking as its starting point the insular portion of the municipality of Abaetetuba, Northeastern Pará State, locally known as the “Abaetetuba islands”. We defend as a guiding thesis the existence of a riparian space production process in the Amazon, with regard to the study area, which is not an “isolated” process, but integrates the broader movement of production in the regional space. The research is structured in four moments or analysis axes, preceded by the final considerations. At first, dissolved in the first chapter, we describe general aspects about the empirical spatial context from which we are proposing the construction of the research, that is, the Amazon region of Tocantins and particularly the islands of Abaetetuba. This is a preliminary characterization of the empirical reality to be studied, where aspects referring to both the territorial configuration and the riverside social dynamics will be considered. In the second and third moments (understood in the second and third chapters), we propose an exercise of regression, that is, of reconstituting some historical-spatial processes that had important correlations with the production of riverine space in the region, especially in the islands of Abaetetuba, such as the creation of the villages commanded by the missionaries during the first phase of Portuguese colonization in the region; the creation of captaincies and land grants; the establishment of Indian directories; the introduction of black slaves in the region; as well as the more systematic development of the sugarcane mills economy already in a post-colonial situation. In the fourth moment, we propose a return to the riverside spatial context in the present time, seeking to understand it in a more enlightened, resignified way. At this point, we take as a starting point the political organization strategies, especially those linked to land use, in view of their correlations with the dynamics of production in the riverside space. In line with the purposes of the research, we chose the (social) production of space as the guiding theory, placing the debates in the horizons opened by the dialectical perspective raised mainly in the writings of the philosopher Henri Lefebvre, whose foundations proved to be pertinent and adaptable to the development of the analysis proposed here. We start from the principle that the social practices projected in a given space also translate into space production practices. This production, however, does not refer strictly to the production of things, objects, or goods, but refers its understanding to the existence of social relations, which includes the production of objects and the production of space in a broad sense. It is from this perspective that we raise this analysis with the islands of Abaetetuba as the empirical locus of the research

Keywords: Space production. Amazon. Riverside. Communities. Abaetetuba Islands.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização Microrregião do Baixo-Tocantins-PA	39
Mapa 2. Área de influencia dos rios na Amazônia tocantina- PA	42
Mapa 3. Localização das ilhas de Abaetetuba – PA	47
Mapa 4. Comunidades Eclesiais de Base das ilhas de Abaetetuba-PA	51
Mapa 5. Configuração fundiária nas Ilhas e Várzeas do município de Abaetetuba – PA	55
Mapa 6. Povoamento indígena na Amazônia tocantina, século XVII	75
Mapa 7. Área de atuação das ordens religiosas na Amazônia Colonial	83
Mapa 8. Aldeamentos missionários na Amazônia Tocantina (Séc. XVII-XVIII)	85
Mapa 9. Engenhos de aguardente das ilhas de Abaetetuba-PA (1920-1980)	86
Mapa 10. Antigas rotas de comercialização da aguardente produzida nos engenhos do município de Abaetetuba-PA	131
Mapa 11, Projetos de Assentamentos Extrativistas implantados nas Ilhas do município de Abaetetuba-PA entre 2004 a 2010	155
Mapa 12. Localização das comunidades situadas ao entorno das ilhas Xingu e Capim, Abaetetuba-PA	193
Mapa 13. Recursos Naturais da Ilha Xingu, Município de Abaetetuba-PA	199

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fotografias de casas ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba-PA	49
Figura 2. Fotografia do Centro comunitário da CEB S ^a Terezinha, rio Furo Grande, ilhas de Abaetetuba-PA	52
Figura 3. Fotografias da Pesca de “matapi” realizada por ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA	58
Figura 4. Fotografia de açazais à margem do rio nas ilhas de Abaetetuba-PA	61
Figura 5. Fotografias do círio fluvial por ocasião dos festejos na Comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba-PA	105
Figura 6. fotografia do Engenho Feliz & Costa, Rio Paramajó, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970)	125
Figura 7. Fotografia do Engenho S ^a Rita, rio Cuitininga, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970)	126
Figura 8. Fotografia do Engenho Mangal, rio Tucumanduba, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1950)	127
Figura 9. Fotografia do Engenho Santa Rosa, rio Guajarazinho, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970)	134
Figura 10. Fotografia da Moenda, maquinário usado na trituração da cana em Abaetetuba-PA (data aprox. 1970)	150
Figura 11. Fotografia de embarcações usadas no comércio da aguardente, Abaetetuba-PA. (data aprox. 1940-50)	159
Figura 12. Fotografias de Engenhos em ruína nas ilhas de Abaetetuba-PA	166
Figura 13. Fotografias de Pilares de concreto demarcando a área da Cargill na ilha Xingu, Abaetetuba-PA	205
Figura 14. Fotografias do 1º “Grito das Águas” realizado pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA (2018)	219
Figura 15. Fotografia da Manifestação dos ribeirinhos (2018) contra o TUP-Abaetetuba	221
Figura 16. Fotografias do 2º “Grito das Águas” realizado pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA (2019)	222
Figura 17. Fotografias dos ribeirinhos em protesto contra a Cargill às proximidades da ilha Xingu, Abaetetuba-PA (2021)	224

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Núcleos de povoamento indígena na Amazônia tocantina, século XVII	73
Quadro 2. Aldeamentos missionários existentes no Vale do Tocantins Colonial, séculos XVII e XVIII	85
Quadro 3. Síntese agrossistemas da Amazônia colonial	91
Quadro 4. Engenhos de aguardente existentes no município de Abaetetuba-PA (1920-1980)	128
Quadro 5 – Mudanças atreladas ao desenvolvimento dos engenhos de aguardente nas ilhas de Abaetetuba-PA	171
Quadro 6. Estações de transbordo em funcionamento às proximidades da Ilha Xingu, Abaetetuba-PA	211
Quadro 7. Área de influência do TUP-Abaetetuba, ilhas de Abaetetuba-PA	212
Tabela 1. Produção dos antigos engenhos do Pará entre 1948-1950	232
Tabela 2. População dos municípios do Baixo Tocantins em 1823	242
Tabela 3. População escrava nas comarcas do Pará em 1872	242
Tabela 4 - Indicadores da economia dos engenhos em Abaetetuba e Igarapé-Miri-PA (1920 a 1987)	253
Tabela 5. População do município de Abaetetuba entre as décadas de 1970-2000	268

LISTA DE SIGLAS

ACA – Associação Comercial de Abaetetuba
AMIA – Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba
APAEISA – Associação dos Moradores do PAE Santo Afonso
APROCIA – Associação dos Projetos Comunitários das Ilhas de Abaetetuba
ARQUIA – Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas Abaetetuba
CAGROQUIVAIA – Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba.
CEBs – Comunidades Eclesiais de base
CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAPA – Departamento de Aquicultura e Pesca do Município de Abaetetuba
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
GDEA – Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
MORIPA – Movimento dos Ribeirinhos dos Projetos Assentamentos das ilhas de Abaetetuba
MORIVA – Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores do Nordeste Paraense
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
NDDH – Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAE – Projetos de Assentamentos Extrativistas
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PU – Pano de Utilização
RB – Registro de Beneficiário
REURB – Regularização Fundiária Urbana e Rural
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STRA Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba
TAUS – Temo de Autorização de Uso Sustentável
TUP – Terminal de Uso Privado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. CAPÍTULO I: CONTEXTO ESPACIAL RIBEIRINHO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA	37
2.1 A Amazônia Tocantina	38
2.1 As ilhas de Abaetetuba como lócus da pesquisa	46
3. CAPÍTULO II. ENTRE SESMARIAS, ALDEAMENTOS E VILAS: O ESPAÇO RIBEIRINHO NO VALE DO TOCANTINS COLONIAL	65
3.2 Os agentes pioneiros do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins Colonial	71
3.3. Colonização portuguesa e o reordenamento do espaço ribeirinho	77
3.3.1 O processo de “missionarização” dos rios	78
3.3.2 Capitânias, sesmarias e o espaço ribeirinho no vale do Tocantins Colonial	93
3.3.3 As políticas pombalinas e o espaço ribeirinho pós-meados do século XVIII	100
4. CAPÍTULO III: OS ENGENHOS DE AGUARDENTE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO	120
4.1 Raízes coloniais e os engenhos de aguardente na Amazônia tocantina	122
4.2 Os engenhos e o espaço ribeirinho	136
4.2.1 As mudanças emergentes no espaço ribeirinho com a economia dos engenhos	138
4.2.2 O comércio da aguardente e suas implicações no espaço ribeirinho	154
4.2.3 A decadência dos engenhos e as mudanças no espaço ribeirinho	163
5. CAPÍTULO IV: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO	173
5.2 As novas perspectivas de atuação das CEBs pós década de 1980	181
5.3 Organização política e regularização fundiária das ilhas de Abaetetuba	186
5.4 Novas conjunturas de uso da terra e reordenamento do espaço ribeirinho	198
5.4.1 O Terminal da Cargill e seus desdobramentos no espaço ribeirinho	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS	245

1. INTRODUÇÃO

O debate aqui proposto visa refletir sobre a dimensão ribeirinha do espaço na Amazônia paraense tendo como ponto de partida o contexto espacial que permeia a porção insular do município de Abaetetuba localmente conhecida como “ilhas de Abaetetuba”. Trata-se de uma perspectiva de contribuição ao debate que suscita a problemática da produção do espaço ribeirinho na região considerando suas diferenciações assim como suas correlações com processos espaciais mais amplos cuja determinação remete ao entrelaçamento entre a ordem próxima e a ordem distante.

Defendemos como tese norteadora a existência de um processo de produção do espaço ribeirinho que emerge como parte da complexa trama de produção do espaço regional mostrando-se vivo, plural e resiliente na contemporaneidade. Tal processo encontra-se imerso nas tradições e contradições; nas tramas e dramas; nas diferenciações e desigualdades que dizem respeito à complexidade da vivência ribeirinha na Amazônia desde os tempos mais remotos, a propósito das ilhas de Abaetetuba.

Considera-se que o debate contemporâneo sobre a Amazônia não pode prescindir-se dos dilemas vivenciados pelos múltiplos segmentos sociais estabelecidos na região, como os ribeirinhos, que assim como tantos outros grupos sociais rurais, fazem parte da constituição e dinamismo da região, compondo, assim, suas tramas de complexidades, suas peculiaridades atuais, vivendo e convivendo, existindo e resistindo neste universo dinâmico e plural que constitui esta vasta região cheia de contradições.

Cabe salientar que as populações ribeirinhas da Amazônia constituem segmentos sociais rurais historicamente estabelecidos na região cuja existência tem sido interpretada à luz de categorias diversas, tais como “*povos das águas*” (FURTADO; LEITÃO; FIUZA, 1993), “*campesinato histórico*” (HEBETE, 2002; 2004), “*populações tradicionais*” (DIEGUES, 1996), *varzeiros* (MCGRATH, 1991; CANTO, 2009), *homens anfíbios* (FRAXE, 2000), *beradeiros/beiradeiros* (ESCADA *et. al.* 2005; GOLÇALVES, 2017; LOPES, 2018); *caboclos ribeirinhos* (WITKOSKI, 2007), dentre outras. Suas territorialidades emergem como importante referência das formas ditas tradicionais de produção do espaço amazônico – aquelas que remetem suas raízes aos costumes dos habitantes pioneiros das margens dos rios denominados pelos colonizadores de *índios*.

Cumpré adiantar que ao utilizarmos o termo “ribeirinho” para designar os agentes sociais objetos de estudo da pesquisa não estamos tomando como referência apenas o fato destes agentes habitarem as margens de curso d’água, pois é preciso entender que não é somente a localização absoluta que determina a construção do ser ou não ser ribeirinho

(atributo insuficiente). De outro modo é preciso levar em conta os processos, as relações sociais, as trajetórias, enfim, as vivências que permeiam seus modos de ser e de viver e que se encontram profundamente atreladas ao espaço (socialmente) produzido. Ter como critério apenas a localização absoluta é conceber a vida ribeirinha como estática, inerte à cotidianidade, é considerar apenas a aparência. Isso equivale conceber o próprio modo de vida como uma extensão do meio ecológico, ou seja, equivale a *naturalizar* toda condição humana que permeia a produção do espaço ribeirinho na região, a propósito da área de estudo.

Sendo assim, fica claro que ao tomar como referência o termo “ribeirinho” estamos levando em conta, para além da localização absoluta, principalmente a condição humana que dar sentido ao espaço socialmente produzido. Além do fato de estarem inseridos às margens de um rio ou igarapé, tendo seus modos de vida, trabalho, transporte, sustento, laços sociais e culturais intrinsecamente ligados à dinâmica dos cursos d’água, estes grupos, assim como tantos outros segmentos sociais inseridos no contexto da região, têm suas espacialidades e temporalidades intrinsecamente demarcadas por processos mais amplos de produção do espaço regional, tal como analisam Arenz (2000; 2003), Witkoski (2007), Cruz (2006), Silva (2009), Pereira (2014) – apenas para se referir a estas pesquisas.

Ademais, é preciso considerar que o termo “*ribeirinho*” por si só constitui uma terminologia de sentido bastante heterogêneo. Há os ribeirinhos pescadores; ribeirinhos agricultores, os ribeirinhos da várzea, os da terra-firme e até os denominados ribeirinhos urbanos, denominação proposta por Coelho (2006). Todavia o uso de um ou outro termo não se representa simplesmente como uma “escolha” por parte do pesquisador, mas encontra-se fundamentado em atributos diversos, ligados tanto à história do lugar como à própria diversidade físico-ambiental compreendida no contexto das áreas ribeirinhas da Amazônia.

Conforme apontam os estudos de Tocantins (1961), Ribeiro (1995), Arenz (2000, 2003), Cruz (2006), dentre outros, os povos pioneiros das margens dos rios da Amazônia, representadas pelos chamados *índios das águas* (PORRO, 1995), tiveram seus padrões de vida profundamente alteradas a partir do século XVII com a chegada dos colonizadores europeus, através do modelo eurocêntrico de civilização subjugaram estas populações embora dependessem dos conhecimentos destas no tocante dos interesses ibéricos. Gondim (2007), em seu estudo sobre a “invenção da Amazônia”, considera que estas populações são frequentemente vistas como “indolentes”, “atrasadas” e contrárias à ideia de “progresso” e/ou “desenvolvimento”. O fato é que o desenvolvimento pensado de fora da região sempre se mostrou alheio às demandas das populações locais, conforme lembra Nahum (2011) quando analisa as implicações dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs).

As discussões que permeiam a diversidade ribeirinha na Amazônia têm sido objeto de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, especialmente em âmbito das ciências humanas, dentre estas a Geografia. Contribuições relevantes nesse sentido podem ser encontradas nos estudos de Tocantins (1961), Veríssimo (1970), Wagley (1988), Sternberg (1998), Baleé (1989), Moran (1990), Lima-Ayres (1992), Siqueira *et al.* (1993), Furtado (1887; 1993), Hiraoka (1993), Furtado; Leitão e Mello (1993), Mcgrath *et al.*, (1991; 1999), Arenz (2000; 2003), Harris (2000); Silva; Souza Filho (2002), Murruieta *et. al* (2002), Witikoski (2007), Canto (2009), Neto & Furtado (2015), dentre outros.

No que concerne às teses e dissertações o referido debate suscita um campo de pesquisa profícuo com enfoques que problematizam perspectivas múltiplas de análise, que vão desde as práticas e saberes culturais, perpassando por questões que envolvem o uso do território, além das abordagens que associam a territorialidade ribeirinha aos processos de expansão da fronteira econômica na Amazônia – aspectos estes que também serão desdobrados no decorrer da presente pesquisa. Somente a título de exemplificação poderíamos citar as pesquisas desenvolvidas por Arenz (2000; 2003), que analisa várias fases do processo de formação social ribeirinha na Amazônia; Silva (2000), Moraes (2005), Correa (2006) e Silva (2006) que enfatizam as práticas e saberes ribeirinhos ligados ao modo de vida e à dinâmica de uso dos recursos naturais ao entorno dos rios; Cruz (2006; 2011), que traz importantes contribuições ao debate sobre a diversidade ribeirinha na Amazônia problematizando, dentre outros aspectos, questões que envolvem as lutas sociais e (re)configurações identitárias, região e suas implicações na redefinição das táticas e estratégias acionadas em função da luta pela terra; Cruz (2007) que contribui com o debate sobre a territorialização camponesa na várzea amazônica; Lopes (2006) e Pereira (2007) que propõem um debate acerca da associação entre as práticas econômicas e suas temporalidades delineando algumas particularidades da vivência ribeirinha no contexto da Amazônia paraense; Reis (2008) que problematiza as estratégias de sobrevivência em áreas ribeirinhas e sua relação com a conservação dos recursos naturais; Pereira (2014) que analisa as encruzilhadas da territorialidade ribeirinha em comunidades da Amazônia tocantina paraense com ênfase no município de Cametá-PA.

De nossa parte buscamos contribuir com este debate sob o prisma da produção do espaço, enquanto categoria analítica norteadora da pesquisa proposta. Partimos do pressuposto que a existência da produção do espaço ribeirinho não se dá simplesmente porque existem “vestígios” dos modos de vida destas populações, mas porque suas territorialidades (frequentemente invisibilizadas e /ou subalternizadas no seio da sociedade abrangente)

emergem na contemporaneidade enquanto parte integrante da produção do espaço regional sendo (re) produzidas mesmo no interior das relações capitalistas, conforme analisamos no decorrer dos capítulos estruturadores da tese.

Nesse intento partimos de um contexto espacial específico a partir do qual estabelecemos as bases empíricas da pesquisa: *Amazônia tocantina* e mais precisamente a porção insular do município de Abaetetuba onde existem dezenas de comunidades ribeirinhas configuradas ao entorno dos rios e igarapés que circunscrevem esta formação geográfica. A Amazônia tocantina, outrora denominada Vale do Tocantins, compreende uma formação geográfica situada na Amazônia Oriental brasileira, próximo ao eixo navegável da bacia do Tocantins, Nordeste do estado do Pará. Esta sub-região da Amazônia é formada por porções de terras diretamente ligadas a uma rede de canais fluviais, compreendidas entre vários municípios do Pará, como Abaetetuba, Barcarena, Acará, Moju, Igarapé-Miri e Cametá. Por estar situada em uma faixa do estuário amazônico sob influência direta da bacia do Tocantins e seus tributários, esta área também recebe a denominação de Baixo-Tocantins, sub-região que será melhor caracterizada no capítulo I.

É conveniente ressaltar que o sentido relacional do termo *Amazônia tocantina* não se limita ao conjunto de paisagens que compõem sua configuração territorial interna. Isso porque a abrangência dos processos espaciais historicamente estabelecidos nesta sub-região (e que foram decisivos para sua formação territorial) possuem correlações com múltiplas escalas geográficas que transcendem os físicos do lugar. Dessa forma, explicamos ao leitor que o uso da expressão *Amazônia tocantina paraense* deve ser associado ao seu sentido relacional, abstrato, pois conforme nos ensina Milton Santos “o lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam (...), mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS, 2008, p. 59). Significa que os objetos materiais que formam a paisagem não possuem vida própria: só podem ser concebidos em sua essência a partir da relação com o espaço social. Este espaço social transcende os limites do lugar, que por sua vez pode ser interpretado como um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último (SANTOS, 1996; 2006).

A despeito das colocações de Pereira (2014), historicamente a organização espacial que circunscreve a *Amazônia tocantina paraense* foi marcada por processos de povoamento dispersos às margens do rio Tocantins e de seus afluentes. A existência de uma complexa rede natural de cursos d'água (formada em sua maioria por rios navegáveis) e a riqueza de recursos naturais características do sistema de várzea local favoreceram um processo de adaptação

humana nesta região, especialmente de populações ribeirinhas cuja relação com estes ambientes constitui importante aspecto da dinâmica espacial local. Parte dos conhecimentos das populações locais sobre esses ambientes foram adquiridos pelos antepassados indígenas, que utilizavam a várzea e seus recursos naturais como fonte de alimento e moradia desde a época pré-histórica (MORAN, 1990; HIRAOKA, 1993). A interação sistemática das populações ribeirinhas com o sistema de ambiente estuarino constitui parte da dinâmica espacial local que traduz na contemporaneidade a emergência de territorialidades múltiplas, dentre as quais aquelas ligadas ao universo social da várzea.

Por outro lado, para além das diferenciações internas, entende-se, a propósito dos estudos de Cruz (1969; 1973), Ângelo-Menezes (1984; 2000), Costa (2006; 2009; 2010; 2012), Cruz (2006), Pereira (2014), dentre outros, que a diversidade socioespacial compreendida em âmbito desta sub-região encontra-se profundamente associada ao contexto mais amplo de formação territorial da Amazônia. Nesse sentido, considera-se que desde economia regional das drogas do sertão, passando pela economia extrativista cacau, cultivo da cana de açúcar, economia da borracha, economia dos engenhos de aguardente, até o mais recente desenvolvimento da economia agroextrativista do açaí, o processo de produção do espaço ribeirinho está constantemente sendo ressignificado, guardando, assim, profundas correlações com passado e refletindo as contradições do presente.

É nesse contexto, de tradições e contradições, que se insere a área de estudo, ou seja, as ilhas de Abaetetuba. Conforme já foi dito, esta formação geográfica encontra-se situada em âmbito da porção insular do município de Abaetetuba, Nordeste do Estado do Pará. Constitui uma área formada predominantemente por terrenos de várzeas e por um conjunto de ilhas entrecortadas por rios, furos, igarapés, paranás, localizada mais precisamente na confluência entre o rio Pará e Tocantins numa faixa do estuário amazônico banhada por água doce.

Tradicionalmente habitam estas ilhas inúmeros agrupamentos sociais ribeirinhos constituindo as chamadas *comunidades*. Conforme destaca Wagley (1988), o termo *comunidades* faz referência aos agrupamentos ou povoações espalhadas pelo interior da Amazônia, às margens dos rios ou não, onde existem relações de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É no seio das comunidades que os habitantes locais se reconhecem enquanto pertencentes a um grupo social, onde educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos seus valores éticos e culturais.

Na Amazônia Tocantina, e especialmente nas ilhas de Abaetetuba, o termo comunidade também se encontra associado à tradição dos costumes católicos que denotam a existência das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) cujo processo de criação foi intensificado a partir da década de 1970-80 sob o incentivo de segmentos da Igreja Católica ligados à Diocese de Abaetetuba (assunto melhor debatido no I e IV capítulos).

Somente a título de exemplificação poderíamos destacar alguns aspectos que integram a dinâmica espacial ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba, quais sejam: a) a presença de uma organização espacial profundamente atrelada ao domínio dos rios onde o ritmo social e as ações concretas do cotidiano acompanham, e, em muitos casos é determinada diretamente pelo próprio movimento de vaivém das marés; b) a existência de formas de vida que ainda resguardam costumes e valores dos antepassados indígenas assim como dos próprios colonizadores europeus que se estabeleceram na região a partir do século XVII; c) a forte dependência da natureza enquanto recurso, especialmente do sistema de várzea estuarino que, pela sua diversidade biológica, favorece em grande medida a adaptação e a sobrevivência dos grupos locais nestas áreas; d) as estratégias de sobrevivência baseadas no uso múltiplo dos recursos naturais acionados a partir dos ambientes de terra-firme, de várzea e de floresta; e) a predominância de estruturas produtivas baseadas no extrativismo, sendo o cultivo da terra voltado predominantemente ao sustento da família, resguardadas as exceções; f) as disputas travadas no campo político e as trajetórias de lutas sociais acionadas em função do reconhecimento de suas territorialidades; dentre outras.

Estas características integram um cotidiano dinâmico que, apesar da aparente inércia, sinalizam para a existência de formas complexas de produção do espaço imbricadas entre as ações imediatas do cotidiano e as ordenações espaciais ligadas à ordem distante, pois é preciso considerar que os diferentes segmentos sociais espalhados pelo interior da Amazônia, como os ribeirinhos de Abaetetuba, não estão isolados no tempo e no espaço, mas integram uma totalidade social e por isso se encontram em constante processo de transformação.

Nesse sentido, tomando como ponto de partida as ilhas de Abaetetuba e tendo em vista a possibilidade de contribuição aos debates que envolvem a dimensão espacial ribeirinha na Amazônia, delineamos os seguintes objetivos:

Geral: Analisar o processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina paraense, de modo particular nas ilhas de Abaetetuba, tendo em vista suas correlações com processos mais amplos de produção do espaço regional amazônico.

Em complementação ao objetivo geral, elegemos ainda quatro **objetivos específicos**, os quais serão desdobrados respectivamente em cada capítulo da tese, quais sejam:

a) Descrever aspectos da configuração territorial e da dinâmica social ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba no intuito de contextualizar o universo espacial empírico da pesquisa considerando ainda suas correlações com o processo de produção do espaço;

b) Reconstituir, em largos traços, aspectos do processo de formação territorial do Vale do Tocantins – onde se insere a área de estudo – buscando compreender sob que condições se estruturaram as bases de produção do espaço ribeirinho no período colonial, notadamente no contexto de desenvolvimento dos dois primeiros séculos de colonização portuguesa da região pós-fundação de Belém (1616).

c) Analisar as implicações do desenvolvimento da economia dos engenhos de aguardente na produção do espaço ribeirinho, sobretudo a partir de meados do século XIX quando esta atividade assumiu papel de destaque na região, de modo especial nas ilhas de Abaetetuba.

d) Compreender as estratégias contemporâneas de organização política acionadas pelos grupos locais como mecanismo de defesa e reconhecimento de suas territorialidades, especialmente aquelas que permeiam a luta pelo direito de uso da terra em atendimento às demandas das comunidades locais.

É conveniente ressaltar que embora a pesquisa tenha como referência empírica as ilhas de Abaetetuba, propõe-se aqui uma análise que possibilite refletir para além deste recorte espacial em si, de modo a ultrapassar uma realidade puramente local, inserindo-se num campo de diálogo que leve em conta as próprias condições de vida de tantos grupos sociais ribeirinhos espalhados pelos confins da Amazônia e que vivenciam dilemas comuns, como aqueles que dizem respeito ao avanço da fronteira econômica sobre seus territórios de vida.

Dentre as razões que justificam o desenvolvimento da pesquisa poderíamos destacar a possibilidade de contribuição aos debates que envolvem a dinâmica espacial ribeirinha na Amazônia, em particular na área de pesquisa, sem deixar de considerar, é claro, os esforços já empreendidos nessa direção. Nesse intento, suscitamos contribuir de maneira especial num campo de pesquisa que problematiza a produção do espaço ribeirinho tendo em vista as peculiaridades do contexto espacial onde lançamos as bases empíricas da pesquisa.

Em pesquisas anteriores – especialmente na pesquisa de dissertação de mestrado que também envolveu as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba (FERREIRA, 2014) – refletimos sobre questões que permeiam a constituição do espaço ribeirinho na região, dentre as quais as especificidades do modo de vida, as formas de interação com a natureza, as práticas socioeconômicas assim como a inserção dos grupos locais no contexto de formação territorial e econômica da Amazônia tocantina, a exemplo da economia dos engenhos cujos

desdobramentos também constituirão parte das discussões aqui propostas. Desta vez suscitamos dar continuidade aos debates tendo, porém, como horizonte a produção do espaço ribeirinho entendendo que o ato geral de produzir – no sentido de permitir a reprodução humana em todas as suas dimensões – representa também um processo de *produção do espaço* (retomaremos esse debate mais adiante).

Importa ressaltar que, enquanto pesquisador, também tenho raízes ribeirinhas já que nasci e morei grande parte de minha juventude em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba (a comunidade N^a.S^a. do Perpétuo Socorro do rio Maúba), participando, portanto, desta realidade enquanto sujeito. Assim, o envolvimento com o mundo ribeirinho observando e vivenciando na prática experiências construídas a partir do mundo das águas, também foi fundamental na escolha da temática. Temos consciência, porém, que tal desafio requer acuidade por se tratar de uma realidade complexa cuja análise não se limita nem se esgota a um campo específico de conhecimento.

Nesse sentido, alinhado aos objetivos propostos, elegemos como teoria norteadora a *produção (social) do espaço* situando os debates nos horizontes abertos pela perspectiva dialética de análise espacial. Nesse intuito, buscamos estabelecer uma aproximação à teoria proposta pelo Filósofo Henri Lefebvre, autor que tece importantes contribuições ao debate sobre a dimensão social do espaço em obras como: “A reprodução das relações de produção” (LEFEBVRE, 1978); *De lo rural a lo urbano* (LEVREBVRE, 1978); *Lógica formal, lógica dialética* (LEFEBVRE 1991); “*Espaço e Política*” (LEFEBVRE, 2008); e principalmente a obra intitulada “*A produção do Espaço*” (LEVREBVRE, 2006).

Esclarecemos, porém, que embora o eixo norteador da análise tenha como horizonte a produção do espaço, de modo especial do espaço ribeirinho, não se trata de um fiel comprometimento à teoria lefebvreana, exercício, aliás, desafiador pelo esforço que exige. Em outras palavras seria dizer que não estamos propondo uma leitura dogmática da filosofia lefebvreana, transformando os escritos de Lefebvre em “modelos” de análise; tampouco se trata de uma “geografização” das obras do autor supracitado. Significa, antes, uma orientação teórico-metodológica a partir da qual entendemos ser possível estabelecer relações entre os aspectos de natureza empírica e os de natureza teórica sob o prisma da análise geográfica.

Em meio aos aspectos teóricos e empíricos o desafio que propomos perpassa pela construção de uma análise que leve em conta as especificidades da produção do espaço ribeirinho, de maneira especial em âmbito da área de pesquisa. Uma vez que propomos este caminho é imprescindível situar o leitor sobre o que se entende por *produção do espaço* enquanto categoria norteadora da pesquisa. Para tanto, torna-se necessário apontar, ainda de

maneira sucinta, alguns aspectos inerentes a esse debate para assim descrever os caminhos metodológicos da pesquisa.

Uma das principais contribuições sobre a produção do espaço tem sido apontada nos escritos de Lefebvre, principalmente na obra intitulada “La producción del Espacio”, publicada originalmente em 1974 (LEFEBVRE, 1974). A pertinência desta teoria reside, dentre outros, no fato desta integrar diversas dimensões analíticas em uma única e abrangente teoria social, iluminando a reflexão sobre processos espaciais em diferentes níveis, conforme ressalta Schmid (2012).

Escapa aos objetivos da tese a consideração biográfica deste que foi um dos intelectuais mais comprometidos com a retomada da dialética espacial e em especial com o debate sobre a produção (social) do espaço. Para entender sua concepção de produção do espaço é preciso ter claro algumas premissas defendidas por este pensador. Em primeiro lugar é preciso saber que em Lefebvre espaço é um produto (social). Esta concepção promove a superação dialética da concepção tradicional de espaço, imaginado como uma realidade material independente, ou seja, que existe em “si mesma”. Assim, utilizando-se da teoria da *produção do espaço*, Lefebvre (2006), propõe uma abordagem que concebe o espaço como fundamentalmente atrelado à realidade social. O espaço não existe em “si mesmo”: ele é produzido (LEFEBVRE, 2006). Nessa perspectiva o espaço é, ao mesmo tempo, um meio, produto e condicionante de relações sociais (LEFEBVRE, 1974). “(...) o espaço é criação e criador; sentido e fim” (LEFEBVRE, 2008, p. 35). Seu significado não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático: ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Assim, para Lefebvre (2006), o espaço é um componente ativo das relações e das práticas sociais, não sendo apenas absoluto ou sinônimo de localização – de coisas e de objetos.

Conforme chamou atenção Carlos (2011), a ciência geográfica jamais conseguiu desvencilhar-se de ser sinônimo de localização dos fenômenos nos mapas. Assim, da associação entre “espaço” (físico) com “localização”, advém a ideia de espaço puramente enquanto “materialidade”, “meio natural”, “palco” onde se realizam as ações humanas.

No entanto, com a evolução dos debates em âmbito das ciências humanas, a abordagem geográfica – em grande parte graças à contribuição de Henry Lefebvre – deixou de situar o espaço de forma simplista e superficial, como mero pano de fundo, palco, recipiente sem conteúdo (SOJA, 1993). O espaço está sempre sendo produzido porque representa, antes de tudo, relações sociais – sempre dinâmicas – que não prescindem de uma

espacialidade (SANTOS, 2006; CARLOS, 2011). Significa que o espaço não é uma “coisa”, mas um conjunto de relações entre as coisas, tal como sugere Lefebvre (1974; 2006).

O espaço dessa forma é revelado enquanto produto social e como condição para que as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, se materializem no decorrer da história (SANTOS, 2006; 2008). Dessa forma, a compreensão da produção do espaço demanda uma análise relacional, capaz de considerar as redes sociais, relações de poder e conflitos implicados em cada situação, inserindo também as representações do espaço e os espaços de representação (LEFEBVRE, 2006).

Cumprido ressaltar que o termo “produção”, suscitado em Lefebvre, possui correspondências no pensamento de Marx e Engels (1984) que criticaram a formulação de Hegel mostrando que “não é consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1984, p. 23). Ressaltam, a partir da concepção do materialismo histórico dialético, a primazia da vida material sobre a vida espiritual (consciência), partindo do entendimento de que as bases materiais da vida são determinantes, em última instância, da consciência. A consciência é uma construção social e histórica. Segundo as prerrogativas destes autores só o homem é capaz de produzir através do trabalho e este (o trabalho) se insere num processo mais amplo no qual se supera o nível da atividade instintiva rumo a um agir essencialmente humano que transforma aquilo que é o dado natural ao adaptá-lo às suas exigências humanas no seio da práxis e em suas possibilidades criativas. A produção nessa dialética transcende, assim, a oposição entre sujeito e objeto.

Assim, embora o conceito de “produção” encontre-se além da materialidade, a categoria central que o fundamenta é, sem dúvida, a categoria trabalho, elemento substancialmente aprofundado nos escritos de Marx (1996; 1998; 2011) Marx e Engels (1984). Este constitui o “princípio gerador” do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas de constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. O conceito apresenta dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, estes trazem o momento da objetividade de sua produção (SCHMID, 2012).

Fundamentado no pensamento de Karl Marx, Lefebvre parte do princípio de que a produção do espaço só tem sentido quando a relacionamos com o trabalho, neste caso o trabalho humano. Em sua perspectiva a natureza não produz, apenas cria. “Uma árvore, uma flor, um fruto não são “produtos”, mesmo num jardim. A rosa não tem razão de ser, ela floresce porque floresce” (LEFEBVRE, 2006, p. 64). Assim, “a natureza não pode operar seguindo a mesma finalidade do ser humano” (*idem*). Lefebvre salienta ainda, que “o homem, ou seja, a prática social cria obras e produz coisas. Nos dois casos, necessita-se de trabalho,

mas no que se refere à obra, o papel do trabalho (e do criador enquanto trabalhador) parece secundário, pois ele domina a fabricação de produtos” (*idem*).

Poderíamos dizer que termo “produção” (compreendida em âmbito da ação humana) não se confunde com “criação” (atribuo imanente à ação da natureza). Assim sendo, quando ao utilizarmos o termo “produção do espaço” estamos dando ênfase principalmente à dimensão humana que por sua vez possui leis próprias, embora possa estar de algum modo, associada às leis da natureza.

Lefebvre (1973) ao se referir à “reprodução das relações de produção” faz alusão à compreensão de um movimento constante de reprodução ou recriação (e não apenas de repetição) das relações sociais que não pode ser pensada sem o exame das condições históricas da sociedade. Por essa perspectiva a produção do espaço designa a própria reprodução das relações sociais envolvendo um determinado grupo e uma determinada espacialidade que lhe é inerente. Em outras palavras, a produção constitui um processo eminentemente social onde cada sociedade produz seu próprio espaço e seu tempo, e assim se realiza (LEFEBVRE, 2006).

O termo produção, portanto, é suficientemente amplo e dinâmico e comporta uma multiplicidade de dimensões. Assim, mais do que considerar o que está no espaço (algo amplamente concretizado por diversas ciências) importa considerar o espaço como um elemento ativo, como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. Ademais, a produção deste espaço (social) representa também sua *reprodução* como um acúmulo desigual dos tempos sendo manifestado através das formas espaciais.

Assim, a ideia de *produção do espaço* não faz referência estritamente à produção de coisas, de um objeto particular ou de uma mercadoria, mas remete sua compreensão à existência de relações sociais, que inclui a produção dos objetos e a produção do espaço num sentido amplo (LEFEBVRE, 2006; 2008). Nas palavras de Lefebvre (2001, p. 38-39) “a ‘produção’ envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o “sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades”. Porém, diz o autor, “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida” (*idem*). Por isso, ratifica o autor “não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisas ou coleção de coisas, mercadorias ou conjunto de mercadorias (...)” (LEFEBVRE, 2008, p. 48). E complementa: “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (*idem*). Refere-se, assim, àquilo que inclui a racionalidade homogeneizante (imposta pela sociedade de consumo), mas também

àquilo que foge a essa racionalidade acentuando o diferente – que tem capacidade de engendrar formas espaciais a partir de conteúdos diferenciados e que se liga à ideia de espaço apropriado, também usado para outros usos que não propriamente o uso dominante.

A partir deste entendimento é que suscitamos analisar a produção do espaço ribeirinho na área de pesquisa considerando que para além do aspecto visível da paisagem ribeirinha e das ações imediatas do cotidiano, encontram-se engendradas também as tradições e contradições vivificadas ao longo das tramas de relações sociais de produção do espaço, pois, conforme já mencionado, é preciso levar em conta que estas populações não estão “isoladas” no tempo e no espaço (seja este físico ou social), mas integram uma *totalidade em movimento*, ou seja, um espaço em constante processo de transformação. Problematizar a produção do espaço ribeirinho é refletir o cotidiano inserido numa relação dialética entre a ordem próxima e a ordem distante (LEFEBVRE, 2001).

Por meio da produção do espaço podem-se entender as relações entre os fragmentos da vida ribeirinha – muitas vezes invisibilizados e/ou subalternizados em meio à racionalidade capitalistas – e ao mesmo tempo sua inserção em contextos mais amplos de produção do espaço regional. Sendo assim o espaço ribeirinho significa mais que lugar, pois representa um conjunto de possibilidades de reprodução e permanência destas formas de vida, muitas vezes consideradas “resíduos anacrônicos” da racionalidade moderno-colonial.

Importa ressaltar nesse momento que a ênfase dada à categoria *espaço* não objetiva, em hipótese alguma, “reduzir” a existência desses grupos a essa única dimensão, nem tampouco excluir outras categorias de análise (sob o risco de incorrer em um “geografismo”, que tende a conceber a realidade somente com base no olhar da ciência geográfica, enquanto ciência parcelar). Todavia, partimos do princípio de que a dimensão espacial constitui um importante caminho de análise da dinâmica ribeirinha na Amazônia, sendo sua escolha aqui justificada com base no entendimento de que a espacialidade constitui aspecto indissociável à condição humana, pois não existe sociedade a-espacial, assim como toda espacialidade pressupõe um conteúdo social que lhe dá sentido.

Tendo em vista estas breves considerações, suscitamos apresentar a partir de agora o percurso metodológico da pesquisa, que se subdivide em *metodologia analítica* e *metodologia operacional*. A primeira, (ou seja, a metodologia analítica) tem a ver com os pressupostos teórico-metodológicos mais gerais que nortearam a construção da tese. Já a metodologia prática, ou operacional, diz respeito aos procedimentos operacionais a partir dos quais estruturamos o desenvolvimento da pesquisa.

Nesse sentido, para compreender o espaço social complexo, próprio da práxis social, com múltiplas interpretações, contradições, fruto das vivências e experiências engendradas no espaço vivido, adotamos como horizonte teórico-metodológico os pressupostos definidos no método *regressivo-progressivo* implícito no pensamento de Karl Marx e suscitado nos estudos do filósofo Henri Lefebvre (1978) entendendo que estes pressupostos se mostram pertinentes e adaptáveis ao nosso objeto de estudo. Tal método consiste em ir ao passado, mas a partir do atual, tentando reconstruí-lo, quer dizer, permitindo observar o que houve de características (da realidade atual) num determinado lugar ou que se passou com ele em outras épocas, fazendo comparações, analogias e implicações. O pesquisador tenta resgatar, através desse andar regressivo, o que precedeu o presente para, em seguida, retornar o processo em sentido contrário, para esclarecer, desdobrar, desenvolver todas as possibilidades contidas na situação presente, e assim, elucidar, clarificar o futuro, o possível.

Entendemos que o método regressivo-progressivo ajuda a interpretar a complexidade que permeia o processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, e em particular na área de pesquisa. Daí então sua pertinência na construção da tese que busca sustentar a existência de um processo histórico de produção espaço ribeirinho que se mostra vivo e resiliente na contemporaneidade sendo manifestado, vivificado, ressignificado nas mais diversas tramas do cotidiano.

A metodologia *regressivo-progressiva*, nos termos propostos por Henri Lefebvre (1978), vincula três momentos: i) a descrição horizontal, ii) a desconstrução vertical e, iii) a *reconstrução histórico-genética*. Autores como Martins (1996) e Ortigoza (2010) trazem importantes contribuições no sentido de elucidar os fundamentos contidos em cada momento do método regressivo-progressivo. Ao se referir ao momento da descrição horizontal este autor destaca que “a complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível” (MARTINS, 1996, p.21). Porém não se trata da descrição pura e simples dos fatos, sob o risco de estabelecimento de análises parciais do fenômeno. O objetivo é estabelecer uma aproximação preliminar à complexidade horizontal da realidade social sem precisar com rigor a temporalidade das relações sociais (LEFEVBRE, 1978; MARTINS, 1996).

No segundo momento (desconstrução vertical) também denominado *analítico-regressivo*, os elementos das espacialidades, que aparentemente estão desconectados, começam a ser interligados pela mediação da análise teórica. Nessa fase do método *regressivo-progressivo*, nos diz Martins (1996), a realidade é decomposta. “O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de

época específica” (idem, p.21). Busca-se nesta fase decompor a realidade levando em conta a historicidade dos processos sociais, ou seja, a *regressão histórica* (MARTINS, 1996). O foco é a complexidade vertical da vida social, ou seja, as relações sociais que se desdobram em espacialidades e temporalidades desencontradas e coexistentes. As duas complexidades, a horizontal e a vertical, se entrecruzam de modo a decompor os elementos remanescentes de épocas específicas e que se reproduzem no presente.

Já o terceiro momento, denominado por Lefebvre (1978) de “reconstrução histórico-genética”, busca reencontrar o presente de forma mais esclarecida, compreendida e explicada. Nesta fase final do método em questão, recuperam-se as temporalidades desencontradas e coexistentes, de modo a levar em conta as modificações bem como as contradições emergentes, as rupturas, os conflitos. Assim, nas palavras de Lefebvre, “o momento *analítico-regressivo*, precede a um momento *histórico-genético*, no curso do qual o proceder do pensamento se volta para o atual, a partir do passado desentranhado, apreendido em si mesmo” (LEFEBVRE, 1978, p. 17).

Em consonância, portanto, com os horizontes abertos por Lefebvre em relação ao método *regressivo-progressivo*, propomos um percurso metodológico de construção da tese constituído por quatro momentos de análise, cada um correspondendo a um respectivo capítulo, os quais serão sinteticamente descritos a seguir e desdobrados no decorrer da tese.

O **primeiro momento** compreende uma aproximação preliminar ao contexto espacial ribeirinho a partir do qual estabelecemos as bases empíricas da pesquisa. Trata-se do momento da *descrição horizontal* do espaço ribeirinho (primeiro momento do método *regressivo-progressivo*) que vai além da mera descrição objetiva de aspectos visíveis e de coleta de informações empíricas perpassando pela análise de processos empíricos presentes no cotidiano ribeirinho, mas sem a pretensão de reconstituir com rigor a historicidade destes em seus aspectos mais complexos.

Este momento encontra-se dissolvido no primeiro capítulo da tese intitulado “**Contexto espacial ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba-PA**”. Buscamos neste momento buscamos descrever de maneira preliminar aspectos da configuração territorial e da dinâmica social ribeirinha sem, no entanto, reconstituir de maneira mais profunda os processos espaciais em sua historicidade. Tendo em vista a complexidade que permeia o cotidiano entre os grupos ali inseridos, buscaremos levar em conta, dentre outros, aspectos empíricos que permeiam o modo de vida, a organização espacial, a organização política, as especificidades na relação com a natureza, assim como as peculiaridades que dizem respeito ao dinamismo do

sistema de várzea local enquanto parte do complexo estuarino onde se insere a área de pesquisa.

Este capítulo se mostra pertinente na construção da tese uma vez que permite aproximar o leitor, ainda que de maneira preliminar, ao contexto espacial a partir do qual estabelecemos as bases empíricas da pesquisa. A descrição preliminar de aspectos inerentes a este contexto deve auxiliar na reflexão sobre as horizontalidades e verticalidades, ou seja, sobre a forma-conteúdo do espaço ribeirinho. O entrelaçamento entre estas duas dimensões do espaço permite conceber as temporalidades desencontradas e coexistentes inserindo o lugar na totalidade, pois, conforme nos ensina Santos (2008), os objetos materiais que formam a paisagem não possuem vida própria: só podem ser concebidos em sua essência a partir da relação com o espaço social, como a totalidade em movimento.

O **segundo momento** a partir do qual vislumbramos operacionalizar a tese busca reconstituir, em largos traços, aspectos da historicidade que permeiam as tramas de relações sociais que ao longo do tempo edificaram as bases de produção do espaço ribeirinho. Trata-se do momento da *desconstrução horizontal* (segundo momento do método regressivo-progressivo) em que os elementos descritos como aparentes, empíricos e objetivos passam pela desconstrução da normalidade e neutralidade.

Tal como sugere Lefebvre (2006) e ratifica Santos (2006; 2008), considera-se que o exercício de aproximação entre *espaço* e *tempo* constitui tarefa fundamental na análise geográfica. Tomando como base nosso objeto de estudo entende-se que entrelaçamento entre estas duas dimensões inerentes aos processos de produção do espaço ribeirinho inevitavelmente remete a análise à dimensão política e estratégica do espaço, repetidamente enunciadas nos estudos de Lefebvre (1973, 2006, 2008). Ancorado na perspectiva lefebvrea, poderíamos dizer que o espaço é produzido social e historicamente e enquanto tal não é neutro, mas, sim, político e ideologicamente demarcado. Em outras palavras seria dizer que a produção do espaço é essencialmente política já que envolve intencionalidades, interesses e contradições.

Do ponto de vista prático, este momento será vislumbrado no segundo capítulo da tese que tem como título “**Entre sesmarias, aldeamentos e vilas: a produção do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins Colonial**”. O desafio é transpor a dimensão concreta da paisagem ribeirinha assim como o caráter imediatista do cotidiano, anteriormente descritos, de modo suscitar a complexidade vertical da realidade, em consonância com o segundo momento do método proposto.

Do ponto de vista empírico elegemos como eixo norteador deste capítulo a trajetória de produção do espaço ribeirinho compreendida no contexto de formação territorial do que Menezes (1994, 2000) denomina de *Vale do Tocantins Colonial*, onde se encontra inserida a área de pesquisa. Neste exercício, propomos analisar, dentre outros, três acontecimentos compreendidos no contexto de desenvolvimento dos dois primeiros séculos de colonização portuguesa na região os quais tiveram importantes implicações na edificação das bases iniciais de produção do espaço ribeirinho, notadamente no contexto das ilhas de Abaetetuba. O primeiro diz respeito ao delineamento de um processo aqui denominado *missionarização dos rios*, ou seja, o processo de controle territorial exercido pelos padres e missionários sobre as áreas ribeirinhas da região, notadamente na região tocantina, estabelecido através do regime de aldeamentos missionários. Tal processo esteve fortemente atrelado ao desenvolvimento da economia das drogas do sertão quando as áreas ribeirinhas da Amazônia tocantina foram efetivamente inseridas na lógica de expansão colonial europeia pós século XVII. O segundo relaciona-se ao processo de estabelecimento de capitanias privadas e sesmarias como parte das estratégias políticas de controle territorial destas áreas pela força portuguesa; processo o qual teve importantes rebatimentos na produção do espaço ribeirinho na região, como na área de pesquisa. O terceiro tem a ver com o processo de reordenamento da produção do espaço ribeirinho a partir de meados do século XVIII com a emergência das chamadas políticas pombalinas. Inclui-se nesse âmbito questões que envolvem o processo de destituição do poder dos missionários sobre estas áreas; a criação da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1778), o reordenamento das bases da economia mercantil na região, a criação do Diretório dos Índios (1757-1798), a intensificação do comércio de escravos, dentre outros. Todos esses aspectos concorreram para emergência de uma nova conjuntura de produção do espaço ribeirinho que serão desdobradas no segundo capítulo da tese.

Neste capítulo reunimos elementos contextuais no intuito de aproximar tempo e espaço de modo a estabelecer uma correlação entre aspectos endógenos e exógenos, ou seja, entre a ordem próxima e a ordem distante, enquanto dimensões que entrelaçam o espaço ribeirinho. Este exercício será imprescindível, pois somente assim poderá ser possível transpor os elementos visíveis da paisagem, tornando-a representativa do espaço não apenas como palco e produto, mas, igualmente, como condicionante de relações sociais.

O **terceiro momento** do percurso metodológico analítico da tese constitui uma continuidade ao momento analítico-regressivo ou desconstrução vertical da realidade ribeirinha. Nesse momento o fundamento continua sendo o conteúdo social e historicamente

determinado do espaço ribeirinho, porém desta vez sob o ordenamento de novos arranjos espaciais emergentes no espaço ribeirinho, principalmente a partir de meados do século XIX já em um contexto de reestruturação econômica e territorial do antigo Vale Amazônico.

Neste momento o foco principal compreendeu as *relações sociais* ligadas às forças produtivas, que de acordo com Lefebvre se atrelam à produção (social) do espaço em diferentes ordens escalares. Em suas palavras (...) “o espaço social se produz e se reproduz em conexão com as forças produtivas (e as relações de produção)” (LEFEBVRE, 2006, p. 69). Em sua perspectiva “forças produtivas e técnicas permitem intervir a todos os níveis do espaço: local, regional, nacional, planetário” (idem, p. 79). Têm a ver com a divisão do trabalho e sua organização, portanto, com as funções sociais hierarquizadas. Lefebvre parte do princípio de que “as relações sociais de produção têm uma existência social contando que tenham uma existência espacial; elas se projetam em um espaço, elas se inscrevem nele, produzindo-o” (2006, p. 108).

Em termos práticos, este terceiro momento da tese é apresentado no terceiro capítulo o qual traz como título “**Os engenhos de aguardente e a produção do espaço ribeirinho**”. Neste capítulo analisamos o processo de produção do espaço ribeirinho no contexto de desenvolvimento da economia de aguardente, sobretudo a partir de meados do século XVIII com a inauguração da navegação a vapor na Amazônia que, dentre outros aspectos, contribuiu para a expansão do comércio a aguardente e, por conseguinte, para o alargamento do contexto espacial ribeirinho na região; aspecto representativo do processo de produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba. Tendo em vista a complexidade que permeia este processo, definimos como variável empírica norteadora de construção deste capítulo as relações sociais de uso da terra suscitadas no contexto de expansão e decadência dos engenhos de aguardente existentes na região. Esclarecemos que a escolha desta variável não é aleatória, mas justifica-se pela sua importância no contexto de desenvolvimento da tese, pois entendemos que esta constitui importante elemento empírico de interseção entre os aspectos endógenos e exógenos que ao longo do tempo permearam a complexa trama de relações sociais de produção do espaço ribeirinho na região, notadamente nas ilhas de Abaetetuba.

O **quarto e último momento** da metodologia proposta, intitulado “**Organização política e a produção do espaço ribeirinho**”, tem como premissa reencontrar o espaço ribeirinho no tempo presente, porém inserindo-o em uma conjuntura espacial mais esclarecida em relação ao momento da descrição horizontal desenvolvida no primeiro capítulo da tese. Trata-se do terceiro momento do método regressivo-progressivo onde a análise terá como

base a reconstrução histórico-genética do espaço ribeirinho analisada agora de forma relacional às temporalidades e espacialidades engendradas no espaço vivido.

À luz dos horizontes abertos pela perspectiva dialética suscitada em Lefebvre (2006), o vislumbramento deste momento da tese busca dimensionar o espaço ribeirinho enquanto locus de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver, pois se o espaço representa o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Compreender o espaço enquanto locus da coexistência é levar em conta que o cotidiano também representa um campo de luta, campo de experimentação de usos que vêm da história e que se renovam, expressando alienações e possibilidades, conforme adverte Lefebvre (2006).

Este momento da metodologia adotada é desdobrado no quarto e último capítulo da tese onde propusemos analisar algumas *práticas espaciais* engendradas no espaço vivido. A partir das práticas espaciais buscamos valorizar as experiências e vivências dos sujeitos sociais envolvidos, pois a produção do espaço não se constitui apenas sob o ordenamento da representação abstrata, das relações hierarquizadas, da ordem distante, mas também pode ser expressa nas experiências e vivências cotidianas, conforme alerta Lefebvre (2006).

Do ponto de vista dos aspectos empíricos estruturador deste capítulo elegeu-se como variável principal a trajetória de organização política compreendida em âmbito das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) das ilhas de Abaetetuba. Vislumbramos dar ênfase de maneira mais específica nesse aspecto às estratégias de organização política acionadas pelos grupos locais como forma de garantias do direito de uso da terra em atendimento às demandas das comunidades locais e acima de tudo como mecanismo de reconhecimento de suas territorialidades frente aos desígnios da lógica capitalista imposta sobre a região. Incluem-se em âmbito destas estratégias as lutas sociais e políticas empreendidas em função do processo de regularização fundiária das ilhas e várzeas de Abaetetuba, aspecto importante que atravessa o processo contemporâneo de produção do espaço ribeirinho na área de estudo.

Ainda neste capítulo vislumbramos problematizar questões que permeiam os dilemas vivenciados pelos ribeirinhos da região, notadamente os moradores das ilhas de Abaetetuba, no que se refere ao avanço da fronteira econômica sobre seus territórios de vida nos últimos anos, principalmente a partir do processo de reestruturação econômica e territorial processado na Amazônia pós década de 1960-70. A ênfase nesse aspecto será dada às disputas que se desdobram entre as comunidades que vivem ao entorno da Ilha Xingu, dentre as quais a comunidade quilombola Bom Remédio, e a multinacional Norte-Americana Cargill, que pretende instalar um Terminal de Uso Privado-TUP na referida ilha à revelia dos interesses e

das demandas das comunidades que ali vivem. Este aspecto será um importante eixo de debates suscitado no último capítulo da tese.

Este capítulo é de fundamental importância no delineamento da tese aqui proposta uma vez que possibilita refletir, dentre outros, sobre a existência de processos empíricos contemporâneos de ressignificação do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina, e em especial na área de pesquisa. Em meio aos desígnios dos processos de mudanças e permanências este momento da tese tem um papel central na análise por ter a pretensão de reencontrar o passado de modo a ressignificar o presente.

Paralelo ao percurso metodológico descrito, vislumbramos a construção de uma análise que tenha como pano de fundo o espaço entendido enquanto condição, meio e produto das ações humanas. Não obstante, assumimos como desafio o exercício de uma análise assentada na dialética ternária a qual é decomposta em três momentos, quais sejam **a tese** (descrição horizontal), **a antítese** (descrição vertical) e **a síntese** (reconstrução da espacialidade). Da tese inicial – ou seja, da prerrogativa de que produção do espaço ribeirinho pode ser compreendida a partir da dimensão horizontal, compreendida em sua materialidade absoluta e restrita ao mundo fenomênico –, propomos uma *antítese*, na qual a produção do espaço ribeirinho aparece como produto de relações sociais historicamente estabelecidas que podem ser manifestadas através das paisagens do cotidiano ribeirinho; e, finalmente, uma *síntese*, que busca situar o espaço ribeirinho no movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da ação humana.

Para viabilizar percurso estabelecido em âmbito da metodologia analítica, tornou-se necessário a elaboração de uma *metodologia procedimental*. Assim como na fase anterior, a *metodologia procedimental* compreendeu quatro etapas distintas e complementares. **A primeira etapa** consistiu em uma pesquisa empírica de caráter exploratório, desenvolvida junto às comunidades das ilhas de Abaetetuba a fim de ampliar o conhecimento empírico e assim definir os contornos mais específicos estabelecidos no projeto de pesquisa. Neste momento estabelecemos contato com moradores de diversas localidades das ilhas, dentre as quais as comunidades de Campompema, situada na ilha de mesmo nome; Costa Marataíra, que fica ao entono do rio Maratauíra; Costa Sirituba e rio Sirituba, situadas na ilha Sirituba; Maúba, Ajuai, Paruru, Tucumanduba e Maracapucú, situadas às margens do rio Pará, Arumanduba e Guajarazinho, na ilha Arumanduba, além de seis comunidades que ficam situadas ao entorno da Ilha Xingu onde desenvolvemos pesquisas mais específicas que serão desdobradas nos capítulos da tese.

A **segunda etapa** consistiu em um exercício de revisão pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática em questão visando estabelecer as bases teórico-conceituais norteadoras da pesquisa. Nesta fase, a revisão de teses e dissertações pertinentes ao tema constituiu exercício de fundamental importância, pois permitiu ampliar o conhecimento sobre os estudos e debates relacionados ao universo ribeirinho na Amazônia. Neste momento também desenvolvemos leituras mais aprofundadas sobre a teoria lefebvrea a partir da qual subsidiamos parte da análise da pesquisa.

A **terceira etapa** compreendeu o levantamento sistemático de informações empíricas (pesquisa de campo) junto aos agentes da pesquisa quando desenvolvemos, em diversas ocasiões, entrevistas, conversas informais, diálogos coletivos, registros fotográficos, observações visuais, dentre outros. A elaboração e sistematização das informações foram estruturadas com base em metodologias qualitativas e entrevistas *semi-estruturadas*, que de acordo com Triviños (1987 p. 71), compreende “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. Neste momento o contato direto com a realidade em estudo e os diálogos estabelecidos com os sujeitos da pesquisa foram de fundamental importância no tocante dos trabalhos. Ainda neste momento procedemos a produção cartográfica expressa na tese. Para elaboração dos mapas foi preciso um amplo levantamento de informações em campo com uso do GPS e também com auxílio do Google Earth.

A **quarta e última etapa** compreendeu a sistematização final da pesquisa. Nesta fase concentramos os esforços no intuito de estabelecer uma associação entre os aspectos de natureza teórico-conceitual e os aspectos de natureza empírica, vislumbrados por ocasião da fase anterior. Esta fase se deu a partir de esforço de aprimoramento contínuo da escrita que se iniciou tão logo foi definido as bases norteadoras da pesquisa. Neste momento, buscamos ordenar os horizontes mais específicos de construção da tese considerando todos os recursos instrumentais que contribuíram para o aprimoramento do trabalho de pesquisa.

Antes de iniciar as próximas linhas cumpre frisar, mais uma vez, que a perspectiva analítica aqui proposta visa dar ênfase à dimensão social do espaço do espaço ribeirinho enquanto fundamento primordial a partir do qual buscamos delinear a construção dos capítulos que se seguem. A partir desta perspectiva é que propomos a construção da tese que defende a existência de uma produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba enquanto parte da complexa trama de produção do espaço regional amazônico. O Desafio está posto.

CAPÍTULO I

2. CONTEXTO ESPACIAL RIBEIRINHO NAS ILHAS DE ABAETETUBA-PA

Este capítulo tem como objetivo descrever aspectos gerais do contexto espacial empírico a partir do qual lançamos as bases norteadoras da pesquisa, ou seja, a Amazônia tocantina e mais precisamente as Ilhas de Abaetetuba que compreende o lócus específico de estudo. Tendo em vista a complexidade do cotidiano no tempo presente vislumbramos levar em conta aspectos relativos tanto à configuração territorial quanto à dinâmica social que permeia o espaço ribeirinho ilhas de Abaetetuba.

A construção deste capítulo é de fundamental importância no delineamento da pesquisa como um todo, uma vez que possibilita contextualizar, em largos traços, a área de pesquisa para assim dar ensejo às questões mais específicas que integram a construção da tese. Esta descrição preliminar deve situar o leitor sobre aspectos empíricos que serão retomados nos capítulos subsequentes, tais como as peculiaridades na organização territorial, as formas de interação homem-natureza, as inter-relações sociais, bem como questões que envolvem mudanças e permanências e que se traduzem tanto em diferenciações quanto em desigualdades engendradas no espaço ribeirinho.

Consonante às colocações de Pereira (2014), historicamente a organização espacial que circunscreve a *Amazônia tocantina paraense* foi marcada por processos de povoamento dispersos às margens do rio Tocantins e de seus afluentes. A existência de uma complexa rede natural de cursos d'água (formada em sua maioria por rios navegáveis) e a riqueza de recursos naturais características do sistema de várzea local, favoreceu um processo de adaptação humana nesta região, especialmente de populações ribeirinhas cuja relação com estes ambientes constituem importante aspecto da dinâmica espacial local.

Na mesma direção Souza (2009), ratifica que uma premissa fundamental para compreender o dinamismo dessa região, especialmente das áreas de várzeas, diz respeito a sua forte relação com as dinâmicas da natureza que, dentre outros, pode ser constatada pela incorporação da região às expressões socioeconômicas desenvolvidas na Amazônia. Daí a importância dos diferentes contextos de exploração econômica dos recursos naturais estabelecidos a partir do sistema de várzea local, na maioria das vezes para atendimento das demandas de fora da região. Nesse sentido, considera-se que desde economia regional das drogas do sertão, passando pela economia extrativista cacau, cultivo da cana de açúcar, economia da borracha, economia dos engenhos de aguardente, até o mais recente desenvolvimento da economia agroextrativista do açaí, o processo de produção do espaço

ribeirinho está constantemente sendo ressignificado, guardando assim profundas relações com o próprio movimento de transformação da região amazônica ao longo do tempo.

É a partir desse contexto que se insere que lançaremos as bases empíricas da pesquisa tendo as ilhas de Abaetetuba como recorte espacial mais específico. Assim, além da Amazônia como contexto abrangente de análise, temos a Amazônia tocantina como escala intermediária e as ilhas de Abaetetuba como *locus empírico* da pesquisa.

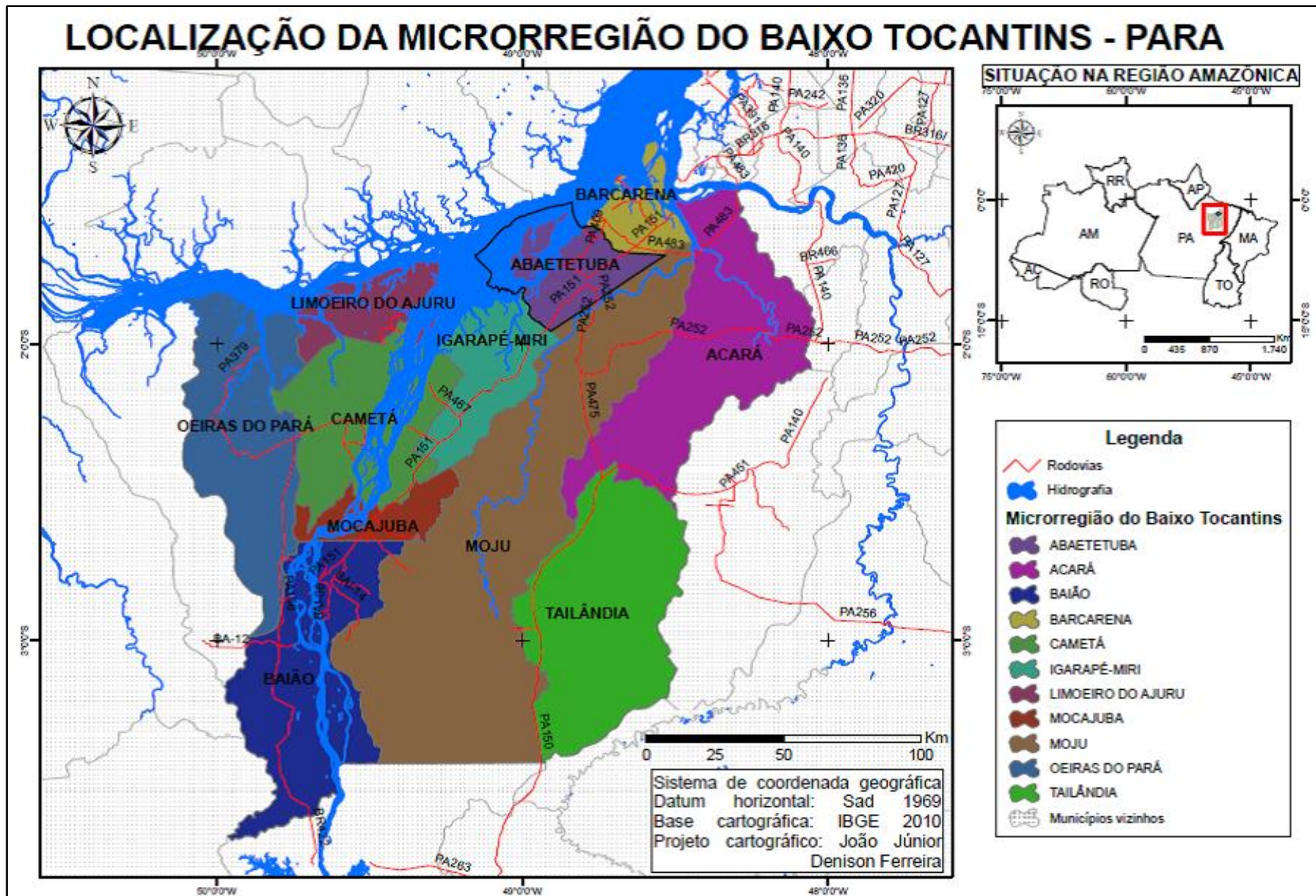
O capítulo está subdividido em dois momentos. No primeiro descrevemos aspectos gerais sobre o contexto espacial em âmbito da Amazônia tocantina onde se encontra inserida a área de pesquisa. O propósito é estabelecer uma primeira aproximação ao contexto empírico regional a partir do qual estamos propondo a construção da tese. No segundo momento tomamos como ponto de partida o contexto espacial mais específico da pesquisa – ou seja, o contexto ribeirinho suscitado em âmbito das ilhas de Abaetetuba. Neste momento buscamos caracterizar aspectos relativos tanto à configuração territorial como à dinâmica social. Trata-se de uma descrição do contexto ribeirinho em consonância com o primeiro momento de descrição horizontal subsidiado no método regressivo progressivo a partir do qual estamos propondo a construção da tese.

2.1 A Amazônia Tocantina

A Amazônia tocantina está situada numa zona de fronteira entre a porção oriental e a porção ocidental da Amazônia brasileira, próximo ao eixo navegável da bacia do Tocantins, Nordeste do estado do Pará. Esta sub-região da Amazônia é formada por porções de terras diretamente ligadas a uma rede de canais fluviais, compreendidas entre vários municípios do Pará, como Abaetetuba, Barcarena, Acará, Moju, Igarapé-Miri e Cametá.

Se levarmos em conta a classificação do IBGE (em meso e microrregiões), a maior parte desta área faz parte da microrregião de Cametá e da mesorregião Nordeste Paraense. Por estar situada em uma faixa do estuário amazônico sob influência direta da bacia do Tocantins e seus tributários, esta área também recebe a denominação de *estuário tocantino*.

Além destas classificações, esta microrregião também é conhecida localmente como “Baixo Tocantins”. Como mostra o Mapa 1, a microrregião do Baixo-Tocantins é composta pelos seguintes municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Moju, Mocajuba, Igarapé-Mirim, Limoeiro do Ajuru Tailândia, e Oeiras do Pará.



Fonte: Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG/ UFPA).

Em relação à configuração territorial que compõe esta sub-região da Amazônia, a pesquisa aqui proposta tem como referência empírica principalmente a porção que se encontra sob influência direta dos cursos d'água, incluindo municípios como Abaetetuba, Barcarena, Acará, Igarapé-Miri e Cametá, que fazem parte do complexo regional hidrográfico do estuário tocantino. A área de influência desse complexo hidrográfico inclui uma diversidade de rios, dentre os quais destacamos o rio Tocantins e o rio Pará (e seus tributários) sendo este último o principal rio que entrecorta a malha fluvial do município de Abaetetuba onde se encontra inserida a área de pesquisa.

Importa ratificar que o sentido relacional do termo “Amazônia tocantina” não se restringe ao conjunto de paisagens que formam sua configuração físico-territorial, pois os processos que se relacionam ao espaço socialmente produzido incluem múltiplas dimensões escalares transcendendo, assim, a dimensão concreta do lugar. Assim fica claro que não estamos falando estritamente de uma sub-região fisicamente delimitada e por ventura com “autonomia de significação”, mas de uma formação geográfica cujos processos de produção do espaço pressupõem a existência de uma conjuntura complexa de relações sociais imersas na totalidade em movimento.

Caracterizar a Amazônia tocantina enquanto formação geográfica não constitui tarefa simples, sendo necessário envolvimento como um conjunto de variáveis empíricas que dizem respeito tanto às particularidades do lugar quanto às interconexões que permitem conceber a região enquanto parte do contexto mais amplo de formação territorial da Amazônia. Diante desse contexto consideramos pertinente assinalar, ainda que maneira sintética, alguns aspectos contextuais os quais julgamos ser de fundamental importância na análise do contexto regional empírico onde se insere a área de pesquisa.

Já foi dito por pesquisadores como Ângelo-Menezes (1984, 2000), Malheiro; Trindade Jr. (2009), Bastos et al (2010), Costa (2012), Pereira (2014), dentre outros, que a formação geográfica que circunscreve o baixo curso do rio Tocantins constitui uma das mais antigas áreas de ocupação humana do Estado do Pará. O processo de povoamento desta área remete seu dinamismo ao período anterior à chegada dos colonizadores europeus, quando as margens dos rios da região eram habitadas por populações indígenas de diversas etnias, conforme analisaremos no próximo capítulo. A partir do século XVII a dinâmica espacial desta região esteve fortemente ligada à colonização europeia tendo em vista a importância da região no delineamento da economia das drogas do sertão assim como de sua localização estratégica no tocante do projeto colonial português (ÂNGELO-MENEZES, 1994).

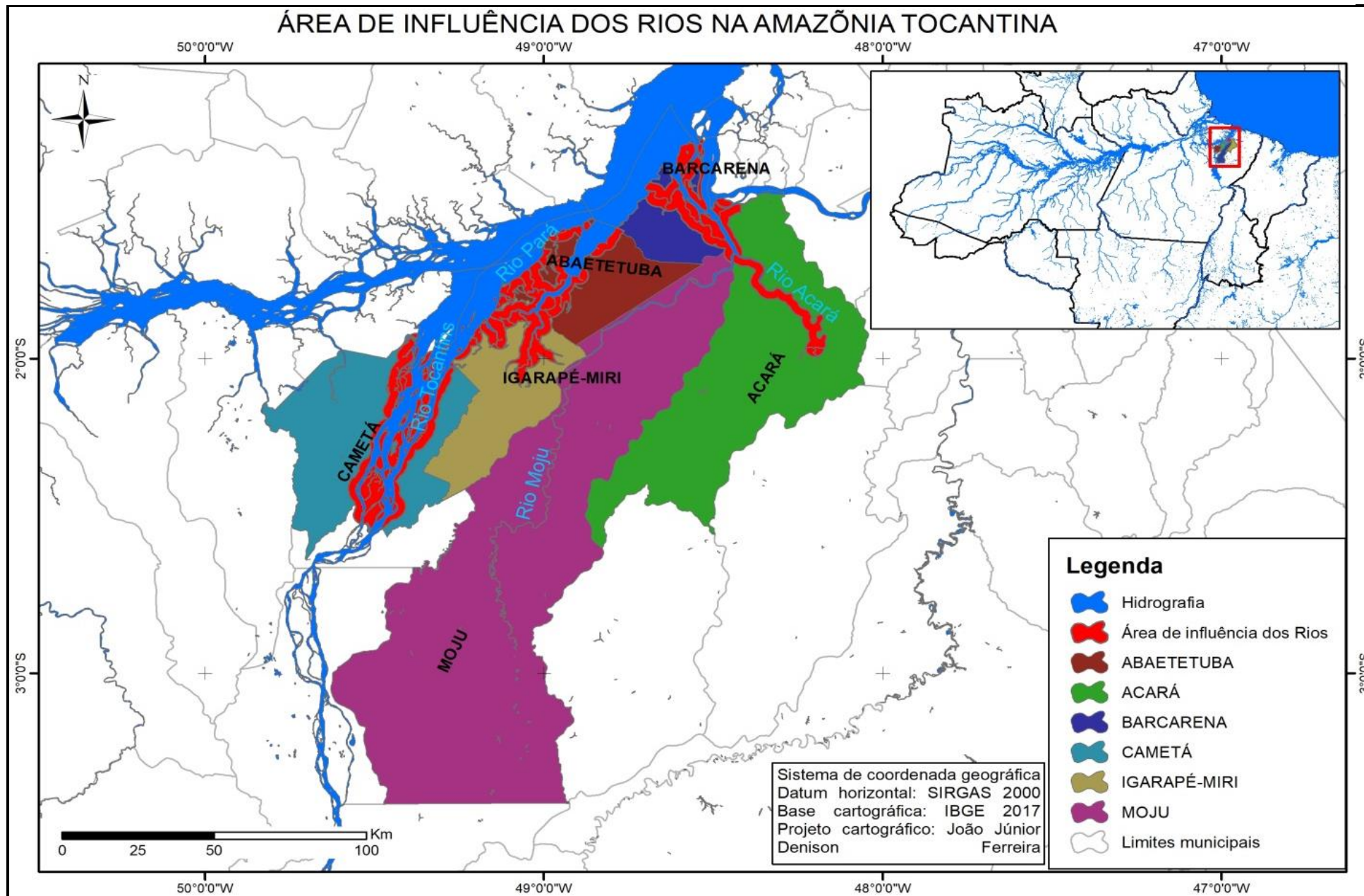
Tal como destaca Ângelo-Menezes (2000), o processo de formação territorial dessa sub-região tem como importante elemento constitutivo o desenvolvimento de sistemas agrários introduzidos pelos colonizadores (como o sistema que envolveu as drogas do sertão, a cana de açúcar, o cacau, o milho, o arroz, dentre outros), tendo como base o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava e o foco no mercado externo (voltaremos a esse ponto no próximo capítulo).

De maneira geral é possível delinear, dentre outros, dois contextos geográficos suscitados em âmbito da Amazônia tocantina que refletem processos espaciais marcados por temporalidades distintas e complementares entre si, quais sejam:

a) o contexto geográfico ligado ao eixo *urbano-rodoviário*, o qual traduz a existência de processos espaciais de caráter mais recente, ou seja, intensificados principalmente a partir da conjuntura de expansão capitalista na região pós-década de 1960, quando o estado brasileiro buscou “integrar” a Amazônia ao restante do país. A abertura de estradas e a implantação de empreendimentos capitalistas (de maneira mais especial a Hidroelétrica de Tucuruí e o complexo Albrás-Alunorte) implicaram novas formas de produção do espaço no contexto desta sub-região de modo a reconfigurar a dinâmica pré-existente, principalmente (mas não exclusivamente) em âmbito das pequenas cidades situadas às margens dos rios, como Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri, Cametá, dentre outras. Poderíamos assim dizer que trata da emergência do “novo”, do “moderno”, seja pela inserção das (precária) redes técnicas (como rodovias, telecomunicações, energia de origem hidroelétrica, construção de portos, dentre outros); seja pela eminência cada vez mais presente de uma “psicosfera” urbana – para usar a expressão de Santos (1994) – ou de uma malha de controle político do território, nos termos de Becker (1996; 2004).

b) Contexto geográfico ligado à dimensão ribeirinha de produção do espaço cujo dinamismo encontra-se fundamentalmente atrelado ao mundo das águas, sem que este aspecto deixe de expressar as múltiplas formas de conexões com o eixo urbano-rodoviário. Nesse contexto, mesmo que se faça presente o domínio de uma psicosfera urbana (SANTOS, 1994), o pluralismo do cotidiano ainda se encontra fortemente atrelado aos costumes dos primeiros habitantes. Tal contexto leva a pensar numa conjuntura complexa de produção do espaço onde coexistem temporalidades múltiplas e complementares, imbricadas entre presente e o passado, o próximo e o distante, o lugar e o mundo. É a partir deste contexto geográfico que lançaremos as bases mais gerais da pesquisa empírica tendo como lócus mais específico às ilhas de Abaetetuba.

Mapa 2. Área de influência dos rios na Amazônia tocantina- PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Constituindo parte do universo espacial fundante da pesquisa empírica, a área de influência dos rios da região insere-se no contexto do chamado “*estuário tocantino*”, que compreende uma porção do estuário amazônico onde desagua o rio Amazonas juntando-se ao rio Tocantins numa região tipicamente estuarina. O estuário tocantino é formado por um complexo de ilhas e canais fluviais nas mediações de municípios como Cametá, Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena.

Do ponto de vista da diversidade de recursos naturais, especialmente da diversidade de recursos da ictiofauna, a região estuarina é considerada uma das áreas mais dinâmicas e produtivas da Amazônia (SANCHES, 2005). Ali predominam os terrenos de várzea. De acordo com Moran (1990) a várzea é a planície aluvional propriamente dita; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio. O rio Tocantins, como parte desse complexo aquático é fundamentalmente importante para os moradores, dentre outros, como via de transporte e apresenta seu curso bastante longo e navegável. Este rio comunica com o Rio Pará, juntando-se ao Rio Guamá onde forma a Baía do Guajará e o conjunto fluvial da foz do grande Rio Amazonas às proximidades do Oceano Atlântico (COSTA, 2006).

Uma das principais peculiaridades fisiográficas presente no contexto desta sub-região do estuário amazônico diz respeito ao dinamismo do sistema de várzea local. O ciclo de maré (regime de subida e descida da maré duas vezes ao dia) constitui um aspecto importante dessa peculiaridade. Este regime é caracterizado por três períodos do movimento cíclico das águas: o período da maré alta (fase designada por *maré cheia*, *maré alta* ou *preia-mar*), período da *maré baixa* (caracterizado pelo menor nível de decréscimo da maré, chamado pelos ribeirinhos de “repona”, “*maré vazia*” ou “*maré seca*”, quando ocorre o repouso da maré depois de várias horas da ocorrência de um fenômeno conhecido por *vazante*), o período das chamadas cheias excepcionais (quando a maré cheia atinge seus maiores níveis, fenômeno que excepcionalmente em alguns períodos do ano). Como não poderia ser diferente, além de fertilizar o solo e renovar as condições de vida marinha, o movimento de marés influencia também a dinâmica social compreendendo os distintos grupos sociais que ali habitam, pois condiciona as ações práticas do cotidiano, a exemplo da dinâmica de uso dos recursos naturais, como a pesca, a agricultura e o cultivo do açaí.

Assim como em tantos outros lugares da Amazônia, no estuário tocantino a natureza (representada principalmente pelos rios, florestas e várzeas) constitui importante elemento da identidade regional, particularmente da identidade ribeirinha. No entanto, conforme alerta Trindade Jr. (2009), não se trata da natureza isolada em si, mas da natureza recurso e da

natureza reconhecida a partir de uma identidade de vida presentes no interior da própria região. Dessa maneira a importância da natureza é reafirmada a cada momento histórico. Seja como recursos – a exemplo do extrativismo animal ou vegetal (como o pescado, no rio e o açaí na floresta) seja ainda como via de circulação. Este, portanto, parece ser um importante elemento que emerge no contexto da região.

O discurso do desenvolvimento regional com a implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura partir da década de 1980, invisibilizou os modos de vida dos distintos grupos ribeirinhos habitantes da região, pois protagonizam desastres ambientais irreparáveis para a cadeia produtiva alimentar e cultural desses povos. Ressaltamos como exemplo já citado, a construção do complexo industrial e portuário de Barcarena, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além da construção da Alça Viária que integrou as diversas regiões do Pará, com estradas pavimentadas para o escoamento da produção agromineral.

Mesmo em meio as constantes transformações que se colocam em questão no contexto desta região e que muitas vezes acabem por ter rebatimentos diretos nas condições de vida das populações ribeirinhas, estas continuam a resistir às intempéries buscando estratégias constantes de sobrevivência nestas áreas.

Essa intensa relação com a natureza pressupõe um conhecimento aprofundado da dinâmica da natureza e seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias múltiplas de uso dos recursos naturais. Já foi dito por Furtado (1993) que esse imenso acervo de conhecimento é transferido de geração a geração, através das experiências concretas e da oralidade. Assim, o conjunto de simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas, compõe uma matriz de racionalidade ambiental muito particular de uso e significado da natureza, a exemplo do contexto ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba.

As áreas ribeirinhas da região sempre estiveram atreladas ao desenvolvimento do extrativismo, haja vista a potencialidade do sistema de várzea local no que tange a ocorrência dos recursos naturais. As práticas de plantar, de colher, de extrair, enfim, as práticas de “cultivar a terra” (como dizem os próprios ribeirinhos) se traduzem em estratégias múltiplas de sobrevivência nestas áreas. Destacam assim atividades como a pesca, cultivo do açaí, a criação de animais domésticos, a coleta de frutas, a confecção de artesanatos dentre outros.

As múltiplas estratégias de sobrevivência ribeirinha têm em comum a forte dependência dos cursos d’água, mesmo em se tratando de atividades desenvolvidas na floresta, como o cultivo do açaí que depende do movimento de maré para fertilizar os terrenos onde se desenvolvem os açazais. Além disso, os rios da região representam o principal canal das relações comerciais entre os agricultores, pescadores e extrativistas com o meio urbano,

assumindo assim papel de destaque na circulação de diferentes níveis escalares. Desse modo, há de se considerar a importância dos objetos como canoas, barcos, rabetas, botes, lanchas e outros para garantia das condições de existência, articulando múltiplos lugares e conferindo uma face ribeirinha à região como uma de suas marcas emergentes na contemporaneidade.

Os usos e os significados que os rios assumem no contexto da Amazônia tocantina variam ao longo da história, de acordo com os contextos, os agentes, os interesses, os projetos, os imaginários e as necessidades em jogo. Mas é amplamente reconhecida a importância geo-histórica, geopolítica, econômica, cultural e social de rios como rio Tocantins, o Pará, o rio Meruí, o rio Maratauíra e outros que integram a bacia do Tocantins, para a formação dos territórios de diferentes grupos sociais ribeirinhos da região, como os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba.

Ao se referir à importância do rio Tocantins no contexto desta formação espacial, Costa (2009) destaca que “o rio Tocantins estrutura a vida de todo o complexo ecológico regional e é fundamental para a economia e a sobrevivência da população (...). Pode-se dizer que o rio Tocantins sustenta e conduz a própria vida desta região” (COSTA, 2009, p. 22).

A propósito das colocações de Sousa (2009), uma premissa fundamental para compreender o dinamismo dessa região, especialmente das áreas de várzeas, diz respeito a sua forte relação com as dinâmicas da natureza que, dentre outros, pode ser constatada pela incorporação da região às expressões socioeconômicas desenvolvidas na Amazônia. Daí a importância dos diferentes contextos de exploração econômica dos recursos naturais estabelecidos a partir do sistema de várzea local, na maioria das vezes para atendimento das demandas de fora de região. Nesse sentido, considera-se que desde economia regional das drogas do sertão, passando pela economia extrativista do cacau, cultivo da cana de açúcar, economia da borracha, economia dos engenhos de aguardente, até o mais recente desenvolvimento da economia agroextrativista do açaí, o processo de produção do espaço ribeirinho está constantemente sendo ressignificado, guardando assim profundas relações com o próprio movimento de transformação da região amazônica ao longo do tempo.

Durante os séculos XVII e XVIII destacou-se na região a formação de fazendas de cacau e desenvolvimento dos engenhos de cachaça, acompanhada pela introdução de escravos de origem africana e a submissão dos indígenas, que embora livres pela “lei de emancipação da escravidão dos índios” de 1755. O desenvolvimento destas atividades representa um marco importante do processo de produção do espaço ribeirinho em âmbito da região, conforme analisaremos no decorrer dos próximos capítulos.

As populações que habitam as áreas ribeirinhas da região tocantina são, em grande maioria, descendentes de populações indígenas e de escravos negros introduzidos na região pelos colonizadores principalmente a partir de 1750 (HIRAOKA, 1993) para trabalhar nas fazendas e nos engenhos de aguardente (que tiveram papel importante na região até pelo menos a década de 1970). Por isso, longe de parecerem homogêneas, do ponto de vista da formação sociocultural e da dinâmica cotidiana, as populações locais promovem na atualidade uma rica diversidade de costumes, crenças e hábitos que resultam do encontro entre o índio, o europeu e o negro africano durante o processo de formação territorial da região.

Trata-se assim de um contexto geográfico dinamizado pelas coexistências de temporalidades distintas e complementares entre si. Nesse contexto o ritmo social encontra-se intimamente atrelado aos movimentos cíclicos da natureza, onde o regime de marés (subida e descida dos rios), o inverno e o verão, a dinâmica de safras e entressafras de recursos naturais, influenciam de maneira plural as práticas cotidianas, os costumes e as cosmologias ligadas aos modos de vida das populações que ali vivem.

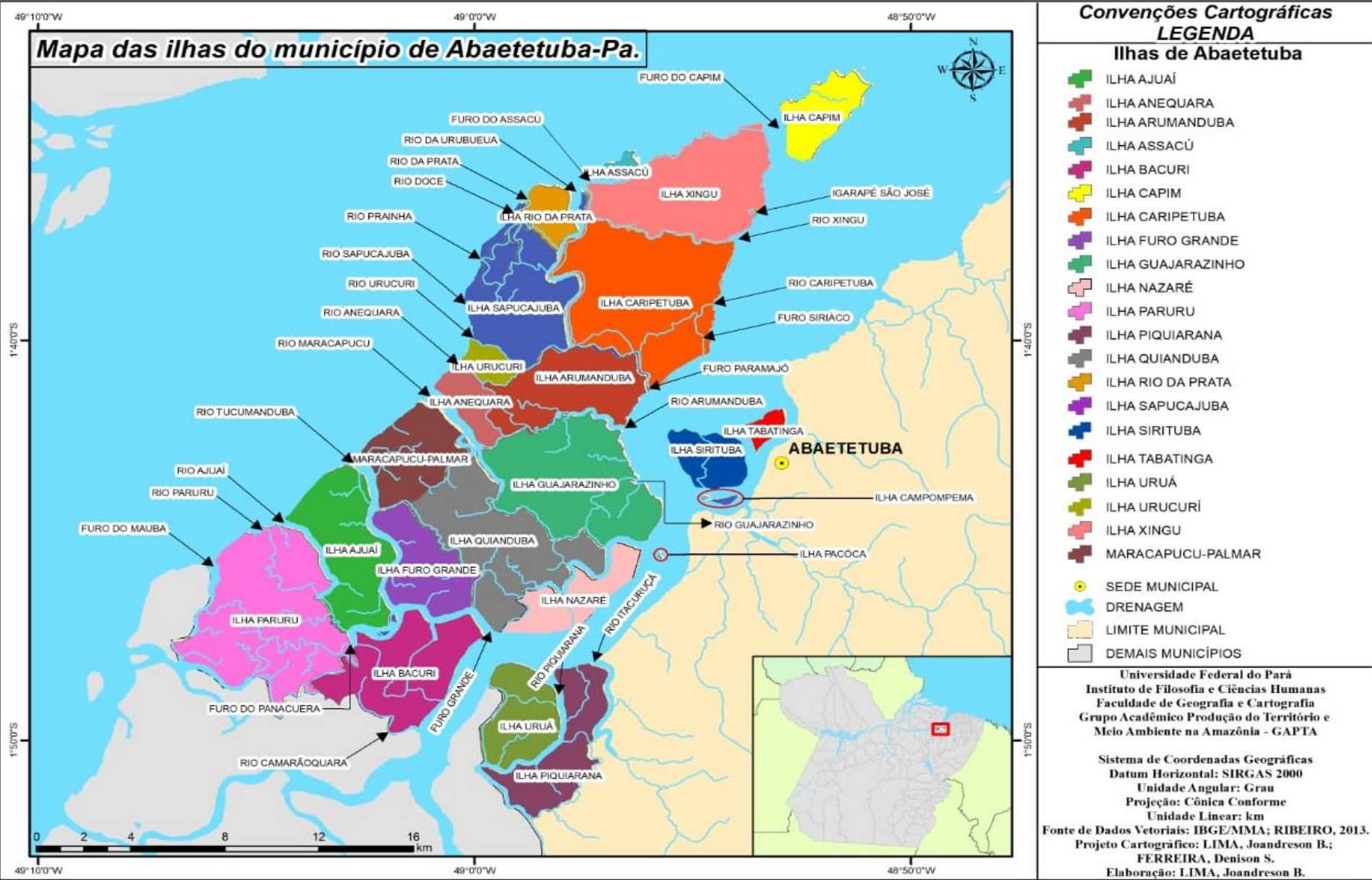
2.1 As Ilhas de Abaetetuba como lócus da pesquisa

Descrevemos neste tópico aspectos gerais sobre a dinâmica espacial suscitada em âmbito da área de pesquisa, ou seja, das ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma descrição preliminar do contexto ribeirinho em consonância com o primeiro momento da descrição horizontal subsidiada no método regressivo-progressivo, a partir do qual propomos a construção teórico-metodológica da tese.

De início cabe ressaltar que a configuração geográfica do município de Abaetetuba pode ser subdividida em duas porções de terras: a porção de continental e a porção a insular. A porção de continental é constituída pela sede municipal, a cidade da Abaetetuba (que está situada à margem direita do rio Maratauíra, afluente do rio Tocantins) e pelos ramais e estradas que conectam a cidade ao distrito de Beja (o berço da colonização do município) e aos municípios circunvizinhos, como Igarapé-Miri, Moju, Barcarena, Belém etc.

Já a porção insular é composta por um conjunto de ilhas entrecortadas por rios, furos, paranás e igarapés que formam um complexo hidrográfico compreendendo o baixo curso do rio Tocantins na confluência com o rio Pará. Pela força da tradição cultural e em virtude de sua configuração, formada por dezenas de ilhas, a porção insular do município de Abaetetuba é conhecida localmente como “**ilhas de Abaetetuba**”.

Mapa 3. Localização das ilhas de Abaetetuba – PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Conforme se pode observar no Mapa 1, a porção insular deste município é composta por um conjunto de ilhas as quais são entrecortadas por uma complexa rede de canais fluviais formada por rios, igarapés, paranás e furos em sua maioria navegáveis. O maior rio que entrecorta a porção fluvial do município é o rio Pará, seguido pelo rio Maratauíra onde, à sua margem direita, está situada a sede municipal, cidade de Abaetetuba. O lendário rio Maratauíra abrigou dezenas de engenhos de cachaça durante a fase áurea da economia da aguardente na região, aspecto que será analisado no capítulo III.

A partir destes dois rios se irradiam dezenas de canais fluviais secundários e terciários, como destaque para rios como Ajuai, Maracapucú, Tucumanduba, Anequara, rio da Prata, Urubuéia, Paramajó, Arumanduba, Guajará, Rio Abaeté, Arumanduba, Tauerá, Piquiarana, Itacuruçá, dentre outros. É a partir destes rios que se configura a área de estudo compreendendo as ilhas de Várzeas de Abaetetuba.

Tendo a insularidade como uma característica marcante, a porção fluvial do município de Abaetetuba é constituída predominantemente por terrenos de várzea formados por extensas áreas úmidas, periodicamente inundadas, que sofrem influência diária dos movimentos de marés (enchente e vazante). O relevo predominante é formado por uma topografia plana, representada por formas típicas de tabuleiros (baixos platôs) terraços e várzeas que integram a estrutura geológica da planície amazônica. As terras mais altas das ilhas não excedem a três metros sobre o nível máximo das marés, ou seja, trata-se de uma área constituída de terras baixas, sujeitas ao constante regime de marés que inundam a várzea baixa duas vezes ao dia. Os solos mais comuns são os solos hidromórficos de formação quaternária situados em várzeas ou terraços.

Por se tratar de um contexto tipicamente ribeirinho as ações concretas do cotidiano encontram-se profundamente atrelada à dinâmica dos rios. Todavia, a relação dos moradores locais com os cursos d'água traduz não apenas uma relação de proximidade, mas igualmente uma relação de existência onde tudo parece estar em função do rio. O próprio ordenamento das casas, em sua maioria construídas em madeira, segue a direção natural dos cursos d'água.

Nesse contexto o rio, o igarapé, o furo, não são apenas caminhos do “ir” e “vir”, mas igualmente constituem parte integrante do próprio modo de ser e de viver dos grupos locais. Os períodos da vazante e da enchente indicam o momento de partida ou saída de barcos, canoas e pessoas. Assim, o rio é importante elemento da identidade territorial ribeirinha, além de representar dimensão primordial da sobrevivência cotidiana entre estes agentes, conforme relata um morador das ilhas de Abaetetuba:

O rio pra nós é nossa alma (...), é dele que tiramos o sustento e de cada dia. Mas não só isso: nossos laços culturais estão presos ao rio e pra gente aqui tudo depende do

rio: qualquer viagem, a pesca, o lazer, tudo depende do rio. Pra mim é muito gratificante poder ter um rio como uma parte de nossa vida, como um presente de deus (MORADOR DA COMUNDIADE DE MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA em 18/07/2021).

Desse modo o rio assume múltiplas significações que estão para além de sua dimensão concreta, fenomênica. Em resumo significa dizer que para os ribeirinhos o rio não traduz não apenas uma relação de proximidade, mas, igualmente, uma relação de pertencimento, de existência.

De maneira geral a maioria das localidades das ilhas de Abaetetuba possuem residências familiares simples em forma de palafitas localizadas às margens dos rios, como se pode notar nas imagens A, B, C e D (figura 1).

Figura 1. Fotografias de casas ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: pesquisa de campo, 2021.

Mas além das moradias ribeirinhas, outras edificações, tais como barracões, escolas, igrejas, olarias etc., também fazem parte da configuração territorial local. Os meios de transporte como canoas, barcos, rabetas, botes, batelões, lanchas e outros, conferem uma face ribeirinha a esta configuração.

O abastecimento de água para consumo se dá diretamente do rio uma vez que o município não dispõe de sistema de tratamento de água que atenda as famílias das ilhas. Da mesma forma não existe nas ilhas um sistema de coleta de lixo nem tampouco atendimento adequado de saúde e educação; questões que traduzem demandas históricas das comunidades ribeirinhas do município.

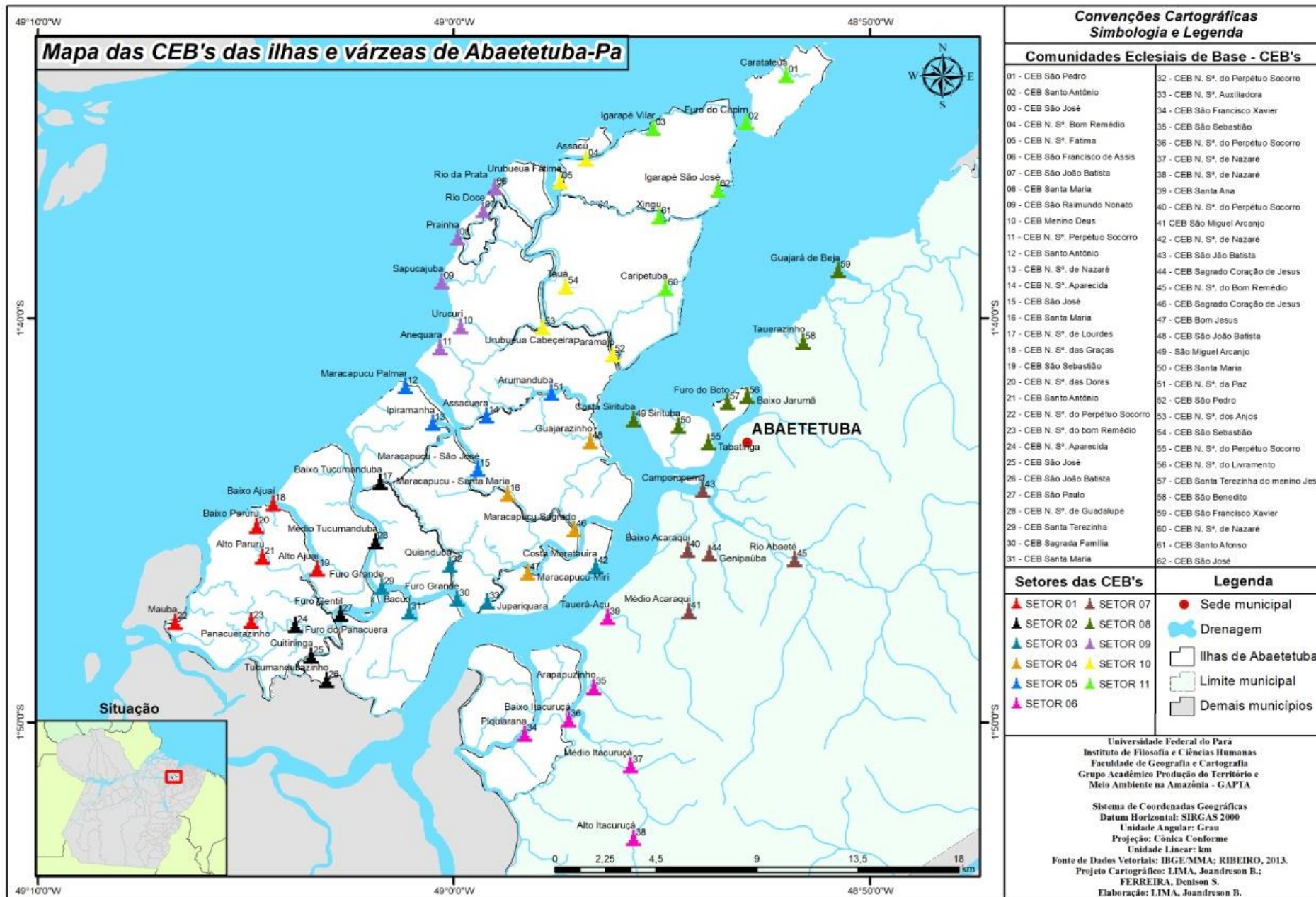
A chegada da energia elétrica representa um acontecimento recente (a partir de 2017) e a maioria das residências ainda não dispõem desse serviço. Nas localidades mais distantes da sede municipal, como os rios Maúba, Ajuai, Paruru, dentre outros, os moradores só passaram a dispor de energia elétrica quando se organizaram alocando recursos próprios assim viabilizar as redes físicas de conexão de energia, uma demanda histórica de centenas de famílias que nunca puderam contar com apoio governamental nesse sentido.

Do ponto de vista da organização espacial os moradores das Ilhas, aproximadamente 40 mil (de acordo com lideranças comunitárias locais) vivem em pequenos agrupamentos comunitários dispersos ao longo dos rios cuja organização social exemplifica aquilo que Wagley (1988) conceitua de comunidade amazônica. É no contexto destas comunidades que a vida em social ganha sentido e onde as tramas de relações sociais assumem dimensões concretas. Ali os habitantes educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos por valores e tradições comuns. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos da vida social aparecem interligados dando significado à vida cotidiana.

Cumprе ressaltar, que pelo fato de ser a porção insular deste município constituída por dezenas de ilhas fluviais, é comum que o termo *comunidade* seja empregado localmente enquanto sinônimo de *ilha*. Todavia é preciso esclarecer que a denominação *ilha* refere-se apenas a um aspecto da configuração espacial que circunscreve a porção insular deste município; ao passo que o sentido do termo comunidade é compreendido para além do aspecto fenomênico da paisagem, da localização absoluta, referindo à existência das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) instituídas sob o incentivo de seguimentos da igreja católica ligados à Diocese de Abaetetuba a partir da década de 1960-70 (temática que será debatida no IV capítulo da tese).

Nas ilhas de Abaetetuba, assim como em tantos outros lugares da Amazônia tocantina, a organização social e territorial ribeirinha se dá exatamente em torno destas comunidades. Atualmente existem aproximadamente 62 (sessenta e duas) CEBs nas ilhas de Abaetetuba (mapa 4) as quais se encontram configuradas sob a área de atuação da Paróquia Rainha da Paz, Diocese de Abaetetuba.

Mapa 4. Comunidades Eclesiais de Base das ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Como se pode observar no mapa 4, estas CEBs das ilhas de Abaetetuba encontram-se territorialmente organizadas em 11 setores, de acordo a classificação adotada pela Paróquia Rainha da Paz, das ilhas de Abaetetuba. Esta classificação leva em conta o critério de proximidade física entre estas comunidades de modo a facilitar a organização interna a cada setor assim como a própria atuação de coordenação paroquial no que tange à organização das CEBs como um todo, como, por exemplo, a realização de eventos religiosos e sociais comuns a todas as comunidades cuja responsabilidade de organização fica a cargo das respectivas comunidades que integram cada setor em parceria com a Paróquia das ilhas.

Na maioria dos casos as comunidades são identificadas não pelos rios, mas pelo nome do respectivo santo padroeiro cultuado entre os habitantes locais. Assim, há casos em que as comunidades situadas em um mesmo rio recebem denominações diferentes. Citamos o exemplo do furo do Maracapucú (um dos canais fluviais que conecta o rio Pará ao rio Maratauíra) onde existem seis (6) comunidades as quais são identificadas de acordo com seus respectivos santos padroeiros, conforme se pode observar no mapa 4.

Os chamados centros comunitários (constituído geralmente pela igreja ou capela; barracão e arraial) situadas às margens dos rios, furos ou igarapés, caracterizam importantes símbolos espaciais que denotam a existência das CEBs enquanto elemento constituinte da territorialidade ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba.

Figura 2. Fotografia do Centro comunitário da CEB S^a Terezinha, rio Furo Grande, ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: Costa & Bahia (2010).

Enquanto símbolo espacial da identidade ribeirinha na região, a existência destas pequenas igrejas demarca a representatividade dos costumes católicos que guardam importantes relações com o passado colonial. A partir da fundação de Belém, em 1616, e mais precisamente da segunda metade do século XVII, os padres jesuítas, respaldados em uma série de alvarás e decretos, passaram a estabelecer aldeamentos na região (como o Aldeamento Abaetés, onde fica a atual sede do município de Abaetetuba; Samaúma, atual Vila de Beja; Mortigura e Aruans, às proximidades do atual município de Barcarena). Com a destituição do poder dos jesuítas na Amazônia, em 1759, o catolicismo já havia sido imposto sobre as populações descendentes dos aldeamentos. No entanto com a ausência dos missionários no interior da Amazônia a religiosidade popular reinventa os costumes católicos culminando com a emergência de um catolicismo de base popular que se expandiu para diversas áreas da região, conforme destaca Pereira (2014). Com o passar do tempo a difusão deste catolicismo culminou na constituição das chamadas *irmandades de santos*, que de acordo com Souza (2002, p. 66), “eram instituições laicas que se encarregavam de organizar de ano a ano as festas de santos, que consistiam em momentos de devoção popular e de festejos” (voltaremos a esse aspecto no capítulo II).

Todavia o culto aos santos, elemento que se manteve também no interior das irmandades, parece ser uma herança direta do regime das missões, tal como corrobora Pereira (2014). Esta herança é ressignificada no contexto das comunidades ribeirinhas espalhadas pelo interior da Amazônia, como na Amazônia tocantina e particularmente em Abaetetuba, onde as Irmandades tiveram importante representatividade atravessando o século XIX até por volta da década de 1960, conforme analisam Costa e Bahia (2010).

As CEBs surgiram somente a partir do final da década de 1960, quando seguimentos da igreja católica ligados à Diocese de Abaetetuba, inspirados nos princípios da teologia da libertação, passaram a incentivar um novo sistema de organização eclesial nestas áreas que buscou substituir sistematicamente as antigas *Irmandades* por Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (aspecto que será debatido no IV capítulo da tese). No município de Abaetetuba estas comunidades foram sendo fundadas a partir principalmente da criação da Prelazia de Abaeté em 1961 (que em 1982 foi transformada na atual Diocese de Abaetetuba). Por volta de 1970 existiam aproximadamente 23 Comunidades Eclesiais de Base nas ilhas de Abaetetuba. Na década de 1980 já eram 44 e a partir dos anos 2000 estas comunidades se fortaleceram ainda mais de modo a contabilizar atualmente (2021) mais de 60 CEBs instituídas pela Paróquia das Ilhas, conforme mostra o mapa das CEBs (mapa 4).

Com a formação das CEBs, os ribeirinhos das ilhas passam a se organizar coletivamente através de grupos de evangelização e de mobilização política sob o incentivo da Diocese de Abaetetuba. Com o passar do tempo estes movimentos foram se fortalecendo de modo a contribuir de maneira decisiva na organização política das comunidades locais. Um importante exemplo pode ser dado através do processo de mobilização dos grupos locais em função do processo de regularização fundiária das ilhas e várzeas de Abaetetuba que culminou na criação dos chamados Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) no município a partir de 2004 no contexto de implementação do segundo Plano Nacional de reforma Agrária (PNRA, 2003) durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006) (temática que analisaremos também no capítulo IV).

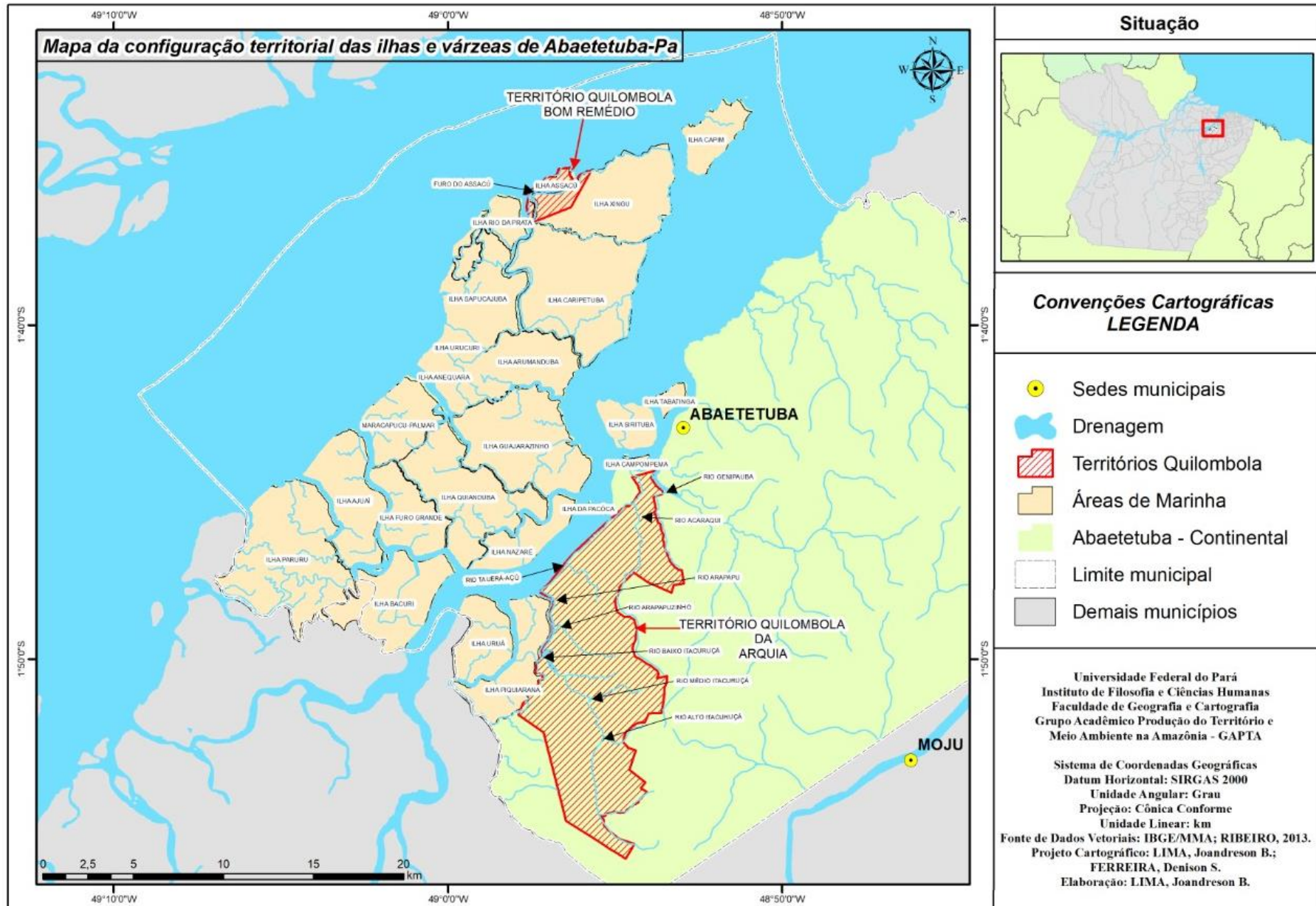
Paralelo à organização das CEBs, destacamos também outro aspecto que compõem a configuração territorial ribeirinha das ilhas de Abaetetuba que diz respeito ao ordenamento fundiário, compreendido entre as terras continentais e insulares. De acordo com este ordenamento a quase totalidade das terras das Ilhas de Abaetetuba constitui-se como terra de marinha, ou seja, da União.

Cabe ressaltar que, assim como as ilhas de Abaetetuba, parte das terras circunscritas em áreas insulares da Amazônia tocantina inclui-se na classificação “terra de marinha” sendo assim demarcada como Patrimônio da União, definidas pelo Decreto-Lei n. 9.760/1946. Esta classificação leva em conta, dentre outros aspectos, o fato destas áreas estarem sob influência direta de marés, ou seja, em áreas insulares. Significa que os moradores destas áreas, como nas ilhas de Abaetetuba, não dispõem de título definitivo da terra e sim de um *Termo de Autorização de Uso Sustentável* (TAUS) emitido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) – voltaremos a esse ponto nos capítulos subsequentes.

Segundo dados da SPU (2010), o município Abaetetuba é o município com o maior número de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) emitidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) além de contar com 20 Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs), todos situados nas ilhas (mapa 11, capítulo IV). O processo de criação destes projetos teve o pioneirismo do município de Abaetetuba em grande medida graças às mobilizações dos movimentos sociais locais, com destaque para o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) instituído legalmente em 2006.

Porém, além das terras da União, existe na área de várzea do município uma porção de terra que faz parte da área demarcada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) como Território Quilombola das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba titulado em nome da Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas Abaetetuba – ARQUIA (veja-se no mapa 5).

Mapa 5. Configuração fundiária nas Ilhas e Várzeas do município de Abaetetuba - PA.



Fonte:

Em relação às terras demarcadas como áreas quilombolas, estas estão compreendidas principalmente na porção continental do município de Abaetetuba, como exceção da comunidade Bom Remédio, situada na Ilha Xingu. Esta é constituída pelas seguintes comunidades: Bom Remédio, Baixo Itacuruçá, Campompema, Genipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu, rio Tauerá-Açu.

O território da ARQUIA tem uma área de pouco mais de 12 mil hectares, onde segundo dados da associação, vivem aproximadamente 1.700 famílias e uma população próxima de 7.500 pessoas. A luta política pelo reconhecimento e titulação das terras onde se encontram inseridas estas comunidades se iniciou desde os anos de 1990, quando lideranças da Comissão Pastoral da Terra da Região Guajarina (CPT Guajarina) passaram a promover encontros de formação social mobilizando lideranças comunitárias locais em defesa dos direitos fundiários dos moradores locais. No início dos anos 2000 lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em parceria com a Paróquia Rainha da Paz (das ilhas de Abaetetuba) promoveram alguns estudos que tinha como objetivo resgatar a história dos habitantes antepassados da região. Os resultados destes estudos ratificaram a descendência quilombola dos ribeirinhos da região, especialmente dos moradores do entorno do rio Alto Itacuruçá, Baixo Itacuruçá, Acaraqui, Arapapu, Genipaúba e Tauerá-Açu. Assim teve início as mobilizações políticas junto aos órgãos competentes que culminou no reconhecimento e titulação destas áreas pelo ITERPA em 2002, em nome da ARQUIA.

Conforme analisaremos nos próximos capítulos, o processo de formação territorial das comunidades quilombolas locais possui correlações com diversos acontecimentos históricos compreendidos no contexto da Amazônia Tocantina. Dentre estes poderíamos destacar: a fuga de escravos de possessões coloniais; o movimento da Cabanagem (1835-1840) e o desenvolvimento de atividades agrárias incentivadas pela coroa portuguesa a partir de meados do século XVIII, especialmente das lavouras de cana de açúcar e fabricação de cachaça que durante mais de dois séculos assumiram importante destaque econômico no município de Abaetetuba, tal como analisaremos nos capítulos III. Além das políticas oficiais de inserção do negro na região, o regime de submissão ao trabalho nas possessões coloniais resultou na fuga destes e conseqüente formação de quilombos no interior da floresta, assim como nas beiradas dos rios (SALLES, 2004; PINTO, 2004; 2010), contribuindo com o processo de formação destas comunidades, aspecto que também retomaremos nos capítulos subsequentes.

Assim, a exemplo de tantos outros lugares da Amazônia, nas ilhas de Abaetetuba existe uma rica sociodiversidade oriunda da descendência indígena, negra e europeia. Por isso, longe de parecerem homogêneas, do ponto de vista de suas dinâmicas internas, estas

comunidades promovem na atualidade uma rica diversidade de costumes, crenças e hábitos que resguardam importantes correlações com o passado traduzindo formas múltiplas de produção do espaço na contemporaneidade.

Em pesquisa anterior (FERREIRA, 2014), analisamos alguns aspectos relativos à dinâmica espacial local considerando, por exemplo, a diversidade de costumes, crenças e hábitos que permeiam o cotidiano ribeirinho. A título de exemplificação poderíamos citar a diversidade de costumes ligados às manifestações religiosas que traduzem a existência de uma espécie de sincretismo cultural em âmbito das ilhas que demarcam as heranças dos costumes de originalidade indígena, europeia e africana. Destacamos aqui o exemplo da Comunidade de alto Itacuruçá, uma das dezenas de comunidades existentes nas ilhas de Abaetetuba. Em visitas empíricas realizadas nesta comunidade constatamos que a religiosidade afrodescendente ainda constitui importante expressão dos costumes e tradições quilombolas que atravessam gerações coexistindo com outras formas de expressões religiosas manifestadas nas áreas ribeirinhas do município. A exemplo dessa coexistência, ou/e de um sincretismo religioso existente na comunidade, destacamos a manifestação de ritos característicos da religiosidade afrodescendentes por ocasião dos festejos de santos padroeiros ocorridos anualmente nas comunidades locais, a exemplo dos festejos de N^a. S. de Nazaré, Santa padroeira das comunidades do Alto Itacuruçá. O exemplo de Itacuruçá é alusivo da complexidade que permeia o modo de ser e de viver entre os moradores das mais de 60 comunidades das ilhas.

Através do cotidiano é possível vislumbrar traços ou marcas do passado que são invisíveis ou opacas, porém relacionais e representativas do processo de produção do espaço ribeirinho na contemporaneidade. Estes traços são compreendidos em âmbito das relações sociais que permeiam as territorialidades do modo de vida ribeirinho.

A viagem pelos “caminhos das águas” que entrecortam as ilhas pode revelar muitas surpresas e curiosidades. Ali os barcos, as rabetas¹ e as pequenas canoas movidas à remo não apenas servem como meio de transporte, através do emaranhado de rios e igarapés, como também ditam um ritmo de realização da vida onde o movimento cíclico da natureza (estações do ano, movimento de marés, safras, entressafras, etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais.

Num olhar apressado de quem viaja pelos rios em direção às comunidades locais o cotidiano ribeirinho pode parecer estar “parado” na moldura do tempo. As pequenas palafitas

1 “Rabeta” é uma denominação dada a um tipo de embarcação motorizadas que navega os rios da Amazônia, com capacidades em média de 10 à 20 pessoas. Em geral navegam com rapidez em relação às outras embarcações de pequeno porte devido principalmente ao seu formato e ao seu tamanho.

de “poucas paredes”, o colorido das pequenas canoas que “teimam” em lutar contra a força das águas, tudo expressa um ritmo lento e cíclico, onde a pressa parece não existir e o tempo do relógio parece concorrer com o tempo da natureza, pois a maré é o relógio que regula os horários; e é no movimento das águas que a vida pulsa. Aí o tempo pode ser aquele da espera ou da procura: o espera da enchente ou da vazante, do inverno ou do verão; ou o tempo da procura dos cardumes de peixes, a hora de “revistar” os “matapis” na busca do alimento, conforme se observa nas imagens da figura 3.

Figura 3. Fotografias da Pesca de “matapi” realizada por ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: Pesquisa de Campo 2021.

É nesse contexto, que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos, as práticas de uso dos recursos naturais. São peculiaridades de um modo de vida intimamente ligado à dinâmica dos rios.

Ocupando e vivendo em áreas relativamente afastadas dos núcleos urbanos, às margens dos rios e igarapés, os ribeirinhos das comunidades das ilhas de Abaetetuba interagem e mantêm relações sistemáticas com diferentes ecossistemas de várzea e de terra-firme com os quais têm acesso; ambientes estes que fazem parte do cotidiano e constituem importantes aspectos da dinâmica espacial local. Suas histórias, diversidade social, cultural, econômica, territorial, etc. refletem o jeito de ser e de viver nestas áreas, constituindo especificidades múltiplas, tipicamente amazônicas e variavelmente complexas em suas tramas cotidianas.

Costumes e valores expressos no cotidiano remetem a essa diversidade. Objetos e apetrechos confeccionados e utilizados pelos ribeirinhos na garantia das condições materiais de existência, como peconha, matapi, parí, redes de lancear; bem as práticas de lancear, gapuiar, pescar, extrair, dentre outras, materializam os fazeres ribeirinhos junto à natureza, seja na terra, na água ou na terra-água que são as várzeas.

As interações estabelecidas com os centros urbanos próximos, como a cidade de Abaetetuba e Igarapé-Miri, denotam os atravessamentos diários pelos caminhos das águas. Esses atravessamentos inserem o movimento social, econômico e cultural ribeirinho numa realidade cotidiana imersa entre o mundo rural e o mundo urbano. Neste contexto emergem valores e costumes, como acordar cedo para ir vender o açaí, o camarão, o peixe, dentre outros produtos de originalidade ribeirinha.

Cruz (2006) ao analisar o cotidiano ribeirinho, ressalta a afetividade e o valor simbólico que os sujeitos mantêm com a natureza, e principalmente com os rios. Suas representações e atitudes revelam vivências e posturas coletivas ou costumes em comuns (THOMPSON, 1998) diante dramas sociais do cotidiano. O sentido de valor ao espaço do cotidiano encerra o uso e a afetividade individual e coletiva. Os cursos d'água demarcam ou apontam um tempo em que o ritmo e a organização social se interligam. Os períodos da vazante e da cheia indicam o momento de partida ou saída de barcos, velas, canoas e pessoas. O ciclo da natureza faz com que se plante e se colham determinadas culturas. Também a dinâmica fluvial define a hora da venda, dos negócios de muitas cidades, as quais se expandiram aproveitando as vantagens naturais.

Os aspectos referidos pela autora acima citada ressaltam o elemento rio na composição do modo de vida ribeirinho. Ele expressa a relação sociedade e natureza, é o espelho das diversas formas de paisagem ribeirinha, que pode ser traduzida no uso múltiplo de tempos e de espaços em que são materializadas as atividades produtivas, como a pesca e a agricultura vinculadas às dimensões simbólicas, principalmente à ordenação do mundo vivido.

Nunca é demais lembrar que uma das principais características que permeia a dinâmica ribeirinha na Amazônia, apontado por Furtado (1993), é a complementaridade de diversas atividades econômicas em diferentes setores produtivos. No caso das ilhas de Abaetetuba esta realidade se faz presente na medida em que os moradores das comunidades locais estabelecem estratégias de sobrevivência tanto na água quanto na terra e na floresta, dependendo da época do ano, pois a dinâmica de uso dos recursos naturais está intimamente ligada ao tempo da natureza e seus movimentos cíclicos, como a enchente e vazante, a safra e entressafra, o verão e o inverno. Exemplo: em período de safra de açaí, no chamado verão

amazônico, que compreende os meses de julho a dezembro, o cultivo do açaí ganha destaque em relação às demais atividades produtivas desenvolvidas pelos ribeirinhos. Já no período da entressafra, que compreende o inverno amazônico, nos meses de janeiro à junho, os moradores ribeirinhos passam a desenvolver outras atividades complementares, como a pesca, agricultura e coleta de frutos. Da mesma forma em período de marés altas, ou em período de enchentes excepcionais quando o pescado fica mais escasso, os ribeirinhos se voltam a outras atividades, pois, como eles mesmos falam “nem sempre o mar estar para peixe”.

Ocorre que, exatamente em função destes movimentos cíclicos, em períodos de safra de açaí a dinâmica de uso dos recursos naturais é redirecionada em razão da ênfase dada a esta atividades em detrimento de outras formas de uso dos recursos acionadas no contexto pelos moradores locais. Isso não significa que os ribeirinhos deixem de desenvolver outras atividades voltadas à sobrevivência, porém a possibilidade de rentabilidade advinda com a venda do açaí entre os meses de agosto a dezembro (período de safra) tem implicações diretas no redirecionamento dessa dinâmica.

A fala de um morador de uma localidade ribeirinha do município de Abaetetuba envolvido nesse contexto remete a realidade,

(...) a gente aqui trabalha com pesca e com açaí, dependendo do período do ano (...) no verão a gente dar mais atenção ao açaí porque a gente tem como conseguir um dinheiro com a venda (...) mas no inverno a gente se vira principalmente na pesca e em outros trabalhos pequenos até chegar novamente o verão... (MORADOR DO RIO MAÚBA, ILHAS DE ABAETETUBA, em 11/04/2019).

A ênfase dada ao cultivo do açaí implica no reordenamento do tempo despendido, por exemplo, em atividades como a pesca, a coleta de frutos, a agricultura subsistente, dentre outras atividades produtivas. Isso sugere que o açaí exerce centralidade relativa podendo resultar em conversão e reconversão laboral dependendo da época do ano.

A importância dada ao agroextrativismo do açaí pode ser revelada na própria paisagem local, dominadas por terrenos de açaiçais. Pouco resta da cobertura vegetal primitiva predominando nas ilhas florestas secundárias adaptadas ao ecossistema de várzea. Neste contexto o açazeiro (*Euterpe oleácea* Mart) predomina em até cinco vezes em relação às outras espécies típicas do sistema de várzea local. Esta espécie se desenvolve naturalmente margeando os rios e dominante os terrenos de várzea. Nesses locais se encontram densos “maciços naturais” conhecidos como açaiçais, que se adaptam às condições elevadas de temperatura, precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar. Ocorrem naturalmente às margens dos rios furos e igarapés em função da fertilização natural pela subida e descida da maré duas vezes ao dia.

Figura 4. Fotografia de açaiçais à margem do rio nas ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: pesquisa de campo 2021.

Sanches (2005) sublinha que existem cerca de 100,000 km² de floresta inundável de açai no estuário amazônico. Estas áreas ocupadas por populações que habitam permanentemente estas áreas e dependem do açai como recurso natural na garantia da sobrevivência, seja como componente básico da alimentação diária (consumido com peixe, camarão e farinha de mandioca), seja como alternativa econômica complementar às demais atividades desenvolvidas no âmbito destas localidades. Nas ilhas de Abaetetuba o cultivo do açai assume importância fundamental. A dinâmica que envolve esta atividade reflete uma nova fase de inserção da economia ribeirinha local à lógica de mercado que, dentre outras implicações, reordena as antigas práticas de uso dos recursos ao passo que redefine a própria dinâmica espacial nestas áreas.

O exemplo do agroextrativismo do açai é pertinente para exemplificar algumas estratégias usadas por significativa parcela das populações ribeirinhas da Amazônia tocantina no provimento de meios de sobrevivência a partir de atividades produtivas complementares em diferentes setores produtivos. A partir destas estratégias as populações locais, nas condições de pescadores, agricultores e extrativistas, aproveitam os movimentos da natureza (safra de peixes, camarão, açai, de frutas, criação de animais, entre outras) estabelecendo relações sistemáticas com a natureza que delas exigem criatividade e constante readaptação frente às condições adversas, como a escassez cada vez mais latente dos recursos naturais e a ausência de políticas públicas que na maioria das vezes não levam em conta suas demandas sociais.

Reconhecer as peculiaridades do espaço vivido enquanto parte da dinâmica espacial ribeirinha em âmbito das comunidades locais não significa “reduzir” o cotidiano às temporalidades ecológicas ou mesmo às “excentricidades” do lugar; haja vista que esse dinamismo se encontra profundamente atrelado ao tempo social que por sua vez remete ao conjunto de relações historicamente determinadas, ou seja, ao espaço socialmente produzido, foco principal da análise aqui proposta. A ideia de produção implica em realização efetiva de trabalho. Torna-se oportuno ratificar que a categoria trabalho na visão de Marx & Engels (1984), Marx (1996) e de maneira especial na visão de Lefebvre (2006; 2008), constitui, em princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço/ sociedade. O trabalho enquanto categoria de análise não se reduz a exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz à compreensão da própria gênese humana.

Nesse contexto, os mesmos ambientes que constituem bases fundamentais da sobrevivência dos grupos ribeirinhos através do uso comum dos recursos naturais são disputados agora pelo capital hegemônico sob o signo dos grandes empreendimentos do agronegócio na região. O avanço da fronteira econômica sobre os territórios de vida das populações ribeirinhas nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1960-70, tem ensejado a emergência de disputas territoriais cada vez mais latentes. Citamos aqui o caso das disputas que se delineiam no contexto do município de Abaetetuba envolvendo as comunidades que vivem ao entorno da ilha Xingu (uma das dezenas de ilhas que integram a porção insular do referido município) e a multinacional Norte-Americana Cargill que busca implantar um Terminal de Uso Privado-TUP na referida ilha à revelia dos interesses e das demandas dos moradores locais (temática que será debatida no capítulo IV). Assim poderíamos dizer que a partir dos rios se engendram temporalidades e espacialidades múltiplas, traduzindo a complexidade do processo contemporâneo de produção do espaço ribeirinho em âmbito das ilhas e várzeas de Abaetetuba.

Nesse sentido, considera-se que o reconhecimento contemporâneo das condições materiais e simbólicas de existência destes povos requer que se leve em conta, dentre outros, suas temporalidades e suas territorialidades em meio aos constantes processos de transformações que se colocam em questão no contexto da região e que de algum modo contrariam suas formas de ser e de viver consideradas “irracionais” frente aos desígnios da lógica capitalista e dos padrões urbano-industriais vigentes.

Daí então a necessidade de se levar em conta tanto as desigualdades quanto as diferenciações relativas ao modo não equânime como o lugar se insere na totalidade. É considerar o espaço vivido e o espaço percebido; o espaço concreto e o espaço abstrato; a dimensão funcional e a dimensão simbólica inerente às relações sociais, como processos que engendram dinâmicas espaciais dialéticas empiricizadas na dinâmica do lugar, como nas ilhas de Abaetetuba.

Com isso, queremos chamar a atenção para a presença de formas de ordenações temporais, que, nas feições internas do espaço ribeirinho, se conjuntam e disjuntam de modo dialético, numa relação de convivência e/ou de domínio: tempo natural e tempo social enquanto ordenações simultâneas e ambivalentes do ritmo social e do processo de produção do espaço.

Assim, ao descrever parte das tramas do cotidiano ribeirinho torna-se oportuno levar em conta os ritmos que o animam, os sentidos que o sustentam. Nesse contexto encontram-se imersas não apenas as diferenciações relativas ao cotidiano vivido, mas igualmente as desigualdades e contradições sociais que existem permeando suas temporalidades e espacialidades; os conflitos e hierarquias, muitas vezes velados, disfarçados ou traduzidos em relações ritualizadas e rotineiras. Isso tudo nos remete aos escritos de Limonad & Lima (2003) quando assinalam que

(...) a escala cotidiana, do lugar de vida, congrega em si o próximo e o distante à medida que os homens se alienam e deixam absorver pela rotina, pela repetição, necessária à reprodução biofisiológica e ao mesmo tempo estes mesmos homens libertam-se extravasam suas necessidades através da festa e do encontro, e de uma certa forma rompem com esta rotina do cotidiano (p. 99).

É o entrelaçamento entre a ordem próxima e a ordem distante que permite pensar em produção (social) do espaço ribeirinho. Tal processo envolve a análise da forma-conteúdo do espaço articulando-se à escala do espaço percebido, do vivido e do concebido. Fundamentado em Lefebvre (2001; 2006; 2008), Santos (1979) ratifica a indissociabilidade entre forma e conteúdo do espaço. Salienta que as formas espaciais constituem heranças do passado, porém, adverte este autor, estas não têm as mesmas significações ao longo da história do país, da região, do lugar, representam a acumulação de tempo e sua compreensão depende do que foram as divisões do trabalho. Assim,

(...) seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...) Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-43).

Assim, enquanto a forma garante a visibilidade ao espaço, o conteúdo é o aspecto revelador dos usos, significados que corroboram a materialidade. Sintetizando os argumentos seria dizer que as formas espaciais representam a expressão de um conteúdo social que se renova continuamente e que somente pode ser dimensionado quando se leva em conta a indissociabilidade entre espaço e tempo.

A interação entre forma e conteúdo só pode ser compreendida quando iluminada pela produção do espaço. Por isso, o espaço não pode ser entendido como mero receptáculo, palco, substrato onde “acontecem” as ações humanas, mas como condição, meio e produto de relações sociais, as quais animam e recriam o espaço cotidianamente.

Nas ilhas de Abaetetuba, esta indissociabilidade entre forma e conteúdo pode ser revelada na própria paisagem do cotidiano ribeirinho, em objetos como as embarcações, as casas em palafitas, as pequenas canoas, os trapiches, as igrejas dispersas às margens dos rios, além do emaranhado de canais fluviais a partir do qual é possível contemplar um labirinto de águas e florestas. Novamente retomamos ao exemplo das pequenas igrejas que demarcam a existência das CEBs nas ilhas de Abaetetuba. Estas traduzem heranças, rastros, vestígios, traços e marcas do passado impressos na presente configuração territorial local remetendo assim seu significado ao próprio espaço socialmente produzido, aspecto que será retomado nos no decorrer da Tese.

Antes de concluir este capítulo é preciso dizer que as paisagens ribeirinhas, embora possam parecer “paradas” na moldura do tempo, são representativas das vivências e experiências manifestadas no espaço vivido e, assim sendo, podem refletir relações sociais materializadas no lugar. Também é importante frisar que estas paisagens não possuem autonomia de significação pelas coisas que o formam, sendo necessário associá-las ao espaço abstrato, hierarquizado, ou seja, ao espaço socialmente produzido. O exercício proposto nos capítulos subsequentes representa uma tentativa de “desnaturalizar”, desmistificar este espaço considerando as tramas de relações sociais que ao longo do tempo contribuíram para pavimentar as bases de produção (social) do espaço ribeirinho.

CAPÍTULO II

3. ENTRE SESMARIAS, ALDEAMENTOS E VILAS: O ESPAÇO RIBEIRINHO NO VALE DO TOCANTINS COLONIAL

O processo de conquista e colonização portuguesa da Amazônia, inaugurado de maneira mais efetiva com a fundação de Belém, em 1616, é considerado, indelevelmente, um marco fundamental do processo de produção do espaço ribeirinho na região, de modo particular em âmbito da Amazônia tocantina onde se insere a área de estudo. Ao longo de mais de dois séculos os colonizadores europeus estabeleceram estratégias diversificadas de domínio sobre região e particularmente sobre as populações habitantes das margens dos rios, como a criação de aldeamentos, missões, fortins militares, capitânicas e sesmarias, vilas, além de unidades político-administrativas nucleares a partir das quais se ordenavam as ações políticas de controle sobre a região (como foi o caso da criação dos Estados do Maranhão e Grão-Pará, em 1654, e do Grão-Pará e Maranhão em 1751). Nesse contexto os ribeirinhos muitas vezes foram tratados como “assuntos de Estados” (ARENZ, 2000), tendo suas condições de vida subjugadas face às ordenações espaciais impostas no tocante do projeto colonial português.

Assim, a produção do espaço ribeirinho vai se ordenando à medida que o colonizador português destrói em grande parte *os territórios indígenas* e constrói *territórios* assentados em projetos coloniais globais (MIGNOLO, 2003). O delineamento deste processo traduziu descontinuidades, rupturas, submissões, abandonos, destruições e muitas outras mazelas sociais que ao longo do tempo deixaram marcas no tempo e no espaço influenciando de maneira significativa a trajetória de existência dos múltiplos segmentos sociais historicamente estabelecidos na região, como as populações ribeirinhas.

É sobre este aspecto que dimensionamos a construção deste capítulo cujo principal objetivo é analisar as bases iniciais de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina, de modo particular na área de pesquisa, tomando como referência o processo de colonização portuguesa da região pós-fundação de Belém (1616). Daremos ênfase de maneira mais especial ao processo que marcou o estabelecimento de capitânicas, aldeamentos e vilas entre meados do século XVII até por volta do final do século XVIII com a destituição da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão, importante símbolo do monopólio português sobre o território colonial amazônico.

Trata-se de um primeiro momento de reconstituição do processo de produção do espaço ribeirinho a luz do método regressivo progressivo-regressivo proposto por Lefebvre (1978) e assumido aqui como horizonte teórico metodológico de construção da tese.

Vislumbra-se a partir a partir da construção deste capítulo estabelecer um debate sobre a trajetória de existência destas populações sob o prisma da produção do espaço considerando a inserção destas populações no contexto mais amplo de produção do espaço regional e ao mesmo tempo buscando dar ênfase às especificidades desse processo em âmbito da área de pesquisa. Temos ciência, porém, dos desafios dessa empreitada, posto o exercício de reduzir tais processos a periodizações históricas pode ocultar certas permanências que coexistem e que são recriadas por novas complexidades. Por isso a reconstituição aqui proposta representa um exercício inacabado, uma vez que compreende processos complexos que ensejam mudanças e permanências em meio a uma realidade em constante processo de transformação.

A análise tem como recorte empírico amplo o contexto espacial que circunscreve o chamado Vale do Tocantins Colonial, onde se encontra inserida as ilhas de Abaetetuba. Esta formação geográfica da Amazônia é considerada uma das mais antigas áreas de colonização do Pará, a qual, conforme caracterização de Ângelo-Menezes (1994, 2000), compreende as povoações coloniais de Barcarena, Conde, Beja, Abaetetuba, Moju, Acará, Igarapé-Miri e Cametá, situadas entre rio Tocantins e seus afluentes e a cidade de Belém do Pará. A trajetória de formação territorial do Vale do Tocantins constituiu fator primordial para o delineamento do processo de produção do espaço ribeirinho no contexto das atuais comunidades ribeirinhas da região, de maneira especial das comunidades das ilhas e várzeas de Abaetetuba.

Para construção deste capítulo propomos, novamente, um movimento constante de análise entre o particular e o geral, ou seja, entre a ordem próxima e a ordem distante, entre o espaço concreto e o espaço abstrato. Há que se esclarecer, porém, que o próximo e o distante não representam dimensões numéricas, quantitativas que em termos do tempo significariam duração e do espaço distâncias materiais, escalas cartográficas, correlações físicas restritas ao assim chamado mundo material. Ao contrário referem-se não a quantidades, mas a qualidades, nos termos de Lefebvre (2006). Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re) produção do espaço social que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o percebido e o concebido, o hegemônico e o não-hegemônico.

Assumir essa perspectiva requer entender que o lugar por si só não possui autonomia de significação pelas coisas que os formam, mas antes de tudo pelas tramas de relações sociais que o aproximam do mundo, conforme adverte Santos (1996; 2008). Nesse sentido, buscamos analisar a produção do espaço ribeirinho não como um processo “isolado”, seja no tempo ou no espaço, mas como parte de uma complexa trama de relações sociais que se encontram imersas no contexto mais amplo de produção do espaço regional.

Buscando uma aproximação com a dialética lefebvreana, partimos do entendimento de que a produção do espaço não se reduz à produção de coisas, de objetos, nem tampouco se limita às relações espaciais imediatizadas (LEFEBVRE, 1991; 2006). Para compreender este pressuposto é necessário contrapor a visão de espaço como palco onde se desenrolam e se localizam as atividades e os fenômenos humanos. Baseado nessa perspectiva é que buscamos dar ênfase ao espaço socialmente produzido de modo a reconhecer que a produção não se dá apenas pelo fato do espaço ser habitado pelo homem, mas por ser dimensão inerente à condição humana. Daí então a compreensão de espaço não apenas palco, mas produto e condignamente de relações sociais, nos termos defendidos por Lefebvre (2006; 2008).

O capítulo está estruturado em quatro momentos. No primeiro momento apresentamos algumas considerações preliminares sobre a perspectiva de produção do espaço ribeirinho à luz dos horizontes teórico-conceituais norteadores da pesquisa, particularmente da perspectiva que suscita a compreensão de espaço enquanto construção social. O propósito é estabelecer um marco norteador de análise que ajude a dimensionar o processo de construção do espaço ribeirinho como parte de uma totalidade em movimento a partir de qual se engendra a própria concepção de espaço social.

No segundo momento propomos uma análise que visa caracterizar, em largos traços, o contexto espacial vivenciado pelos primeiros habitantes das margens dos rios antes do contato com os colonizadores. Sem a pretensão de aprofundar o debate, este tópico busca levantar questões que ajudem a refletir sobre as bases iniciais de produção do espaço entre os primeiros habitantes das margens dos rios (os índios das águas) para assim dimensionar as mudanças emergentes nesse contexto a partir do contato mais sistemático com os colonizadores pós século XVII.

No terceiro momento, foco central do capítulo, analisamos a produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina a partir do processo de colonização propriamente dito, mais precisamente a partir da fundação de Belém, em 1616, considerado marco temporal representativo a partir do qual se fundam as ações mais efetivas de conquista e controle do território na região pelos portugueses. Tomamos com base neste último momento da análise o desenrolar de três acontecimentos que marcaram a conjuntura de colonização portuguesa e, por conseguinte, a trajetória de produção do espaço ribeirinho na região. O primeiro relaciona-se a uma das primeiras formas de domínio territorial estabelecido sobre as áreas ribeirinhas do Vale do Tocantins que foi a criação de aldeamento e missões comandadas pelos missionários até por volta de meados do século XVIII; processo este que será denominado aqui de “missionarização dos rios”. O segundo processo diz respeito à criação de capitânias e sesmarias enquanto

estratégias político-administrativas adotadas pela coroa portuguesa no tocante do projeto de colonização da região, particularmente das áreas ribeirinhas do antigo Vale do Tocantins. O terceiro e último processo em questão diz respeito às transformações emergentes a partir de meados do século XVIII com a instauração das políticas pombalinas cujas ordenações contribuíram de maneira decisiva no reordenamento do processo de produção do espaço ribeirinho na região, como nas ilhas de Abaetetuba.

3.1 O espaço como construção social: apontamentos preliminares

Refletir sobre a produção do espaço ribeirinho aproximando-se da dialética espacial lefebvreaana pressupõe o envolvimento com a dimensão histórico-espacial dos processos sociais. Nesse sentido é preciso romper com a visão generalizante de espaço (frequentemente disseminada no senso comum) enquanto uma realidade material independente que existe “em si mesma” e adentrar no universo relacional de tempo e de espaço. Ou seja, para além do espaço concreto em si, é preciso considerar também o *espaço abstrato* (pensado a partir do entrelaçamento de múltiplas escalas espaciais), fragmentado em resposta à implosão de uma ordem distante (LEEFEBVRE, 2006).

Importa ratificar aqui que o sentido do termo “*produção*” não se refere a um simples ato de produzir objetos, coisa física, mas a um conjunto de relações de apropriação, de dominação, de conflitos (LEFEBVRE, 2006) que se encontra atrelado ao *espaço social*. Por isso, baseado em Lefebvre (1991; 2006) é possível dizer que o espaço é *produto* social e não se confunde com espaço-natureza. Mas é um produto que, ao mesmo tempo, intervém na reprodução desta sociedade, organizando o trabalho produtivo, as redes de distribuição, os fluxos de circulação, os lócus de consumo e de produção, etc. significa que este produto é também, dialeticamente, produtor.

Ao associar esta perspectiva de entendimento de espaço ao contexto ribeirinho torna-se necessário envolver-se com o entrelaçamento de múltiplas dimensões escalares. Daí a necessidade de dimensionar este processo enquanto parte de um movimento constante entre o particular e o geral, entre a *ordem próxima* e a *ordem distante* (LEFEBVRE, 2006). Tal desafio sugere o estabelecimento de uma correlação entre as três esferas ou três momentos da reprodução social da totalidade proposta por Lefebvre e ratificada por Limonad & Lima (2003, p. 22), quais sejam: “da reprodução da família (escala da habitação, do abrigo, da reprodução biofisiológica); da reprodução da força de trabalho e da reprodução do capital e dos bens de produção - que em si, já sinalizam para uma ordem próxima e uma ordem distante”.

Todavia, é preciso insistir que o próximo e o distante não se confundem com dimensões numéricas, quantitativas; mas, ao contrário, dizem respeito às qualidades. Estas expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re) produção do espaço social. Estas qualidades representam, como já foi dito, uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca entre a vivida e a dimensão concebida; entre o hegemônico e o não-hegemônico (LIMONAD; LIMA, 2003).

Compreender a relação entre o próximo e o distante a partir da perspectiva da qualidade, não da quantidade, é um desafio que se impõe quando se fala da produção do espaço, de maneira especial do espaço ribeirinho, pois este exercício não pode se tornar uma tarefa meramente empírica, nem tampouco puramente analítica, pois, a despeito das colocações de Randolph (2003), é necessário compreender a realidade não exclusivamente pelos fatos, o próximo, o aparente, mas também pela sua virtualidade, suas possibilidades, conexões, o distante no sentido de qualidade.

Assim sendo, é possível dizer que o processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina pode ser interpretado a partir do contexto empírico onde estas populações se inserem, mas sua abrangência, na verdade, é maior, sendo necessário verticalizar a análise visando compreender os processos que só têm sentido quando tomados no contexto dos vários elementos que se concorrem para produção do espaço. Daí então a premissa de que a produção do espaço ribeirinho se encontra imersa no movimento dialético entre o particular e o geral, entre a ordem próxima e a ordem distante.

Consoante a esse entendimento e baseado nas contribuições de autores como Daniel (1976), Leite (1943), Cunha (1992), Hoornaert (1992), Ribeiro (1995); Porro (1993, 1995), Arenz (2000), é possível dizer que os acontecimentos compreendidos no contexto dos dois primeiros séculos do processo de colonização da Amazônia demarcam um capítulo decisivo na trajetória de produção do espaço ribeirinho na região, particularmente no contexto da Amazônia tocantina. Sob a tutela dos missionários os ameríndios, dentre os quais os chamados *índios das águas* (PORRO, 1995) foram subjugados à condição de escravos sendo compelidos a fazer parte, compulsoriamente, do projeto “civilizatório” português. Com as políticas pombalinas implementadas na Amazônia, a partir de meados do século XVIII, as sociedades ribeirinhas descendentes nos aldeamentos missionários novamente foram subalternizadas e tratadas como “assunto de Estado”, tendo assim, seus modos de vida negligenciados e silenciados, a exemplo de tantas outras fases de territorial da região ainda hoje delineadas no contexto da região.

Conforme ratificam os estudos de Chambouleyron (2010; 2012), e Pereira (2014), no tocante do processo de colonização da região Amazônica, particularmente do Vale do Tocantins, a Coroa portuguesa estabeleceu estratégias específicas para a colonização da região as quais foram bastante complexas, ambivalentes e diversificadas, dentre as quais destacamos:

a) A construção de fortes ou unidades militares e povoados contíguos em lugares estratégicos, em geral desembocaduras de rios;

b) Designação espacial de ordens religiosas através do estabelecimento de Missões e Aldeamentos; estabelecimento de jurisdições territoriais, através de recortes político-administrativos coloniais (capitanias e sesmarias) e de órgãos administrativos (ex. Junta de Missões);

c) Incentivo e promoção da imigração para o povoamento da região;

d) Fundação de vilas e cidades com administrações próprias; incentivo ao cultivo e produção agrícola destinada à exportação;

e) Introdução de mão de obra escrava de negros africanos para atender as demandas de trabalho na região;

Neste processo destaca-se, dentre outros, o papel exercido pelos padres e missionários, militares, comerciantes, colonos e diretores civis responsáveis pela administração das vilas criadas pela coroa portuguesa após a destituição do poder dos religiosos (1759). Mas, além destes (ou seja, da história oficial), outros grupos sociais se mostram como fundamentais no delineamento do processo de colonização da região. São eles os índios fugidos das missões e embrenhados na floresta, responsáveis pela formação de múltiplas aldeias; os tapuios, ou índios genéricos (PORRO, 1995) descendentes dos aldeamentos e missões, além dos negros fugidos que formaram quilombos no meio da floresta ou às margens dos rios marcando assim o processo de formação territorial nas áreas ribeirinhas da região, como em Abaetetuba. Podemos dizer que o processo de produção do espaço ribeirinho não pode ser vislumbrado sem que se leve em conta a interseção entre os múltiplos segmentos sociais que fizeram parte da história da região deixando suas marcas no tempo e no espaço, as quais são representativas ainda hoje do processo de produção do espaço ribeirinho, como nas ilhas de Abaetetuba.

Analisaremos a seguir alguns acontecimentos que fazem parte da trajetória de produção do espaço ribeirinho na região considerando as peculiaridades desse processo no contexto da área de estudo. Ratificamos, no entanto, a análise é de cunho contextual e não visa aprofundar o debate nem tampouco reduzir a complexidade dos processos espaciais à análises apriorísticas.

De antemão torna-se necessário resgatar alguns aspectos do contexto espacial compreendido entre os habitantes pioneiros das margens dos rios da Amazônia, chamados genericamente por Porro (1995) de *índios das águas*. Obviamente que não se pretende com esta breve caracterização desenvolver um estudo exaustivo sobre o tema, além do que essa não é a finalidade deste capítulo. Busca-se apenas elucidar alguns aspectos que mais adiante devem ajudar a dimensionar as transformações no espaço ribeirinho a partir da chegada do colonizador.

3.2 Os agentes pioneiros do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins Colonial

Os estudos sobre as sociedades que viviam na Amazônia à época do contato com os colonizadores são significativamente difundidos na literatura contemporânea sobre a região, a propósito das pesquisas de Tocantins (1961), Casto & Cunha (1993), Porro (1995), Ribeiro (1995), Maués (1999), Arenz (2000; 2003), Chambouleyron (2005; 2010), Canto (2009), Souza (2015) dentre outros. É conveniente resgatar, porém, ainda de maneira sintética, alguns aspectos que ajudam a refletir sobre o contexto ribeirinho que antecedeu o domínio dos colonizadores e assim melhor compreender como se processou as mudanças na região, sobretudo a partir da fundação de Belém em 1616.

Sabe-se, conforme ratificam os estudos de Porro (1995), que os agentes pioneiros das margens dos cursos d'água na Amazônia foram os povos pré-colombianos denominados pelos colonizadores de “*índios*”. Foram estes os povos que primeiro estiveram submetidos ao domínio do colonizador europeu a partir do século XVII.

No bojo do debate sobre a historiografia indígena na Amazônia destacamos a literatura dos padres, missionários, viajantes² ou cronistas cujos escritos relatam parte da complexidade envolvendo as condições de existência dos povos indígenas na região (vide DANIEL, 1976; ACUNÃ, 1865; CARVAJAL, ROSAS & ACUÑA, 1941). Ainda no início do século XVII, viajantes relataram a existência de vários grupos indígenas habitando as margens dos rios nas proximidades do local onde viria a ser erguida a atual cidade de Belém. (CRUZ, 1963).

Importantes descrições etnográficas da época, que contêm ao mesmo tempo a história da colonização europeia, podem ser encontradas também nas obras de Azevedo (1901), Leite (1943), Daniel (1976), Cunha (1992), Ribeiro, (1995), Castro (1993), Porro

² Os relatos de Cristóbal de Acunã (o cronista de Orellana) e Gaspar de Carvajal são considerados referências primordiais na descrição etnográfica sobre as populações indígenas da Amazônia. O livro de acunã, *Novo Descobrimento do grande Rio das Amazonas*, foi editado em Madri no ano de 1641 (REIS, 1959).

(1993; 1995), Arenz (2010; 2012), dentre outras, com base nas quais é possível assinalar que antes do contato sistemático com os europeus havia na Amazônia uma predominância de aglomerações humanas ao entorno dos rios e igarapés. O rio facilitava o deslocamento, as práticas de pesca, caça, assim como fornecia possibilidades inúmeras do uso dos recursos naturais. As aldeias indígenas espalhadas às margens dos rios traduziam a importância do ambiente de várzea para a sobrevivência indígena. Assim, na perspectiva de Arenz (2000), “o índio amazônico não era simplesmente um nômade da selva, mas um agricultor que sabia aproveitar para sua subsistência o “ciclo biológico da várzea” que segue o ritmo de enchente e vazante anuais do rio” (p. 15).

Em relação ao Vale do Tocantins colonial, onde se insere as ilhas de Abaetetuba, estudos realizados por Leite (1943), Reis (1969), Favacho (1984), Ângelo-Menezes (2000) e Pompeu (2002) sugerem que esta região concentrava importantes áreas de povoamento indígena de diversas matrizes étnicas com destaque para as tribos de origem Tupi. Este fato já fora comprovado em levantamentos arqueológicos realizados sobre a região (ANGELO-MENEZES, 2000; SILVEIRA & MARQUES, 2004). Somente a título de exemplificação, poderíamos citar o exemplo da própria toponímia a partir da qual é reconhecida parte da rede hidrográfica da região que recebe denominação oriunda da língua indígena em nomes de rios como: Abaeté, Arienga, Maratauíra, Parurú, Guajará, Genipaúba, Paramajó, Campompema, Tucumanduba, Maracapucú, Curuperé, Maúba e muitos outros. O próprio nome do Município de Abaetetuba (originalmente chamado “Abaeté”) tem origem na língua Tupi e significa “lugar de homens fortes e valentes” (MACHADO, 2008).

Conforme destaca Pereira (2014), os grupos indígenas mantiveram seus territórios durante séculos na Amazônia Tocantina, “os quais somente a partir de meados do século XX foram definitivamente desestruturados, destruídos e reconstituídos em parte de outro modo pela formação de Reservas Indígenas – novas territorialidades demarcadas pelo Estado” (PEREIRA, 2014, p. 80).

Cruzando informações bibliográficas sobre os povos indígenas existentes na região foi possível identificar, dentre outros, quatro importantes núcleos de povoamento indígena situados no contexto do chamado Vale do Tocantins Colonial, quais sejam: 1) **Camutá** (que ficava situado na área onde se encontra a atual cidade de Cametá-Pa); 2) **Samaúma** (hoje Vila de Beja, Distrito de Abaetetuba); 3) **Mortigura** (atual Vila do Conde, Barcarena-Pa), Aruãs (atual Vila São Francisco, Barcarena-PA). O quadro 1 apresenta algumas caracterizações sobre estes núcleos.

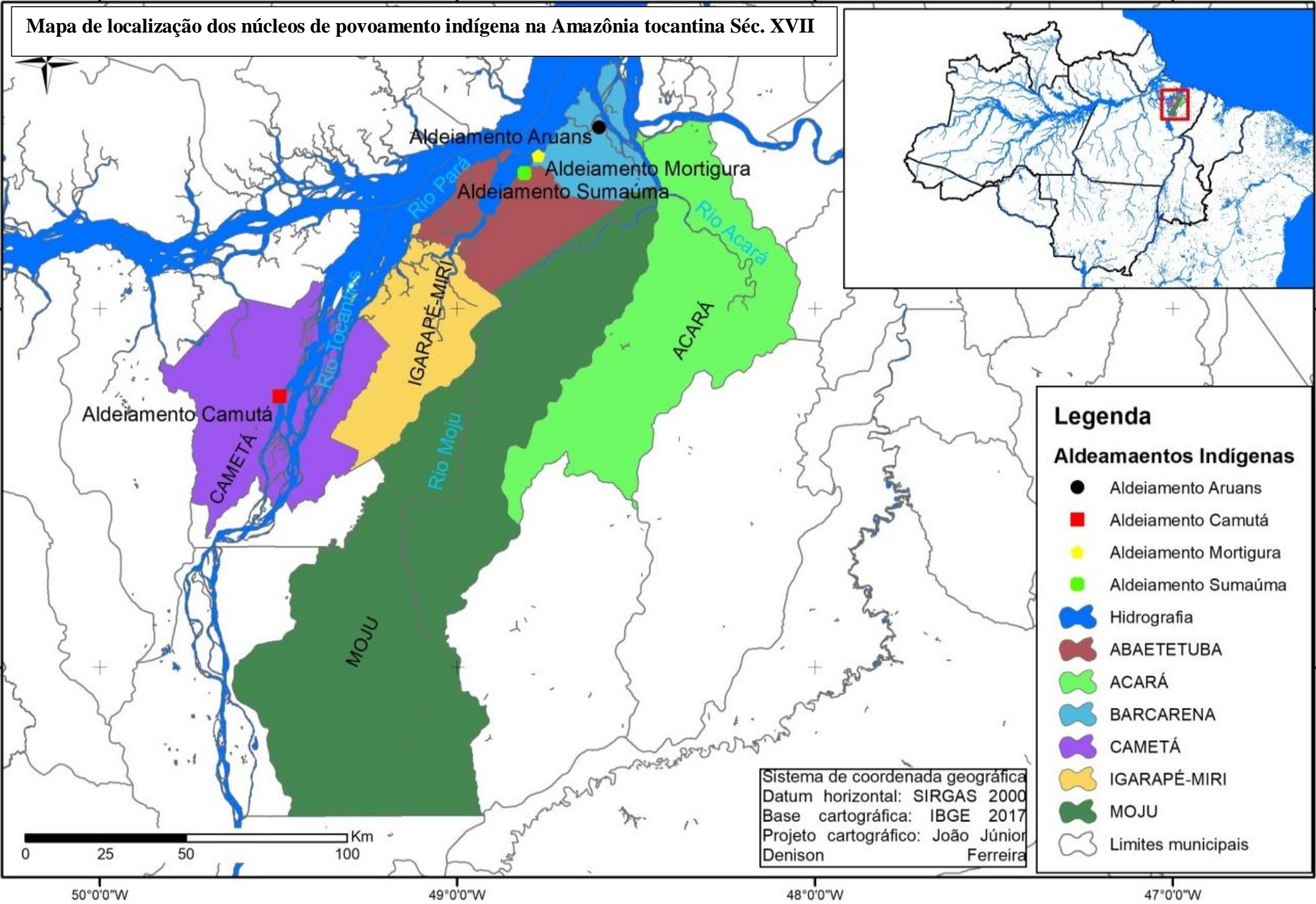
Quadro 1. Núcleos de povoamento indígena na Amazônia tocantina, século XVII.

NÚCLEOS	ASPECTOS GERAIS
Camutá	<p>Localizado à margem esquerda do rio Tocantins, (hoje Cametá, 236 km de Belém). Segundo o historiador Theodoro Braga (BRAGA, 1915) os índios que ali habitavam receberam o nome de Camutás, por parte dos Tupinambás, em razão de morarem em casas construídas nos topos das árvores, pois acreditavam que, dessa maneira, era muito mais eficiente a caça aos animais que constituíam a base da alimentação da tribo.</p> <p>Em 1634 o aldeamento foi transformado em uma capitania privada que recebera o nome de Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá (doada por Francisco Coelho de Carvalho, 1º Governador e Capitão General do Maranhão, a seu filho Feliciano Coelho).</p>
Mortigura	<p>Povoamento indígena que foi colonizado pelos Jesuítas em 1653. Localizava-se à margem esquerda do rio Pará (hoje Vila do Conde, Distrito de Barcarena-PA a 88 km de Belém). Segundo Baena (2004), no tempo em que esta era aldeia, juntaram-se aos seus habitantes os indianos Tupinambás e Potiguaras (ou Mortiguras) vindos da ilha do Marajó.</p>
Aruans	<p>Tribo dos Índios Aruãs, habitantes da margem esquerda do Rio Pará, (Barcarena Velha). Segundo estudos realizados por Braga (1931) os habitantes desta tribo eram descendentes da ilha do Marajó, que fica do outro lado do rio Pará. Durante a missões estes foram catequizados pelos padres jesuítas que por volta de 1709 fundaram no local a Fazenda Jebrié (ou Jebirié), e mais tarde Missão Jebrié, que configurou um dos principais núcleos de povoamento colonial na região.</p>
Sumaúma	<p>Aldeia de tribos nômades de descendência Marajoara. Localizava-se à margem esquerda do rio Pará próximo a Bahia de Marajó (hoje Vila de Beja, município de Abaetetuba, 98 km de Belém). Segundo Reis (1969) e Machado (2008), por volta de 1635, padres capuchinhos vindos do Convento do Una, em Belém, após percorrerem os rios da região juntaram-se a este povoado indígena, o qual passou a ser chamado de “Samaúma”. Segundo estudos de Machado (2008) grande parte dos habitantes deste lugar era oriunda da ilha de Marajó.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos de Baena (2004), Leite (1943), Favacho (1984), Ângelo-Menezes (2000).

Com base nas informações descritas no quadro 1, foi possível estabelecer uma base cartográfica (aproximada) que auxilia no georreferenciamento dos locais ocupados por populações indígenas que a partir da fundação de Belém, em 1616, se constituíram em lugares estratégicos de domínio colonial português onde foram estabelecidos aldeamentos missionários.

Mapa 6. Povoamento indígena na Amazônia tocantina, século XVII



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Com base no mapa 6, é possível observar que o rio Pará (um dos principais afluentes do Rio Tocantins) agrupava pelo menos três dos quatro principais núcleos de povoamento indígena da região tocantina registrados na época do contato com os colonizadores, quais sejam: Samuma, Mortigura e Aruãs. Mais adiante veremos que justamente estes locais constituíram pontos estratégicos no contexto da colonização portuguesa da região do baixo Tocantins possibilitando a integração entre Belém e Cametá, pontas de lança do controle territorial da região bem como do desenvolvimento da economia das drogas do sertão.

Tomamos como exemplo aqui a área que circunscreve o povoamento Samaúma, atual Vila de Beja, berço da colonização do município de Abaetetuba. Segundo descrições feitas por Baena (2004) e Ângelo Menezes (2000), os habitantes da tribo Samaúma, descendentes em parte da ilha de Marajó (MACHADO, 2008) viviam da caça, da pesca, da agricultura e coleta de frutas tropicais.

Ângelo-Menezes (2000) utiliza o que chamou de *sistema agrário colonial* para compreender o conjunto de transformações suscitadas no contexto do que a autora denomina de Vale do Tocantins. Segundo a autora “o termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades” (p. 97). Referindo às características do sistema agrário anterior a chegada do colonizador na região a autora destaca que se tratava de um “sistema agrário regido pelo extrativismo, representado pelas frutas tropicais, como o cupuaçu, bacuri, abacaxi, pacovás (banana da terra), e açai acompanhado de extrativismo animal (caça e pesca) e o cultivo da mandioca” (ÂNGELO-MENEZES 1999, p. 241). A partir da chegada dos colonizadores, este sistema é profundamente alterado (conforme veremos mais adiante) uma vez que:

(...) a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. O resultado foram as mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha (MENEZES, 2000, p 92).

Numa perspectiva geográfica, poderíamos relacionar o que a autora denomina de *sistema agrário* a um contexto espacial que caracterizou o que Nahum (2019a; 2019b) denomina de meio geográfico natural indígena na Amazônia. Neste meio os ritmos sociais que estruturaram as dinâmicas cotidianas entre os diversos grupos indígenas habitantes da região eram ordenados predominantemente em função do próprio ritmo tempo da natureza. As

formas coletivas de uso da terra constituíam um importante fundamento das relações sociais atreladas a esse contexto. Este meio será profundamente alterado a partir da chegada do colimador, aspecto que será analisado com mais detalhes no próximo eixo.

Corroboramos com Arenz (2000; e 2003) e Pereira (2014) quando sublinham que mesmo depois das interferências coloniais houve “brechas” deixadas pelos colonizadores que sugerem a permanência de elementos culturais de origem indígena, tais como:

a) o trabalho comunitário, girando em torno do extrativismo vegetal (*puxirum*); b) os ritos e conceitos xamânicos, sobretudo os de cura (*pajelança* e *panema*); c) a alimentação baseada na farinha de mandioca e com seus pratos típicos (maniçoba, tacacá, pato no tucupi); d) a maneira de se comportar e de se relacionar (solidariedade familiar e comunitária muito forte); e) as lendas e tradições (onde o real e o imaginário são inseparáveis) (PEREIRA, 2014, p. 50).

Significa que ao mesmo tempo em que os indígenas foram “integrados” parcial e subalternamente à sociedade colonial/nacional regional (“índios civilizados” ou tapuios, descendentes de indígenas destribalizados das missões) constituíam também grupos sociais diversos destas, ocupando e formando territórios que o processo colonizador não foi capaz de anexar ou atingir e destruir completamente (PEREIRA, 2014).

O fato é que o contato com os colonizadores, século XVII, os núcleos de povoamentos configurados no vale do Tocantins colonial, de maneira particular os quatro núcleos referidos anteriormente, integravam um meio geográfico caracterizado pelo protagonismo dos povos indígenas, os quais estabeleciam dinâmicas peculiares de relação com a natureza sem grandes mediações externas.

No entanto, o quadro descrito anteriormente irá ganhar novos contornos a partir do século XVII com desenvolvimento do processo de colonização propriamente dito, cujas novas ordenações espaciais impostas iriam ensejar mudanças profundas nas condições de vida das populações locais e, por conseguinte, nas bases da produção do espaço ribeirinho nestas áreas, conforme analisaremos a seguir.

3.3. Colonização portuguesa e o reordenamento do espaço ribeirinho

A partir deste momento da tese assumimos como ponto de partida o desenrolar de três processos compreendidos entre os dois primeiros séculos de colonização portuguesa da região cujas implicações foram decisivas na constituição das bases iniciais de produção do espaço ribeirinho na região, de modo participar nas das ilhas de Abaetetuba, quais sejam:

a) Estabelecimento de *missões religiosas* a partir da transformação das antigas aldeias dispersas às margens dos rios em áreas de controle territorial durante a primeira fase de

colonização da região; processo este representativo da colonização do vale do Tocantins colonial o qual estamos denominando aqui de “missionarização dos rios”.

b) Doação de capitânicas e sesmarias como estratégia de domínio político-administrativo sobre as terras conquistadas na região, particularmente sobre as áreas ribeirinhas; acontecimento este que, dentre outras mudanças, intensificou o sistema de povoamento ao longo do estuário tocantino tendo, assim, rebatimentos diretos na produção do espaço ribeirinho; já no momento em que o poder dos missionários vinha sendo fortemente combatido pelas elites coloniais interessados na exploração econômica da região;

c) Fortalecimento de atividades agrárias voltadas à exportação – como a agricultura do cacau, arroz e cana-de-açúcar, representativos da economia colonial na região –, processo compreendido a partir de meados do século XVIII com a efetivação das políticas territoriais pombalinas que, a exemplo de tantos outros lugares da Amazônia, tiveram importantes implicações no reordenamento da produção do espaço ribeirinho nas ilhas e várzeas de Abaetetuba.

Analisaremos a seguir alguns aspectos relativos ao desenvolvimento destes processos, porém sem a pretensão de aprofundar o debate, pois o propósito não é análise dos processos históricos em si, mas, sobretudo, suas inter-relações com o processo de produção do espaço ribeirinho na área de estudo.

3.3.1 O processo de “missionarização” dos rios

A fundação de Belém em 1616 é considerada um importante acontecimento que inaugura o processo de domínio territorial português sobre as terras do Grão-Pará. Foi a partir de Santa Maria de Belém – local onde os portugueses implantaram a primeira base colonial na região representado pelo nome de “Forte do Presépio” – que se irradiaram as primeiras forças civis, militares e eclesiásticas visando estabelecer domínio sobre os rios da região, dentre estes os rios que integram a bacia do Tocantins na confluência com o rio Pará, onde se encontra situada a área a partir da qual estabelecemos as bases empíricas desta pesquisa.

Segundo Chambouleyron (2010b) até o início do século XVIII foram os estabelecimentos de fortes, missões capitânicas, sesmarias, juntamente com a criação de Vilas e Diretórios civis que a Coroa portuguesa utilizou para estabelecer o controle territorial sobre a região. Encontra-se atrelado a esse processo, extermínios, submissões, deslocamentos, escravidão, guerras, expropriações, enfim, diversas formas de violências materiais e simbólicas praticadas sobre as populações pré-existentes, em especial as populações que habitavam as margens dos rios.

A primeira filiação deste processo esteve ligada a formação de uma economia mercantil extrativa (MEGGERS, 1977; REIS, 1984; BENCHIMOL, 1977, 1995, 2009) aproveitando as riquezas naturais como imperativo econômico à revelia das condições de vida das populações pré-existentes na região. Ao se referir a este processo Ângelo-Menezes (1999) assinala que a chegada do colonizador representou a emergência de um sistema agrário fundado nos ideais mercantilistas e voltado ao mercado colonial europeu, enquanto as sociedades indígenas eram mantidas sob a égide do projeto colonial. Acrescentaríamos que tal processo refletiu não somente a modelação de um novo sistema agrário, ou de uma nova ordem econômica, mas também uma nova conjuntura de produção do espaço amazônico da qual o espaço ribeirinho é parte constituinte.

Vamos aos fatos. Conforme relatam historiadores, inicialmente a conquista portuguesa da Amazônia visou expulsar os colonizadores “intrusos”, ou seja, as nações europeias que não faziam parte do acordo relativo à União Ibérica (1580-1640), que se estabeleceram principalmente às margens setentrionais do grande rio (Amazonas) perto de sua embocadura. Para isso tiveram que travar lutas e construir fortificações. Segundo Reis (1984) as fortificações representavam o poder militar dos portugueses que visavam assegurar o exercício de sua soberania com maior segurança. O Fortim do Presépio, construído em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, foi o início dessa política de fortificações, que se estendeu para outros pontos da Amazônia colonial (VIANA, 1900; REIS, 1942, 1984, 1993).

A partir da fundação de Belém, em 1616, as ações passam a ser mais efetivas estendendo-se para outras áreas da Amazônia colonial (REIS 1966, 1982; BAENA, 2004). Na dificuldade de ocupação efetiva da terra pela escassez demográfica do próprio colonizador, o controle das águas foi decisivo.

[...] fora na região de várzea que os colonizadores europeus fundaram suas povoações e fortificações militares contribuindo para a despovoação das aldeias indígenas e substituindo-as por suas formas de povoamento fortemente marcadas por duas vertentes: as missões e as fortificações militares situadas às margens dos rios (BEZERRA-NETO, 2001a, p. 22).

Eidorfe Moreira já chamara a atenção para o fato de que, na Amazônia, o rio foi a “via por excelência” (MOREIRA, 1966, p. 43). De fato, como aponta Sérgio Buarque de Holanda, se na América portuguesa os rios nem sempre constituíram o “meio ideal de comunicação”, na Amazônia, ao contrário, “todos os caminhos eram fluviais” (HOLANDA, 1990, p. 29).

Chambouleyron; Bonifácio e Melo (2010) refere-se a uma carta escrita pelo padre Antônio Vieira – um dos principais missionários da Companhia de Jesus a atuar em terras

amazônicas – na qual este esclarecia que “nestas missões particularmente no Pará, tudo é navegação de rios” (p 23). A importância dos caminhos fluviais é fundamental, portanto, para entender a lógica de colonização ocupação portuguesa da região. Pelos rios circulavam mercadorias, pessoas, coisas, que se tornavam essenciais para o desenvolvimento do projeto português. Foi a partir destes caminhos naturais que se estabeleceu a catequização dos “gentios”, ou seja, a missionarização dos rios por padres de diferentes ordens religiosas.

Tomamos como exemplo o delineamento deste processo em âmbito do Vale do Tocantins colonial. Até onde as fontes permitem afirmar, o trecho que compreende o baixo curso do Tocantins na confluência com o rio Pará já era conhecido e navegado por colonizadores espanhóis e holandeses antes mesmo da chegada dos portugueses no XVII (REIS, 1942, 1982, 1984; SALLES, 1968). Porém a ocupação mais sistemática desta parte da Amazônia por povos não indígenas só aconteceu a partir do século XVII com o desenvolvimento mais efetivo do processo de colonização comandado pelas forças portuguesas (PRADO JÚNIOR, 1942). Nesse contexto, o Vale do Tocantins foi inserido como espaço estratégico no tocante dos interesses mercantilistas da época tornando-se uma das áreas mais cobiçadas da Amazônia colonial (REIS, 1993; BAENA, 2004; COSTA, 2006).

A partir da fundação do forte do presépio, em Belém, tem-se, então, um segundo momento do processo de colonização portuguesa da região, especialmente do Vale do Tocantins Colonial que foi exatamente a criação de *Missões*, processo este que a partir de agora passaremos a denominar de “*missionarização dos rios*”. Tal processo foi marcado pela intensificação da luta interna da minoria branca colonizadora em torno da maioria indígena colonizada (ARENZ, 2000). A ênfase na expressão *missionarização dos rios* faz alusão ao efetivo processo de dominação exercido pelos missionários religiosos sobre as populações pré-existentes que viviam às margens dos principais rios no vale do Tocantins, especialmente do rio Pará que representa a principal via hidrográfica de ligação entre o vale do Tocantins e o Fortim do Presépio em Belém, berço da colonização portuguesa na região.

Segundo Arenz (2012) o aldeamento marca o início de uma importante fase de formação da Amazônia representativa principalmente a partir de meados do século XVII até por volta de meados do século XVIII com a destituição do poder dos missionários na região (1759). Durante aproximadamente um século a ação dos missionários contribuiu de maneira direta no reordenamento das bases iniciais de produção do espaço entre as sociedades pioneiras das margens dos rios das quais os ribeirinhos são herdeiros diretos.

A partir da fundação de Belém (1616) vieram, de acordo com Reis (1993), religiosos de Santo Antônio, Carmelitas, Mercedários, Capuchos da Piedade, Frades da Conceição da

Beira para a grande tarefa “evangelizadora” na região. “O Estado não lhes poderia dispensar os serviços, de tantos resultados benéficos e sem os quais se não podem explicar a rapidez e a segurança do domínio político” (REIS, 1993, p. 36).

Conforme ressalta o historiador João Lúcio de Azevedo (AZEVEDO, 1901), a intervenção jesuítica foi de tal ordem que “bem pode dizer-se ser a história da Companhia, por si, só, uma história completa da civilização” (p. 13). Na perspectiva deste autor,

(...) a história desta parte da terra brasílica de modo algum se pode escrever sem a dos jesuítas. A luta entre eles e a população leiga é um fato central em torno do que todos os mais gravitam. Quais quer que seja o acontecimento de origem política e econômica que, por desígnios de menção, tenhamos de considerar: abusos dos governantes, insubordinação dos povos, introdução de leis de fomento ou repressivas, descobertas, conquistas, escravidões; tudo quanto o civilizado praticou como colonizador no imenso território, que o rio mar e seus inumeráveis braços sucam; tudo se prende a feitos, ideias e propósitos da sociedade de Jesus (AZEVEDO, 1901, p. 13).

De acordo com Arenz (2014), desde o início os aldeamentos jesuíticos foram regidos, no plano interno, por regulamentos próprios; no plano externo, “procurou-se manter, mediante um complexo conjunto de leis, provisões e alvarás régios que regularizaram o fornecimento de braços indígenas para os diferentes empreendimentos coloniais” (ARENZ, 2014, p. 54) um regime aceitável para moradores, autoridades e as outras ordens religiosas. Este processo foi representativo principalmente a partir de 1686 com a introdução de um novo sistema legal de controle das missões através da Lei de 21 de Dezembro de 1686, conhecida como “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”. Dentre os itens expressos neste regimento estava “a administração dos índios aldeados passava com exclusividade para o controle dos religiosos, tanto no que diz respeito ao governo espiritual quanto ao temporal e político dos aldeamentos” (§ 1). Constava também no Regimento que “os missionários tinham a incumbência de descerem novas aldeias para aumentar a população dos aldeamentos, cujos índios eram necessários para a defesa do Estado e utilização nos serviços dos moradores” (§8);

Significa que, apesar dos militares e sertanistas, a primeira fase de domínio territorial sobre a região e de maneira mais específica sobre as populações pré-existentes ficou sob a égide principalmente dos missionários, que respaldados legalmente em uma série de regimentos expedidos pela coroa portuguesa (como o Regimento das Missões de 1686) criaram um sistema de controle combinado com a organização dos índios aldeados em espaços próprios (MARIN, 2005). Machado (1997) destaca que o sistema de aldeamento traduziu o primeiro sistema de controle territorial imposto sobre a população nativa da Amazônia, especialmente sobre as populações ribeirinhas.

Destinados a fomentar a conversão dos índios ao cristianismo, estes estabelecimentos catequéticos revelaram ser, desde a sua introdução, núcleos habitacionais de grande importância, territorial, demográfica e econômica (REIS, 1984). Essa importância é ratificada na pesquisa de Resende (2006) quando descreve que

Na Amazônia as Missões religiosas foram extremamente importantes para ocupação territorial e a consequente expansão dos domínios coloniais portugueses. As missões contribuíram para fixar os marcos de penetração colonial ao longo da extensão rede fluvial amazônica e foram utilizadas sistematicamente pela coroa portuguesa para realização de uma política expansionista, seja na acumulação dos gentios americanos, seja na implantação de um modelo cristão e católico a serviço do Estado Português (RESENDE, 2006, p 102).

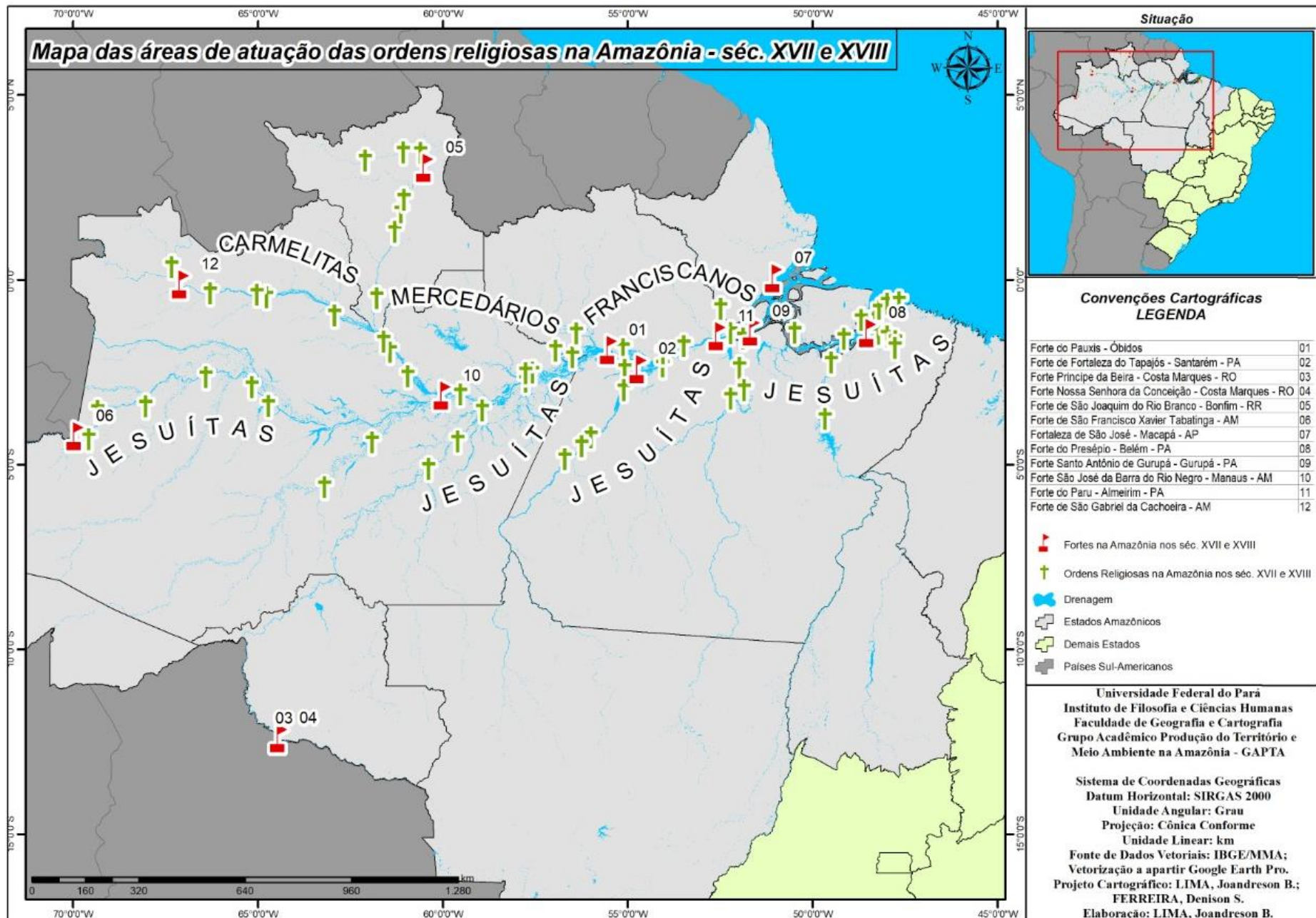
De acordo com estudos realizados por Bombardi (2014), foram mais de uma centena de missões fundadas em terras do Grão-Pará entre meados do século XVII e meados do século XVIII. A estruturação de um sistema agrário voltado para um mercado mundial estimulou naquele momento a exploração intensiva das drogas do sertão (canela, cravo, salsaparrilha, urucum, baunilha, dentre outros), processo este que se desenvolveu tendo como base o uso da força de trabalho indígena.

Para entender este processo em relação ao Vale do Tocantins colonial é preciso atentar para a própria conjuntura de disputas territoriais envolvendo as várias ordens religiosas estabelecidas na região: jesuítas, carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas. Segundo Leite (1943) e Moreira-Neto (1992), o conflito acirrado entre estas ordens exigiu a intervenção da Coroa portuguesa. Na tentativa de resolver esta contenda, a área das missões ou “território das missões” na Amazônia colonial foi dividida, através da carta régia de 19 de março de 1693, entre as diversas ordens que atuavam na região amazônica. Por essa divisão,

(...) os jesuítas ficaram com o sul do rio Amazonas até a fronteira com as possessões espanholas, abrangendo os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; os franciscanos da Piedade, ficaram com a margem esquerda do baixo Amazonas e centro de Gurupá até o rio Urubu; os franciscanos de Santo Antônio, com as missões do Cabo Norte, Marajó e Baixo Amazonas; os Mercedários com o vale do Urubu e os Carmelitas com o vale dos rios Negro, Branco e Solimões (TAVARES, 2011, p. 110).

Com base na obra de Azevedo (1901), Leite (1943), Moreira-Neto (1992), Hoornaert (1992), Rezende (2006) e Tavares (2011), elaboramos uma cartografia que visa mostrar a área de atuação das missões religiosas na Amazônia. Esclarecemos, porém, que se trata de um mapeamento de caráter genérico e abrangente, pois o território das missões era volátil sendo passível de sobreposições, tal como nos alertara Hoornaert (1992) e Leite (1943) em sua “História da Companhia de Jesus do Brasil” (título de sua obra).

Mapa 7. Área de atuação das ordens religiosas na Amazônia Colonial.



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Nesta configuração é possível perceber que a maior parte da região do Vale do Tocantins, onde se insere a área de estudo, ficou sob a jurisdição da ordem dos Jesuítas. Leite (1943) assinala que dentre todas as ordens que atuaram na região a dos jesuítas foi a que mais se destacou no trabalho missionário, tanto pela sua organização para atuarem nas diversas aldeias administradas por seus padres, como também para a definição de uma chamada política indigenista. Aos jesuítas foi entregue, através de Cartas Régias, grande parte do poder de gestão da mão de obra (escrava) indígena. Mas além dos jesuítas Marques (2004) sugere que os carmelitas também atuaram na região, sendo a presença destes constatadas em pesquisas arqueológicas realizadas por este autor sobre os antigos engenhos dos séculos XVIII e XIX. Nestas pesquisas Marques (2004) conclui que do ponto de vista arqueológico a presença da ordem dos carmelitas foi constatada ao menos quatro lugares (referidos por este autor como sítios arqueológicos) onde funcionaram os seguintes engenhos: o **Engenho Murutucu**, margens do igarapé Murutucu, afluente do rio Guamá; o **Engenho Mocajuba**, margem direita do rio Mocajuba, afluente do rio Moju; **Engenho Uriboça**, margem esquerda do rio Uriboça, afluente do rio Guamá; e o **Engenho Jaguarari**, situado no rio Moju.

Nunca é demais lembrar o controle territorial exercido pelos missionários não se deu sem o papel exercido pelas forças militares. Como se observa no mapa 7, os diversos fortins implantados em pontos estratégicos da região foram fundamentais para assegurar o controle territorial da região e assim impedir a ação dos desertados do Tratado de Tordesilhas. Também é importante lembrar que o conhecimento e o trabalho das populações indígenas. Não se desbrava a mata ou os rios sem o trabalho dos indígenas que guiavam os novos colonizadores pela floresta ou pelos rios. Canoeiros, conduziam as embarcações nas longas expedições pelos cursos emaranhados d'água. Eram também caçadores, identificando a variada fauna, e coletores das drogas do sertão, pois conheciam como ninguém a flora local.

Nesse sentido, tal como chama atenção Leite (1943), a partir principalmente de meados do século XVII, começaram a proliferar pequenos núcleos de povoações de missionários e colonos no Vale do Tocantins. Particularmente nas áreas dos atuais municípios de Abaetetuba, Barcarena, Moju, Acará e proximidades surgem as primeiras missões ou reduções fundadas pela ordem dos missionários da Companhia de Jesus, sobre as aldeias referenciadas como Mortigura, Gibrié, Jaguarari, Moju, Ibirajuba e Sumaúma, onde os índios foram aldeados. Ao longo do Século XVII e início do século XVIII algumas destas foram inclusive dotadas de engenho e plantações, como no caso da Fazenda Jaguarari, no rio Moju, que segundo estudos de Leite (1943) incluíam capelas, olarias e extensas áreas com canaviais e outras plantações, como cacau e cana de açúcar.

No quadro descrevemos alguns dos aldeamentos instalados na região do Vale do Tocantins nos séculos XVII e XVIII. Dentre estes, destaca-se o aldeamento Camutá (inicialmente fundado pela Companhia de Santo Antônio) que é considerado o primeiro núcleo de aldeamento missionário no Vale do Tocantins Colonial.

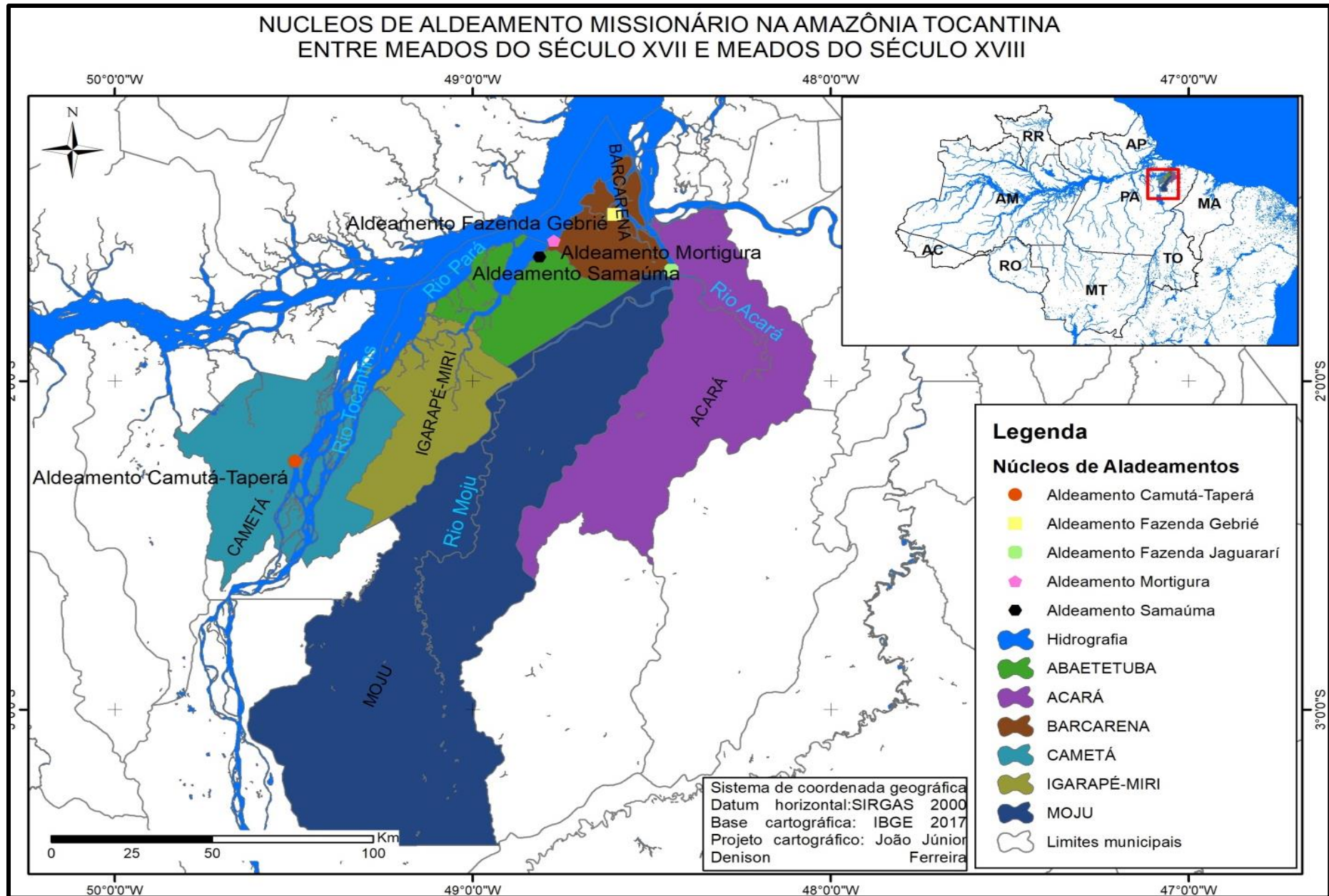
Quadro 2. Aldeamentos missionários existentes no Vale do Tocantins Colonial, séculos XVII e XVIII.

Aldeamento	Localização	Fundação	Ordem/ Missões	Mudança para vila/cidade povoado
Camutá-Taperá	Rio Tocantins Próximo ao antigo aldeamento dos Camutás (hoje Cametá, Pará).	1620	Santo Antônio e em seguida Companhia de Jesus	Primeiro núcleo colonial no vale do Tocantins onde foi fundada, em 1635, a capitania privada denominada Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá. Em 1702, verificou-se a necessidade de mudança da Vila do local onde foi erguida inicialmente para onde hoje está a Cidade de Cametá, reconhecida oficialmente como Vila em 1713.
Samaúma	Margem direita do Rio Pará no local onde habitavam os índios da tribo Samaúma (atual Vila de Beja-PA).	1653	Santo Antônio e em seguida Companhia de Jesus	Segundo Baena (2004) o aldeamento foi transformado em vila em 1758 com a denominação de Vila de Beja, atualmente distrito do Município de Abaetetuba.
Mortigura	Margem direita do rio Pará, onde habitavam os índios da tribo Mortigura (hoje vila do conde, Pará).	1653	Companhia de Jesus	Em 1720 a capela deu lugar a atual Igreja de São João, construída em estilo colonial (LEITE, 1943). Com a expulsão dos Jesuítas o local recebeu o nome de Vila do Conde, um topônimo de Portugal. Em 1757 esta é transformada em Vila do Conde (atual)
Fazenda Gebrié (ou Gebirié).	Margem direita do Rio Pará, no local da antiga aldeia Aruã (atual São Francisco, Barcarena-PA)	1709	Companhia de Jesus	Em 1758 esta foi elevada a categoria de freguesia de São Francisco Xavier de Barcarena, não havendo registros históricos mais exatos.
Fazenda Jaguarari	Margem esquerda do rio Mojú, na confluência com o rio Acará	Séc. XVII	Companhia de Jesus	Segundo Marques (2004) Jaguarari passou a ser sítio de ordem dos padres da Companhia de Jesus no século XVII (sem data precisa).

Fonte: Elaborado pelo autor em base nos estudos de Viana (1900), Azevedo (1901), Braga (1915, 1931), Leite, (1943), Reis (1969), Favacho (1984), Bettendorff (1990), Ângelo-Menezes (2000) e Baena (2004).

Foi assim que algumas aldeias da região do Vale do Tocantins, como as aldeias Camutá, Mortigura, Gibirié, Samaúma, foram convertidas em Missões sob o comando principalmente da Companhia de Jesus cuja ação foi representativa na região até pelo menos meados do século XVIII coincidindo com a eliminação do poder concedido aos missionários a partir do consulado pombalino (1750-1757).

Mapa 8. Aldeamentos missionários na Amazônia Tocantina (Séc. XVII-XVIII).



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

A partir da criação destes núcleos missionários instaura-se um novo sistema de controle territorial que terá implicações diretas na dinâmica espacial ribeirinha em todo Vale do Tocantins, em especial na área que circunscreve as ilhas de Abaetetuba. Dentre as mudanças que irão implicar novas bases de produção do espaço ribeirinho a partir de então poderíamos destacar:

- A desestruturação da organização espacial ribeirinha preexistente a partir da redefinição do papel destas aldeias indígena que passaram de unidades autônomas, dispersas às margens dos rios, a unidades nucleares de controle territorial do trabalho indígena.
- O reordenamento do sistema agrário indígena e imposição de um novo sistema de exploração dos recursos naturais fundado na economia das drogas do sertão.
- A reconfiguração do processo de miscigenação nas áreas ribeirinhas a partir do contato inter-étnico e inter-tribal nos aldeamentos missionários, no sentido exposto por Ribeiro (1995) e Porro (1995); processo este que contribuiu para o surgimento do estrato neo-indígena da população ribeirinha habitantes das várzeas da região (ARENZ, 2000).
- A imposição de costumes e “valores” culturais ligados ao mundo ocidental como mecanismo de domínio territorial das áreas ribeirinhas, de maneira particular dos costumes católicos que com o passar do tempo foram sendo resinificados e incorporados ao mundo social da várzea de modo a constituir importante aspecto da trajetória de produção do espaço ribeirinho na região, a exemplo da área de pesquisa.

O desenrolar destes processos não se deu de maneira linear, nem tampouco se estabeleceu de forma homogênea no contexto interno a região, mas encontra-se imerso em conjunturas complexas de produção do espaço apresentando peculiaridades de acordo com as dinâmicas espaciais específicas estabelecidas em cada lugar. Analisaremos a seguir alguns aspectos sobre estas mudanças.

Em relação ao processo de desestruturação da organização espacial ribeirinha pré-existente, tem-se que esse processo derivou da necessidade de estabelecimento de um efetivo domínio sobre as áreas conquistadas. Investidos de poder legal concedidos pela Coroa os missionários se embrenharam ao longo do rio Tocantins e seus principais afluentes, com destaque para o rio Pará que integrava a área considerada estratégica na colonização da região. Foi assim que, segundo Leite (1943), surgiram os primeiros núcleos de povoamento colonial na região sob o comando dos missionários dos jesuítas, particularmente nas

mediações de Barcarena, Abaetetuba, Moju e Acará onde foram fundadas as Missões com o nome de Mortigura, Gibrié, Jaguarari, Moju, Ibirajuba e Sumaúma, descritas no quadro 1.

Buscando estabelecer um *modus vivendi* aceitável para moradores, autoridades e as outras ordens religiosas (ARENZ & SILVA, 2012), os missionários buscaram substituir gradativamente, a organização do trabalho indígena, baseada no trabalho coletivo e autônomo, por uma organização do trabalho compulsório e voltado aos interesses da missão. Segundo Ângelo-Menezes (1994), o objetivo não era somente a valorização econômica, mas igualmente a substituição do extrativismo pela agricultura comercial como forma de disciplinar a força de trabalho.

Este processo foi representativo no Vale do Tocantins Colonial, dentre outros, pela importância desta região como área estratégica no tocante do projeto colonial português. Retomamos aqui ao processo de estabelecimento dos núcleos missionários anteriormente citados. Segundo Azevedo (1901), o aldeamento Camutá (ou Camutá-Tapera) foi o primeiro núcleo colonial implantado na região e o segundo do Pará. Conforme ratificam os estudos de Pereira (2014), em 1617, frei Cristóvão de São José, com outros frades Capuchinos de Santo Antônio, aportaram às margens do rio Tocantins e em 1620, onde estabeleceram uma missão no sítio “Camutá-Tapera”, as proximidades da aldeia dos índios Camutás. Em 1634 o aldeamento foi transformado em uma capitania privada que recebera o nome de Villa Viçosa de Santa Cruz de Cametá (doada por Francisco Coelho de Carvalho, 1º Governador e Capitão General do Maranhão, a seu filho Feliciano Coelho). Em 1713 a vila foi transferida para a atual Cametá (PEREIRA, 2014) e após a chegada dos padres jesuítas estes passaram a exercer domínio sobre este aldeamento a partir de então.

Estudos que fazem referência ao aldeamento Camutá (BARATA, 1908, 1973; BRAGA, 1915; CRUZ, 1969, BAENA, 2004) sinalizam para o fato de que a criação deste aldeamento foi fundamental para o processo de colonização do vale da região pelos portugueses. A partir de Belém, Cametá e Bragança (considerados pontas de lança do domínio territorial) se ordenou um sistema de exploração econômica da região que viria a se fortalecer principalmente a partir de meados do século XVII com fortalecimento do projeto colonial. Destaca-se nesse processo o estabelecimento da agricultura de exportação, especialmente do cultivo do cacau que representou um dos produtos mais importantes no fomento à economia mercantil desenvolvida no Vale do Tocantins colonial (PEREIRA, 2014), aspecto que será retomado nas próximas linhas.

Em relação ao aldeamento Mortigura (atual Vila do Conde, no Pará), este é mencionado nos estudos do padre Carlos Borromeu (BORROMEU, 1946), como provedor de

mão-de-obra para as obras iniciais da antiga igreja de São Francisco Xavier (atual Barcarena Velha, no Pará) e o Colégio de Santo Alexandre (Colégio fundado pelos Jesuítas em Belém). Nos escritos deixados pelo Jesuíta Bettendorff (2010), encontramos que este foi um dos primeiros missionários a atuar na Missão Mortigura o qual após um encontro com Antônio Vieira em Belém, em 1658, logo fora encaminhado para este aldeamento para familiarizar-se com a língua e com o método de evangelização imposto sobre os nativos. Eis como o mesmo relata este acontecimento:

Dei-me belamente com o padre Francisco da Veiga, tomando à minha conta a doutrina de cada dia e a classe dos meninos para ensiná-los a ler e a escrever, juntaram-se muitos discípulos e entre eles o capitão Jacaré; e são estes hoje os mais autorizados e velhos da aldeia; e porque, por falta de livros, tinta e papel, não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e sumo de algumas ervas e com ela escrevia nas folhas grandes de pacobeiras, e, para lhes facilitar tudo, lhes pus um pauzinho na mão por pena e lhes ensinei a formar e conhecer as letras, assim grandes como pequenas, no pó e areia das praias, com que gostaram tanto que enchiam a aldeia e as praias de letras, ficando alaistradas todas; mas como os mistérios da nossa santa fé são os que se devem saber e ensinar antes de tudo o mais, neles também os exercitava, no fim da classe, e com isso ia também eu aprendendo a língua da terra, cuja gramática já tinha trasladado em latim, estando ainda em Portugal, e mudando-a para a minha província para que aprendessem por ela os que de lá quisessem vir para esta missão do Maranhão. Não faltava que fazer na aldeia, que constava de umas três mil almas, e compreendia muitas nações (...). (BETTENDORFF, 2010, p. 47).

Percebe-se que a tarefa inicial era ensinar os indígenas desta Missão a ler escrever. Todavia, a doutrinação jesuítica assumiu caráter mais intenso. É o que descreve Carvalho (2005, p. 104) ao assinalar que “tudo era diferente em Mortigura, onde a doutrina acontecia de maneira mais ‘correta’ em comparação às demais aldeias da região”.

Sobre o aldeamento Samaúma (hoje Vila de Beja, Distrito de Abaetetuba), Reis (1969), Roque (1998) salientam que Frades capuchos de Santo Antônio, após fundarem o Convento do Una, em Belém, em 1617, passaram a percorrer as terras onde habitavam os índios remanescentes da tribo Mortigura, descendente da ilha do Marajó. Nesse lugar construíram uma aldeia com caráter de missão religiosa. Contam os historiadores que o então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado denominou a nova aldeia de “Samaúma” e tempos depois a aldeia de Samaúma foi instalada como Freguesia, com o nome de São Miguel de Beja.

A partir de meados de século XVIII, esta Missão ganhara status de Vila, recebendo a denominação de Vila de Beja. Referindo a esta Vila, Baena (2004) assim a descreve:

Trinta e nove casas palhoças, que acompanham o âmbito de um grande largo, formam esta vila: a igreja, que é consagrada a São Miguel, tem do mesmo modo o teto de palha. (...) Oitocentos e oitenta e seis índios e mamelucos fazem toda a população da vila e seu distrito (BAENA, 2004, p. 225).

Complementa o mesmo autor; “esta gente lavra pequenas roças só para sua sustentação (...), as plantas de costume são a maniva para farinha; muito poucos agricultam pequenas quantidades de café, arroz e cacau: outros vão à cidade vender couceiras e estacas de acapu, e algum arroz, mas isto sucede poucas vezes” (idem, p. 225). De modo geral, segundo Baena (2004), a base o trabalho era a produção da farinha de mandioca e a pesca.

Sobre o aldeamento Jaguarari, as margens do rio Moju, segundo Marques (2004) e Lima (2012), durante o séc. XVIII, as terras do Jaguarari foram doadas por seus proprietários à Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas, por volta de 1759, tornou-se propriedade do capitão Ambrósio Henriques da Silva Pombo, que lá instalou um próspero engenho. Por volta de 1920, o engenho foi demolido e deu lugar a uma pequena vila, fundada por um alemão, que ali viveu durante duas décadas (LIMA, 2012). A Vila foi extinta e no lugar restaram apenas as ruínas de uma Igreja fundada pelos jesuítas.

Toda essa dinâmica de estabelecimento dos núcleos coloniais no vale do Tocantins teve como consequência o ordenamento de novas tramas de relações sociais que culminaram, em analogia à expressão usada por Santos (2006), em um processo de *alargamento dos contextos*³, onde as aldeias passaram a fazer parte do processo de expansão da cosmovisão ibérica que se se intensificou na região a partir da fundação de Belém. Trata-se da emergência de uma ordem distante que ao se empiricizar no lugar acabou reordenamento a dinâmica do lugar inserindo-as em novas conjunturas de produção do espaço.

Abrimos um breve parêntese aqui para assinalar que para além de espaços concretos, substratos, “palcos” onde se efetivam as ações comandadas pelos missionários, estes aldeamentos tiveram papel ativo na produção do espaço ribeirinho uma vez que caracterizavam naquele contexto condição essencial para a manutenção do projeto de colonização e especialmente para a missionarização dos rios (pelo menos até meados do século XVIII). A partir destes se ordenaram as novas bases de domínio territorial na região que marca até hoje a trajetória de existência das comunidades ribeirinhas configuradas na região, como no caso das comunidades das ilhas de Abaetetuba e áreas circundantes.

Sobre o processo de desestruturação do sistema extrativista indígena no Vale do Tocantins, Ângelo Menezes (1999; 2000) oferece importantes contribuições a esse respeito quando analisa a imposição de um novo sistema agrário na região ao qual a autora denomina de “agrossistemas da Amazônia colonial” Em sua análise, a referida autora aponta algumas

³ De acordo com Santos (2006), o alargamento dos contextos são as novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio. “Na medida em que se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que não apenas se alarga a dimensão dos contextos como também aumenta a sua espessura” (p. 171).

mudanças relacionadas ao sistema agrário regional emergente a partir da atuação dos colonizadores, em particular dos missionários que coordenavam o sistema de aldeamento na região. O quadro 3 ajuda a dimensionar algumas mudanças nesse sentido muitas das quais também foram representativas no contexto da área de pesquisa.

Quadro 3. Síntese agrossistemas da Amazônia colonial.

Organizados pelos índios	Não aldeados em aldeias missionárias	Atividades dominantes Agricultura, pesca, caça e coleta
I	Aldeados em aldeias missionárias: grupos de índios dependentes	Redução das atividades: Extrativista, agrícola, pesqueira e caça.
Organizados pelos europeus II	Agroextrativismo, agro-florestal e pecuária.	a) Plantações: • Cacau b) Formações camponesas: • extensiva e dominante

Fonte: Ângelo-Menezes (2000, p. 242).

Ao passo em que os índios eram destribilizados e aldeados, iniciava-se a destruição da floresta em busca de especiarias (drogas do sertão) destinadas ao mercado europeu. Assim, a riqueza da fauna e da flora, das florestas e dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca capturado pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas (MOREIRA-NETO, 1992).

Conforme destaca Menezes (2000), no Vale do Tocantins esse processo teve como base “o cultivo do café, ao lado do cacau e do anil, primeiros representantes do novo sistema agrário no Vale do Tocantins” (ÂNGELO-MENEZES, 1999, p. 244). Incluem-se também nesse rol farinha de mandioca, arroz, café e a cana-de-açúcar que com o passar do tempo veio a constitui um dos principais produtos do comércio colonial no Vale do Tocantins, especialmente nas cercanias de Abaetetuba e Igarapé-Miri, motivo pelo qual propusemos a construção de um capítulo específico para analisar tal processo (Cap. III).

No que diz respeito ao processo de *miscigenação* emergente a partir das missões, é preciso dimensionar a importância dos aldeamentos enquanto locais de misturas, encontros, trocas, fluxos dos quais emergem os deslocamentos situacionais e as combinações inovadoras, conforme destaca Lima (2008). Autores como Porro (1995), Ribeiro (1995), Arenz (2000) e Witskoski (2007) defendem que o processo de homogeneização compulsória nos aldeamentos missionários entre os séculos XVII e XVIII, culminou, dentre outros, no “surgimento” das sociedades ribeirinhas *neo-indígenas* da Amazônia. Isso porque através do contato inter-étnico e inter-tribal nos aldeamentos,

[...] foi surgindo uma população nova, herdeira da cultura tribal no que ela tinha de fórmula adaptativa à floresta tropical. Falava uma língua indígena, muito embora

esta se difundisse como a língua da civilização, aprendida de brancos e mestiços. Identificava as plantas e os bichos da mata, as águas e as formas de vida aquática, os duendes e as visagens, segundo conceitos e termos das culturas originais. Provia sua subsistência através de roçados de mandioca, de milho e de algumas dezenas de outras culturas tropicais, também herdadas dos índios (...). Ainda como os índios comia, dormia, vivia, enfim, no mundo de florestas e águas em que se ia instalando. Como os índios, finalmente, localizava e coletava na mata as especiarias cujo valor comercial tornava viável a ocupação neobrasileira da Amazônia e a vincularia à economia internacional (RIBEIRO, 1995, p. 311-12).

Na mesma direção Arenz (2003, p. 35) sublinha que:

(...) os índios, resgatados e descidos, disputados entre missionários e colonos, seriam a base para o surgimento dos ribeirinhos amazônicos. Especialmente nos aldeamentos dos religiosos, formou-se – dentro da complexidade do processo aculturador – uma cultura específica que os marca até hoje.

Assim, mesmo que não se tenha elementos empíricos suficientes para afirmar que as populações ribeirinhas da atual Amazônia tocantina descendem diretamente desse processo, é plausível considerar ao menos que o aldeamento tenha tido influência direta no processo de miscigenação na região, conforme corrobora Pereira (2014). Daí então considerar este aspecto enquanto importante elemento do processo de produção do espaço ribeirinho na região.

Tal como analisou Arenz (2000) sobre a região do Baixo Amazonas, no Vale do Tocantins o encontro entre colonizadores e indígenas marcou de maneira decisiva o surgimento da população ribeirinha neo-indígena. A partir do aldeamento é possível falar da constituição de uma nova espacialidade: a ribeirinha, que pode interpretada como resultado da superação dialética entre a ordem próxima, do mundo indígena e originalmente amazônico, e a ordem distante, imposta pelos colonizadores e atrelada ao mundo ocidental. É nesse contexto que se configura a fundação dos Aldeamentos Camutá, Mortigura, Samaúma e Gibirié no Vale do Tocantins onde a ação dos colonizadores, especialmente dos missionários, foi crucial no sentido de lançar as bases iniciais do processo de produção do espaço ribeirinho na região.

Outra mudança emergente com o aldeamento foi a imposição de uma nova ordem civilizatória como mecanismo de domínio territorial destas áreas. Sabe-se que os missionários combateram as manifestações culturais indígenas, considerando-as inferiores e, portanto, prejudiciais e contrárias ao ser cristão civilizado. Em contrapartida, através do processo de catequização, ou “conquista das almas”, os missionários buscaram disseminar uma nova cosmovisão em que o catolicismo representava um importante elemento. Daí então falar de uma importante mudança emergente com as missões que foi exatamente a introdução do catolicismo como estratégia de persuasão e domínio das almas dos gentios, especialmente dos chamados *índios das águas*.

Pesquisas de Hoornaert (1992), Maués (1995; 2005), Saraiva e Silva (2008) trazem importantes contribuições a esse respeito. Tais pesquisas levam-nos a dizer que o catolicismo, enquanto mecanismo de controle territorial introduzida pelo colonizador modificou o cotidiano, o espaço e o tempo nas áreas ribeirinhas da Amazônia na medida em que influenciou os costumes, as crenças, os hábitos, enfim, os valores culturais do mundo indígena, do mundo ribeirinho.

O paralelo com a questão do catolicismo permite refletir sobre o quanto a dinâmica espacial ribeirinha foi influenciada pelos colonizadores no período de vigência dos aldeamentos quando se estabeleceu o processo aqui denominado de missionarização dos rios. Voltaremos a esse ponto mais adiante quando analisaremos as transformações do catolicismo e suas implicações no espaço ribeirinho a partir da expulsão dos missionários pós-meados do século XVIII com a implementação das chamadas reformas pombalinas.

Dessa forma, mesmo diante de conflitos com a Coroa Portuguesa, os missionários tiveram papel no processo de colonização da Várzea Amazônica, especialmente do Vale do Tocantins, também no sentido do enquadramento da mão de obra do ribeirinho por meio de sua arregimentação e/ou submissão. Conforme corrobora Reis (1984), as ordens missionárias foram aos poucos abrindo caminhos para a empresa colonizadora portuguesa, tanto em relação aos territórios conquistados, quanto nas populações indígenas.

Entretanto, a despeito das colocações de Chambouleyron (2006), o domínio da região, ao longo do século XVII, não pode ser pensado somente a partir da ação missionários, militares e sertanistas. De fato, ao lado do processo de transformação de aldeamento em missões outros aspectos também contribuíram para o reordenamento da dinâmica de produção do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins no período de vigência das missões. Destacamos nesse interim o delineamento de estratégias político-administrativas criadas pela coroa portuguesa algumas das quais foram consideradas fundamentais no tocante do projeto colonial, a exemplo da criação de capitânicas e sesmarias ao entorno dos rios da região, aspecto que será analisado no próximo tópico.

3.3.2 Capitânicas, sesmarias e o espaço ribeirinho no vale do Tocantins Colonial

Paralelo ao processo de missionarização dos rios, o estabelecimento de capitânicas e sesmarias, como estratégia política-administrativa de controle do território, também constituiu processo importante na trajetória de produção do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins a partir do século XVII.

Segundo Chambouleyron (2012) a instituição das capitanias privadas constitui um importante “vetor” político administrativo determinante na ocupação e domínio do Vale do Tocantins colonial. Estas, junto com as capitanias do Estado, deram novo vigor ao projeto colonial português na região. Lembra este autor que no século XVII, foram estabelecidas na Amazônia as capitanias de Cumã ou Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo). Essas deveriam se organizar de forma diferente das capitanias reais de modo a contribuírem para constituição de uma malha de controle político-administrativo das áreas coloniais na Amazônia. O fundamento, portanto, perpassava pela necessidade de estabelecimento de uma estratégia de exploração econômica e de ocupação política e religiosa do território conquistado que se mostravam eficientes na região no século XVII.

Já foi dito que a fundação do aldeamento Camutá no baixo curso do rio Tocantins tem um papel estratégico na circulação fluvial e no comércio das drogas do sertão. Este povoamento logo se transformaria em uma capitania privada (1634) tornando assim um dos mais importantes núcleos de colonização do Baixo Tocantins, conforme ratifica os estudos de Reis (1984).

Na literatura pertinente sobre o assunto (BARATA, 1908, 1915; BRAGA, 1915; CRUZ, 1969, BAENA, 2004) encontramos que em 1634, Feliciano Coelho de Carvalho recebe do Governador do Estado, seu pai, a concessão de “todas as terras do Cameté” para fazer nelas uma Capitania. Referindo-se a este acontecimento Teodoro Braga faz as seguintes colocações.

(...) Doadas aquelas terras tocantinas (...) por Francisco Coelho de Carvalho, 1º Governador e Capitão General do Maranhão, ao seu filho Feliciano Coelho, fundou este a povoação, dando-lhe o nome de Villa Viçosa de Santa Cruz de Cameté (BRAGA, 1915, p. 52).

A vila Viçosa de Santa Cruz do Cameté, em ordem cronológica, foi a segunda cidade fundada no Vale do Amazonas, depois de Belém. “O estabelecimento de uma capitania particular significava para Coroa o desenvolvimento de uma ocupação fundada numa vila erigida pelo donatário e dependente da agricultura” (CHAMBOULEYRON, 2010b, p. 83).

Naquele momento, Cameté estava diretamente inserida na economia das drogas do sertão, evidenciando a importância desse núcleo de povoamento no ordenamento das ações coloniais empreendidas na região (POMPEU, 2002). Referindo ao significado desta capitania no contexto da região Pereira (2014) faz as seguintes arguições:

(...) uma nova territorialidade é constituída no Tocantins com a capitania privada de Cametá e a fundação da Vila, a partir de uma estratégia da Coroa portuguesa de exploração econômica e ocupação política, militar e religiosa da região. Esta territorialidade inicialmente privada/familiar – ela é um negócio de família – é um dos primeiros “enclaves” na região. Estabelece uma lógica de ocupação territorial altamente seletiva e desterritorializadora - sobrepõem-se sobre as territorialidades indígenas e as abarca, apaga, subjuga, desestrutura, destrói em grande parte (PEREIRA, 2014, p. 43).

A distribuição das terras, como as que foram doadas a Feliciano Coelho, constituía uma das formas de aumentar a produção agrícola da região. Essa é uma realidade particularmente evidente na segunda metade do século XVII, a partir de quando, segundo Chambouleyron (2006), a Coroa buscou a revitalização da atividade econômica da colônia.

Dessa forma poder-se-ia dizer que as capitanias privadas, como as de Cametá, foram importantes no domínio político da região e dessa forma acabaram contribuindo para o reordenamento das bases de produção espaço ribeirinho; isso porque a partir destas teria se intensificado o processo de povoamento das margens dos rios de modo a estruturar um sistema econômico que durante muito tempo esteve atrelado ao comércio das drogas do sertão que tinha como referência a capital Belém.

Paralelo ao estabelecimento das capitanias privadas, como a de Cametá, o sistema de doação de sesmarias (subdivisões das capitanias) também constituiu um meio primordial de controle territorial da Amazônia colonial, como as áreas ribeirinhas do Vale do Tocantins. De acordo com estudos de Vidal & Malcher (2009), no Pará, 386 sesmarias foram confirmadas (cultivadas e demarcadas); destas, 34 estariam em Belém e seus arredores. Estas doações de terras constituem uma velha tradição portuguesa, ligada ao processo de conquista do território da península contra a presença muçulmana (CHAMBOULEYRON, 2006).

Sobre este aspecto Abreu (1997) sublinha que a origem do nome sesmaria está ligada à organização territorial dos conselhos. Para melhor distribuir os casais (gleba), conveniu-se dividir as terras dos conselhos em “sesmos”, ou sextas partes. Assim, durante o processo de colonização efetiva das terras sob domínio português na América esse modelo jurídico de distribuição de terras (sesmarias) é transposto para a colônia, na tentativa de efetivar a posse do território “descoberto”, ampliar esse domínio e gerar lucros para a Coroa com o cultivo e o usufruto de atividades pecuárias (VIDAL; MALCHER, 2009). Porém, o objetivo das sesmarias criadas em Portugal era distinto daquele que se consolidou em sua colônia: em Portugal, objetivava-se incentivar o aumento da produção agrícola; no Brasil, e particularmente na Amazônia, visava-se legitimar a conquista do território perante os espanhóis e tornar as terras recém-conquistadas produtivas (TRECCANI, 2011).

De maneira geral, destaca Abreu (1976), as sesmarias só poderiam ser doadas a homens de confiança da Coroa, ou ainda homens cristãos, uma vez que deveriam pagar ainda o “dizimo” da produção da terra. No entanto no Grão-Pará estas terras também foram doadas a outros seguimentos da população local. Benatti (2005) afirma que as sesmarias no Pará, não foram concedidas somente a “homens de qualidade”. Encontram-se entre os beneficiários índios, cafuzos e mulheres (VIDAL; MARCHER, 2009).

A preocupação principal era a do cultivo da terra, pois ao final das Cartas e Datas das sesmarias, o discurso é bem claro: *como é do interesse da Coroa que se cultivem as terras deste Reino, hei por bem com ceder a...* De qualquer modo, o princípio básico das sesmarias prevalecia na doação de terras visando atender as necessidades produtivas. As terras deveriam ser distribuídas a quem tivesse condições de cultivá-la e em quantidade que pudesse, realmente, ser explorada por aquele que a desejasse.

Dentre os produtos apontados nas justificativas dos pedidos de Cartas de Datas de Sesmarias, encaminhados aos governadores da Província, estavam cacau, cana de açúcar, tabaco, mandioca e, em menor quantidade, o gado. Ângelo-Menezes (2000) afirma que no Vale do Tocantins o sistema de sesmarias “ajudou a tornar estáveis as terras de cacau delineando os estabelecimentos agrícolas existentes” (p. 112). Destaca-se nesse contexto a sesmaria de Baião, doada por Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho a Antônio Baião, em 1694 (hoje município de Baião). A propósito das colocações de Pereira (2014), esta sesmaria constitui junto com a Vila de Cameté dois polos de definição de territórios coloniais no rio Tocantins pela Coroa Portuguesa.

Conforme assinalado por Weinstein (1993), as sesmarias, “generosamente” concedidas pela Coroa portuguesa para estimular a colonização da Amazônia, “não eram nessas áreas longínquas de floresta, mas em terras apropriadas para a agricultura ou a pecuária, localizadas nas vizinhanças de Belém” (p.57). Este processo teria contribuído para o processo de povoamento do Vale do Tocantins, isso porque, salienta Barbosa (2017):

(...) a região fazia parte do primeiro círculo de agricultura dominado por Belém, o que justifica a região ter sido tão bem povoada no século XVIII. As propriedades que foram se distribuindo e pela malha de igarapés e furos eram sítios e engenhos de médio e pequeno porte, manchas de povoamento tomadas como de pouca importância econômica, salvo quando comessem a participar do comércio exterior com certo vulto a partir de meados dos setecentos (p. 93).

Os registros de sesmarias em rios como Capim, Guamá, Bujaru, Acará, Moju e Acará, e na embocadura do rio Tocantins, indicam, para meados do século XVIII, o aumento da ocupação e fixação nas terras próximas à Belém (ÂNGELO-MENEZES, 1999; ACEVEDO, 2001). A disponibilidade de terras foi importante não só para o intuito original

da metrópole em ocupar e defender as novas posses, como também para a economia colonial, dando os contornos gerais de suas bases, quais sejam, a monocultura, escravidão e latifúndio.

Nesse sentido, de acordo com estudos de Castro (2006), no início do século XVIII foram concedidas pela coroa portuguesa as Cartas de Datas de sesmarias (documentos de posse de terras) à moradores da Freguesia de Belém e áreas adjacentes, incluindo Abaetetuba. Destaca este mesmo autor na região do Baixo Tocantins, além da ação missionária, alguns povoados foram resultantes da distribuição de terras como, por exemplo, Barcarena em 1709, Igarapé-Miri em 1710, Abaeté em 1758 dentre outras localidades.

Mas o que de fato o processo de estabelecimento das sesmarias tem a ver a produção do espaço ribeirinho? Poder-se-ia destacar, dentre outras questões, a o reordenamento da dinâmica de povoamento das áreas ribeirinhas da região. Ainda que este processo tenha sido representativo principalmente a partir do desenvolvimento mais sistemático da economia dos engenhos de aguardente (temática analisada no próximo capítulo) é prudente considerar que a partir do estabelecimento das sesmarias acelerou-se o processo de povoamento das áreas de várzeas região por povos não indígenas sob a anuência das autoridades coloniais portuguesas.

Tomemos como exemplo aqui o caso do município de Abaetetuba cuja historiografia possui relações diretas com o sistema sesmarial aplicado na Amazônia durante os séculos XVII e XVIII. Conforme ratificam os estudos de Reis (1969), Roque (1998), Machado (2008) e Sousa (2009), o português Francisco de Azevedo Monteiro ganhara uma sesmaria à sua escolha no antigo Vale do rio Tocantins, porém, pela dificuldade de navegação para chegar ao local desejado acabou se estabelecendo, em 1745, às margens do rio Maratauíra (hoje sede do município) onde veio a construir uma capela em homenagem à N^a S^a da Conceição. Ao redor da capela foi surgindo um povoado ao qual Francisco Azevedo denominou de Povoado N^a S^a da Conceição de Abaeté, em referência à tribo que habitava o local (ROQUE, 1998).

Pouco depois, descreve Sousa (2009), frustrado por não ter tido o êxito econômico que esperava, Francisco de Azevedo regressou a Capital da Província deixando suas terras a escassos moradores: índios, colonos e religiosos, dentre os quais o Padre Aluízio C. Pfeil que já atuava na catequização dos moradores do lugar. Em seguida transferiu sua propriedade ao Governo provincial para que fizesse o uso dela.

Além do povoado N^a. S^a. da Conceição ficara também a Vila de Beja, local do antigo povoamento indígena Samaúma, berço da colonização do município. De acordo com estudo de Machado (2008), famílias do arquipélago do Marajó vieram para o local dando início a uma nova etapa do povoamento da região. Dentre essas famílias estava a de Manoel da Silva Raposo que, com a ajuda do padre jesuíta Aluízio C. Pfeil, impulsionaram o crescimento e o

desenvolvimento do povoado. O trabalho de Manoel Raposo atraiu outras famílias para o local, as quais fixaram residência passando a desenvolver a agricultura, especialmente o cultivo da mandioca, batata doce e cana-de-açúcar (SOUSA, 2009).

Em 1773, Manoel da Silva Raposo recebeu a posse da Sesmaria de Abaeté, que havia sido concedida inicialmente a Francisco de Azevedo Monteiro em 1745. A referida Sesmaria encontra-se registrada na Carta de Data de Sesmaria localizada no livro nº 19, p.03 onde consta a seguinte descrição:

O governador e capitão general do Estado do Grão-Pará participa que atendeu ao pedido de Manoel da Silva Raposo para que lhe concedesse meia légoa de terras de comprimento, com os fundos competentes, nas cabeceiras do rio Avaité [Abaeté]. Essas terras que, por sinal, estavam devolutas, principiam dos marcos das terras de Manoel Raposo do Amaral e foram concedidas porque o beneficiado precisava delas para poder cultivar suas lavouras, já que não tinha terras próprias, entretanto, ele precisará cumprir algumas cláusulas como: não repassar essas terras a pessoa alguma, religião ou comunidade, sem antes avisar ao juiz de sesmarias, pagar (somente) os dízimos à Deus dos frutos que nelas tiver e lavar, reservar os paus reais que nelas houver para embarcações, cultivar as terras de maneira que deem frutos, etc. (Belém do Grão-Pará, 08 de Junho de 1773) (LIVRO DE SESMARIA nº 19, p.03, 1773, grifo nosso).

Segundo estudos de Sousa (2009), grato pela colaboração de padre Pfeil na administração do lugar, Manoel Raposo doou toda terra onde esta sesmaria à Sintra Diocesana que, a pedido de padre Pfeil, a transformou em Freguesia (Atual Diocese de Abaetetuba). Entre 1773 e 1880 a Freguesia de Abaeté foi anexada por duas vezes ao território de Belém da qual sofreu grande influência. O povoado experimentou por décadas uma série de transferências, anexações e fusões de sua área com municípios da região, especialmente os de Belém e Igarapé-Miri, até a obtenção da autonomia definitiva e elevação da já Vila de Abaeté à categoria de município, por meio da Lei n. 334, de 6 de julho de 1895.

Assim, a partir de segunda metade do século XVIII, com as ações pombalinas, se intensifica o processo de doação de terras na região, fato que teria igualmente contribuído para processo de povoamento da área onde hoje se encontra circunscrito o município, especialmente da região das ilhas. No Livro de Datas de Sesmarias aparecem doações de terras a moradores da área ribeirinha que circunscreve as ilhas de Abaetetuba. Citamos aqui uma Sesmaria doada a Roberto Pires Ferreira, no rio Arumanduba, onde hoje fica a comunidade N. S. da Paz (mapas 3 e 4). A referida Sesmaria encontra-se, registrada no livro de Sesmarias nº 19, p.07 (verso), datada de 11 de setembro de 1773, na qual consta a seguinte descrição:

O governador e capitão general do Estado do Grão-Pará participa que em atendimento ao pedido de Roberto Pires Ferreira, morador da ilha de Arumanduba (Abaete), concedeu-lhe meia légoa de terras de frente com os seus competentes fundos, na referida ilha. As terras principiam do rio Uruburena, costa acima do rio

Urumanduba « e vão até um repartimento que faz o dito rio ». Essas terras foram concedidas porque o beneficiado já estava estabelecido nelas com uma plantação de cacau, porém, não possuía título algum, contudo terá que obedecer as cláusulas semelhantes às da sesmaria anterior (Belém do Grão-Pará, 11 de Setembro de 1773).

Consta também para o município de Abaetetuba a Carta de Data de Sesmaria passada a Caetano da Costa, registrada no Livro de Sesmarias nº 19, p.14 (verso). Nesta consta que:

(...) o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará participa que concedeu à Caetano da Costa, uma sorte de terras devolutas na boca do furo Itamimbuca correndo pelo Piquiarana abaixo à mão direita até a boca do rio Itacuruça (Abaetetuba). Essas terras medem uma légoa de comprimento de frente e foram concedidas porque são de varge, ou seja, ideais para as pretensões do beneficiado que são as lavouras de arroz, já que o mesmo não possui terras (Deverá obedecer a cláusulas já citadas) (Belém do Grão-Pará, 21 de Outubro de 1773).

É preciso frisar, como faz Ângelo Menezes (2000), que o processo de povoamento das áreas ribeirinhas do Vale do Tocantins foi lento e gradual de modo que mesmo com o regime de doação de sesmarias este processo ainda se apresentava de maneira incipiente. Tal fato pode estar atrelado à própria condição de inserção da região no contexto colonial, ou seja, com exceção de Cameté, parte das terras da região, como Abaetetuba, ainda dispunham de poucos atrativos econômicos, pelo menos até meados do século XVIII quando a agricultura de exportação é fomentada na região (veremos mais adiante esse processo). Além disso, a exemplo do que aconteceu em Abaetetuba, parte das terras concedidas em Cartas e Datas de sesmarias no primeiro momento não foram ocupadas sistematicamente pelos sesmeiros, conforme sugere estudos de Ângelo-Menezes (2000).

A título de exemplificação poderíamos citar o caso da sesmaria doada inicialmente a português Francisco de Azevedo Monteiro compreendendo o antigo povoado N^a S^a da Conceição em Abaeté. Estas terras só seriam efetivamente povoadas de maneira mais efetiva a partir principalmente de meados do século XVIII já no contexto do processo de reestruturação político-territorial instituído a partir de Pombal. De fato, Abaeté só viria substituir gradativamente sua frágil economia extrativista de subsistência somente com o desenvolvimento mais sistemática do cultivo da cana-de-açúcar, produto altamente atraente e rentável, tanto para o governo português como para os colonos e comerciantes estabelecidos na região que com o passar do tempo viriam a compor uma elite regional representada pelos senhores de engenhos. E é justamente com a cana-de-açúcar que Abaeté viverá seu primeiro *boom* econômico, conforme analisaremos no próximo capítulo.

No que pese o estabelecimento das capitanias sesmarias o domínio e controle territorial da região até por volta de meados do XVIII ainda estava atrelado ao poder exercido pelos padres e missionários que mantinha uma organização territorial baseada no sistema de aldeamentos, a exemplo dos aldeamentos descritos neste capítulo. Todavia essa forma de

organização viria a ser sistematicamente combatida pelos colonos e comerciantes interessados na exploração econômica da região. Os missionários passaram a ser questionados pelos colonos que os acusavam principalmente, de monopolizarem a mão-de-obra na capitania. Na visão destes colonos os missionários da Companhia de Jesus, que desenvolviam uma política econômica eficaz, já haviam acumulado vultosas riquezas na administração das aldeias e fazendas à custa da exploração de grande contingente indígena (MAXWELL, 1996).

A partir de 1750, já no contexto da chamada “era pombalina”, a política portuguesa para a Amazônia sofre profundas alterações que novamente irão ter rebatimentos diretos na produção do espaço ribeirinho. Procurando diminuir a influência dos religiosos, tanto sobre a economia regional quanto sobre a mão-de-obra indígena, Marquês de Pombal, introduziu a partir de 1750, uma política de centralização estatal como o propósito de soerguer e ampliar as vantagens mercantilistas do Estado português e da burguesia lusitana. As estratégias territoriais dos Jesuítas, através dos territórios das missões, entraram em conflitos com os interesses da Coroa Portuguesa, sendo que a partir de então o Estado colonial não pode mais tolerar este organismo “estranho” e independente demais que eram as missões jesuíticas.

3.3.3 As políticas pombalinas e o espaço ribeirinho pós-meados do século XVIII

A literatura existente sobre as transformações territoriais emergentes na Amazônia a partir do estabelecimento das chamadas políticas pombalinas é relativamente conhecida e discutida, a propósito dos estudos de Braga (1931), Machado (1989), Reis, 1993, Ângelo-Menezes (2000), Tavares (2011). No bojo deste debate sabe-se que o chamado período pombalino (1750-77) contribuiu decisivamente para criar uma nova configuração territorial na Amazônia (MACHADO, 1989) de modo a reordenar as bases do processo de colonização portuguesa que marcou a fase inicial de aldeamento missionário.

A partir da segunda metade do século XVIII vai haver, dentre outras mudanças, o aprofundamento das relações mercantilistas na Amazônica, colonial conforme apontam os estudos de Reis (1963; 1966), Chambouleyron (2005), Costa (2010), Masulo da Cruz (2007), dentre outros. Nesse contexto o chamado Vale do Tocantins Colonial terá papel importante nesse processo (ÂNGELO-MENEZES, 2000), sobretudo porque constitui uma das áreas mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento da agricultura de exportação principalmente no contexto de funcionamento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão, que atuou entre 1755 a 1778.

Com a crise do sistema de aldeamento, a atenção de Portugal para a Amazônia se faz presente por meio das políticas pombalinas, executadas por Francisco Xavier de Mendonça

Furtado, Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 a 1757. Segundo Ângelo-Menezes (2000, p. 94),

A preocupação da metrópole era a recuperação dos rendimentos da colônia como forma de empreender também a recuperação das finanças de Portugal. Em 1755, o Ministério Pombalino apoiava-se na teoria econômica emergente, e do ponto de vista político-econômico foi marcado pelo descontentamento de setores mercantis, diante da questão dos monopólios estabelecidos em favor da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

O Tratado de Madri, assinado em 1750, representa um acontecimento fundamental que ajuda a entender as ações pombalinas em terras amazônicas. Neste Tratado a Espanha reconhece legalmente o domínio de Portugal sobre as terras situadas a oeste do Tratado de Tordesilhas (1994) e que foram apropriadas por Portugal durante a União Ibérica (1580-1640). Com a o Tratado de Madri Portugal finalmente poderia estabelecer as reforças políticas nas colônias e assim assegurar maior domínio territorial. Tem-se a partir de então um novo momento do processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, particularmente na região tocantina – aspecto que será retomado mais adiante.

Considera-se que uma das mais importantes medidas adotadas no sentido de superar o momento crítico da economia portuguesa naquele período foi a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, tendo como centro de decisões política-administrativa a cidade de Belém, em substituição ao Estado do Maranhão e Grão-Pará que tinha como sede São Luís. Neste momento, as capitânicas privadas foram novamente incorporadas ao poder do Estado do Grão Pará. A de Caeté, pela ordem régia de 14 de Junho de 1753. A de Cameté, a 1 de Junho de 1754; a da ilha de Joannes (Marajó), em 29 de Abril de 1754 (REIS, 1993^a).

Mendonça Furtado, Irmão de Pombal, foi o encarregado de exercer as funções de primeiro Comissário para regular os limites entre as possessões portuguesas na América do Sul bem como as políticas territoriais internas ao Grão-Pará (BRAGA, 1931). Antes de chegar as novas possessões Mendonça Furtado, em carta enviada à metrópole, lembrava ao governo de Lisboa

a necessidade da instituição de uma Companhia geral do Comércio Nacional como único meio de levantar o Estado da completa ruína em que fazia e que por meio dela, a introdução de escravos negros para todos os serviços da colônia, da existência dessa companhia dependia, segundo ele, o renascimento da vida e progresso para o estado. Essa carta chega as mãos do ministro Sebastião de Carvalho [Pombal] quando este refletiu cuidadosamente em três grandes assuntos: a criação dessa companhia, a secularização das aldeias indígenas dirigidas pelos missionários e finalmente a liberdade dos índios: a primeira seria a base para as duas (BRAGA, 1931, p. 95).

Foi assim que a partir de 1755 as ações coloniais fomentaram um sistema econômico pautado na agricultura de exportação tendo como base experiências similares, já introduzidas

na Grã Bretanha, França e Holanda (REIS, 1966; PRADO-JUNIOR, 1977; MENDONÇA, 1983). Neste momento a Coroa Portuguesa passou a intervir diretamente na região a partir da efetivação de um conjunto de medidas que concorreram para emergência de uma nova conjuntura de produção do espaço regional cujas implicações foram significativas na reconfiguração da dinâmica espacial entre as populações locais, especialmente entre as populações ribeirinhas.

Baseados nos estudos de Reis (1966; 1993), Prado-Junior (1977), Machado (1989), Salles (2005), Tavares (2011), dentre outros, poderíamos destacar algumas destas medidas adotadas por Pombal as quais viriam a ter rebatimentos diretos na produção do espaço ribeirinho na região tocantina, de modo particular nas ilhas de Abaetetuba, a saber:

- A implantação da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão (que operou de 1755 a 1778) assegurando aos comerciantes portugueses o monopólio do comércio das *drogas do sertão*, em substituição aos Jesuítas que até então controlavam este comércio;
- Declaração da “liberdade” dos índios da América portuguesa (Alvará régio, de 6 de julho de 1755) que objetivava desarticular as missões religiosas que utilizavam a mão de obra indígena para a coleta das drogas do sertão;
- O estímulo à miscigenação entre índios e portugueses (1755), como forma de “aportuguesar” a colônia e assim fortalecer a presença portuguesa na região.
- A criação do Diretório dos Índios (1757) que teve o objetivo de organizar a administração e o governo dos índios transformando os aldeamentos em agrupamentos ou vilas civis administradas por funcionários – os diretores (ALMEIDA, 1997).
- Expulsão dos Jesuítas dos domínios portugueses (1759), já que estes religiosos alcançaram um poder, econômico e simbólico, muito maior que a própria coroa portuguesa teria alcançado até aquele momento.
- A inserção mais efetiva de escravos africanos como forma de suprimento da mão-de-obra nas atividades agrárias incentivadas pela coroa portuguesa;

Além das medidas de cunho político-administrativo, Marquês de Pombal interferiu na organização espacial e na paisagem da região ao incentivar a fundação e construção de vilas e lugares onde até então só existiam aldeamentos indígenas e missões religiosas. Neste momento as missões passam à condição de vilas com topônimos das cidades portuguesas e estruturadas com fisionomia lusa.

Assim, além de buscar estabelecer uma referência lusa impressa nas próprias paisagens como forma de afastar qualquer tentativa de invasão estrangeira, Pombal também

visava reestruturar a economia mercantilista e fortalecer o domínio territorial sobre a região. Segundo Miranda (2005) as políticas pombalinas tiveram três objetivos principais, quais sejam: 1º) submeter a alta nobreza ao controle da Coroa; 2º) fortalecer a qualquer custo os grandes comerciantes portugueses e 3º) evitar a interferência da Igreja nas decisões da monarquia.

O pano de fundo da declaração da liberdade dos índios consistiu, segundo Machado (1989), no domínio da mão-de-obra indígena. Da mesma forma que o governador acusa os religiosos de aproveitarem o poder sobre os índios para empregá-los em atividades de interesse particular, “arruinando” o Estado, ele também clama para a necessidade de que o Estado seja “reestabelecido”, o que aconteceria através da declaração da “liberdade”, pois assim se retiraria a cobiçada força de trabalho do domínio dos religiosos e por consequência a produção dela dependente e o comércio.

Não obstante, justamente para integrar melhor o número de índios aldeados pelos jesuítas e já formados por eles dentro dos moldes ocidentais, o então Governador Mendonça Furtado, decretou, com base na lei de 1755, a miscigenação dos colonos com os descendentes das missões, onde se encontravam em grande maioria os povos ribeirinhos. A estratégia consistia em incentivar a miscigenação com os indígenas, os quais detinham o conhecimento da natureza, e “modelar” uma população com valores europeus que fosse capaz de viver e produzir no espaço amazônico.

Em relação à criação do *Diretório dos índios*, esta representou uma política territorial de grande impacto sobre nas condições de vida das populações descendentes das missões, em especial das populações ribeirinhas. Esta medida determinou a criação de uma série de alvarás e decretos acrescentando as regras de fundação, funcionamento e gestão da nova estrutura (espacial) em que deveriam se fundar novos núcleos coloniais. O *Diretório* transformou os aldeamentos em agrupamentos ou vilas civis administradas por funcionários – os diretores.

Na esteira destas medidas, as ações de pombal viriam a eliminar de vez o poder dos jesuítas (que foram expulsos compulsoriamente a partir do ano de 1759) instituindo uma nova forma de domínio sobre os antigos aldeamentos (COELHO, 2005). Foram então soerguidos os novos pilares da política colonial portuguesa, os quais tiveram impactos diretos no reordenamento das bases de produção do entre as populações ribeirinhas descendentes dos aldeamentos.

Importa salientar que o Vale do Tocantins teve papel fundamental no contexto da reformulação política implantada na Amazônia colonial por Marques de Pombal, pois compreendia uma área estratégica do ponto de vista da economia das drogas do sertão e do

controle do território, agrupando importantes núcleos de povoamento colonial sendo o principal deles o de Cametá. Com os missionários fora de cena, os diretores puderam exercer de maneira mais efetiva o projeto econômico em franca expansão.

Pode se dizer que a partir da efetivação das políticas pombalinas emergiu uma nova fase de produção do espaço ribeirinho que, em comparação ao contexto espacial anterior (das missões) foi marcada por um conjunto de mudanças dentre as quais destacamos as seguintes:

- Desestruturação do sistema de aldeamento ao entorno dos rios (anteriormente comandados pelos missionários); e a transformação das aldeias em vilas e lugares visando, dentre outros, articular a mão-de-obra em função dos novos núcleos de povoadamentos; processo este que ensejou novas formas de organização territorial ao entorno das áreas ribeirinhas da região, como nas ilhas de Abaetetuba e cercanias;
- Dispersão da população ribeirinha ao entorno das margens dos rios da região que buscavam fugir do controle colonial nas vilas e lugares comandados pelos Diretores civis;
- Emergência de um catolicismo de base popular que a partir da expulsão dos padres e missionários (1759) teria se constituído como uma das principais bases de constituição das territorialidades ribeirinhas na região (FAVACHO, 1984; MAUÉS, 1995; SOUSA, 2002; HARRIS, 2006) aspecto este representativo do processo de produção do espaço ribeirinho no município de Abaetetuba.
- Incentivo, incremento e expansão de atividades agrárias voltadas a exportação; a exemplo das lavouras de café, cacau, arroz, farinha (ANGELO-MENEZES, 1994; 2000; BALÉE, 1989), além da cana-de-açúcar que viria implicar diretamente no delineamento do processo de produção do espaço ribeirinho na região, de maneira particular no município de Abaetetuba
- Inserção de escravos negros na região como forma de suprimento de mão-de-obra usada em atividades agrárias; fato que viria influenciar diretamente o processo de formação territorial da região uma vez que os escravos começaram a fugir dos locais de controle territorial estabelecendo quilombos ao entorno das ilhas e várzeas do estuário tocantino (SALLES, 1971; 2004; PINTO, 2004; GOMES, 2006), a exemplo de Abaetetuba.

Descrevemos a seguir alguns aspectos sobre estas mudanças levando em conta as particularidades da região do Vale do Tocantins colonial e de maneira particular das ilhas de Abaetetuba, foco da pesquisa. Reiteramos que nosso propósito aqui não é a análise das

políticas pombalinas em si, mas, sobretudo, suas implicações no ordenamento do espaço ribeirinho.

Sobre o processo de desestruturação da organização espacial baseada nos núcleos de aldeamento missionários, é conveniente reportar as considerações de Miranda (2008), quando assinala que até Pombal a ocupação da Amazônia restringia-se a foz do rio Amazonas e mais quatro pontos isolados do território: Belém, Bragança, Cameté e Gurupá, que seriam as pontas de lança do domínio territorial luso. Sustenta a autora que após a intervenção pombalina houve a formação do embrião de uma rede de cidades articuladas pelos principais rios da região e o início da penetração do colonizador no interior do território amazônico. Isso porque após as medidas de cunho político-administrativo, “Marquês de Pombal interferiu na organização espacial da região e na paisagem da Amazônia ao incentivar a fundação e construção de “vilas” e “lugares” onde até então só existiam aldeamentos indígenas e missões” (MIRANDA, 2008, p. 03).

Tem-se então, com a conjuntura emergente a partir de meados do século XVIII, a configuração de uma nova dinâmica de organização territorial na região do vale do Tocantins que, embora ainda tivesse como importante base o próprio sistema nuclear de povoamento estabelecido inicialmente pelas missões, assumia um novo significado exercido no contexto do fortalecimento da agricultura de exportação. Ao se referir a esse processo Ângelo Menezes frisa que

Era fundamental que as povoações continuassem a produzir mais produtos como a farinha, para o prosseguimento do projeto de fortificação e colonização das áreas limítrofes com outras nações. Havia preocupação com o potencial produtivo de cada unidade missionária e definiram-se instruções com este fim. As instruções expressam duas perspectivas: uma administrativa e outra econômica. O objetivo era detectar a capacidade de cada antiga aldeia e conferir a possibilidade de transformá-la em vila ou em lugar de índios (ÂNGELO-MENEZES, 2000, p. 103).

Assim foi feito no delta do Amazonas e particularmente no Vale do Tocantins colonial. Neste momento os aldeamentos missionários foram convertidos pelo Governo de Pombal em vilas e lugares. Mendonça Furtado eleva 46 aglomerados coloniais à categoria de vilas (ÂNGELO-MENEZES, 2000). Retomamos aqui ao exemplo das quatro missões criadas no Vale do Tocantins pelos missionários (Mortigura, Samaúma Camutá e Fazenda Gebrié – ou Gebirié). A partir da intervenção pombalina, estas missões foram desestruturadas e convertidas nas seguintes vilas e lugares.

- Vila do Conde (1757), compreendendo a área onde habitavam os índios da tribo Mortigura transformado em Missão em 1653 pelos jesuítas.

- Vila (ou Freguesia) São Francisco Xavier (1758) na área onde ficava a antiga aldeia da tribo Aruãs, convertida em aldeamento missionário pelos jesuítas em 1709 com o Nome de Fazenda Jebrié ou Jebirié.

- Vila de Abaeté (1758) integrando o antigo povoado N. S. de conceição de Abaeté e a área onde habitavam os índios da tribo Samaúma (atual Vila de Beja) transformada em Missão em 1653 pelos jesuítas;

No que diz respeito ao aldeamento Camutá, é possível que este tenha sido classificado como cidade de médio porte em virtude da importância para a economia regional, pois era de Cametá que partiam os barcos com o cacau e o café, dois dos principais produtos exportados para a Europa (MIRANDA, 2008), além do fato de encontrar-se situada em posição estratégica no curso do rio Tocantins.

Em meio ao processo de desestruturação dos aldeamentos missionários, reordena-se novamente a cartografia ribeirinha no Vale do Tocantins colonial em comparação ao contexto das missões. As vilas e lugares criados passaram a desempenhar novas funções no que tange ao desenvolvimento da economia colonial. Agora o principal objetivo não era mais o abastecimento interno, e sim o fomento à agricultura de exportação.

A partir de então se muda a base do sistema de domínio territorial nas áreas ribeirinhas. A base do trabalho que anteriormente estava fundada na inter-relação da produção com a religião, passa a gora a ser substituída por um novo modelo que, embora se apoiasse nas bases materiais da organização do trabalho das aldeias missionárias, tinha como foco a intensificação da agricultura de exportação e o fortalecimento da economia mercantilista a partir da colônia.

Considera-se que a partir desse momento (desestruturação dos aldeamentos e instituição das vilas sob o controle dos diretores) as populações ribeirinhas descendentes do processo de aldeamento, ou seja, os “índios misturados”, ou índios genéricos (tapuios, caboclos), passaram a ocupar de maneira mais sistemática as margens dos rios em locais afastados do controle territorial português. Atrelado a esse processo houve também a intensificação do processo de doação de sesmarias, como as que foram referidas no tópico anterior, fator que também contribuiu para intensificação do povoamento ao longo dos rios e várzeas da região reordenando assim as bases de produção do espaço ribeirinho na região e particularmente em Abaetetuba.

Nesse contexto houve, segundo Ângelo-Menezes (1994), um decréscimo da população de índios nos lugares de índios (antigos aldeamentos), no vale do Tocantins que se deu em consequência, dentre outros, das mortes por doenças, excesso de trabalho, além da fuga de

índios das povoações controladas pelos diretores. Supõe-se, com base nas informações de Favacho (2002), que este processo tenha provocado o desaparecimento de inúmeras aldeias no Vale do Tocantins colonial, que mais tarde viria a ser incrementado com populações de origem quilombola (veremos mais adiante esse processo).

Além da desestruturação dos aldeamentos indígenas, outra consequência da expulsão dos jesuítas pelo governo central foi a emergência de um catolicismo de base popular que, tal como frisa Favacho (1984), Maués (1995), Sousa (2002), Harris (2006) e Pereira (2014), teria contribuído de maneira significativa na constituição das territorialidades ribeirinhas na região. Sobre isso Pereira (2014) descreve que

(...) o fato dos Jesuítas terem sido expulsos implica na forma como o catolicismo será vivenciado pela população da Amazônia mais afastada dos centros “urbanos” (onde a igreja podia, em parte, manter regularmente seus serviços religiosos), possibilitando a expansão de um “catolicismo popular” caracterizado nas comunidades ribeirinhas pelas “festas de santo” e atuação das “Irmandades” (PEREIRA, 2014, p. 72).

Segundo Harris (2006, p. 93) “quando os missionários foram expulsos [por volta de meados do século XVIII], o catolicismo já fora imposto sobre os ameríndios contatados e sobre a nova população mestiça de língua portuguesa”. Ressalta que nesse contexto “a população mestiça da Amazônia, vivendo junto aos cursos de água, criou uma nova religião a partir do material disponível e dos recursos da imaginação” (p. 103).

As chamadas *Irmandades*, cujas origens remetem ao final do século XVIII na Amazônia (PEREIRA, 2014), expressam bem a criação de uma “nova religião”, como parte de um novo *regime de sociabilidade*, que a propósito das colocações de Pereira (2014), “implica igualmente na criação de uma *nova territorialidade*: a ribeirinha, diferente da territorialidade dos colonos, do Estado colonial português, dos indígenas, dos missionários e dos quilombos de terra-firme” (p. 72).

De acordo com Souza (2002, p. 66), “as Irmandades eram instituições laicas que se encarregavam de organizar de ano a ano as festas de santos, que consistiam em momentos de devoção popular e de festejos”. Estas se disseminaram pelas ilhas e várzeas da Amazônia Tocantina onde habitantes trabalham nas lavouras do cacau, da cana, do arroz, da farinha, e criavam suas estruturas espaciais de capelas e barracões de festas (FAVACHO, 1984).

Sousa (2002) afirma que as Irmandades constituíam um dos elementos mantenedores do equilíbrio e da “convivência fraterna” entre as diferentes camadas sociais ribeirinhas através das festas de santo que promoviam. Estas não apenas realizavam anualmente as festas de santos – as quais seguiam toda uma tradição cerimonial composta por uma série de regulações – como também intermediavam as primeiras relações políticas entre as populações

locais e as autoridades públicas, ou seja, cumpriam o papel de mediar as necessidades coletivas no âmbito dos serviços (SOUSA, 2002).

Conforme destaca Harris (2006), entre o final do século XVIII até a República, a presença da igreja Católica foi relativamente fraca no interior da Amazônia. Havia poucos padres que atuavam nas áreas dispersas, especialmente nas áreas ribeirinhas, pois a prioridade eram as áreas urbanas com maiores contingentes populacionais. Porém, adverte o autor, a fragilidade institucional da Igreja nestas áreas não implicou a erosão do catolicismo, o que ocorreu foi um processo no qual a religiosidade popular reinventa os costumes católicos culminando com a emergência de um catolicismo de base popular que se expandiu para diversas áreas da região e cuja atuação dos leigos foi fundamental em sua estruturação.

O fato é que uma nova religiosidade se torna completamente integrada à vida social, ou seja, integrada a todas as dimensões da sociabilidade das populações ribeirinhas, mas sem uma “regulação eclesiástica”, pois após a expulsão dos jesuítas o trabalho de difusão do catolicismo foi assumido pelos leigos, tal como aconteceu nas ilhas de Abaetetuba.

O catolicismo que se desenvolveu ao longo do século XIX é importante para o entendimento da identidade do ribeirinho de forma global [...]. Ao fazer essas asserções, assumo que existe algum relacionamento determinante entre o sistema econômico mercantil e os padrões de relações, ideias e práticas (HARRIS, 2006, p. 94).

As *heranças* das Irmandades em localidades ribeirinhas da Amazônia tocantina encontram-se presentes em espaços, relações ritos e práticas que definem, em parte, as comunidades ribeirinhas da região, notadamente das ilhas de Abaetetuba. Traduzem símbolos, rastros, vestígios, traços e marcas do passado que são refletidos tanto na dinâmica social quanto na própria configuração territorial local. A título de ilustração veja-se a fala de um morador das ilhas de Abaetetuba:

(...) quando era novo lembro que participava da “Irmandade do Divino Espírito Santo” que surgiu na Localidade chamada Trapiche que ficava na encruzilhada do Rio Furo Grande com o Rio Tucumanduba. As festas do Divino ocorriam sempre no mês de maio com a duração de onze noites, distribuídas em ramada, mastro e nove noites de novenas, com as despesas de cada noite custeadas pelos noitários. Havia também a transladação da imagem do santo. No final a gente fazia uma grande festa com música, mastros, comidas e era muito alegre. Sempre tinha uma pessoa que ficava responsável de zelar e guardar o santo quando acabava o período de festejo (MORADOR DO RIO AJUAÍ, ILHAS DE ABAETETUBA, em 23 /05/2020).

As Irmandades não apenas realizavam anualmente as festas de santo, seguindo toda uma tradição cerimonial composta por uma série de regulações, com hierarquias de funções assumidas pelos participantes, como também produziam certa *organização do espaço ribeirinho* e intermediavam as relações políticas locais entre a localidade e as autoridades

públicas, ou seja, “cumpria o papel de mediar as necessidades coletivas no âmbito dos serviços” (SOUSA, 2002, p. 73).

Em torno destas (irmandades) foi introduzida uma maneira particular de organização social e manifestação cultural através da realização das festividades religiosas em homenagem aos santos padroeiros que é hoje uma importante forma de manifestação da territorialidade ribeirinha na Amazônia, e em especial nas ilhas de Abaetetuba. Conforme frisado na introdução, é costume comum ainda hoje entre as mais de 60 CEBs existentes nas ilhas a realização de festejos de santos padroeiros realizados anualmente em cada comunidade. É o momento de expressar a fé católica através de diversas formas, como no caso da realização do círio fluvial que abre a período de festejo em cada comunidade, como no caso da Comunidade de N. S. do Perpétuo Socorro, do rio Maúba onde a festividade é realizada no mês de Julho.

Figura 5. Fotografias do círio fluvial por ocasião dos festejos na comunidade de Maúba, ilhas de Abaetetuba-PA.



Fonte: pesquisa de campo 2021.

À propósito da representatividade que as festas de santos assumem em âmbito das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, como no caso da comunidade citada, pode-

se dizer que o catolicismo popular que se desenvolveu a partir do final do século XVIII e ao longo do século XIX é representativo ainda constituindo um importante aspectos do processo de produção do espaço ribeirinho na região, como nas ilhas de Abaetetuba.

Outra mudança emergente com as políticas pombalinas e que teve correlações diretas com a produção do espaço ribeirinho foi o fortalecimento de economia mercantil voltada ao mercado externo, sobretudo a partir da instituição da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão em 1755. Já foi dito que a criação desta Companhia, em 1755, visou assegurar o monopólio do comércio das *drogas do sertão* e fortalecer o projeto mercantilista de Portugal. Segundo Castro (2006), a Companhia do Comércio do Grão-Pará tinha como objetivo a promoção do progresso, o incentivo à produção e ao seu transporte em direção aos mercados consumidores. Em outras palavras, a Companhia pretendeu criar a possibilidade de realizar inovações na organização da produção da colônia, propondo-se a fortalecer a agricultura e firmar novas bases à ocupação desse vasto território.

O Baixo Tocantins foi inserido diretamente nesse processo, pois fazia parte do primeiro círculo de agricultura dominado por Belém. A partir do final do século XVII, com intensificação do processo de doação de sesmarias, a região experimentou relativos processos de crescimento de atividades agrárias. Fomentava-se assim um incremento na exploração principalmente de gêneros regionais como cacau, arroz, café, cana de açúcar etc., que resultaram na remessa de grandes quantidades destes produtos para Portugal (MARQUES, 2004).

Ao se referir ao Vale do Tocantins Ângelo-Menezes (2000b) enfatiza que a partir da criação da Companhia do Grão Pará houve uma expansão das atividades agrícolas onde Cameté se tornou o principal centro de cultivo de cacau. A autora acima sublinha dois tipos de unidades produtivas integradas, ou não ao mercado, se destacam no conjunto das atividades agrárias incentivadas pela coroa portuguesa no Vale do Tocantins a partir da segunda metade do século XVIII. A primeira era compreendida pelas vilas de Acará, Moju, Cameté, Igarapé-Mirim e Abaetetuba que eram locais mais integrados ao mercado a partir da cana-de-açúcar e cacau, e segunda unidade compreendia os lugares de índios de Barcarena, Conde, Beja e Baião, menos integradas (com agricultura de mandioca, arroz, feijão) com tendências a dominação do mercado. Dentre as atividades citadas, duas delas merecem destaque nesse contexto: cultivo do cacau e as lavouras da cana-de-açúcar. De acordo com Bastos (et. al. 2010),

A cana-de-açúcar gerou empreendimento econômico mais complexo, em termos tecnológicos, com o surgimento dos engenhos. Esta produção concentrou a força de trabalho escrava nos canaviais e na moenda (...). Cacau e cana-de-açúcar

organizaram uma rede de pequenos e médios produtores que dependiam das operações de comercialização e beneficiamento organizado pelos fazendeiros, donos de engenhos e com domínio sobre a comercialização (BASTOS, *et al*, 2010, p. 9).

Tendo importância fundamental no rol das atividades econômicas mais importantes da região tocantina, estas atividades assumiram perspectivas diferenciadas do ponto de vista da dinâmica interna à região. Ou seja, enquanto cana-de-açúcar ganhou destaque nas cercanias de Abaetetuba e Igarapé-Miri, o cacau foi cultivado principalmente às proximidades de Cametá assumindo importância econômica fundamental para a produção agrícola colonial (REIS, 1993; ÂNGELO-MENEZES, 1994).

Ângelo-Menezes (2000) destaca que a coleta do cacau em Cametá mobilizava uma grande quantidade de mão-de-obra, incluindo a de escravos africanos. “Pode atribuir a esse produto o aumento da população escrava africana até o final do século XVIII, quando a queda dos preços coincidiu com a redução da produção do Vale do Tocantins” (ÂNGELO-MENEZES, 2000, p. 247).

Entre os anos de 1790 e 1791, o cacau (manso) cultivado em Cametá foi de 1.805 arrobas, correspondente a uma área plantada de 11 mil pés, pertencentes a diversos produtores (ÂNGELO-MENEZES, 2000). Produto florestal manejado e cultivado através principalmente de trabalho escravo, o cacau torna as várzeas locais de fixação de moradia e de valor (PEREIRA, 2014).

Assim, pode-se dizer que o cultivo do cacau teve correlações importantes com o reordenamento do espaço ribeirinho ao passo que contribuiu, dentre outros, para a intensificação do processo de povoamento das áreas de várzea da região, aspecto ratificado por Pereira 2014 quando assinala que:

(...) a ascensão e crise da exportação do cacau (entre outros fatores) abriu os espaços das várzeas e ilhas para a ocupação pelas populações mestiças pobres, tapuias, negros libertos e escravos fugidos desenvolvendo nestes uma produção diversificada, um regime de sociabilidade e territorialidades ribeirinhas diferenciadas (PEREIRA, 2014, p. 46).

Quadro similar ao de Cametá foi verificado às proximidades de Abaete e Igarapé-Miri, porém desta vez a atividade principal foi o desenvolvimento as lavouras de cana-de-açúcar. Segundo Chambouleyron (2010), a Coroa Portuguesa buscou incentivar a produção do açúcar e regular de toda maneira a produção de aguardente de cana na região. O autor ressalta ainda que a cachaça servia às autoridades como forma de pagamento de trabalhadores e fonte de renda, situação que caracteriza a inserção da cachaça na estratégia de conquista e na economia do Vale do Tocantins colonial, como um componente da política colonial (ÂNGELO-MENEZES, 1994; 2000).

O incentivo às plantações de cana teria dado início ao desenvolvimento de uma das atividades econômicas mais importantes da história econômica de Abaetetuba contribuindo de maneira direta no processo de povoamento das ilhas e várzeas da região, consoante ao debate empreendido no próximo capítulo.

Nesse sentido, ressalta Pereira (2014), o papel de mediação da cachaça, na relação que os portugueses mantinham com índios não aldeados e nas relações de trabalho colonial, foi bem expressiva no Vale do Tocantins colonial. Junto com outros produtos, a administração colonial permitia a comercialização de aguardente, produzida principalmente em Abaete, Barcarena e Igarapé-Miri, “evidenciando a importância de mecanismos, como a cachaça para o controle da força de trabalho indígena, mecanismo, este, apropriado para atrair o índio para a troca do produto pelo trabalho” (ANGELO-MENEZES, 2000a, p. 115).

Todavia, além da cana de açúcar o incentivo às atividades agrárias em Abaeté também incluiu a produção de outros gêneros extrativistas. Ao se referir a produção agrícola referente ao lugar de Beja (distrito de Abaetetuba) Menezes (2000) menciona que:

(...) apesar da diminuição do índice em relação aos tempos missionários os estoques de Beja [vila de Beja] atingiram 1.298 arrobas de produtos extrativistas, entre os quais cacau, salsa, cravo fino e grosso, 6 potes de copaíba, 152 tartarugas 66 potes de manteiga de tartaruga, 33 sextos de peixe seco, 50 sextos de castanha (MENEZES, 2000, p. 249-50, grifo nosso).

Ângelo Menezes (2000) destaca ainda que na Vila do Conde, próximo a Beja, também se cultivava componentes agrícolas comuns à região, como Cacau, café e mandioca. O definhamento destas atividades na região sugere a importância da agricultura comercial como atividade fundamental no ordenamento da colonização da região e, por conseguinte, do processo de produção do espaço ribeirinho nesse contexto.

A produção para exportação gerou um problema na região notado por Menezes (2000) qual seja a falta de suprimento interno das unidades produtivas.

A escassez de produto para o consumo no vale do Tocantins marca a diferença da dinâmica de produção do Diretório em relação à fase missionária. No Período missionário, parte da produção de alimentos se inseria nas trocas sem comprometer o consumo interno de cada unidade. (...) Os colonos não produziam para o consumo interno e os lugares não dispunham mesmo de sementes precisando que esse insumo (...) viesse de fora (ÂNGELO-MENEZES, 2000, p. 248).

A autora completa ainda que este quadro foi notado no lugar de Beja onde “em determinado período a produção não ultrapassava 19¹/₂ alqueires de farinha quando necessidade para o consumo interno era de 63. Essas roças de mandioca chegaram a produzir 239,5 alqueires de farinha” (idem).

À parte desse problema as plantações de cacau e cana-de-açúcar continuavam sendo fomentadas na região. Assumindo dinâmicas peculiares estes produtos tiveram, assim,

importantes rebatimentos no reordenamento do processo de produção do espaço ribeirinho no Vale do Tocantins colonial, particularmente nas áreas circunvizinhas de Cametá, onde se efetivou de maneira mais sistemática o cultivo do cacau; e de Abaetetuba onde a cana-de-açúcar assumiu papel de destaque.

Paralelo ao processo de fortalecimento da agricultura de exportação, uma importante questão encontra-se na base da nova conjuntura de produção de relações sociais de produção do espaço ribeirinho emergente a partir de meados do século XVIII com as reformas pombalinas: a introdução de escravos negros na região como forma de suprimento de mão-de-obra, sobretudo no que diz respeito ao fomento da economia do cacau e da economia de aguardente.

Segundo Ferreira (2007) a introdução do negro na região deu-se inicialmente nos séculos XVI e XVII, na costa do Amapá e na foz do rio Amazonas pelos ingleses para o funcionamento de engenhos clandestinos, na fabricação do açúcar e da aguardente. Porém a inserção mais efetiva de escravos africanos ao Grão-Pará se deu, sobretudo, com a instauração da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (REIS, 1993, SALLES, 2004), quando a introdução de escravos ficou isenta de impostos e taxas alfandegárias nas duas Capitanias.

No entanto, o processo de inserção mais efetiva de escravos negros na região ocorreu principalmente a partir de meados do século XVII, sobretudo após a com a criação da Companhia Geral do Comércio do Maranhã e Grão-Pará, em 1755. Segundo Sales (2005), a introdução dos escravos negros na região visou atender as demandas de mão de obra utilizada nas atividades agrárias destinadas à exportação, uma vez que o braço do ameríndio não era suficiente para desenvolver a agricultura.

No Pará e no Maranhão os negros foram destinados, sobretudo para os canaviais e as lavouras de arroz e algodão. Segundo Ferreira (2007) na segunda metade do século XVIII, no período de 1757 a 1779, chegaram à Capitania, 25.365 negros, justamente no período de vigência da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Após o estabelecimento da regularidade do comércio de escravos na Amazônia, é notável a preferência dos colonos e senhores de engenho pelos negros experientes na lavoura, visto que o principal objetivo da apropriação de escravos era a constituição de trabalho braçal nas plantações, com vistas ao desenvolvimento da agricultura comercial em terras da Amazônia Portuguesa (BEZERRA-NETO, 2001).

Castro (2006) assinala, no entanto, que o negro não trabalhava somente nas lavouras de café, algodão, cacau, cana de açúcar, gado etc.; a mão de obra escrava era utilizada também, segundo a autora, nas obras públicas e serviços essenciais para a construção civil,

tais como olarias, pedreiras e serrarias. O fato é que o regime de submissão ao trabalho nas fazendas e engenhos de colonos portugueses resultou na fuga destes e a consequente formação de quilombos no interior da floresta, assim como nas beiradas dos rios de modo a ter rebatimentos no processo de povoamento destas áreas, como em Abaetetuba.

Importantes contribuições a esse respeito são encontradas nos estudos de Gomes (1996; 2015), Bezerra Neto (2001), Salles (2004), Amaro; Maestri (2005), Castro (2006), Treccani (2006), dentre outros, não sendo propósito aqui aprofundar este debate. Segundo Gomes (2015), a formação de quilombos na Amazônia se deu de modo geral nas áreas de difícil acesso tendo como base econômica não só a agricultura, mas a comercialização de excedentes com outros mocambos, com indígenas e com os brancos.

No caso específico das ilhas de Abaetetuba a introdução da mão de obra negra também esteve ligada a esse processo, ou seja, da fuga de escravos do controle territorial. Além disso, soma-se o fato de que o projeto pombalino de incentivo às atividades agrárias pós 1750 não surtiu efeito esperado, pois estas atividades aos poucos foram entrando em retração, o que significou o abandono das populações escravas de origem africana que precisaram buscar outros meios de sobrevivência na floresta e nas beiradas dos rios (SALLES, 1971), aspecto que pode ter fortes correlações com o processo de povoamento de possessões escravistas nas ilhas de Abaetetuba.

Tomamos como exemplo aqui o caso de uma área de várzea circunscrita na porção continental do município de Abaetetuba compreendida entre os rios Arapaú Baixo e Alto Itacuruçá, Tauerá Açú, Arapapuzinho, Acaraqui, Jenipaúba e a ilha Campompema, próximo a cidade de Abaetetuba. Esta área teve seu processo de povoamento fortemente atrelado à fuga de escravos vindos de municípios próximos os quais passaram a se estabelecer na região principalmente a partir do final do século XVIII. No decorrer deste processo os escravos negros teriam sido efetivamente integrados das comunidades locais de modo a constitui a base principal da população ali existente. Destacamos aqui o exemplo das comunidades ribeirinhas do município que atualmente integram a área demarcada pelo ITERPA como território quilombola das ilhas de Abaetetuba (Mapa 5, capítulo I). As comunidades em questão são: Acaraqui, Arapapuzinho, Genipaúba, Itacuruçá Alto, Itacuruçá Baixo, Itacuruçá Médio; Tauerá Médio; Tauerá Açú, Arapapú, Ipanema e Bom Remédio. (ARQUIA, 2011).

Tecendo importantes contribuições sobre o processo de povoamento destas comunidades, Quaresma e Abreu (2009), sustentam que o processo de povoamento da região encontra atrelado, em parte, à fuga de escravos negros de áreas de controle colonial. Baseado em relatos dos moradores locais, estes autores afirmam que:

(...) origem da comunidade [Itacuruçá] remonta os primórdios da escravidão no Pará, posto que os negros escravizados, em busca de liberdade, fugiram e formaram quilombos. Nesse sentido, foi a partir da luta pela liberdade que se originou o quilombo do rio Itacuruçá-Alto. Assim, os primeiros habitantes dessa comunidade foram os negros e/ou quilombos (QUARESMA; ABREU, 2009, p.12, grifo nosso).

Ratificam os autores que grande parte dos escravos estabelecidos na região origina-se das fazendas e engenhos situados no Distrito de Cafezal, município vizinho de Barcarena. Após fugiram das fazendas onde eram mantidos cativos e se fixarem próximo à nascente do rio Itacuruçá, os negros estabeleciam no lugar uma organização geográfica peculiar onde a luta não se restringia somente a encontrar um lugar seguro e longe do domínio de seus cativadores, mas principalmente um lugar onde pudessem iniciar uma nova fase de adaptação em função sobrevivência.

Na visão de Salles (2004, p. 49), “(...) procuravam refúgio nas selvas, onde necessitariam criar a lavoura de subsistência”, pois estes precisavam superar as dificuldades para sobreviver isolados de tudo. O medo de sair do local, que de algum modo oferecia “liberdade e segurança,” levou os negros recém-chegados na comunidade de Itacuruçá mais uma vez recorrer à floresta, visto que precisavam retirar dela os alimentos para sobreviver como a caça, frutos e a madeira para confeccionar o *reboque* (hoje denominado *montaria*) o qual lhe daria logo condições de iniciar a atividade de troca de seus produtos com outros grupos ribeirinhos em rios próximos à localidade de Itacuruçá, como Arapapu, Piquiarana, Tauerá, dentre outros.

A exemplo da configuração dos núcleos de povoamento quilombola estabelecidos na região em função das fugas de escravos, como no caso da nascente do rio Itacuruçá, a presença do negro nas ilhas região, e particularmente nas ilhas de Abaetetuba, também têm fortes correlações com o desenrolar do movimento da Cabanagem (Movimento de resistência popular ocorrido no Pará entre 1835-1840). É o que defende Sales (1971) e Pinto (2004) quando salientam que a fuga de escravos ou de cabanos derrotados de Belém para a região do tocantins em busca de abrigo contribuiu para a ocupação dos rios, igarapés e ilhas da região. Nessa direção Pereira (2014) salienta que “a cabanagem (...) inspirou ainda mais as fugas dos escravos, criando condições para uma maior difusão do fenômeno dos quilombos e ampliação das suas redes territoriais de intercâmbios e sociabilidade, em particular na região do Tocantins” (p. 86). A partir de então muitos povoamentos ribeirinhos teriam surgido com remanescentes de cabanos refugiados, como mestiços, tapuios e escravos fugidos, a exemplo da comunidade Itacuruçá.

Como se trata de uma porção do estuário rica em canais fluviais navegáveis supõe-se que a chegada dos escravos nas ilhas de Abaetetuba tenha se dado não apenas por via

terrestre, mas também por meio das águas, haja vista que os limites que perfazem a maior parte das localidades que integram a porção insular do município de Abaetetuba se dão principalmente a partir da geografia dos rios. É o relata em entrevista um líder comunitário local, morador da Comunidade de Campompema:

O meu avô era negro, descendente de escravo, ele trabalhava em um engenho na ilha do Marajó (...) e lá tinha várias famílias negras. Nessa época, eles se sentiram tão humilhados que fugiram numa noite, atravessando a Bahia [rio Pará] num batelão, vieram várias famílias que ficaram aqui no rio Assacu, e outras famílias foram para a ilha do Xingu. Por ter avô negro e escravo eu tenho a origem negra, sou descendente das comunidades de remanescente quilombo das ilhas. Eu só fui descobrir isso, a partir de um estudo que eu fiz em 99 que eu descobri que minha origem é negra (MORADOR DO RIO CAMPOMPEMA, ILHAS DE ABAETETUBA, em 17 de MARÇO DE 2020).

A história que envolveu estes acontecimentos ainda está para ser contada. Decerto é que a partir de meados do século XVIII o processo de inserção mais sistemática de escravos negros na região contribuiu de maneira decisiva para o povoamento de inúmeras comunidades existentes na região, como no caso das comunidades das ilhas de Abaetetuba anteriormente citadas.

O contato com a população pré-existente representou a emergência de novos elementos culturais culminando em processos complexos de rupturas e continuidade que compõem hoje a vida ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba.

Muitas comunidades daqui das ilhas são formadas por moradores de origem quilombola (...). Temos em nossas raízes culturais a presença dos costumes do negro, mesmo que as vezes as pessoas daqui nem saibam sua origem, como foi que os quilombolas chegaram aqui. Mas o certo é que hoje nossa cultura é marcada também pelos costumes dos negros (MORADOR DA COMUNIDADE DE ACARAQUI, ILHAS DE ABAETETUBA, em 20 de Março de 2020).

Além disso, o projeto pombalino de incentivo às atividades agrárias não surtiu o efeito esperado, pois estas atividades aos poucos foram entrando em retração, o que significou o abandono das populações escravas de origem africanas que passaram a ocupar as margens dos rios integrando-se aos costumes e aos modos de vida ribeirinhos.

Tal como em Abaetetuba pode-se dizer que no rio Tocantins, em particular no seu baixo curso, a formação de comunidades ribeirinhas, vincula-se estreitamente com a formação dos territórios dos mocambos. Inclusive grandes e importantes vilas do rio Tocantins, de Cameté, Baião e Mocajuba são remanescentes de mocambos constituídos nessa região, conforme destaca Pereira (2014). Em Cameté são registrados pelos menos 32 comunidades quilombolas da mesma forma que em Abaetetuba são reconhecidas 11 comunidades integradas a área demarcada pelo ITERPA como território quilombola (mapa 5, capítulo I).

Assim, propósito da inserção dos negros e do fomento à agricultura de exportação, pode-se dizer que todas as mudanças anteriormente destacadas concorreram para que a dinâmica espacial ribeirinha fosse redefinida em relação ao contexto dos aldeamentos missionários. Por detrás das reformas territoriais pombalinas se escondeu um grandioso projeto de revitalização da economia mercantil portuguesa, processo que marcou definitivamente a trajetória de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina e de modo especial nas ilhas de Abaetetuba, conforme buscamos mostrar no decorrer deste capítulo.

Todavia, chamada política pombalina não surtiu o efeito esperado, o que representou o gradativo abandono do projeto colonial português empreendido a partir do consulado de Pombal. O sinal deste projeto já vinha sendo sentido desde 1778 com fim Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e Maranhão. Da mesma forma em que a política de Diretório dos índios terá seu fim através da Carta Régia de 12 de Maio de 1798.

Com isso, a população ribeirinha já constituída espalhou-se principalmente pelas margens dos rios aonde viriam estabelecer novas estratégias de sobrevivência. Conforme lembrou Santos (2004, p. 274), “desde a supressão dos diretórios, os índios [especialmente aqueles que viviam às margens dos rios] livres e aptos para guiar-se em todas as suas relações civis, isentos da antiga sujeição, mais depressa se dispersaram e se refugiaram pelos sertões”. Tem-se então a partir desse momento (fins do século XVIII) a retomada de uma organização espacial análoga ao período que antecedeu o contato sistemático com os colonizadores (quando os chamados povos das águas encontravam-se dispersos ao longo dos principais rios da região), porém agora sob novas condições, pois as populações descendentes dos aldeamentos, dentre as quais as ribeirinhas, precisaram reinventar suas estratégias de sobrevivência em meio aos constantes processos de transformação processados nestas áreas, a exemplo da exploração predatória dos recursos naturais, como a madeira, a pesca predatória, além dos constantes impactos ambientais processados nestas áreas.

As medidas políticas instituídas por Pombal e efetivadas por Mendonça Furtado (como a criação dos Diretórios, a desestruturação dos aldeamentos, a criação da Companhia do comércio do Grão-Pará, o incentivo à agricultura de exportação, dentre outras) prepararam caminhos para a ampliação do processo mercantilização da terra nas áreas ribeirinhas da região (já iniciado no período anterior com as missões), que passaram de terras de uso comum, apropriada pelos povos indígenas, para terras monopolizadas pelos colonizadores em função da agricultura de exportação.

É sob estas condições histórico-espaciais que o processo de produção do espaço ribeirinho vai sendo traçado a partir do século XVII, na Amazônia e de modo especial no estuário tocantino. Uma ordem distante vai sendo manifestada no lugar de modo a reordenar as antigas bases do espaço socialmente produzido. A interseção de diferentes grupos sociais envolvidos nesse processo ensejará uma nova lógica de apropriação dos recursos. O processo de aldeamento, criação de vilas e diretórios, que marcaram o relacionamento assimétrico do colonizador com as populações locais, constituíram eventos determinantes na reestruturação da dinâmica espacial ribeirinha, de modo especial nos dois primeiros séculos do processo de colonização. Assim, nem apenas a natureza, nem apenas a história em si basta para entender o dinamismo do espaço ribeirinho, é preciso levar em conta a conjuntura de relações sociais e suas imbricações com as forças produtivas e relações de produção.

Tal como expõe Pereira (2014), considera-se que a formação de comunidades ribeirinhas e sua configuração territorial atual relacionam-se aos múltiplos acontecimentos que envolveram processos produtivos consecutivos e cumulativos desenvolvidos pela colonização portuguesa nas várzeas da Amazônia. Significa, conforme expõe Arenz (2000, p. 78), que “a formação histórica do projeto de vida dos ribeirinhos, apesar de sua condição específica, não pode ser considerada um processo excepcional ou um ‘caso isolado’” Refletir sobre tal processo é se envolver não somente com a geografia física dos rios, mas, sobretudo, com a geografia humana que compreende a produção social do espaço. Daí a importância de considerar a dimensão histórica dos processos sociais como elemento norteador da produção do espaço ribeirinho na região.

Nesse sentido considera-se o processo de conquista da Amazônia pelos portugueses representou não apenas uma etapa de apropriação mercantilista dos recursos naturais da região, mas, sobretudo, um modelo de dominação mundial que, ao se estabelecer no lugar subjuguou as condições de vida das populações originárias, particularmente das populações que habitavam as margens dos rios, marcando-as para sempre. Porém, em que pese toda condição de submissão a que foram submetidos seus ancestrais, hoje as comunidades ribeirinhas da região, assim como seus antepassados, continuam a ocupar as margens dos rios aproveitando as condições do sistema de várzea no provimento de suas condições materiais de existência.

Antes de finalizar este capítulo consideramos conveniente assinalar que a trajetória de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, e de modo particular da Amazônia tocantina, pode ser interpretada como parte de um processo complexo que representa, dentre outros, a superação dialética entre a ordem próxima (dos valores e formas de viver ligadas ao mundo

indígena) e a ordem distante (ligadas à lógica capitalistas e aos valores impostos pelos colonizadores no processo de domínio destas áreas a partir do século XVII). Assim, no que pese a profunda interferência dos colonizadores sobre o modo de vida das populações locais, considera-se que o modo de vida ribeirinho continua vivo, plural e dinâmico ainda hoje sendo engendrado nas mais diversas tramas de produção do espaço, a exemplo das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba.

A entre final do século XVIII, sobretudo a partir da extinção da Companhia do comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1778, até por volta de meados do século XVIII assiste-se a um arrefecimento da economia na Amazônia, em função da queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu (CORRÊA, 1987). No Baixo Tocantins, porém, houve a continuação de atividades econômicas atreladas à lavoura (mandioca, milho, arroz, café, cacau, algodão etc.) e ao extrativismo (copaíba, andiroba, ucuíba etc.), ainda que essas atividades não tenham se expandido em função da crise. Com a configuração do “boom” econômico da borracha, o Baixo Tocantins recebeu pouco destaque nessa produção levando as cidades da região a perder importância em face das outras cidades inseridas na produção/comércio da borracha, como Santarém (CORRÊA, 1987). Trindade Jr. (2009) afirma que a região do Baixo Tocantins, mesmo tendo perdido importância pelo pouco destaque na produção da borracha, manteve-se importante como entreposto comercial. Este vai ser o caso da dinâmica que envolveu a economia da aguardente, debatida no capítulo subsequente.

Assim, se os dois primeiros séculos de colonização da Amazônia pelos europeus, a partir da fundação de Belém em 1616, foram fundamentais no sentido de estabelecer as bases do processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina, conforme vimos neste capítulo. A partir da segunda metade do século XIX este processo irá assumir novos desdobramentos frente e emergência de novas conjunturas de produção do espaço regional. A inauguração da navegação a vapor na Amazônia a partir de meados do século XIX representa importante acontecimento que atravessou esse contexto sinalizando a emergência de processos de reestruturação mercantilista na região, fato que iria ensejar novas dinâmicas de produção do espaço ribeirinho, conforme analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

4. OS ENGENHOS DE AGUARDENTE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO

O objetivo deste capítulo é debater aspectos relativos ao processo de expansão e declínio da economia dos engenhos de cachaça na Amazônia tocantina tendo em vista suas correlações com a produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma análise que busca dar ênfase não apenas ao desenvolvimento dos engenhos enquanto a atividade econômica em si, mas, sobretudo, às tramas de relações sociais que permitem pensar e existência desta atividade enquanto parte da conjuntura mais ampla de produção do espaço regional da qual o espaço ribeirinho é parte constituinte.

Tendo em vista a complexidade que permeia o processo de desenvolvimento da economia dos engenhos de aguardente na região, elegemos como elemento empírico norteador a variável “*uso da terra*” considerando que esta constitui eixo fundamental a partir do qual foi possível estabelecer interações entre as múltiplas dimensões escalares que permeiam o processo de produção do espaço ribeirinho no período dos engenhos de aguardente. Entendemos por uso da terra não apenas o desenvolvimento de atividades práticas de apropriação da natureza, mas igualmente as relações sociais que, em um dado contexto tempo-espacial, dão significado a estas práticas e que se atrelam, dentre outros, às relações de produção e ao espaço socialmente produzido. É a partir desse fio condutor que buscamos situar as especificidades das práticas espaciais suscitadas em âmbito da área de pesquisa iluminando a tese que defende a existência de uma produção do espaço ribeirinho, processo este que também se encontra profundamente atrelado ao desenvolvimento da economia dos engenhos.

Iluminado pela perspectiva analítica que concebe a produção do espaço como processo intrinsecamente relacionado à reprodução das relações de produção num sentido amplo, tal como sugere Lefebvre (2006; 2008), propomos aqui um exercício que busca dar ênfase às especificidades do processo de reprodução das relações sociais engendradas no espaço ribeirinho de modo a conceber a existência de uma produção (social) deste espaço. Assim, num esforço já iniciado em pesquisa anterior (FERREIRA, 2014), vislumbramos contribuir com o debate no sentido de resgatar não apenas a dimensão histórica que envolve o processo de desenvolvimento da economia dos engenhos, mas, igualmente a dimensão espacial inerente a este processo, entendendo que tempo e espaço são dimensões indissociáveis à condição humana (LEFEBVRE, 2006; HAESBAERT, 2007; SANTOS, 2008).

Para melhor situar os debates, tomamos como referência o contexto geográfico compreendido entre o final do século XIX e a segunda metade do Século XX, quando a

economia do engenho assumiu papel de destaque no contexto da região tocantina, em especial no município de Abaetetuba e cercanias, favorecido por um conjunto de fatores que serão desdobrados no decorrer da análise aqui empreendida.

A construção deste capítulo é de profunda relevância no delineamento da tese aqui proposta, pois as questões aqui apresentadas ajudam a refletir sobre algumas das principais mudanças que permearam o processo de produção do espaço ribeirinho na região, de maneira especial aquelas que dizem respeito ao período de expansão e decadência dos engenhos de aguardente. Além disso, o capítulo deve contribuir na análise de como o espaço ribeirinho encontra-se entrelaçado entre a ordem próxima e a ordem distante de modo a expressar a dominância do espaço social sobre o espaço absoluto. Sendo assim, ratificamos que o objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que aproxima tempo e espaço, de maneira dialética, e não simplesmente a dimensão imediata engendrada nas práticas cotidianas.

O capítulo encontra-se estruturado em três momentos. O primeiro busca dimensionar alguns aspectos do processo de implantação dos engenhos de aguardente na região tocantina com ênfase nas ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma análise contextual que visa estabelecer uma aproximação preliminar ao contexto de desenvolvimento dos engenhos levando em conta a inserção desta atividade no contexto mais amplo de formação territorial da região, em particular da área de pesquisa.

O segundo momento do capítulo trata das mudanças emergentes na dinâmica de uso da terra a partir do processo de expansão da economia do engenho, sobretudo a partir do final do século XIX com a inauguração do transporte a vapor na região. Tomando com ponto de partida as ilhas de Abaetetuba, buscamos analisar neste momento alguns acontecimentos atrelados ao desenvolvimento dos engenhos considerando suas correlações com a produção do espaço ribeirinho na região, dentre a inserção dos escravos negros como forma de suprimento da mão-de-obra usada nos engenhos, a partir principalmente do final do século XVIII; a inauguração da navegação a vapor na Amazônia pós-meados do século XIX; a generalização do comércio de Terras, processo intensificado a partir principalmente da instauração da Lei de Terras de 1850; além do processo de reestruturação mercantilista na Amazônia compreendido a partir do final do século XIX e início do século XX que favoreceu a inserção do espaço ribeirinho em uma nova conjuntura de reprodução ampliada do capital.

O terceiro e último momento do capítulo analisa o processo de reordenamento das relações de uso da terra nas ilhas de Abaetetuba frente ao contexto de declínio dos engenhos de aguardente, a partir principalmente do final da década de 1970. Neste momento,

vislumbramos levar em conta o processo de reestruturação econômica e territorial processado na Amazônia pós década de 1960-70 buscando compreender suas correlações com a produção do espaço ribeirinho na região, notadamente no contexto das ilhas de Abaetetuba.

4.1 Raízes coloniais e os engenhos de aguardente na Amazônia tocantina

De início cabe frisar que não constitui objetivo aqui aprofundar o debate sobre a historiografia dos engenhos de aguardente na Amazônia paraense, tarefa empreendida por autores como Mourão (1989), Anderson (1991), Amanajás (1972), Cruz (1993), Pires (1994), Salles (1968; 2004), Chaves (1999), Ferreira (2008), Cunha (2009), Garcia e Lobato (2011) dentre outros. Todavia, para melhor compreensão dos propósitos aqui estabelecidos, consideramos conveniente resgatar, ainda que de maneira sucinta, alguns aspectos da historiografia dos engenhos na região como parte das tramas de relações sociais que permeiam a produção do espaço ribeirinho.

Refletir sobre o processo de implantação dos engenhos na Amazônia tocantina é levar em conta, dentre outros aspectos, o processo de reprodução das relações sociais de produção compreendidas no decorrer do contexto histórico de formação territorial da Amazônia. Em outras palavras, equivale a considerar o contexto mais amplo de produção do espaço regional amazônico de modo a situar o espaço ribeirinho como parte de uma totalidade em movimento, ou seja, de uma realidade complexa entrelaçada entre a ordem próxima e ordem distante. Descrevemos a seguir alguns aspectos que fizeram parte dessa conjuntura para assim compreender suas correlações com a produção do espaço ribeirinho.

Estudos desenvolvidos por Barata (1973), Pires (1994), Sales (1968), Cruz (1993), Marques (2004), Chambouleyron (2010) ratificam que a importância dos engenhos na formação econômico-territorial da Amazônia. Apesar de ter ocorrido mais tardiamente, quando comparada às terras litorâneas das atuais regiões Nordeste e Sudeste brasileiro, a formação territorial da Amazônia obedeceu, com algumas adaptações, ao modelo econômico já estabelecido no litoral nordestino.

Segundo Chambouleyron (2010), ainda na primeira fase de domínio colonial a cachaça servia aos missionários para a evangelização e, igualmente, às autoridades como forma de pagamento e fonte de renda, situação que caracteriza segundo Ângelo-Menezes (1994), a inserção do engenho na estratégia de conquista da região, de maneira especial do Vale do Tocantins colonial, onde se insere a área de estudo.

No contexto do Grão-Pará, estudos de Cruz (1990), Salles (1968), Marques (2004) indicam que quando as forças portuguesas chegaram à região, em 1616, havia já um intenso comércio de açúcar no Amazonas realizado em várias feitorias instaladas ao longo dos rios, aspecto já enfatizado nos estudos do jesuíta João Daniel (DANIEL, 1976), que destacou a prática de se plantar canaviais ao longo do rio Amazonas. Sobre isso Vicente Salles (1968) é enfático quando assinala que

(...) o cultivo da cana-de-açúcar foi uma das primeiras atividades econômicas dos europeus na Amazônia. Há indícios de que os holandeses, antes dos portugueses, terem cultivado a cana e instalado pequenos engenhos nas proximidades da foz do Amazonas. Afirma-se também que Francisco Caldeira de Castelo Branco, o fundador da cidade de Belém, em 1616, também possuiu plantações. A colonização europeia iniciou-se, por conseguinte, sob o interesse imediato dessa cultura (p. 364).

Nessa esteira Ernesto Cruz (1973) salienta que após estabelecerem domínio sobre as terras férteis ao entorno dos rios amazônicos, os portugueses passaram a cultivar a cana-de-açúcar principalmente ao entorno do estuário do Amazonas. Salles (2004) descreve que, embora incipiente, lavoura de cana-de-açúcar prosperou no antigo Estado do Grão-Pará tendo como aliada a facilidade de escoamento da produção através do emaranhado de rios existentes na região, principalmente nas cercanias de Belém espalhando-se, com maior intensidade, pelas Bacias do Guamá, Capim, Acará, e principalmente pela Bacia do rio Tocantins, na confluência com o rio Pará. Nestes locais a lavoura de cana-de-açúcar se enraizou e adquiriu certa importância como atividade econômica, o que favoreceu a implantação de engenhos e a concentração de escravos negros.

Inserido nesse contexto, a área que circunscreve a porção insular do município de Abaetetuba e cercanias assumiu papel de destaque no desenvolvimento da lavoura canavieira e produção da aguardente, principalmente entre as décadas de 1920 a 1970 quando o município de Abaetetuba figurou como um dos principais produtores de aguardente do Pará chegando a produzir, ainda nas primeiras décadas do século XX, mais de 5.000.000 (cinco milhões) de litros de cachaça (PACHECO, 1988).

Bezerra Neto (2001) ratifica que desde o período colonial há indícios da existência de pequenas engenhocas instaladas às margens dos rios compreendendo os municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Marques (1992; 1993; 2004) estudando os antigos engenhos de cana de açúcar que se espalhavam às proximidades de Belém, além daqueles situados em áreas pertencentes aos atuais municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri e Barcarena, ressalta que tais empreendimentos representam grandes obras de engenharia rural do período colonial. O sistema motriz usado nos engenhos tinha como base pequenas moendas familiares construídas de madeira e movimentadas por força animal onde eram produzidos inicialmente

melaço e rapadura (SALLES, 1968; MARQUES, 1993, 2004). Com o passar do tempo os engenhos evoluíram e passaram a fabricar açúcar moreno e principalmente a cachaça (aguardente), cujo dinamismo econômico iria contribuir de maneira significativa para o reordenamento da dinâmica de uso da terra em âmbito das ilhas e várzeas da região tocantina, conforme apontam os estudos de Pacheco (1988), Anderson (1991), Hiraoka (1993), Marques (2004), Garcia e Lobato (2011), Ferreira (2014).

Em seus escritos sobre a “História do Pará”, Cruz (1993), assinala que em 1751 existiam 24 engenhos de fabricação de açúcar no Pará e 77 engenhocas de aguardente, sendo daqueles 22 de propriedade dos moradores, e 2 da direção dos religiosos do Carmo e da Companhia de Jesus. O relatório do Presidente da Província do Pará, Dr. Ângelo Thomas do Amaral, de 1861, citado por Mourão (1989), indica a existência de vários estabelecimentos qualificados como fabris na referida Província, dentre os quais consta 166 fábricas de açúcar (engenhos e engenhocas). De acordo com Salles (1968), em 1862 havia 1.273 estabelecimentos industriais no Pará, sendo o açúcar o principal produto dessa indústria incipiente. Nesse mesmo ano, informa Salles (1968), somavam-se em todo o estado do Pará 161 engenhos, alguns dos quais já mencionados nos estudos de Barata (1973).

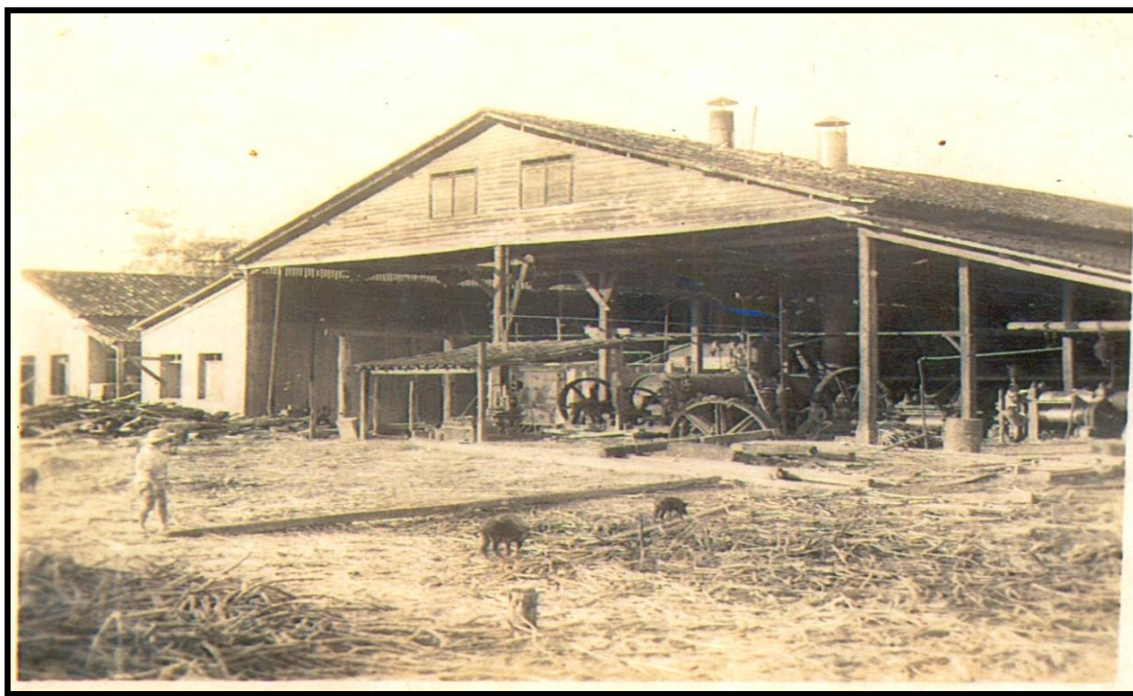
Respalado em Amanajás (1972), Anderson (1991), Cruz (1993), Marques (2004) e Garcia e Lobato (2011), poderíamos dizer que a área que circunscreve os municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri chegou a concentrar mais de 80 unidades de engenhos. Amanajás (1972) identifica e nomeia 51 unidades de engenhos nos dois municípios mencionados, sendo 23 destes em Abaetetuba e 38 em Igarapé-Miri. Da mesma forma Anderson (1991) contabiliza aproximadamente 60 unidades de engenhos existentes nas cercanias destes municípios. Nascimento (2017) identifica ao menos 38 engenhos em Igarapé Miri, dos quais, 27 seriam a vapor; 8 movidos por água e 6 movidos por animais. Outra fonte é referida nos estudos de Cruz (1993) que indica apenas no município de Abaetetuba a existência de 32 engenhos de aguardente além de 18 engenhos de produção de açúcar e mel totalizando 50 unidades de engenhos espalhados ao entorno das ilhas e várzeas, alguns dos quais descritos mais adiante no quadro 4.

Citamos aqui o exemplo do exemplo São Jerônimo, que ficava situado às margens do rio Panacuerazinho, ilhas de Abaetetuba. Segundo pesquisas de Garcia e Lobato (2011), o senhor Miguel Porcório Rodrigues instalou em 1889 no referido rio uma engenhoca que denominou de São Jerônimo, em homenagem ao seu santo protetor. A referida engenhoca funcionava de maneira artesanal (através de energia animal) e possuía alambique de cobre produzindo inicialmente açúcar moreno, rapadura e depois a cachaça. Utilizando a cana de

açúcar plantada em roçado próprio a aguardente produzida neste engenho era denominada de “parati”. Com o passar do tempo a pequena engenhoca foi transformada em um equipado engenho com maquinários vindos de Pernambuco (GARCIA; LOBATO, 2011). Com desenvolvimento do comércio da aguardente na região Noé Guimarães, filho de Miguel Porcório Rodrigues, adquiriu várias embarcações sendo a primeira a Nova Arca, seguida de Nossa Arca, Arquinha.

Outro engenho que funcionou nas ilhas de Abaetetuba foi o engenho Feliz & Costa, localizado no Rio Paramajó, Ilhas de Abaetetuba. De que de acordo com nossas pesquisas este engenho pertenceu inicialmente a João Ferreira, depois a Bernardino Costa & Cia e por último a Aprígio Veloso Dias.

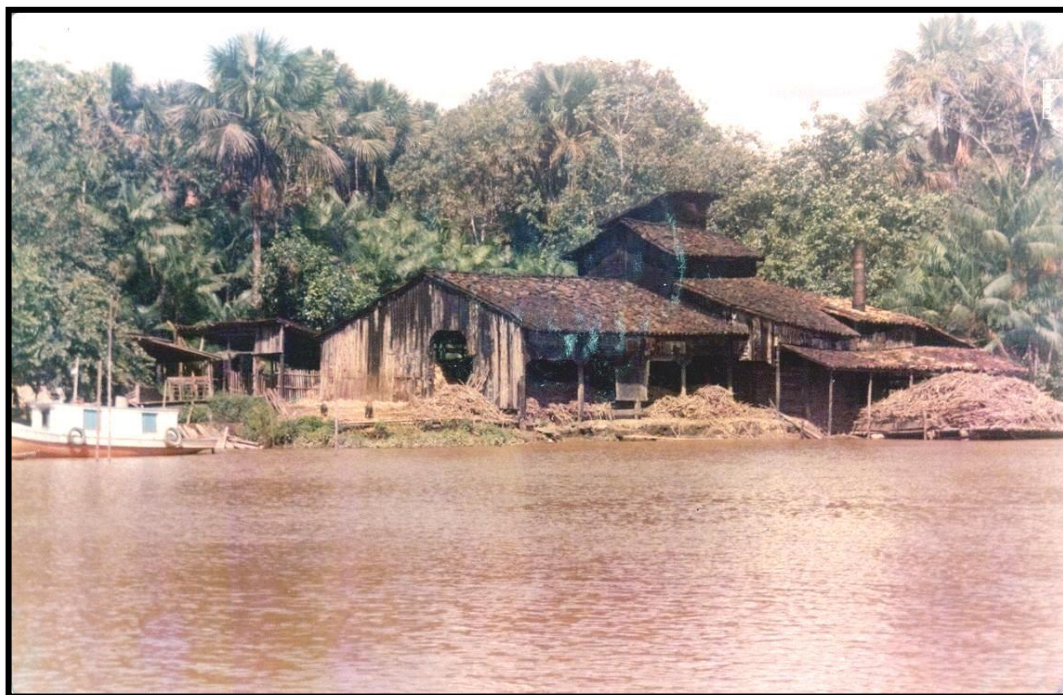
Figura 6. Fotografia do Engenho Feliz & Costa, Rio Paramajó, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal Padre Adolfo Zon.

Destacamos ainda o exemplo do engenho Santa Rita, que ficava localizado no rio Cuitininga, ilhas de Abaetetuba. De acordo com nossas pesquisas, este engenho pertenceu ao Senhor Joaquim de Lima que posteriormente vendeu para o senhor Raimundo Paes Maués que por sua vez alienou o mesmo para o senhor Miguel Pompeu Ferreira Maués, o qual administrou até por volta 1980 quando o engenho deixou de atuar coincidindo com o período de decadência dos engenhos na região.

Figura 7. Fotografia do Engenho S^a Rita, rio Cuitininga, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal do Pe. Adolfo Zon.

Do mesmo modo que os engenhos São Jerônimo, Feliz & Cia e Santa Rita, as dezenas de engenhos que outrora estiveram em funcionamento no município de Abaetetuba, (como os engenhos São Francisco e Conceição, situados no rio Piquiarana; Vista Alegre e São Benedito, rio Maratauíra; São Claudio e São Sebastião, rio Arapapu; Santa Cruz, rio Abaeté; São Jerônimo e Primavera, rio Panacuera, Pacheco e Santo Antônio, rio Furo Grande, São João batista e Santa Rosa, rio Guajarazinho, dentre outros) contribuíram para que a produção de aguardente se tornasse uma atividade econômica sem paralelo na história do município, sobretudo por volta de 1950 a 1970 quando o comércio da aguardente teve grande impulso na região (AMANAJÁS, 1972; GARCIA & LOBATO; 2011; ANDERSON, 1991).

Reiterando a importância dos engenhos na economia do município de Abaetetuba Rocha (2018) destaca:

Abaetetuba, quando ainda se chamava Abaeté, experimentou o seu apogeu econômico nos tempos da indústria de cachaça, quando extensos canaviais se espalhavam por quase todas as várzeas dos inúmeros rios e igarapés da região. Os chamados engenhos se multiplicavam por quase todo o interior dos municípios de Abaeté, Igarapé-Mirim, Moju, Barcarena e Cameté. Mas foi em Abaeté que a indústria canavieira prosperou com o surgimento de dezenas de engenhos produzindo cachaça, mel de cana/melaço, açúcar e rapadura, produtos de muita aceitação nos mercados amazônicos (ROCHA, 2018, s/n).

Baseado em Cruz (1973) e em Garcia & Lobato (2011), poderíamos dizer que os primeiros engenhos de que se tem notícia no município de Abaetetuba, instalados entre o final do século XIX e a início do século XX, são: “Fazenda e Engenho São Francisco”, de Francisco Antônio Corrêa Caripunas, localizada no rio Maracapucu “Fazenda e Engenho Boa

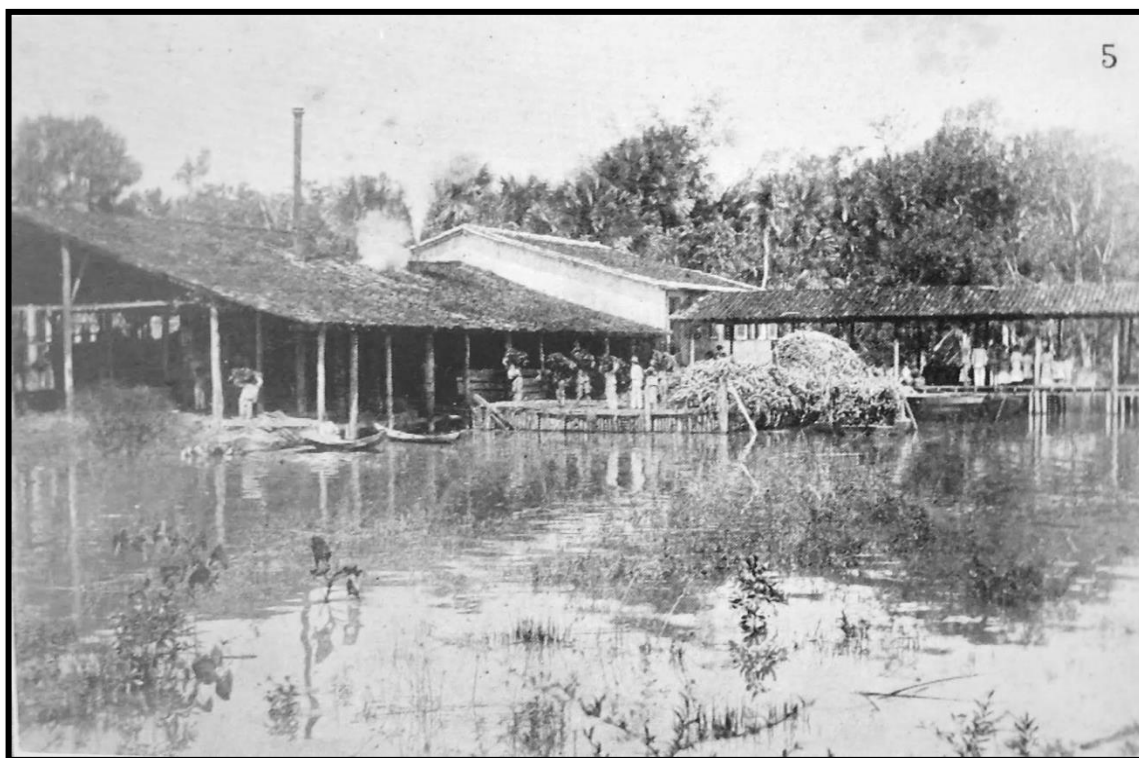
Vista”, de Francisco Augusto da Gama e Costa, situada na Costa Maratauíra; e; “Fazenda e Engenho São José”, de José Honório Roberto Maués, localizada no rio Tucumanduba.

A denominação “fazenda e engenho” era dada aos primeiros engenhos da região possivelmente em razão de seus donos possuírem grandes extensões de terras destinadas às plantações de cana e criação de animais. Poderíamos citar aqui o caso da Fazenda e engenho Mangal, de propriedade do senhor Coronel Maximiano, que ficava situada no rio Tucumanduba, ilhas de Abaetetuba. De acordo com estudos de Rocha (2010),

[...] o Coronel Maximiano Guimarães Cardoso era muito rico, dono de engenhos, grandes propriedades com plantações de cacau, cana-de-açúcar, seringais, embarcações, casas no interior e na cidade, dono de muitos escravos e outros empregados, entre os quais muitas famílias de escravos alforriados. Um dos engenhos do Coronel Maximiano Guimarães Cardoso, com fazenda anexa, ficava às margens do rio Tucumanduba (ROCHA, 2010 s/n).

Ainda de acordo Rocha (2010), o engenho era provido de luz elétrica, com gerador acoplado a rodas de ferro, com pá de madeira movimentada pela força da correnteza do rio Tucumanduba. Na fazenda anexa ao engenho o proprietário criava animais, como carneiros, cabras, porcos, patos, cavalos.

Figura 8. Fotografia do Engenho Mangal, rio Tucumanduba, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1950).



Fonte: Arquivo “Clube de Ciências” Abaetetuba-PA

Assim, a partir do desenvolvimento da economia dos engenhos firmou-se, sobretudo a partir de fins do século XIX, uma elite regional representada pelos “senhores de engenho”,

que com todo o poder social e econômico que desfrutavam possuíam contingentes significativos de empregados, inclusive escravos, que trabalhavam diretamente em suas propriedades. Citamos novamente o exemplo do senhor Francisco Antônio Corrêa Caripunas, e, proprietário da Fazenda e Engenho São Francisco, rio Maracapucú, que segundo estudos de Cancela (2006), chegou a manter um plantel de 47 escravos (voltaremos a esse exemplo).

Contando com o braço forte destes escravos, os proprietários dos engenhos se destacavam economicamente, aspirando sempre o poder de um “Senhor de Engenho”. A propósito das colocações de Reis (1993), “ser senhor de engenho era título a que muitos aspiravam, porque trazia consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos” (p. 97). Essa inspiração persistiu durante mais de dois séculos, ao menos enquanto os engenhos representavam símbolo de riqueza e poder.

Na tentativa de contribuir com as pesquisas sobre os engenhos existentes na região, identificamos e mapeamos, através de cruzamento de informações empíricas obtidas por ocasião de nossa pesquisa de campo assim como de levantamentos bibliográfico e documental, aproximadamente 53 (cinquenta e três) unidades de engenhos que existiram nas ilhas de Abaetetuba, alguns dos quais estiveram em funcionamento até os anos finais da década de 1980. No quadro 4 descrevemos o nome dos respectivos engenhos, as localidades em que estes estavam situados assim como seus proprietários e, em alguns casos, o nome da aguardente produzida.

Quadro 4. Engenhos de aguardente existentes no município de Abaetetuba-PA (1920-1980).

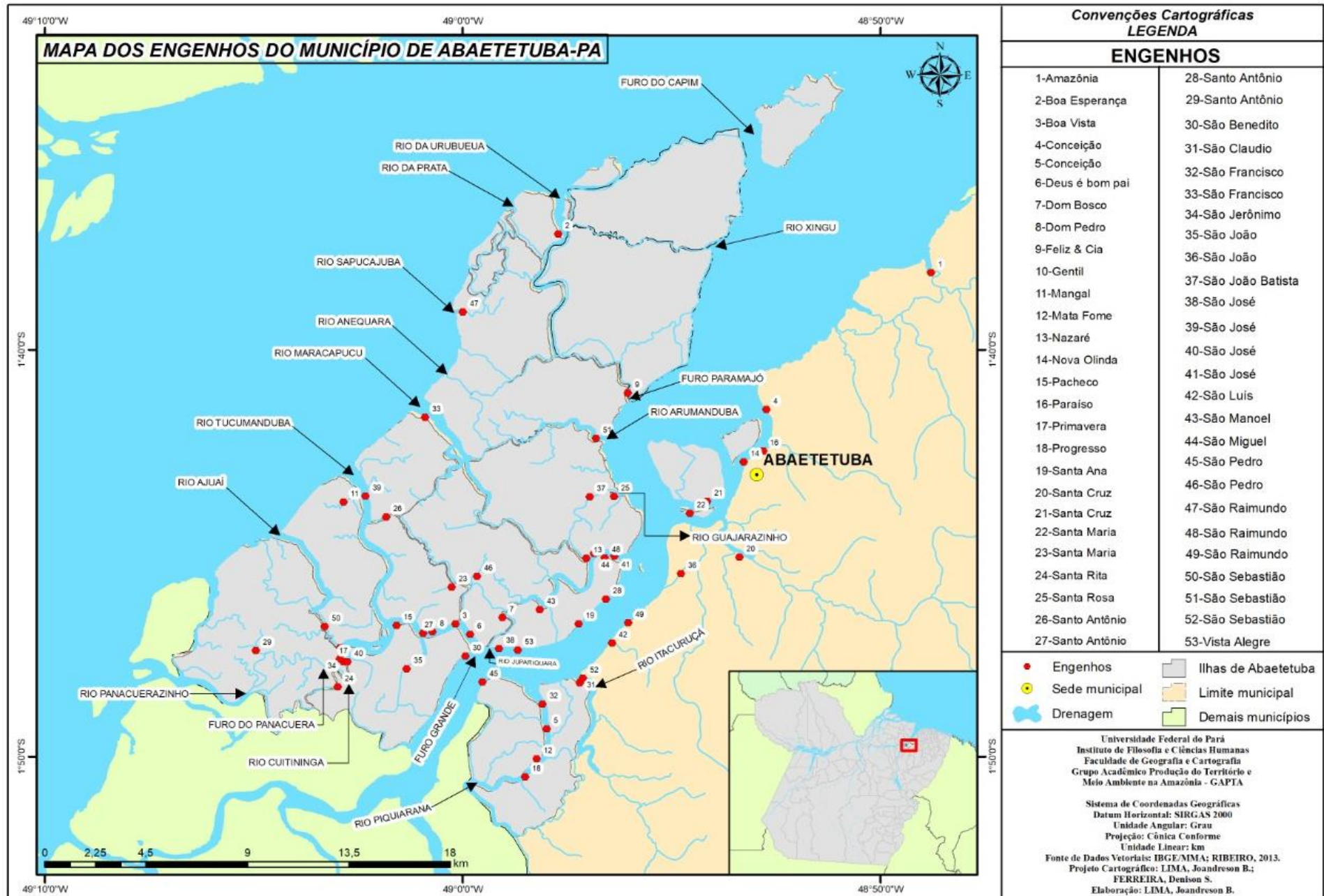
	ENGENHO	LOCALIDADE	PROPRIETÁRIOS	NOME DA CACHAÇA
RIO COSTA MARATAUÍRA				
1	São Pedro	Costa Maratauíra	Álvaro Matos Araújo	
2	São José	Costa Maratauíra	José Joaquim Nunes	
3	Santo Antônio	Costa Maratauíra	Artur Nunes Ferreira Raimundo Neves	
4	Vista Alegre	Costa Maratauíra Margem esquerda	José Joaquim Nunes Romeu Nunes Eurico	Vista Alegre Bandeirantes
5	Santa Ana	Costa Maratauíra Margem esquerda	Pedro Maciel, Lindolfo Azevedo Silva e Álvaro Vages de Araújo	
6	São Raimundo	Costa Maratauíra Margem esquerda	Francisco (Chico) e Antônio Pinho	
7	São Benedito	Costa Maratauíra Passando furo grande	Manoel (Manduca) do Rego Erpídio (Bacaba) Lobato Silva	
RIO PIQUIARANA				
8	São Francisco	Rio Piquiarana Assú	Luiz de Oliveira Nobre Francisco de Oliveira Nobre Pedro Oliveira Nobre	Nobre
9	Conceição	Rio Piquiarana	Coronel Maués Joaquim Freitas Castro Dedé Lobato	
10	Mata Fome	Rio Piquiarana	Prisco de Oliveira Mota	

			Manoel Madá/ Feliz Mota	
11	Progresso	Rio Piquiarana	José Matos	
RIO ARAPAPÚ				
12	São Claudio	Entrada do rio Arapapú lado esquerdo	João Figueiredo Emerecindo Maués Murilo Maués	
13	São Sebastião	Arapapú (m. direita)	Manoel Olavo (Manduquinha) da Costa	
RIO CAMPOMPEMA				
14	Santa Cruz	Rio Campompema	Murilo Parente de Carvalho Hernani Maués Carvalho	
15	Santa Maria	Rio Campompema	Kemil dos Santos	
RIO JARUMÃ				
16	Nova Olinda	Baía do Marapatá (Jarumã)	Saul da Silva e Claudionor Deca Viana	
17	Paraíso	Rio Jarumãzinho	Francisco (Chiquinho) Ferreira	
FURO DO PANACUERA				
18	São Jerônimo	Furo do Panacauera	Noé Guimarães Rodrigues Miguel Negrão Farias	São Jerônimo
19	Primavera	Furo do Panacauera engenho são Jerónimo	Francisco Lobato (Chiquinho) Noé Guimarães Raimundo (Diquinho) Lobato	Primavera
RIO CUITININGA				
20	Santa Rita	Rio Cuitininga	Joaquim de Lima? Raimundo da Paz Maués Miguel Pompéu Ferreira Maués	Santa Rita
21	São José	Rio Cuitininga	José Quaresma Duquinha Quaresma	Milagro?
RIO FURO GRANDE				
22	Pacheco (Antiga Empresa Nazaré União Ltda.)	Rio Furo Grande	Raimundo (Didico) Oliveira Sebastião (Sabá) Costa Altino Costa Manoel (Duca) Costa Jurandir Correa Pacheco	Lindóia
23	Santo Antônio	Furo Grande (furo Tucumanduba)	Raimundo (Didico) guimarães, José e Emílio Guimarães Rodrigues Augusto Nascimento Marques Berlindo Silva Rodrigues	Leão ou Galeão?
24	Deus é bom Pai	Furo Grande	Manoel (Duquinha) Ferreira	Galo Cantor
RIO QUIANDUBA				
25	Boa Vista	Quianduba	Indalecio Guimarães Rodrigues	
26	Santa Maria	Igarapé Açu, afluente do Quianduba	Miguel Costa Rodrigues Egídio Pacheco	
27	Dom Pedro	Rio Quianduba	Pedro Braga Ozias Marques dos Santos	Alegria das festas
28	São Pedro	Rio Quianduba	Venâncio Ferreira Vilhena	
29	Santo Antônio	Rio Quianduba	Justo José Correa de Miranda Antônio Pinheiro Filho	São Sebastião
RIO MARACAPUCU				
30	São Miguel	Rio Maracapucu	Miguel Ferreira	
31	São José	Rio Maracapucú	Andil Sena Claudionor Tocantins Viana	Papagaio
32	São Francisco	Rio Maracapucú Palmar	Francisco Antônio Corrêa Caripunas Higino Amanajás	
33	Nazaré	Rio Maracapucú	Abel Ferreira	
34	São Manoel	Rio Maracapucú-Mirí	Manoel Nunes do Rego	
35	São Raimundo (ou Feliz II).	Rio Maracapucú	Dudu Ferreira Aprígio Veloso Dias Solano e Flávio Raimundo (Vadico) da Silva	
RIO GUAJARÁZINHO				

36	São João Batista	Rio Guajarazinho	João Bernardino Dias Bernardino Neto Carlos Nunes Claudionor Viana Tocantins Manoel (Duca) Silva Josué	Papagaio
37	Santa Rosa (Alvorada)	Rio Guajarazinho	Adalberto de Oliveira Silva Raimundo (Didi) Solano Benedito (Bebé) Armando Silva	Alvorada
RIO TUCUMANDUBA				
38	São José	Tucumanduba	José Honório Maués & Cia Raimundo (Mundico) Pinheiro Quinca Maués	
39	Engenho Mangal	Tucumanduba	Coronel Maximiano Cardoso	
OUTROS RIOS				
40	São Luís	Rio Tauerá-Açú	Luiz de Oliveira Nobre Pedro Nobre Claudionor Viana Flair Maués Nobre	Nobre
41	São Sebastião	Alto Ajuá	Inocência Pinheiro	
42	Santa Cruz	Rio Abaeté	Murilo Carvalho Hernani Maués Carvalho	
43	São João	Rio Acaraqui	Manoel José Sena	
44	Santo Antônio	Rio Panacuerazinho	Rosendo Maués	
45	Conceição	Tauerá de Beja	Jovita Sás	
46	Dom Bosco	Jupariquara	João Ferreira Francisco (Chiquinho) Ferreira Diquinho Cabeça	Bem-te-vi
47	São João	Rio Bacurí	Abel Guimarães Rodrigues José Costa Rodrigues	São João
48	Gentio	Furo Gentil	Enrique Costa Raimundo (Mundico) Quaresma Alves & Costa	
49	São Sebastião	Rio Arumanduba	Miguel Matos Raimundo Quaresma Antônio Dias (Jacarezinho)	
50	Feliz & Cia.	Rio Paramajó	João Ferreira Bernardino Costa & Cia Aprígio Veloso Dias	Feliz
51	Boa Esperança	Rio Urubuéua	Deoclécio Tocantins Viana/Deca Viana	Borboleta
52	São Raimundo	Rio Sapucajuba	Raimundo Correa (Mimi)	Beija Flor
53	Amazônia	Rio Arapiranga de Beja	Nazareno Cardoso Francisco (Chiquinho) Ferreira	Amazônia

Baseado nestas informações (quadro 4) elaboramos uma cartografia dos engenhos de aguardente que estiveram em funcionamento nas ilhas de Abaetetuba entre, aproximadamente, os anos de 1920 a 1970. Embora seja uma cartografia de caráter genérico, constitui um esforço de contribuição aos estudos sobre a geografia dos antigos engenhos existentes na região, tendo em vista as raríssimas fontes de mapeamento cartográfico destes engenhos, de maneira especial em âmbito da área de estudo.

Mapa 9. Engenhos de aguardente das ilhas de Abaetetuba-PA (1920-1980).



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Nesta cartografia (mapa 9) é possível notar que estes engenhos estavam situados predominantemente às margens dos cursos fluviais, composta por rios, furos, igarapés, paranás, bahias, situadas na porção insular do município de Abaetetuba, que conforme já foi dito, assumiu destaque no desenvolvimento da economia dos engenhos. Tal condição se justificava pela facilidade de escoamento da matéria prima (cana) assim como para o escoamento da produção do engenho que se dava essencialmente através dos rios.

Por volta de fins do século XIX, já num contexto de declínio do ciclo açucareiro no Pará, os engenhos de cana-de-açúcar de Abaetetuba e Igarapé-Miri continuaram suas atividades na produção de açúcar e cachaça. No entanto, por volta da segunda década do século XX os engenhos do Pará foram proibidos pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) de produzir açúcar atendendo aos interesses de grupos econômicos do Nordeste e Sudeste brasileiro (GARCIA; LOBATO, 2011). Com isso os engenhos do Pará e particularmente na região do baixo Tocantins foram obrigados diminuir a produção do açúcar a uma cota mínima de 150 kg mensais (ROCHA, 2010). Segundo Rocha (2010), mesmo depois da falta de açúcar no Pará durante a 2ª Guerra Mundial, estes engenhos não puderam fabricar o açúcar acima da cota mínima estipulada. Sobre este aspecto Garcia e Lobato (2011) salientam que:

(...) a exigência de grande movimentação financeira na região despertou do fisco estadual e federal que passou a taxar com rigor as indústrias em questão assim como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que não permitiu a produção açucareira por determinação da Política do Governo em privilegiar outras regiões como produtoras exclusivas (GARCIA; LOBATO, 2011, p. 62).

Cruz (1993) apresenta alguns dados estatísticos que ajudam a dimensionar a diminuição da produção açucareira no Pará, face às exigências regulamentares. Através destes dados é possível dimensionar a importância dada à produção da cachaça entre os anos de 1948 a 1950, em comparação a produção de açúcar e rapadura.

Tabela 1. Produção dos antigos engenhos do Pará entre 1948-1950.

Produto	Quilos	Valor (em Reis)
Açúcar branco	204.820	937.000,00
Açúcar Moreno	1.427.260	4.025.000,00
Rapadura	839.520	559.000,00
	Litros	
Aguardente	24.238.457	58.841.000,00

Fonte: Cruz (1993, p. 126).

Não apenas em Abaetetuba a produção da era mais significativa, mas em outras partes da Amazônia. À título de comparação, Cruz (1993) mostra que enquanto o açúcar

(açúcar moreno e açúcar branco) alcançava, no período de 1948 a 1950, a quantia de CR\$ 4.962.000,00; a aguardente elevava-se à considerável soma de CR\$ 58.841.000,00.

Porém, tal como ratifica Rocha (2016), antes mesmo dessa proibição os engenhos de Abaetetuba e cercanias já haviam se diversificado, mas desta vez com ênfase principalmente na produção da cachaça. Rocha (2010) ressalta que nesse período os proprietários de engenhos do Baixo Tocantins começaram a perceber que a cachaça já vinha tendo grande aceitação em todas as camadas da sociedade, especialmente entre os seringueiros, os negros escravos, os indígenas e seus descendentes miscigenados, das populações ribeirinhas do Pará, Amazonas, Macapá e Acre incluindo centros que também desenvolviam largamente o comércio da cachaça produzida nos engenhos locais. Foi a partir de então que a produção da cachaça do Baixo Tocantins começou a alcançar outras regiões do Pará, especialmente as regiões do Baixo e Médio Amazonas onde as trocas comerciais se davam através do sistema de regatão (ROCHA, 2015).

No entanto, apesar de já haver se diversificado já nas décadas de 1920, foi a partir de 1950-60 que a economia do engenho na região teve grande impulso, conforme ratificam os estudos de Anderson (1991), Hiraoka (1993) e Garcia e Lobato (2011), o qual foi favorecido por um conjunto de fatores (sociais, econômicos e geográficos), dentre os quais, citamos o crescimento do comércio da aguardente na região viabilizado pelo surgimento dos transportes motorizados, em substituição aos antigos regatões movidos a vela e os barcos a vapor, aspecto que será analisado mais adiante.

Nesse período a aguardente passou a se tornar o principal produto do engenho, em comparação à produção de açúcar, mel e rapadura. Rocha (2010) ressalta que na fase áurea da produção de cachaça cada engenho de Abaeté produzia de 150 a 300 frasqueiras (recipientes de vidro empalhados por fora de modo artesanal em cipó ou palha com capacidade de 24 litros) de cachaça, que eram exportadas através dos rios da região. De acordo Pacheco (1998), “no início do século XX a aguardente abaeteense atingiu a produção fantástica de 5.000.000 (cinco milhões) de litros, o que garantia aos engenhistas recursos suficientes para importarem diretamente da Inglaterra caldeiras, moendas e alambiques modernos” (p. 05).

O fato é que a partir da década de 1940-50 os donos de engenhos locais se dedicaram a produzir cachaça cuja qualidade e fama contribuiu para que o município ficasse conhecido regionalmente pelo codinome de “Terra da Cachaça”. Dentre os inúmeros engenhos que fabricavam a cachaça vista pelos consumidores da região como sendo de “boa qualidade” poderíamos citar o exemplo do engenho Santa Rosa (Ou alvorada) que ficava situado às margens do rio Guajarazinho, próximo à cidade de Abaetetuba. Segundo Gonçalves

(informação verbal), a cachaça produzida no engenho Santa Rosa era conhecida localmente como “Alvorada” e se destacava pela excelente qualidade com teor de álcool de 21°, contendo em seu rótulo a gravura de um galo.

Figura 9. Fotografia do Engenho Santa Rosa, rio Guajarazinho, ilhas de Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon Pereira.

Garcia e Lobato (2011) observam que a cachaça “Alvorada” chegou a ganhar o prêmio de melhor aguardente produzida de cana-de-açúcar em um concurso internacional realizado na Alemanha, sem data referida. No rótulo da garrafa embalada no engenho com a cachaça alvorada havia a seguinte descrição: “beba a cachaça alvorada a mais gostosa bebida que a todos faz ciutada por ser a mais preferida”.

A geografia dos rios assume importância crucial nesse contexto, uma vez que ainda não havia estradas que pudesse viabilizar o desenvolvimento desta atividade para além do domínio das águas. Aliás, a abertura de estradas rompeu com esta dinâmica contribuindo com a desestruturação dos engenhos, principalmente a partir de meados da década de 1970, conforme veremos nos tópicos subsequentes.

Em pesquisa anterior (FERREIRA, 2014) destacamos que a potencialidade do sistema de várzea local contribuiu de maneira decisiva no desenvolvimento da economia dos engenhos, uma vez que este favoreceu, por exemplo, as plantações de cana de açúcar, o sistema de transporte através dos batelões, o intercâmbio entre o setor agrícola e o setor

industrial, além de facilitar o próprio sistema de comercialização da aguardente a partir do emaranhado de rios e igarapés que cortam a região do estuário tocantino, como nas ilhas de Abaetetuba.

No entanto, além deste fator, considera-se que o processo de desenvolvimento dos engenhos de aguardente na região tocantina, e particularmente nas ilhas de Abaetetuba, esteve atrelado a um conjunto de acontecimentos compreendidos no contexto mais amplo de formação territorial da região, dentre os quais citamos: a) o processo de reestruturação da economia mercantilista na região pós-meados do século XIX; b) a inserção do negro como forma de suprimento da mão-de-obra usada utilizadas nas no desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar; c) a generalização do comércio de terras, que permitiu o acesso privado à terra por parte dos barões dos engenhos, processo este que foi possibilitado, dentre outros, pela promulgação da Lei de Terras de 1850; d) a inauguração da navegação a vapor a partir de meados do século XIX que possibilitou a inserção da economia do engenho nas rotas mais efetivas do comércio mercantilista da época; o funcionamento do comércio dos regatões, sobretudo a partir de 1950 quando os antigos barcos a vela passaram a ser substituídos pelo barcos motorizados que impulsionaram o comércio da aguardente levando a aguardente para diversas regiões do estuário amazônico e inclusive para áreas fronteiriças do Brasil com as Guianas e Paramaribo (MACHADO, 2008).

Os acontecimentos acima anunciados serão analisamos com mais detalhes no decorrer deste capítulo. Porém a referência feita a estes já neste momento da análise representa uma maneira de chamar a atenção para a complexidade que envolve o processo de produção do espaço ribeirinho enquanto parte da conjuntura maior de produção do espaço regional a partir da qual é possível conceber a existência dos engenhos. Significa que a empiricização desta atividade no lugar não pode compreendida sem que se leve em conta o processo de expansão capitalista na Amazônia a partir do século XVI e XVII. Porém, suas implicações vão além da dimensão econômica em si, remetendo seu entendimento a uma conjuntura mais ampla que envolve a reprodução das relações sociais de produção, nos termos suscitados Lefebvre (2006; 2008). Eis aqui um importante aspecto que vislumbramos dar ênfase nas próximas linhas onde analisaremos as mudanças que emergiram no espaço ribeirinho a partir do desenvolvimento mais sistemático da economia do engenho em âmbito da Amazônia tocantina e de modo particular nas ilhas de Abaetetuba.

4.2 Os engenhos e o espaço ribeirinho

Antes de adentrar nas questões mais específicas as quais este tópico se propõe a debater, cumpre destacar, ainda que de maneira sucinta, alguns aspectos do contexto espacial que antecedeu a fase de expansão das lavouras de cana-de-açúcar e fabricação da aguardente na Amazônia paraense, de modo especial nas ilhas de Abaetetuba. Estas breves considerações devem contribuir, mais adiante, no entendimento de como o estabelecimento da economia do engenho teve importantes correlações com o processo de produção do espaço ribeirinho.

A partir de meados do século XIX a Amazônia vivenciou uma importante fase de sua formação econômico-territorial caracterizada pelo desenvolvimento do primeiro ciclo da economia da borracha que, conforme periodização econômica descrita por Santos (1980), foi compreendido entre as décadas de 1840 a 1910. Na Amazônia tocantina o desenvolvimento da economia da borracha também foi representativo tendo em vista que esta região concentrava importantes áreas de seringais naturais dispersos às margens dos rios (TOCANTINS, 1982).

No entanto, apesar de estarem situadas numa área de ocorrência natural das seringueiras, as áreas ribeirinhas do estuário tocantino, e de maneira especial as ilhas de Abaetetuba, não tiveram tanto destaque no tocante do desenvolvimento da extração gomífera se comparado às outras sub-regiões do Pará mais inseridas na produção e no comércio da borracha, como a região do Baixo Amazonas. De acordo com Corrêa (1987), o arrefecimento da extração da borracha na região se deveu, dentre outros aspectos, à rápida exaustão dos seringais naturais que logo foram abandonados face ao avanço da extração gomífera subindo o rio Amazonas em direção ao Acre, mencionado por Tocantins (1961), como o verdadeiro Eldorado da borracha em função da qual se estabeleceu diversos conflitos diplomáticos pela posse do território envolvendo Brasil e Bolívia, conforme analisam Corrêa et al (2010).

Como a exploração da borracha não apresentou tanto dinamismo em algumas áreas da região, como nas ilhas de Abaetetuba, para garantir a sobrevivência os ribeirinhos continuaram a desenvolver, além do cultivo da cana, uma série de atividades tradicionais que incluíam: o cultivo de produtos básicos em pequena escala, como a farinha de mandioca, o arroz, o milho, o feijão; a criação de animais domésticos; a caça e pesca; a extração de produtos da floresta; assim como o extrativismo do açaí, considerada uma importante fonte da dieta alimentar ribeirinha no estuário tocantino, como nas ilhas de Abaetetuba. Sementes de árvores como a andiroba (*Carapa Guianensis*) pracaxi (*Pentaclethra macrolaba*) ucuuba (*Virola surinamensis*) coletadas como matéria-prima da fabricação de azeite, cera sabão, eram

negociados nos comércios locais, especialmente nas feiras da cidade de Abaetetuba e do Ver-o-Peso, na capital Belém, para obter produtos manufaturados, conforme analisou Hiraoka (1993).

Tal contexto sugere que as populações locais acionavam múltiplas formas de sobrevivência tendo como base a riqueza de recursos naturais presentes no sistema de várzea local. Isso não quer dizer que o ribeirinho não estivesse inserido no contexto mais amplo de estabelecimento de relações mercantis; porém, como uma tradição observada ainda hoje nesta região, as práticas de uso dos recursos naturais ribeirinhos tinham como base naquele contexto a diversificação de espécies e variedades cultivadas nos rios e nas florestas.

Do ponto de vista da configuração territorial, a inexistência de estradas (que somente passaram a ser abertas na região a partir da década de 1970) traduzia um contexto espacial predominantemente voltado à dinâmica dos rios. Até então não havia grandes sinais de transformação da paisagem local, embora seja preciso notar que região representa uma das mais antigas áreas de colonização da Amazônia, consoante a análise feita no capítulo anterior.

Pode-se dizer então que naquele contexto vivia-se na região a prevalência de um período de formação geográfica da Amazônia caracterizado por Nahum & Ferreira (2019) – fundamentado nos estudos de Nahum (2019a; 2019b) e GDEA (2018) – como “meio geográfico natural”, ou seja, um “espaço pré-técnico no qual os saberes e fazeres herdados dos povos ameríndios se materializavam em instrumentos de trabalho, extensão do corpo do homem ou do animal” (p. 44). Neste meio os ritmos do cotidiano eram fortemente dependentes dos movimentos cíclicos da natureza, como o inverno e o verão, a safra e a entressafra, a enchente e a vazante etc.; um contexto, afinal, ainda hoje representativo dos costumes e do modo das populações ribeirinhas da região.

A utilização dos meios de transporte, em especial das pequenas canoas e dos barcos a vela estavam voltados essencialmente ao atendimento das necessidades internas da população ribeirinha de modo a garantir a reprodução social e não necessariamente a reprodução de quaisquer formas de relação capitalista.

Com isso, pode-se dizer que os diferentes ambientes que compõem o sistema de várzea local constituíam em predominância, resguardando as exceções, áreas de uso coletivo e não propriamente de uso privado dos recursos naturais. Da mesma forma, as atividades produtivas de uso da terra, especialmente o desenvolvimento agricultura de várzea, não eram necessariamente intermediadas pela figura de um “patrão”.

Porém, a partir da ascensão das lavouras de cana-de-açúcar e posteriormente da economia dos engenhos de aguardente o quadro descrito anteriormente iria sofrer profundas

mudanças. O estabelecimento de uma nova conjuntura de relações sociais, da qual o engenho é parte constituinte, irá contribuir para a emergência de novas relações de uso da terra e, por conseguinte, para o reordenamento das bases de produção do espaço ribeirinho.

4.2.1 As mudanças emergentes no espaço ribeirinho com a economia dos engenhos

Por volta da segunda metade do século XIX até aproximadamente a década de 1970, Abaetetuba viria a vivenciar um importante marco de sua trajetória econômica fundamentada na economia do engenho, conforme ratificam os estudos de Reis (1969), Souza (2009), Machado (2008). Enquanto a nível regional a economia da borracha vivia seu apogeu e declínio, as ilhas de Abaetetuba começam a partir de fins do século XIX a exploração da cana-de-açúcar de maneira mais racional.

Cabe frisar até por volta de meados do século XIX a lavoura de cana ainda apresentava caráter pouco expressivo. Frisamos aqui um fato histórico que ajuda a entender a produção incipiente de açúcar na Amazônia entre a segunda metade do século XVIII (período pombalino) até o final do século XIX com a inauguração a vapor. Segundo Cruz (1993) por meio de uma ordem régia datada de 1761, o rei D. José I declarou que o açúcar produzido no Grão Pará era de menor qualidade que o de Pernambuco e da Bahia, e recomendava sua retirada da pauta de exportações. Marques (2004, p. 59), ressalta que “um reflexo desta medida seria a redução drástica da produção, que resultou inclusive na desativação das casas de inspeção do produto nas capitanias do Pará e Maranhão”. Restringia-se assim a produção do engenho praticamente apenas para o consumo e comércio interno. “De 1773 a 1800, a exportação de açúcar do Grão Pará para Portugal chegou apenas a pouco mais de 2.000 arrobas” (TOCANTINS, 1982, p. 74).

Assim, até por volta de meados do século XIX existiam na região das ilhas de Abaetetuba somente pequenas moendas familiares, onde se fabricava rapadura, mel de cana, açúcar mascavo que eram negociados de maneira incipiente no comércio de cidades próximas como Abaetetuba, Igarapé-Miri (HIRAOKA, 1993). No entanto a partir de meados do século XIX a inauguração da navegação a vapor na Amazônia, instituída em 1852, inicialmente através da criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas sob a direção do Barão de Mauá, viria ter impactos no reordenamento das condições de uso da terra descritas anteriormente, inserindo Abaetetuba em uma nova fase de reprodução ampliada do capital. Esse tipo de transporte possibilitou a interligação entre portos do Pará, Amazonas, Acre

chegando, inclusive, a regiões fronteiriças do Brasil, a exemplo da linha de transporte a vapor que conectava Manaus a Nata no Peru (MORAES, 2007).

Segundo Sousa (2009, p. 31), “como não havia grandes seringais na região de Abaeté e o governo tinha proibido a produção do açúcar do município para não fazer concorrência com de outros estados, a cachaça, subproduto da cana, ganha destaque” sendo inserido no contexto da navegação a vapor.

Apesar de ser estruturado visando atender principalmente (mas não exclusivamente) o escoamento da borracha (MORAES, 2007), o transporte a vapor ampliou as possibilidades de intercâmbio de produtos oriundos dos engenhos de Abaetetuba, como mel, rapadura, açúcar, e principalmente da cachaça. Tal processo contribuiu para o crescimento da economia do engenho implicando mudanças na dinâmica de uso da terra e, por conseguinte, na produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba, conforme analisaremos adiante.

Assim, na tentativa de dimensionar parte da complexidade que envolveu tal processo, vislumbramos analisar a partir desse momento da tese algumas mudanças que emergiram com o desenvolvimento mais sistemático da economia do engenho considerando suas correlações com o processo de produção do espaço ribeirinho na região, de modo espacial nas ilhas de Abaetetuba, lócus da pesquisa. Nesse sentido, problematizando o debate, poderíamos destacar, dentre outras, as seguintes mudanças:

- A reconfiguração do processo de formação territorial na região com destaque para a emergência de novas dinâmicas de povoamento ao entorno das áreas ribeirinhas, a exemplo do processo de inserção de populações de origem quilombola que a partir principalmente de meados do século XIX passaram a constituir a principal base da mão-de-obra utilizada no desenvolvimento da economia dos engenhos de aguardente na região, como nas ilhas de Abaetetuba; aspecto este que teve implicações diretas nas relações de uso da terra e, por conseguinte, na produção do espaço ribeirinho;
- O fortalecimento de relações de uso privado da terra e seus recursos de modo a atender as demandas econômicas dos “barões dos engenhos” em detrimento das condições de vida dos diferentes seguimentos da população ribeirinha diretamente envolvida com o trabalho nos engenhos;
- A consolidação de relações hierárquicas de poder engendradas no espaço ribeirinho, como no caso do estabelecimento do sistema de aviamento que, dentre outros aspectos, acabou por subordinar parcela significativa dos trabalhadores ribeirinhos à figura de um patrão, ou seja, dos senhores dos engenhos;

- A inserção de novos objetos técnicos ao meio geográfico ribeirinho de modo a contribuir para reordenamento das relações de uso da terra compreendida em âmbito da economia dos engenhos, sobretudo a partir de meados do século XIX com a introdução de máquinas a vapor usada na fabricação da aguardente;
- A emergência de novas dinâmicas de relações sociais estruturadas em torno do trabalho no engenho, dentre as quais destacamos as inter-relações estabelecidas entre os diversos seguimentos da população ribeirinha que atuavam na produção e comercialização da aguardente, tais como os canavialistas, os engenheiros, os proprietários de terras, os trabalhadores braçais dos roçados, os comerciantes, os regateiros os carpinteiros, dentre outros.
- A reconfiguração das práticas de uso dos recursos naturais por parte de uma parcela significativa da população que passou reordenar diversas atividades produtivas desenvolvidas em função das condições materiais de existência de acordo com o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar assim como nos engenhos de aguardente;
- A intensificação dos processos de desequilíbrio ambiental do sistema de várzea local a partir da emergência de práticas predatórias de uso dos recursos naturais, tal como a derrubada da floresta para plantação de cana de açúcar assim como a retirada da madeira usada no processo de fabricação da aguardente através das máquinas a vapor.
- O reordenamento da configuração territorial da várzea traduzindo novas expressões da paisagem ribeirinha, a exemplo da conversão de florestas primárias e secundárias em áreas de canaviais assim como da emergência de novos objetos espaciais, dentre os quais destacamos as dezenas de engenhos espalhados às margens dos rios sinalizando a importância desta atividade naquele contexto;
- O alargamento do contexto espacial ribeirinho viabilizado a partir da expansão da economia do engenho, processo que teve fortes correlações com o desenvolvimento do comércio dos regatões assim como da navegação a vapor que a partir da segunda metade do século XIX insere a Amazônia na reprodução ampliada do capital utilizando os rios para circular produtos, serviços, bens e pessoas.

O delineamento destas mudanças inclui processos múltiplos de reordenamento da dinâmica social assim como da configuração territorial ribeirinha na região, os quais encontram-se imersos em processos mais amplos de produção do espaço regional. Tomando como exemplo as ilhas de Abaetetuba vislumbramos analisar de maneira sintética alguns

aspectos que permearam tais processos, porém sem a pretensão de exaurir o debate, posto que o campo é vasto e perpassa por questões complexas.

Nesse intento, destacamos, inicialmente, as mudanças relativas à dinâmica social compreendida no contexto dos engenhos de aguardente, sem perder de vista a dimensão espacial inerente a este processo. Não obstante, vislumbramos analisar tais mudanças de modo a estabelecer um paralelo com o contexto espacial pré-existente ao período de expansão da economia dos engenhos de aguardente na região, de modo particular nas ilhas de Abaetetuba.

Em primeiro lugar considera-se que uma das principais mudanças que permeou o processo de reprodução das relações sociais de produção a partir do desenvolvimento mais sistemático dos engenhos pós-meados do século XIX foi exatamente o reordenamento do processo povoamento das áreas ribeirinhas da região, processo este que correlações diretas com as relações de uso da terra e, por conseguinte, com a produção do espaço ribeirinho na região. Destacamos nesse aspecto o processo de povoamento dos rios e igarapés da região por populações descendentes de quilombo na região, a exemplo de inúmeras localidades das ilhas de Abaetetuba (referidas mais adiante). Sobre este ponto cumpre resgatar, ainda de maneira sintética, alguns aspectos históricos que ajudam a compreender a inserção dos escravos negros na região e sua utilização como mão-de-obra no tocante da economia do engenho.

Já foi dito no capítulo anterior que a introdução de escravos negros na Amazônia se intensificou a partir da criação, em 1755, da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão, durante o consulado pombalino (1750-1777). Segundo Salles (1968, p. 34), “pretendeu-se com isto estimular a produção agrícola e dar início à substituição do braço do indígena, pelo do negro, nos trabalhos da lavoura”. Sobre este aspecto Hiraoka (1993) expõe que a expansão das atividades agrárias planejadas pela coroa portuguesa partir da segunda metade do século XVIII, de modo espacial as plantações de cana-de-açúcar, não poderiam ser satisfeitas somente com a população local. A falta de mão-de-obra foi solucionada com a introdução de escravos africanos que passaram, sobretudo a partir do final do século XIX, a constituir a principal base da mão-de-obra nos engenhos.

Tomando como exemplo dados informados por Baena (2004), a população do município de Abaetetuba em 1823 era composta por aproximadamente 1.639 escravos, número que representava cerca de 40% da população total do município naquele ano. A exemplo de Abaeté (antigo nome do município de Abaetetuba), a concentração de escravos negros era significativa em várias localidades da região tocantina, chegando a quase 30% da população total da região, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2. População dos municípios do Baixo Tocantins em 1823.

Localização	Total	Branços	Escravos	Índios	Mestiços	Livres	Escravos %
Rio Moju	3.157		1.728			1.429	54,7
Igarapé-Miri	3.573		1.839			1.734	51,5
Barcarena	837		365			472	43,6
Abaeté	4.064		1.639			2.425	40,3
Baião	1.950		450			1.500	23,1
Cametá	9.450		1.392			8.068	14,6
Oeiras	3.944	192	323	1.826	1.603		8,2
	26.975	192	7.726	1.826	1.603	15.628	28,64

Fonte: Baena, *apud* Bezerra Neto (2012, p. 72).

De acordo com os dados da tabela 2, Abaetetuba ocupava o quarto lugar entre as localidades da região que mais concentrava cativos (40,3%), atrás de Moju (54,7%), Igarapé-Miri (51,5%) e Barcarena (43,6). Vicente Salles (1968) chega a dizer que na região compreendida entre as cercanias de Belém, incluindo as margens dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju, Abaetetuba e Igarapé-Mirim, assim como o baixo Curso do Rio Tocantins, se localizou a maior concentração de escravos da Amazônia. Somente na antiga fazenda Jaguarari, localizada as margens do rio Moju, Medeiros (2019) contabiliza 147 cativos.

Outra amostra da população cativa é descrita nos estudos de Vicente Salles (2005) que, baseado nos registros de Baena, destacou que nas 17 comarcas da Província do Pará, havia em 1872 o contingente de 23.090 escravos. Sendo que o maior índice depois de Belém se localizava na área da lavoura canavieira da comarca de Igarapé-Miri, comarca esta que incluía também o município de Abaetetuba. Vejamos a tabela seguinte:

Tabela 3. População escrava nas comarcas do Pará em 1872.

COMARCA	ESCRAVOS
Bragança	556
Cintra	252
Vigia	7.23
Belém	7.227
Guamá	839
Igarapé-Mirim	4.266
Cametá	2.433
Soure	394
Marajó	665
Cachoeira	1.311
Breves	915
Macapá	379
Gurupá	438
Porto de Moz	268
Monte Alegre	180
Santarém	1.175
Óbidos	1.19

Fonte: Baena, *apud* Sales (2005, p. 102).

Pelos dados apresentados na tabela 3 somente na Comarca de Igarapé-Miri, existiam um quantitativo de 4.266 escravos. Este número, porém, refere-se à população escrava existente em Moju, Igarapé-Mirim e Abaetetuba que naquele contexto formavam a referida comarca. Sales (2005) refere-se a um quantitativo de 1286 escravos no município de Abaetetuba em 1848. De acordo com o Censo Demográfico de 1872 em Abaetetuba o número de escravos chegou a somar 1.865 naquele ano. Os dados descritos anteriormente sugerem que desde a segunda metade do século XVIII a presença do negro já era marcante na região tocantina, como nas ilhas de Abaetetuba.

Estudos realizados por Marques (2004), indicam a que presença de escravos negros foi atestada nos sítios arqueológicos de engenhos em Moju e Barcarena, no Pará. Ressalta este autor que “precisamente nos desenhos do [engenho] Mocajuba [em Barcarena] e do Jaguarari [em Moju] encontram-se assinalados locais com os termos “ranchos dos pretos” (p. 168, *grifo nosso*) supostamente em referência aos cativos que trabalhavam nos engenhos.

Referindo à presença dos escravos negros nas ilhas de Abaetetuba, Rocha expõe que,

[...] o número de escravos nos antigos engenhos era absurdo, tanto para trabalhar na fabricação de açúcar e aguardente, como para trabalhar nas outras necessidades das fazendas e nos trabalhos domésticos. Um antigo engenho que não possuísse bastantes escravos, como 50 e até 200 escravos, estava fadado de ir à falência e os escravos eram comprados a preços absurdos (comprados pelas moedas de trocas: açúcar e cachaça) (ROCHA, 2010, p. 03).

Citamos aqui o caso de dois engenhos existentes no município de Abaetetuba cujo funcionamento contou o trabalho dos escravos negros: a Fazenda e Engenho Boa Vista, um dos primeiros engenhos do município situado na região das ilhas (rio Maratauíra) de propriedade de Francisco Antônio Corrêa Caripunas, dono de muitas terras, e; a Fazenda e Engenho Santo Antônio, de propriedade de Justo José Correa de Miranda, situado no rio Tucumanduba. O nome de Antônio Caripuna, proprietário do engenho São Francisco, é referido nos estudos de Cancela (2006) que assinala que este, natural de Igarapé-Miri, tornou-se proprietário de engenhos e fazendas na antiga Freguesia de Abaeté onde manteve um plantel de escravos que somava 47. O referido proprietário é também mencionado nos escritos de Ângelo (2012), o qual ressalta que “Antônio Caripunas tornou-se um dos maiores proprietários de cativos do período. Ao todo a fortuna total de Antônio Caripuna foi avaliada em 70. 066.41\$ reis” (ANGELO, 2012, p.52). Do mesmo modo Ângelo (2012) faz menção à Justo José Correa de Miranda, dono do engenho Santo Antônio que, segundo o autor, “saiu de uma situação de crise em Igarapé-Miri, onde sua família foi diretamente afetada pelo Movimento da Cabanagem (1835-1840) e estabeleceu-se em Abaetetuba onde (...) adquiriu

engenhos imponentes e escravos” (p. 87). Ainda segundo Ângelo (2012), contando com 32 escravos, o engenho Santo Antônio produzia açúcar e aguardente e foi avaliado à época em aproximadamente 8.000\$000 reis.

Importa ratificar, tal como analisamos no capítulo anterior, que o processo de inserção do negro nas ilhas de Abaetetuba também esteve atrelado a outros acontecimentos históricos compreendidos no desenrolar do processo de formação territorial da região, como a fuga de escravos das áreas de controle colonial, onde estes eram mantidos como cativos e submetidos a uma longa jornada de trabalho; processo este intensificado durante o período da Cabanagem (movimento de resistência popular ocorrido no Pará entre 1835-1840), que, de acordo com estudos de Sales (1971) e Pinto (2004), inspirou ainda mais as fugas dos escravos, criando condições para difusão mais intensa do fenômeno dos quilombos ao entorno dos rios e igarapés da região tocantina, a propósito das ilhas de Abaetetuba.

No entanto, uma das principais razões que também justifica a presença de populações remanescentes de escravos afrodescendentes nas ilhas de Abaetetuba é exatamente o trabalho nos engenhos de aguardente instalados às margens dos rios e várzeas que entrecortam o município. Não obstante a escravização indígena e negra fosse praticada desde o século XVI (GOMES, 2015; TRECCANI, 2006), o incentivo as atividades agrárias, em especial as lavouras de cana-de-açúcar, passou a demandar cada vez mais mão-de-obra escrava, em especial em Belém e arredores, como Abaetetuba que eram locais estratégicos no tocante do projeto colonial português, sobretudo no período de vigência Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão instituída em 1755 no contexto das chamadas reformas pombalinas.

Uma vez inseridos na região populações escrava e seus descendentes passaram a estar inseridas cada vez mais no contexto de desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, fato referido nos estudos de Salles (1968, p.38) quando descreve que “o negro, espalhando-se pela planície, levou a todos os rincões a cana-de-açúcar”. Era natural que o fizesse, “já que muitos escravos fugidos provinham dos engenhos e dos canaviais e procuravam refúgio nas selvas, onde necessitariam criar a agricultura de subsistência” (idem).

Tomando como ponto de partida as ilhas de Abaetetuba é possível dizer, fundamentado nas próprias narrativas dos moradores locais, que o estabelecimento dos engenhos também contribuiu para a intensificação do processo de povoamento em inúmeras comunidades locais, dentre as quais destacamos as comunidades de Alto e Baixo Itacuruçá, Acaraqui, Campompema, Tauerá, Rio Abaeté, Genipaúba, Assacu, comunidades estas que hoje integram a área demarcada como “território quilombola” das ilhas de Abaetetuba, conforme mostra o mapa 5 (capítulo I).

A título de exemplificação, poderíamos destacar o exemplo da comunidade de Tauera, próximo a cidade de Abaetetuba. Em entrevista um morador da referida comunidade relata as seguintes palavras:

Meu pai e meu avô trabalharam em diversos engenhos daqui (...) na verdade a história de minha família está completamente ligada aos engenhos. Teve uma época que a maioria dos trabalhadores daqui vivia do trabalho no roçado de cana ou no engenho mesmo. Muita gente daqui da ilha [ilha de Campompema] veio pra cá pra trabalhar com os donos de engenho e ai depois acabou ficando de vez. Hoje a maioria das famílias daqui são de descendência quilombolas (MORADOR DA COMUNIDADE DE TAUERÁ, em 18/11 2020).

A despeito das narrativas acima citadas, outro exemplo empírico desse processo pode ser vislumbrado no contexto da comunidade de “Campompema”, que fica situada na ilha de mesmo nome, uma das dezenas de ilhas que compõe a porção insular do município de Abaetetuba. De acordo com relatos de alguns moradores por ocasião de nossa pesquisa de campo, o processo de povoamento da comunidade teve relações diretas com a economia dos engenhos. É o que relata um morador local ao se referir aos engenhos da região.

Nossa comunidade tem muita gente que veio do Marajó pra trabalhar no engenho aqui na região. Meu pai veio em busca de trabalho e como o engenho tava em alta naquela época, ele ficou por aqui mesmo. Posso dizer que minha história e a história de muita gente daqui está ligada ao engenho. Depois que se acabou tudo, a gente já tinha até arrumado família por aqui. (MORADOR DA COMUNIDADE DE CAMPOMPEMA, em 11/11/2020).

Assim, a inserção de populações descendentes de quilombos, de que se referem estes moradores, representa parte da complexa trama de relações sociais que ensejaram novas dinâmicas de uso da terra e, por conseguinte, da produção do espaço ribeirinho. As correlações desse processo denotam o entrelaçamento entre a ordem próxima e a ordem distante, e o espaço vivido e espaço concebido, entre o espaço concreto e o espaço abstrato.

Nesse sentido julgamos oportuno neste momento estabelecer uma breve conexão deste processo com a teoria lefebvreaana a partir da qual subsidiamos a análise aqui desenvolvida. Consideramos que através das tramas de relações sociais engendradas no espaço ribeirinho, a exemplo dos diversos acontecimentos que conjugaram a inserção do negro nas ilhas e várzeas de Abaetetuba, este espaço vai sendo reordenado, transformado, ou seja, produzido. Trata-se de um movimento constante de reprodução ou recriação (e não apenas de repetição) das relações sociais que não pode ser pensada sem o exame das condições históricas que permearam o processo de formação da região.

Assim, entender a inserção do negro na região e sua utilização como mão-de-obra do engenho é conceber antes de tudo as tramas de relações sociais que ajudam a entender o processo de produção do espaço ribeirinho. Por essa perspectiva o espaço ribeirinho assume

múltiplos significados: deixa de traduzir simplesmente, substrato, “palco” onde se efetivam as ações humanas, para se transformar em produto e igualmente condicionante de relações sociais emergentes no contexto dos engenhos.

Retomando o debate sobre o processo de povoamento estimulado pelo desenvolvimento do engenho, importa frisar que a inserção dos negros na região representou não apenas o incremento da população, mas igualmente a emergência de novas conjunturas de uso da terra, sem contar que a união do negro com as populações pré-existentes, intensificou ainda mais a formação étnico-cultural ribeirinha na região.

Referindo-se às populações descendentes de quilombos das ilhas de Abaetetuba Nahum (2011b) assinala que, ao se estabeleceram na região estas populações em sua maioria não possuíam a posse da terra e, dessa forma, apenas poderiam trabalhar na propriedade de algum fidalgo ou capitão do donatário, reproduzindo, assim, uma estrutura agrária contraditória, “onde quem tem a posse não usa e quem usa não tem a posse” (p. 12).

Adentramos aqui a mais uma importante mudança ligada ao contexto de desenvolvimento dos engenhos de aguardente nas ilhas de Abaetetuba e cercanias que diz respeito a intensificação das formas de acesso privado a terra, aspecto que acabou por reproduzir nesta parte da Amazônia a estrutura agrária contraditória, de que se refere Nahum (2011b), que concentrou a terra assim como a renda terra nas mãos de poucos, como no caso dos barões dos engenhos.

Sobre este aspecto cumpre ratificar que a generalização do comércio de terras na Amazônia, e em especial nas ilhas de Abaetetuba, teve profundas correlações com a instauração da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como “Lei de Terras de 1850”. Instituída no período da Primeira República, esta Lei buscou superar os institutos das *sesmarias*, vigente no período colonial (até por volta 1822) e da *posse*, instruída no período imperial (até 1850), permitindo a distinção entre propriedade pública e privada (NUNES, 2012). Benatti (2003) assinala que o sistema sesmarial privou toda e qualquer pessoa que não tivesse posses suficientes para receber a concessão de terra, podendo este fato ser considerado um importante marco temporal no que tange à exclusão social do acesso a terra no Brasil e particularmente na Amazônia.

A Lei de Terras de 1850, por seu turno, foi instituída no sentido de regulamentar posse da terra diferenciando as terras devolutas do império, bem como as terras que eram possuídas por meio de título de sesmaria. O objetivo foi por fim ao caos que imperava até então de modo a distinguir o que era de propriedade privada e o que era de propriedade pública (BENATTI, 2003). A referida Lei proibiu, já no seu primeiro artigo, a aquisição de

terras devolutas de outro modo que não fosse por meio da compra. Assim, sua promulgação introduziu a noção de propriedade privada na medida em que foi a primeira lei que previu a possibilidade de transferência da propriedade (e não apenas da posse). Benatti (2003) e Treccani (2011), destacam que esta lei contribuiu para a consolidação dos latifúndios em vez de democratizar o acesso à terra no Brasil, pois “foi um dos instrumentos utilizados para, de um lado, garantir o acesso à propriedade aos que detinham os capitais necessários à sua compra e, do outro, frear o acesso à terra dos negros que progressivamente estavam sendo libertados” (TRECCANI, 2011, p. 72-75).

Com a promulgação da Lei de Terras, as autoridades provincianas do Pará puderam criar mecanismo de regulação do uso privado da terra. Supõe-se que essa regulamentação tenha favorecido a posse da terra pelos senhores de engenhos nas várzeas da Amazônia tocantina em detrimento dos diversos seguimentos sociais rurais ali estabelecidos, como os índios, tapuios, ribeirinhos, negros, migrantes recém-chegados, dentre outros.

Em Abaetetuba e em outras partes da Amazônia tocantina o efeito prático da Lei de Terras de 1850 foi limitar (ou quase impedir) a partir de então o acesso à terra por parte dos seguimentos mais pobres da população local, pois ao determinar que o acesso à terra dar-se-ia apenas mediante compra e venda, a Lei de terras acabou por favorecer os barões dos engenhos, excluindo, assim, a grande maioria da população local, em especial os remanescentes de escravos negros, que não dispunham de meios financeiros para tanto. Nesse sentido, descreve Nahum (2011),

A partir da Lei de Terras de 1850, quando a generalização do comércio de terras se torna oficial, aqueles que tinham condições sociais, políticas e econômicas conseguiam adquiri-la, transformá-la em capital e construir engenhos, olarias, barcos de grande porte para pesca comercial ou mesmo regatear pelos rios (NAHUM, 2011b, p. 83).

Em meio a esta realidade, não apenas os negros mais outros seguimentos da população que viviam dispersos ao longo dos rios e várzeas de Abaetetuba, como os povos indígenas, caboclos, descendentes de aldeamentos, nordestinos recém-chegados, dentre outros, passaram a enfrentar problemas comuns, pois, não chegando a vislumbrar a possibilidade de aquisição da terra parte dessas populações acabaram se tornando trabalhadores rurais submissos aos mandos e desmandos dos senhores de engenhos. Assim, o período dos engenhos representa um importante exemplo de que a propriedade da terra como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes baseados no lugar que estes ocupam no processo de produção de riqueza (MARTINS, 1998).

Como desdobramento do processo generalização do comércio das terras, surge outra mudança, referida no início deste tópico, que foi exatamente a emergência de novas relações de uso dos recursos naturais fundadas principalmente na lógica de reprodução capitalista em detrimento da reprodução das condições de vida das populações locais. Tal fato acabou por favorecer a persistência de consideráveis disparidades econômicas e na região entre os senhores de engenho e os demais seguimentos da sociedade ribeirinha direta ou indiretamente envolvida com o trabalho nos engenhos.

Um importante exemplo da estrutura desigual de uso da terra compreendeu o estabelecimento do sistema de aviamento na região, uma forma de relação de trabalho característica do período da borracha que foi representativa também no contexto da economia dos engenhos Abaeté. A rigor, o aviamento do século XIX, descreve Machado (2008), era a adaptação regional em miniatura do que ocorria no Brasil. Em Abaeté esse sistema perdurou praticamente em toda a existência dos engenhos de cachaça.

A negociação era feita da seguinte maneira: os ribeirinhos, financiados pelos engenheiros, derrubavam a área e plantavam a cana, sendo responsáveis por todas as despesas de manutenção e corte dos roçados. Para garantir as despesas dos roçados e o sustento da família os ribeirinhos retiravam na mercearia do engenho diversos produtos, como a farinha, óleo, peixe salgado, além de remédios e roupas. Tudo era anotado no famoso “caderninho” de contabilidade, popularmente chamado “caderno do fiado”. No final do processo, quando a cana era entregue ao engenheiro, era feito o acerto de contas entre proprietários dos engenhos e os canavialistas responsáveis pelo plantio do roçado, assim como entre este último e os trabalhadores braçais que prestavam serviços como diaristas. Da renda bruta obtida pelos ribeirinhos era descontado o valor dos produtos *aviados* no comércio do engenho, as despesas de corte e manutenção e, se fosse o caso, um terço a ser pago a um proprietário de terra que arrendavam suas terras para a plantação de cana, uma vez que nem todos os canavialistas possuíam terras disponíveis para plantar seus roçados.

Ao final das contas o “saldo” obtido pelos ribeirinhos na maioria das vezes não era suficiente para pagar o débito adquirido na mercearia do engenho, e a conta no “caderninho” (ou seja, a dívida) persistia em um processo sucessivo que aumentava a cada novo ciclo. Dessa forma, como bem observou Machado (2008, p. 18), “o estímulo inicial de ter e poder usar o dinheiro era, porém, uma ilusão. Seu isolamento e a quase absoluta exclusividade do vínculo com o dono do engenho [...] faziam-no perder a liberdade de usar o que ganhava”. A moeda praticamente só servia como meio de cálculo, pois o escambo persistia, embora disfarçadamente. Euclides da Cunha refere-se a esse sistema como “a mais criminosa

organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo” (CUNHA, 2000, p. 127).

Assim, com o estabelecimento do sistema de aviamento, as relações de uso da terra no contexto dos engenhos passaram a ser intermediadas por um patrão, que na maioria dos casos eram os proprietários de engenhos. Estes forneciam aos ribeirinhos “mantimentos” (isto é, gêneros alimentícios diversos, como jacaré salgado, farinha, capivara, etc.), remédios, combustível, atendimentos médicos de emergência (como pequenos curativos, aplicação de injeções etc.), roupas, bebidas, dentre outros produtos.

Este fato foi observado por Tourinho (1991) quando assinala que

O regime brutal de exploração do trabalho era expresso: pela total irregularidade e falta de fiscalização, quanto ao cumprimento das leis trabalhistas; no pagamento irrisório pelos trabalhos temporários de derrubada, roçado, plantio e corte da cana-de-açúcar, bem como de fabricação da aguardente; e no estabelecimento de uma cadeia de dependência na qual o “engenheiro” [*dono do engenho*] controlava todo o processo de produção e distribuição, detendo o monopólio na compra da matéria-prima e na venda de alimentos, instrumentos de trabalho, vestuário etc. (TOURINHO, 1991, p. 165, grifo nosso).

A título de exemplificação poderíamos citar o caso do exemplo São Jerônimo, no Furo do Panacauerazinho, ilhas de Abaetetuba. De acordo com nossas pesquisas, o proprietário deste engenho, senhor Noel Guimarães, contava com aproximadamente 30 a 40 trabalhadores diretamente vinculados ao referido engenho. Dependendo do engenho para sobreviver, estes trabalhadores podiam desfrutar da assistência direta do Senhor Noel, desde que aceitassem participar do jogo de interesse econômico do engenho. É o que conta um entrevistado quando faz a seguinte narrativa:

Nosso pagamento não era feito em dinheiro, mas sim em remédios, óleo, açúcar, farinha, jacaré salgado e outros tipos de coisas que a gente precisava. A gente trabalhava sempre dependendo do outro: ou era do dono do roçado ou era do dono do engenho, porque a gente não tinha terra pra plantar nem condição de plantar os nossos próprios roçados, por isso a maioria do pessoal que trabalhava nessa época dependia do dono do engenho (MORADOR DO RIO PANACUERAZINHO, ILHAS DE ABAETETUBA, em 21/01/21).

Essa assistência prestada pelo dono de engenho possibilitava a continuidade das relações de aviamento que, enraizado na própria cultura local, perdurou por muito tempo em outros ramos de negócios, mesmo depois da ruína dos engenhos a partir da década de 1980. Desse modo, favorecidos pelos retornos financeiros advindos com a comercialização da aguardente, os proprietários de engenhos podiam desfrutar de condições econômicas relativamente estáveis em relação à maioria das famílias ribeirinhas da época que trabalhavam no ramo. Suas residências exibiam a opulência de seus enriquecimentos; eram espaçosas e arejadas construídas com madeiras nobres e bem iluminadas com motores particulares

alimentados a óleo diesel, uma condição que poucos podiam desfrutar naquele contexto. Por outro lado, trabalhando em função do engenho, a maioria dos trabalhadores ribeirinhos mal conseguia garantir o sustento diário de suas famílias vivendo em pequenas casas feitas de madeira cobertas com palhas e iluminadas à luz de lamparina. Essa realidade contraditória foi uma das marcas das relações de uso da terra no contexto dos engenhos de aguardente na Amazônia paraense, e em especial nas ilhas de Abaetetuba.

A intensificação do processo de apropriação privada da terra também foi acompanhada de outra mudança compreendida no espaço ribeirinho que foi a inserção de novos objetos técnicos ao meio geográfico natural ribeirinho. Já foi dito na abertura deste tópico, que antes do desenvolvimento mais sistemático da economia dos engenhos a dinâmica espacial compreendidas nas ilhas de Abaetetuba e áreas circunvizinhas continuavam predominantemente atreladas a um meio geográfico cuja relação homem x natureza se estabelecia, predominantemente, sem grandes intermediações de objetos técnicos compreendendo a predominância do que Nahum (2019) denomina de meio natural amazônico. Com o advento do engenho, novos objetos técnicos foram incorporados a esse meio. Nota-se nesse aspecto principalmente a inserção de maquinários usados na fabricação da aguardente. O uso destes objetos, como fornalhas, moendas, cilindros, bombas, alambiques, dentre outros passou a ser mais frequente a partir de meados do século XIX, supostamente a partir da inauguração da navegação a vapor (1850) na região.

Figura 10. Fotografia da Moenda, maquinário usado na trituração da cana em Abaetetuba-PA (data aprox. 1970).



Fonte: Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

Embora a inserção destes objetos não tenha representado a inauguração de um novo período geográfico, demarcado pela emergência de novos sistemas técnicos, a emergência destes em âmbito da região tocantina implicou, dentre outros, a inserção mais efetiva dos engenhos de Abaetetuba no contexto de reprodução ampliada do capital, já que a produção da aguardente viria a se tornar um importante produto do comércio regional vigente.

Além disso, a partir da utilizando novos instrumentos técnicos, os ribeirinhos envolvidos com o trabalho no engenho passaram a fazer parte de um contexto espacial marcado, dentre outros, pela emergência de um tempo novo: o tempo da produção, do intercambio, enfim, ao tempo socialmente produzido e substancialmente conectado à lógica de reprodução ampliada do capital. Como os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais (SANTOS, 2008), pode-se dizer que a produção do espaço ribeirinho no contexto dos engenhos foi substancialmente intermediada pelas forças de produção que traduziu naquele contexto as determinações do mundo sobre o lugar. Daí então a importância de se levar em conta o espaço socialmente produzido, aquele que transcende os limites do lugar, do espaço absoluto, para se dissipar no jogo de relações sociais que permeia o espaço abstrato, hierarquizado, concebido.

Outra importante mudança que viria a ter rebatimentos nas relações de uso da terra no contexto dos engenhos está relacionada à emergência de novas conjunturas de relações sociais estruturadas em âmbito da economia do engenho. Se a produção do espaço, e em particular do espaço ribeirinho, constitui um processo eminentemente social, este processo foi reordenado durante o desenvolvimento dos engenhos de aguardente. A interseção dos agentes sociais em diversos setores produtivos formava, em largos traços, o que Anderson (1991) denomina de “sociedade aguardenteira regional do Baixo Tocantins”, a qual foi representativa no município de Abaetetuba pelo menos até o final da década de 1980.

De maneira geral a cadeia produtiva aguardenteira era composta pelos seguintes seguimentos da população local: os canavialistas, que plantavam os roçados; os engenheiros, ou seja, os senhores de engenho; os proprietários de terras, que arrendavam suas terras para o desenvolvimento dos roçados de cana; os diaristas ou braçais, que trabalhavam vinculados aos canavialistas e engenheiros e; os regateiros, que comercializavam a cachaça através do sistema de regatões.

Não constitui objetivo aqui aprofundar o debate sobre o papel de cada um desses seguimentos no desenvolvimento da economia de aguardente, tarefa já empreendida em pesquisas anterior (FERREIRA, 2014). Ressalta-se, porém, que uma das características

fundamentais que permeava as tramas de relações sociais estabelecidas em torno do engenho diz respeito a dependência mútua entre os diferentes segmentos da sociedade ribeirinha diretamente envolvida com o trabalho no engenho, tanto em âmbito do setor agrícola (de plantação da cana de açúcar), quanto no setor de beneficiamento e comercialização da aguardente. Sobre isso Anderson (1991) faz as seguintes considerações.

Os canavialistas dependiam dos engenheiros para aviamento, dos proprietários de terra para acesso à terra, e concorriam entre si para os serviços de diaristas, que tinham ainda a opção de trabalhar nos engenhos, de cuidar dos pequenos roçados ou de explorar produtos extrativos locais. Por outro lado, os engenheiros, não produzindo a cana por conta própria, dependiam dos canavialistas para matéria-prima, e vendendo do porto, dependiam também dos regatões para comercializar (ANDERSON, 1991, p. 109).

A partir de 1970-80, com a decadência dos engenhos, estas dinâmicas sociais vão se desestruturando de modo a serem completamente extintas. No entanto, do ponto de vista de seu dinamismo, o estabelecimento destas inter-relações representou uma das principais mudanças atreladas ao desenvolvimento dos engenhos tendo implicações não apenas no reordenamento da dinâmica social em si, mas na própria configuração territorial, tendo em vista que as relações sociais se materializam no espaço concreto, a propósito das mudanças analisadas a seguir.

Do ponto de vista da configuração territorial, pode-se dizer que as mudanças também foram significativas de modo que os novos objetos geográficos ordenados em função do desenvolvimento desta atividade refletiam novas tramas de relações sociais e ao mesmo tempo as novas funcionalidades atribuídas ao lugar, neste caso as ilhas de Abaetetuba. Neste contexto grandes extensões de terras recobertas por florestas primárias e secundárias foram convertidas em áreas de canaviais. Embora tenha assumido importância desde meados do século XIX, este processo se intensificou na região por volta de meados do século XX até a década de 1970-80 quando a economia de aguardente vivenciou seu período áureo.

Nesse momento houve o crescimento da área plantada em cana de açúcar. As pesquisas de Cruz (1993) indicam que nos anos de 1919 e 1920, Abaeté possuía uma área plantada de cana-de-açúcar de mais de 18.000² (dezoito mil metros quadrados), sendo deste total 14.600.m², plantados pelos senhores de engenho e cerca de 4.200.m², plantados pelos próprios lavradores ribeirinhos. De acordo com dados do IBGE em 1970 a área plantada em cana de açúcar nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri representava mais de 90% da área de lavoura de cana em todo estado do Pará (IBGE, 1970). Foi justamente nesse período que o número de engenhos mais cresceu nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Dados apresentados nos estudos de Anderson (1991) ajudam a dimensionar alguns indicadores da economia de aguardente nos dois municípios citados.

Tabela 4 - Indicadores da economia dos engenhos em Abaetetuba e Igarapé-Miri-PA (1920 a 1987).

INDICADORES	1920-1950	1950-1960	1960-1975	1987
Número de Engenhos	30	50	60	16
Ha. em cana-de-açúcar	1.650	4.650	5.500	720
Produção de aguardente em 1.000 litros	2,0	5,6	10,6	0,9
Empregos diretos	<u>775</u>	<u>1960</u>	<u>2760</u>	300
Setor agrícola	550	1550	2200	240
Setor industrial	225	410	560	60

Fonte: Anderson (1991, p. 105.).

Os números retratados na tabela acima sugerem que no período de 1960 à 1975 a economia de aguardente teve importante crescimento nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Conforme se pode observar na tabela, houve também o crescimento da área plantada em cana de açúcar assim como da produção de aguardente no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1975. Da mesma forma o número de engenhos passou de 30 para 60 unidades nos dois municípios. Todavia cruzando os dados apresentados por Anderson (1991) com os dados obtidos em nossas pesquisas de campo, temos que o número de engenhos que estiveram em funcionamento nos dois municípios foi superior ao quantitativo apresentado na tabela acima. Somente no município de Abaetetuba identificamos aproximadamente 53 unidades sendo que deste total mais de 90% dos engenhos estiveram em funcionalmente entre as décadas de 1950 a 1970-80.

Nesse período muitas famílias, sob o incentivo dos próprios proprietários de engenhos, chegavam a derrubar seus açazais para plantar a área em cana. Diante desse contexto a configuração paisagística da várzea foi reconfigurada, pois além das áreas dominadas por lavouras de cana de açúcar, a paisagem local passou a integrar novos objetos geográficos ordenados em função da economia dos engenhos, como os estaleiros de construção naval onde se construía os batelões que transportavam a cana; as pequenas canoas e barcos a vela usados no comércio dos regatões ao longo do estuário; os imensos “picadeiros”, ou seja locais de depósito de cana ao lado dos engenhos; os novos maquinários que compunham o sistema tradicional de fabricação de aguardente, como a fomalha, a moenda, o alambique, os cilindros, as dornas, etc.; assim como as dezenas de engenhos espalhados às margens dos rios que passaram a constituir um dos principais símbolos espaciais representativos das relações de uso da terra naquele contexto.

Desse modo, a propósito do conjunto de acontecimentos anteriormente referidos, considera-se que uma das principais mudanças que permeou a dinâmica de uso da terra no período dos engenhos que teve rebatimentos significativos no reordenamento da produção do espaço ribeirinho foi exatamente a emergência de uma conjuntura espacial marcada, dentre

outros, pela ampliação das relações sociais em torno do engenho designando o que Santos (2008) denomina de alargamento do contexto espacial⁴. Um importante exemplo que designa tal processo diz respeito ao alargamento do contexto espacial ribeirinho viabilizado a partir da expansão do comércio da aguardente na região, aspecto que, pela importância que assume no conjunto da análise aqui desenvolvida, será abordado em um tópico específico a seguir.

4.2.2 O comércio da aguardente e suas implicações no espaço ribeirinho

Já foi dito que o processo de desenvolvimento da economia do engenho na região tocantina foi dinamizado predominantemente através da geografia das águas, haja vista que o período em questão demarcava a prevalescência do que Marin (2004) denomina de *civilização dos rios*. Esta realidade não foi diferente nas ilhas de Abaetetuba onde o comércio da aguardente se dinamizou principalmente em âmbito dos rios compreendendo a intrincada rede de canais fluviais existentes na região.

Tomando como exemplo as particularidades da área de pesquisa, poderíamos dizer que o processo de alargamento do contexto ribeirinho viabilizado através da geografia dos rios esteve atrelado a duas rotas de expansão do comércio da aguardente: a saber:

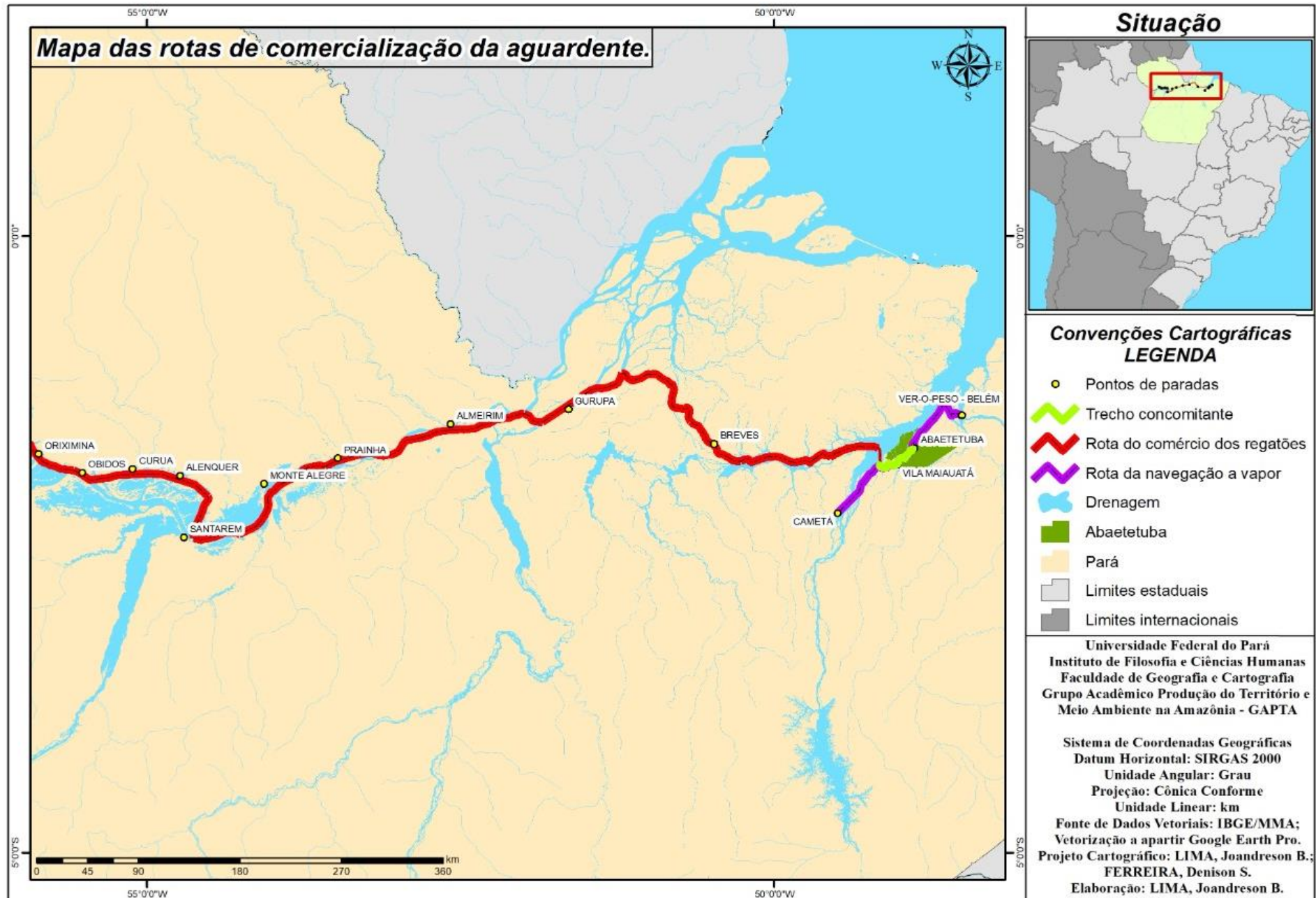
- A rota que envolvia a navegação a vapor, que apesar de estar voltada essencialmente ao atendimento da economia da borracha na região, exerceu papel importante no impulsionamento da economia dos engenhos da região, como foi o caso da terceira linha de navegação a vapor que conectou Cameté a Belém com ponto de parada em Abaeté (GREGÓRIO, 2008);

- A rota que envolvia o sistema de regatões, a qual foi dinamizada a partir do intercâmbio comercial estabelecido entre as regiões do baixo Tocantins, Marajó, Médio e Baixo Amazonas, integrando áreas ribeirinhas de municípios como Breves, Gurupá, Almerim, chegando geralmente até Santarém ou mesmo mais adiante até Alenquer, Oriximiná.

Do ponto de vista espacial estas rotas apresentaram relativas diferenciações entre si, ou seja, enquanto o transporte dos regatões estava voltado ao contexto do estuário, a navegação a vapor tinha como principal entreposto a Feira do Ver-o-Peso em Belém, de onde a cachaça seguia para outras regiões da Amazônia e do exterior via casas aviadoras. O mapa 10 as duas rotas de comercialização da aguardente tendo como referência o município de Abaetetuba.

⁴ Ao se referir ao alargamento do contexto, Santos (2008) destaca que este processo encontra-se ligado, dentre outros, às “novas possibilidades de fluidez que estão na base dessa formidável expansão do intercâmbio”. Expõe este autor que “na medida em que se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que não apenas se alarga a dimensão dos contextos como aumenta a sua espessura” (SANTOS 2008, p. 254).

Mapa 10. Antigas rotas de comercialização da aguardente produzida nos engenhos do município de Abaetetuba-PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Buscamos descrever a seguir alguns aspectos que envolveram essa dinâmica levando em conta as especificidades destas rotas assim como seus rebatimentos na produção do espaço ribeirinho em âmbito das ilhas de Abaetetuba, principalmente no contexto anterior à década de 1960 quando os rios constituíam o principal meio de intercâmbio comercial. Inicialmente analisaremos a inserção da economia de aguardente na rota do transporte a vapor e em seguida examinaremos o papel do sistema de regatão na complementação desse processo, aspectos estes considerados importantes acontecimentos atrelados ao alargamento do contexto espacial ribeirinho na região, de modo particular nas ilhas de Abaetetuba.

Sobre a navegação a vapor Brito (2017) expõe que com a instauração do Império brasileiro, em 1822, e a união da Amazônia a este Império em 1823, a questão da navegação a vapor não se apresentava somente como econômica, mas também política, devendo garantir a presença brasileira nas fronteiras, protegendo-as das cobiças estrangeiras, além de desenvolver o comércio, diminuindo o preço do frete e aumentando a capacidade de transporte de carga e passageiros. Neste contexto, foi criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, em 1852, a qual foi autorizada a navegar o Rio Amazonas e seus afluentes – tocando os portos do Pará, Amazonas chegando a Nauta, no Peru – no transporte de passageiros e cargas, sob a direção de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

Pode-se dizer então que a instauração da navegação a vapor tinha como propósito dinamizar o comércio de produtos regionais, em especial da borracha que despontava naquele momento (segunda metade do século XIX) como principal produto do comércio vigente face às demandas do mercado internacional. É o que assinala Moraes quando descreve que

(...) com o advento da borracha, percebe-se que as canoas e os barcos a vela não tinham condições de sustentar a grande empreitada que se anunciava pela demanda externa do produto, principalmente por parte dos Estados Unidos e Europa. Assim é viabilizada a navegação a vapor em 1953 para, igualmente, viabilizar o transporte de passageiros, o abastecimento das cidades e, principalmente, o negócio da borracha, inclusive o abastecimento dos seringais (MORAES, 2007, p. 93).

No transporte fluvial, o barco a vapor provocou uma verdadeira revolução a serviço do comércio na região, especialmente da borracha. Segundo Marin (2004),

Com o vapor, a duração das viagens experimentou considerável redução. Enquanto o Vingador tomava 12 dias de Belém a Manaus, sobre um percurso de 862 milhas, os vapores da Companhia de Navegação venciam esse trajeto em quatro dias. De Belém a Breves o trajeto era realizado a vela em cinco dias o que caía para 14 horas utilizando barco a vapor (...). Começa um processo crescente de centralização e controle da atividade comercial com a instalação de grandes firmas comerciais e de transporte.

É nesse contexto que se viabiliza inicialmente a navegação a vapor no rio Tocantins e que viria a ter correlações importantes com o ordenamento do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba. Segundo Pereira (2014), o governo da então província do Pará utilizou de seu

próprio recurso para preencher algumas lacunas deixadas pelo serviço de navegação contratado pelo governo federal para a Amazônia, contratando e subsidiando serviços particulares de navegação a vapor que incluía linhas para Cameté e Abaeté no rio Tocantins.

O estabelecimento de novas linhas em cursos d'água ainda não explorados poderia levar, imaginavam os governantes locais, ao aumento do comércio no Grão-Pará e, como consequência, à multiplicação da arrecadação não só deste governo como das administrações vizinhas. Neste sentido, os rios Araguaia e Tocantins se encaixavam bem na categoria de potenciais impulsionadores da economia amazônica, mediante o estabelecimento de linhas de vapores em suas águas. Devido aos seus cursos, poderiam facilitar o escoamento das produções não apenas do interior paraense, mas também de outras províncias do Império (GREGÓRIO, 2009, p. 134).

Assim, o circuito de navegação a vapor na região no Tocantins é inaugurado com o funcionamento da terceira linha, que passou a funcionar a partir de 1855, interligando Belém a Cameté tendo Abaeté como ponto de escala. A instauração da terceira linha de navegação a vapor viria ter impactos diretos na expansão da economia dos engenhos. Primeiro porque possibilitou, que a cachaça fosse inserida nas rotas mais efetivas do comércio mercantil da época e; segundo porque facilitou, como já mencionado, a chegada de maquinários nos engenhos de Abaetetuba, que com a expansão do comércio da aguardente, puderam ser transformados de pequenas engenhocas, movimentadas através de energia mecânica, a engenhos equipados com maquinários novos e movidos a energia a vapor.

O trajeto da navegação a vapor na região incluía a o trecho do rio Maiauatá, lendário rio que entrecorta Abaetetuba e Igarapé-Miri que abrigou importantes portos, fábricas e engenhos, e que serviu de importante entreposto comercial da antiga navegação fluvial da Província do Pará pela localização estratégica no escoamento e comercialização dos produtos da indústria canavieira assim como no transporte de passageiros.

Ao ser integrada às rotas da navegação a vapor, a cachaça produzida em Abaetetuba e Igarapé-Miri seguia para a feira do Ver-o-Peso de onde era comercializada para outros centros comerciais da região e até mesmo para o exterior, via casas aviadoras (SOUSA, 2009), especialmente para Portugal onde a cachaça teve grande aceitação. Muitos engenheiros de Abaetetuba e Igarapé-Miri chegaram inclusive a adquirir barcos cargueiros a vapor onde transportavam a produção de aguardente de diversos engenhos da região para a Capital Belém onde era comercializada. Rocha (2010) cita o caso do Coronel Maximiano Guimarães, senhor de engenho de Abaetetuba (engenho Mangal) que possuía grandes propriedades com plantações de cacau, cana-de-açúcar, seringais, embarcações no rio Tucumanduba. Este teria adquirido, segundo o autor, duas lanchas à vapor todas em ferro e aço: a Lancha “Tucumanduba” e a Lancha “Cardosinha”, ambas muito potentes, que eram utilizadas para escoamento da produção do engenho.

Do mesmo modo Garcia e Lobato (2011), ao se referirem a este tipo de transporte na região, relatam a existência no município vizinho de Igarapé-Miri de um navio a vapor, de nome “Santana”, que algumas vezes por mês ancorava nos principais engenhos da região arrecadando a aguardente para comercializar na capital Belém. Assim,

Dessa forma pode-se dizer que a navegação a vapor acabou por possibilitar o estabelecimento de novas relações sociais ao entorno dos engenhos, num período em que o transporte na região se dava essencialmente através dos lentos barcos à vela. Assim, pode-se dizer que a dinamização do comércio da aguardente via sistema de navegação a vapor ensejou novas conjunturas de alargamento do contexto espacial ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba, mesmo antes da abertura de estradas nas décadas de 1960-70.

Nesse sentido, ao contrário do que defendeu Anderson (1991), quando assinala que o sistema econômico e regional que compreendeu a economia de aguardente em Abaetetuba e áreas circunvizinhas apresentava caráter geográfico relativamente fechado, ou seja, limitava-se ao contexto do estuário, o comércio da aguardente traduziu uma das mais representativas formas de alargamento do contexto espacial ribeirinho viabilizando, dentre outros, a inserção da região no contexto das relações sociais mais amplas que refletiam o processo de reprodução ampliada do capital naquele contexto. Em outras palavras seria dizer que as novas conjunturas de relações sociais emergentes com a navegação a vapor passaram a traduzir não mais um contexto espacial de caráter “fechado”, e sim um contexto, que através do engenho, se alargou traduzindo, assim, uma das principais mudanças atreladas ao engenho e que teve rebatimentos diretos na produção do espaço, como no caso das ilhas de Abaetetuba e áreas circunvizinhas.

Concomitantemente ao sistema de navegação a vapor, outra forma de dinamização do comércio da aguardente produzida nos engenhos de Abaetetuba, e que também implicou no alargamento do contexto espacial ribeirinho, esteve atrelada ao funcionamento do sistema de regatões do baixo Tocantins. Sobre este tipo de transporte cumpre frisar, como faz Maccgrath (1999), que o comércio de regatões exerceu importante papel para a sociedade e economia da Amazônica, em especial no período da borracha. Intermediando relações comerciais entre o caboclo e patrão, o regatão representou uma força decisiva que ajudou a construir, manter e, mais tarde, dismantelar o sistema mercantil prevalecente na região até a segunda metade do século XX.

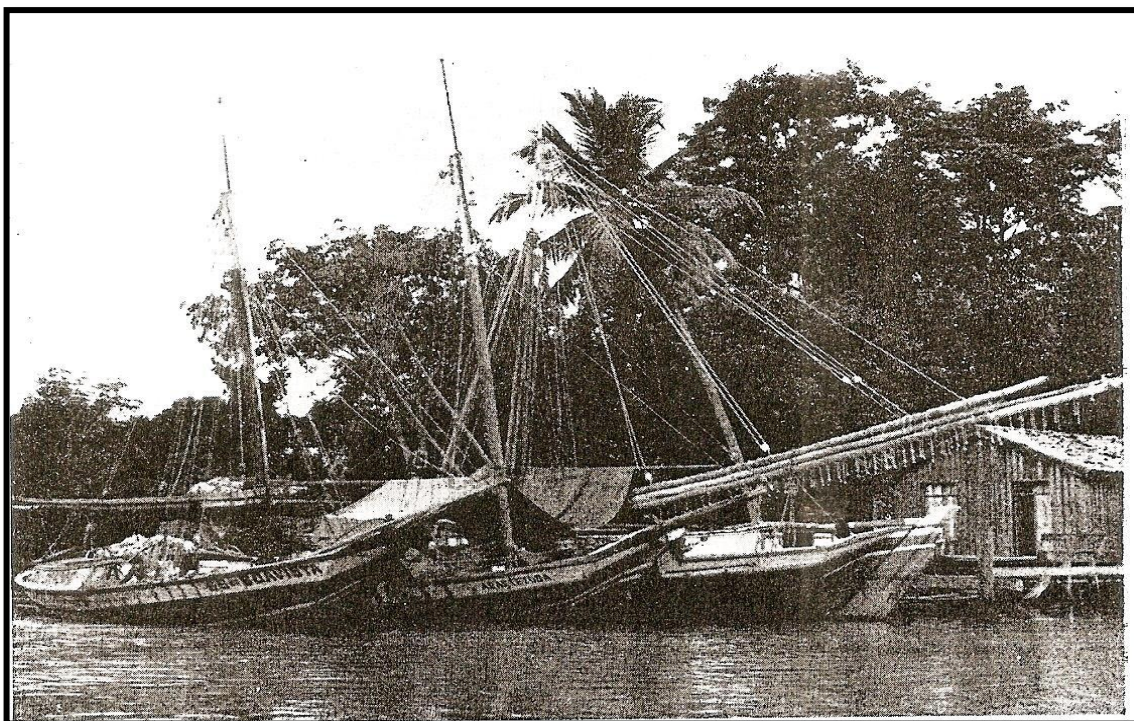
No estuário tocantino, e em especial nas ilhas de Abaetetuba, o desenvolvimento do comércio dos regatões remete ao período colonial, atravessando diversas fases de formação

territorial chegando até os anos finais da década de 1970, quando esta atividade aos poucos foi perdendo importância coincidindo com a decadência da indústria canavieira na região.

Descreve Machado (2008) que o regatão foi a mais notável aventura comercial dos abaeteenses, sendo responsável por estabelecer importantes formas de intercâmbios econômicos, principalmente entre o Baixo-Tocantins e o Baixo-Amazonas. Esse tipo de atividade comercial funcionou com a instalação de verdadeiros armazéns a bordo de embarcações dos mais diversos tipos e calados, que saíam de Abaeté rumo aos mais longínquos lugares da região sob o domínio dos rios. O início da atividade ainda era em embarcações a vela, passando depois para barcos motorizados.

Os regatões saíam de Abaetetuba rumo aos municípios do Baixo Amazonas, chegando geralmente até Santarém, ou mesmo mais adiante, como Alenquer, Oriximiná (mapa 10). No entanto os principais destinos também incluíam a região do Marajó, Salgado paraense, além da capital Belém, chegando inclusive, com o advento dos barcos a motor diesel, até as regiões fronteiriças do Brasil com as Guianas (MACHADO, 2008).

Figura 11. Fotografia de embarcações usadas no comércio da aguardente, Abaetetuba-PA. (data aprox. 1940-50).



Fonte: Rocha (2015).

Na ida os comerciantes ribeirinhos levavam produtos industrializados adquiridos de atacadistas em Belém do Pará, como tecidos, produtos farmacêuticos, armas, munições, pólvora, sal, açúcar, querosene, farinha, arroz feijão, velas de cera, sedas, panelas, facões,

agulhas, linhas de costura; além de produtos do engenho como, mel, rapadura e a cachaça que representavam importantes itens do comércio nestas áreas. Na volta, traziam os produtos da região, principalmente o pirarucu salgado, borracha, cacau, breu, peles de animais silvestres além da juta, importante fibra vegetal que abastecia os teares da CATA (Cia. Amazônia Têxtil de Aniação) em Belém, na fabricação de sacos de aniação (MACHADO, 2008).

A medida que os negócios dos engenhos de cana-de-açúcar do Baixo Tocantins, especialmente de Igarapé-Miri e Abaetetuba, eram atrelados às atividades de comércio e navegação, criando a tríade de negócios da indústria-comércio-navegação, que se associavam também aos negócios da indústria cerâmica de telhas e tijolos, das serrarias, das usinas de beneficiamento de sementes oleaginosas, da carpintaria naval, dentre outros, as relações sociais de produção do espaço ribeirinho iam se complexificando de modo a atrelar-se a contexto mais amplos de produção do espaço regional.

A cachaça, produto mais valorizado do engenho entre as décadas de 1940 a 1970, constituía um ponto de interseção destas relações uma vez que estava presente em quase todas as conjunturas de relações sociais compreendidas naquele contexto: seja na relação estabelecida entre os engenheiros e os lavradores ou produtores de cana; seja entre os engenheiros e os comerciantes de regatões; seja entre os engenheiros e os carpinteiros navais, ou ainda entre os regateiros e os comerciantes do estuário tocantino onde se estendiam as relações de aviação do engenho.

No caso do comércio dos regatões, a aguardente passou a representar o principal produto de intermediação das trocas comerciais efetivadas pelos regateiros ao longo dos rios. Segundo Rocha (2012, s/n), “foi realmente a cachaça o carro-chefe do comércio de regatão que (...) se intensificou já a partir das últimas décadas do século XIX e no século XX até os anos finais da década de 1970”. Ressalta o referido autor que

O comércio de regatão já existia no Baixo Tocantins, Marajó e demais regiões banhadas pelos numerosos rios das bacias amazônicas, e feito por pequenas embarcações tipo botes, batelões e canoas à vela. Mas foi nas décadas iniciais do século 20 que esse tipo de comércio incrementou a venda da cachaça e dos produtos das olarias, que eram trocadas por pirarucu, peixes secos, farinha, couros de animais silvestres e outros produtos que se tornaram tradicionais no comércio de regatão do Baixo Tocantins e que vieram contribuir no desenvolvimento e crescimento econômico de Abaetetuba e Igarapé-Miri (ROCHA, 2012, s/p).

Principalmente no contexto anterior a década de 1950, as relações comerciais no comércio de regatões se davam, na maioria das vezes, através do sistema de trocas realizado sem a moeda em espécie, pois havia considerável dificuldade da circulação de dinheiro entre os agentes sociais envolvidos no comércio de regatões, especialmente nas regiões mais longínquas subindo o rio Amazonas. Em outras palavras, as relações comerciais consistiam em

levar a cachaça de Abaetetuba, além de produtos manufaturados adquiridos em Belém, e trocá-los por produtos do extrativismo animal e vegetal praticado pelos moradores das áreas mais distantes do estuário.

Cumprido ressaltar que o comércio de regatão estava articulado a diversos setores da economia ribeirinha, como a carpintaria naval, o setor oleiro cerâmico (olarias), o setor de pequenos comércios ou mercearias, o setor voltado às lavouras da cana-de-açúcar, e, finalmente, o setor de fabricação de aguardente cuja cachaça produzida nos engenhos constituía o principal produto comercializado (ou trocado) no estuário amazônico. Por exemplo, tanto os donos de engenhos quanto os comerciantes de regatões dependiam dos carpinteiros que fabricavam os batelões⁵ e os barcos usados no transporte da cana e na comercialização da aguardente.

Ressalta-se que historicamente atividade de construção naval constitui uma importante atividade desenvolvida pelos ribeirinhos de Abaetetuba. Até a década de 1960 as embarcações mais produzidas eram de pequeno e médio porte. De acordo com Rocha (2018), a atividade de construção de pequenas canoas assim como de batelões de tração humana no estuário tocantino, e especialmente nas ilhas de Abaetetuba, representa uma herança indígena se iniciou pelos pequenos barcos à remo, passando pelas canoas à vela até desembocar na construção de barcos à vela maiores, tendo, dessa forma, se iniciado a famosa atividade da Carpintaria Naval de Abaetetuba e região analisada por Pereira (2019).

O crescimento do comércio da aguardente impulsionou de maneira significativa o setor da carpintaria naval que, segundo Rocha, experimentou forte crescimento nesse período.

A fase áurea da carpintaria naval de Abaetetuba e região, coincide com as fases da indústria canavieira e do comércio de regatão desta região. Além de abastecer os donos de engenhos, os comerciantes de regatão, os estaleiros de Abaetetuba e Igarapé-Mirim, também atendiam as encomendas de outras importantes atividades comerciais, como as atividades de pesca e seu comércio (barcos pesqueiros e geleiros) e a atividade comercial de gado bovino (barcos boiadeiros) com embarcações de todos os portes, que chegavam até 100 toneladas de carga (ROCHA, 2018, s/n).

Considera-se que a partir de 1950-60, momento em que o transporte a vapor se encontrava em fase de declínio, o surgimento dos barcos movidos a motor viria a impulsionar mais ainda o comércio da aguardente. O transporte em barcos motorizados, em substituição aos navios a vapor e aos antigos regatões movidos a vela, representou para os comerciantes de aguardente a ampliação das vendas, pois

⁵ Os batelões constituíam um tipo de embarcação movida à tração humana, isto é, movido a um tipo de remo chamado *faia* que para ser manuseado exigia habilidade e força física.

[...] estes motores tinham a vantagem de serem mais compacto e de consumir combustível mais concentrado em relação à motores a vapor que queimavam lenha. Assim, barcos com motores a diesel tinham mais capacidade disponível para carga, o que reduzia o custo de transporte de produtos pesados e volumosos, como a aguardente (ANDERSON, 1991, p. 109).

Quando transformados a diesel, os regatões passaram a negociar também no Baixo e Médio Amazonas. Esta expansão do raio da atividade resultou na ampliação de vendas da aguardente produzida nos engenhos de Abaetetuba e Igarapé-Miri. Este aumento na demanda da cachaça foi reforçado ainda pelo crescimento natural da população ribeirinha ao longo do Amazonas que neste período (ANDERSON, 1991) e também pelo aumento de sua renda oriunda da venda de peles de animais silvestres destinados ao comércio internacional que possibilitava aos comerciantes inclusive o pagamento da aguardente em dinheiro.

Assim, com o desenvolvimento mais sistemático do comércio dos regatões, e com a cachaça sendo um produto fundamental desse comércio, a economia do engenho é impulsionada de modo ensejar a emergência de novas tramas de relações sociais em torno do engenho viabilizando o alargamento do contexto espacial na medida em que viabilizava a expansão das conexões econômicas estabelecidas em localidades como Marajó, Baixo Amazonas, região do Salgado Capim, Guamá, Acará, Moju, Igarapé-Miri, dentre outras regiões paraenses. Com os barcos motorizados o processo de expansão se estendeu até localidades do Estado do Amazonas, Amapá, Acre, chegando até a fronteira com a Guiana francesa. Foi justamente nesse período que o número de engenhos mais cresceu nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, conforme dados da tabela 4.

Por outro lado, desde meados do século XX o comércio da aguardente também se alargava para os centros urbanos próximos aos engenhos, como Abaetetuba, Igarapé-Miri, Acará, Barcarena, Moju, dentre outros, que a partir de então passaram a concentrar maiores contingentes populacionais em virtude da intensificação de processos de migração rural para estas cidades (HORAOKA, 1993). As relações de intercâmbios com estes centros urbanos se davam, tanto pela venda da aguardente quanto pelo abastecimento das áreas ribeirinhas com produtos de consumo corrente (alimentos, combustível, utensílios domésticos e de trabalho, materiais de construção, bebidas, fumo, dentre outros), muitas vezes a preços inflacionados pelo custo de deslocamento, demanda e necessidade. Nesse período, comerciantes de lojas varejistas, alguns dos quais ainda hoje atuantes em Abaetetuba, puderam prosperar através desse comércio alavancado pela economia de aguardente.

Assim, a exemplo do crescimento da economia de aguardente e com o setor de agrícola em alta, as atividades produtivas desenvolvidas pelos ribeirinhos para garantia da

sobrevivência, como a pesca, o trabalho nas olarias, a extração do açaí, a coleta de frutas, a criação de animais e a agricultura em geral, gravitavam em torno do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar e nos engenhos. Além do mais, a atividade de extração do açaí – que hoje caracteriza uma das principais fontes de geração de renda dos ribeirinhos que ali habitam – ainda não figurava entre as principais atividades produtivas, o que só viria a acontecer a partir principalmente da década de 1990 com o crescimento do mercado do fruto. Isso não significa que naquele contexto o açaí fosse considerado menos importante em comparação à cana-de-açúcar (pois o “vinho”, extraído do açaí, sempre constituiu um componente fundamental da dieta alimentar ribeirinha ao lado do peixe, do camarão e da farinha de mandioca); porém sua utilização para fins geração de renda se dava de maneira incipiente naquele contexto. Dessa forma, o açaí constituía um recurso usado muito mais pelo seu valor de uso, como alimento, do que como valor de troca; ao contrário da cana de açúcar que figurava entre os recursos mais valorizados em função da alta demanda dos engenhos.

Assim, considera-se que até meados da década de 1970 a produção do espaço ribeirinho encontrava-se profundamente atrelada ao desenvolvimento da economia do engenho, que continuava sendo fundamental para economia do município. No entanto, partir de então novos processos de reestruturação econômico e territorial, em curso na Amazônia desde meados do século XX, iriam ter impactos decisivos na desestruturação da economia do engenho e, por conseguinte, no reordenamento das bases de produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba, conforme analisaremos a seguir.

4.2.3 A decadência dos engenhos e as mudanças no espaço ribeirinho

O período compreendido entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980 irá representar um marco divisor de água no reordenamento da dinâmica espacial em âmbito da Amazônia tocantina e em especial em âmbito das ilhas de Abaetetuba. A abertura de estradas, portos, hidrelétricas, atrelado ao processo de expansão urbana na região contribuíram decisivamente para a desestruturação do antigo sistema tradicional baseado na lavoura de cana-de-açúcar e fabricação de engenhos de que se refere Anderson (1991).

Não cabe aqui aprofundar o debate sobre este processo, que, aliás, já foi amplamente discutido, a propósito dos estudos de Velho (1972), Becker (1990; 2004), Marin (2004), Loureiro (2005), dentre outros. Todavia, importa frisar que as mudanças se vincularam a uma nova lógica de inserção da região numa ordem nacional e internacional. Numa poderosa estratégia os militares, fundamentados na doutrina de segurança nacional, tomam para si a

incumbência de um novo e ordenado processo de “integração” da Amazônia programando e impondo uma malha de controle técnico-político sobre o espaço pré-existente (BECKER, 2004), fato que teve implicações no funcionamento dos engenhos de Abaetetuba.

Com a abertura da rodovia Belém-Brasília, que possibilitou a integração física do Pará ao restante do País, assim como da rodovia PA-151 ligando Belém à Baião – interligando Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Mirim e Mocajuba, no Baixo Tocantins – e a PA 252, ligando Abaetetuba a Belém, a realidade ribeirinha assume novos contornos. Como a maioria das cidades ribeirinhas, Abaetetuba, por muito tempo teve sua dinâmica dependente dos fluxos fluviais de cargas e passageiros. O porto era o centro de sua vida cotidiana. Uma das consequências da abertura das estradas foi o chamado alargamento do contexto espacial a partir do qual se estruturava toda dinâmica de uso da terra, especialmente a dinâmica voltada à economia dos engenhos. Para a economia dos engenhos o efeito foi direto, pois a aguardente oriunda de outras regiões do Brasil adentra o mercado regional e local concorrendo a custos bem menores comparados aos da aguardente produzida artesanalmente na região.

Nas entrevistas com alguns antigos proprietários de engenhos, por ocasião de nossas pesquisas de campo na área de estudo, percebeu-se que estes são incisivos em afirmar que a entrada de aguardente do Nordeste e Sul do Brasil contribuiu decisivamente para que os engenhos de aguardente deixassem de operar. Um ex-proprietário de engenho argumenta:

Antes de aparecer essa cachaça do Sul a gente até tinha dificuldades, mas dava pra sobreviver dos engenhos [...]. E não era só nós engenheiro, tinha muita gente que dependia da cachaça. Mas chegou uma época que não deu mais pra ninguém. Nós não tivemos condições de concorrer com a cachaça vinda de fora porque eles vendiam mais barato e a gente tinha muita despesa (Entrevista concedida ao autor por um ex-engenheiro, 74 anos, em 29/03/20).

Todavia, além da consequência da abertura de estradas, outros fatores, corroborados por Anderson (1991), Hiraóka (1993), Machado (2008), e Garcia e Lobato (2011) também concorreram para o declínio dos antigos engenhos de Abaetetuba e região tais como:

1. O problema da mão-de-obra que, dadas as condições de informalidade, trouxe sérias consequências para empregados e patrões, sobretudo para estes últimos que, tendo que dividir parte do capital acumulado com seus trabalhadores, começaram a afundar em dívidas chegando inclusive a entregar seus próprios engenhos à terceiros como forma de pagamento de suas dívidas;
2. A falta de investimentos na indústria, que não possibilitou a reposição das máquinas obsoletas, o que se refletiu em um atraso tecnológico que impossibilitou que a cachaça abaetetubense pudesse competir, em preço, com as bebidas destiladas oriundas de outros Estados do Brasil.
3. A melhoria de serviços públicos oferecidos na cidade assim como a implementação de instituições de ensino superior que permitiram estabelecer consideráveis diferenças

entre a vida na cidade e no interior, o que contribuiu para que muitos engenheiros mudassem para a cidade onde seus filhos pudessem se formar profissionalmente e atuar em outros ramos de negócios, já que o trabalho nos engenhos não era visto como promissor como nos bons tempos.

4. A falta de assistência dos órgãos de governo aos produtores de cana e proprietários de engenhos do município de Abaetetuba e Igarapé-Miri, fato que dificultou qualquer tomada de iniciativa por parte de muitos engenheiros que foram obrigados a abandonar o ramo.

Não é propósito aqui aprofundar o debate sobre estes fatores, tarefa já empreendida em pesquisa anterior (FERREIRA, 2014), apenas frisar que a associação destes fatores foi determinante para o declínio desta atividade na região tocantina e especialmente em Abaetetuba onde existiram mais de 50 unidades de engenhos.

Somados a estes fatores, a instalação de dois empreendimentos ligados aos chamados grandes projetos na Amazônia (a Hidroelétrica de Tucuruí e a Albrás Alunorte na cidade vizinha de Barcarena) também contribuíram a desestruturação dos engenhos. É o que defende Tourinho (1991) quando assinala, por exemplo, que a instalação do complexo industrial em Barcarena na década de 1980 intensificou o processo de expansão urbana em cidades como Abaetetuba, Barcarena, Igarapé-Miri. A partir de então houve relativos processos de melhoramento nos serviços de telefonia, luz elétrica, saneamento, saúde pública, dentre outros, nestas cidades, fato que permitiu estabelecer consideráveis diferenças entre a vida na cidade e no interior contribuindo, assim, para que muitos engenheiros passassem a desenvolver negócios na cidade já que a economia do engenho se encontrava em franco processo de declínio.

Assim, os engenhos de aguardente, que deram o nome à “*Terra da Cachaça*” (Abaetetuba) foram gradativamente sendo prenunciados à ruína total. Em pesquisa sobre os engenhos remanescentes das ilhas de Abaetetuba realizada no final da década de 1980, Pacheco (1988), diante das circunstâncias da época, parece não ter dúvida da realidade que estava por vir ao descrever as seguintes palavras:

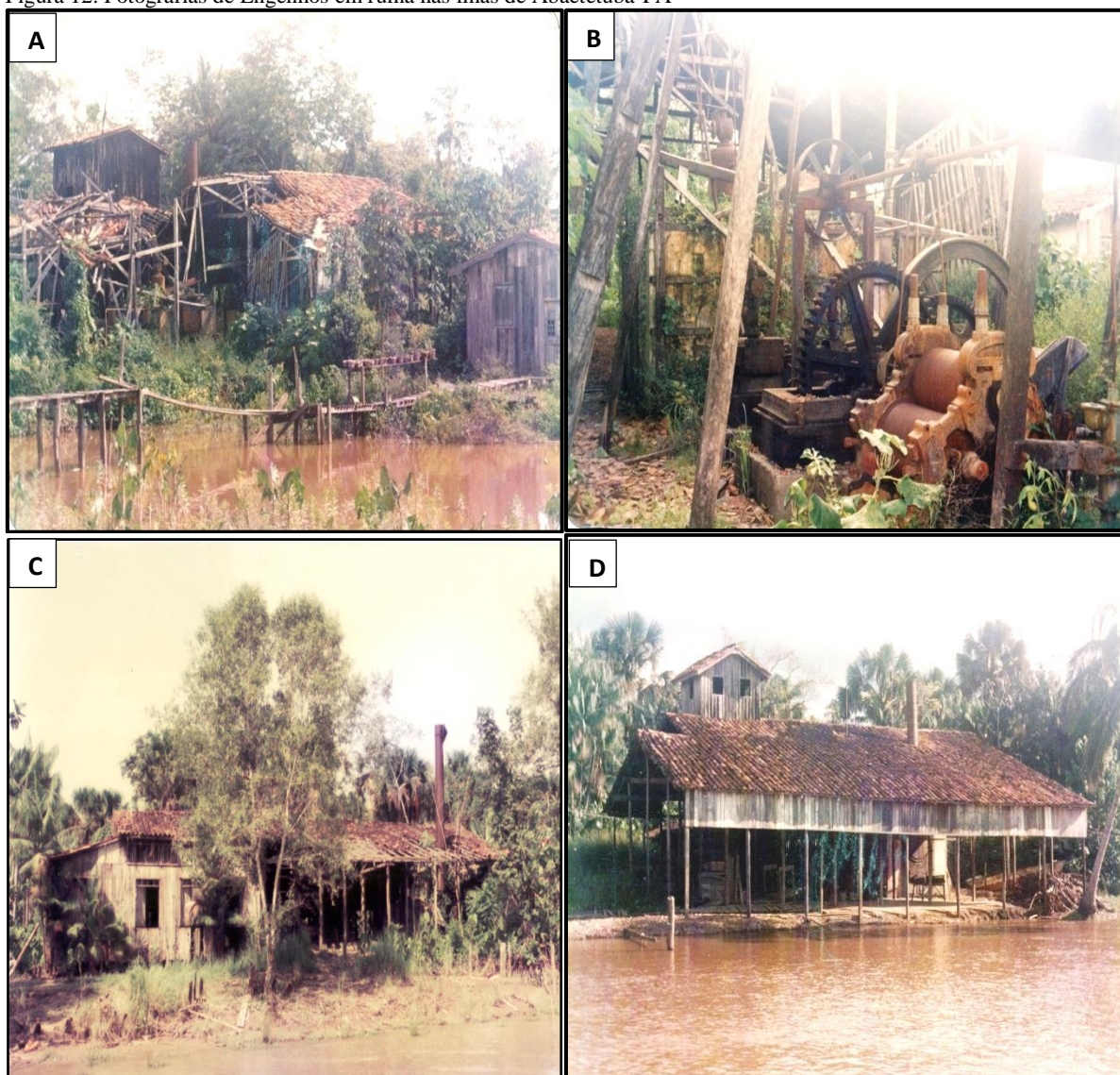
[...] a situação real dos engenhos que ainda persiste é desesperadora e, a minguada produção de aguardente que chega à cidade para ser comercializada, deixa uma certeza incontestável em qualquer pesquisador: está próxima a extinção dos engenhos e, conseqüentemente, da aguardente de cana fabricada no município de Abaetetuba (PACHECO, 1988, p. 9).

Os engenhos de que esta pesquisadora se referia naquele período logo foram fadados ao declínio. No ano da pesquisa (1988), a autora Pacheco contabiliza em funcionamento apenas 8, dos 53 engenhos outrora existentes no município, porém, em circunstância adversas,

estes logo foram completamente abandonados, um sinal que a decadência dos engenhos já era fato consumado naquele contexto.

Navegando pelos rios em direção às ilhas de Abaetetuba ainda hoje é possível visualizar algumas instalações de antigos engenhos que sucumbem ao tempo deixando apenas lembrança para aqueles que um dia tiveram suas histórias de vida marcadas pelo funcionamento destes. É o caso dos engenhos São Jerônimo, São Luís e o engenho Pacheco que fizeram parte do período áureo da economia aguardente na região.

Figura 12. Fotografias de Engenhos em ruína nas ilhas de Abaetetuba-PA



Fonte: Clube de Ciências/Arquivo pessoal do Padre Adolfo Zon

As fotografias “A” e “B” dizem são do antigo engenho denominado “São Gerônimo” que funcionou no rio Panacuera e teve seu auge aproximadamente entre as décadas de 1940-1970. Segundo estudos de Garcia e Lobato (2011), o proprietário deste engenho, seu Noé Guimaraes Rodrigues, investiu no engenho e adquiriu, na década de 1940, maquinários e

caldeiras que vieram de Pernambuco. Os mesmos autores destacam ainda que o Senhor Noé chegou a recrutar cerca de cinquenta famílias oriundas do Nordeste que haviam se estabelecido em Belém durante a segunda leva de nordestinos vindo para Amazônia. Com a chegada destes trabalhadores fortaleceu os negócios do engenho além que só viria a entrar em decadência a partir principalmente de meados da década de 1970.

A fotografia “C” é do engenho São Luís o qual, segundo nossas pesquisas de campo, remonta suas raízes à década de 1920. Segundo Garcia e Lobato (2011), na década de 1940 o então proprietário, senhor Delmiro, construiu um grande galpão visando fortalecer os negócios do engenho que passou a ser denominado São Luís. Com o falecimento do senhor Delmiro, seu filho, Luís Oliveira Nobre, atendendo a vontade de seu pai deu prosseguimento aos negócios do engenho passando a produzir a cachaça Nobre. Com falecimento deste último proprietário em 1974, e em meio à crise que atravessada a economia dos engenhos na região, o engenho foi gradativamente abandonado sendo seus maquinários entregues aos empregados como forma de pagamento da dívida trabalhista.

Até por volta do ano de 2013 funcionou um único engenho remanescente do período áureo no município de Abaetetuba denominado “Engenho Pacheco” (fotografia “D”) de propriedade do Senhor Jurandir Corrêa Pacheco, situado à margem direita do rio “Furo Grande”, a uma distância aproximada 50 minutos de barco da sede municipal, a cidade de Abaetetuba. Segundo estudos de Garcia e Lobato (2011), este engenho foi montado em com maquinário oriundo da Holanda sendo inicialmente denominado de “Empresa União”. Devido sua importância para a história do município, o engenho Pacheco, que chegou a produzir cerca de 40.000 litros por semana entre as décadas de 1960-70 (GARCIA; LOBATO, 2011) foi tombado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará, em Fevereiro de 2010, como Patrimônio Histórico do Estado (ver certidão de tombamento em anexo). Todavia, conforme relatos do último proprietário, os recursos destinados à revitalização deste engenho não foram revestidos ao propósito a que foram destinados. Dessa forma este também deixou de operar devido a uma série de desestímulos, encerrando, assim, não apenas um ciclo econômico, mas, igualmente, uma importante e emblemática fase do processo de produção do espaço ribeirinhos na chamada “Terra da Cachaça” (Abaetetuba).

Diante do contexto de declínio, a partir da década de 1980 muitos engenheiros entregaram suas terras e até seus engenhos aos ex-empregados como forma de pagamento de suas dívidas de anos de trabalho informal. Em muitos casos, engenhos inteiros foram tomados pela Justiça do trabalho para pagamento destas dívidas trabalhistas, e permaneceram parados, em processo de deterioração, por não acharem compradores interessados em reativá-los.

Em meio ao conjunto de acontecimentos que viriam a contribuir para a desestruturação dos engenhos na região (como aqueles que se ligam ao processo de reestruturação capitalista na Amazônia, citados nas linhas anteriores) tem-se novamente o reordenamento do processo de produção do espaço ribeirinho, porém agora sob novas conjunturas espaciais atreladas ao processo de reestruturação econômico territorial na região.

Como o setor agrícola foi atingido diretamente, a partir da década de 1980 famílias inteiras ficaram sem trabalho. Sem alternativa muitas destas famílias, que tinham no engenho o único meio de garantia da sobrevivência, deixaram suas casas nas ilhas e mudaram-se para a cidade em busca de melhores condições de vida. A tabela 5 mostra alguns números relativos à dinâmica populacional no município em estudo e que podem estar associados a esse processo.

Tabela 5. População do município de Abaetetuba entre as décadas de 1970-2000

Ano	1970	1980	1990	2000
Pop. Rural	37.735	40.793	43.600	48.309
Pop. Urbana	19.785	33.748	56.389	70.843
Total	57.520	74.541	99.989	119.152

Fonte: IBGE (1970 a 2000).

É possível notar na tabela 5 que até a década de 1980 a maioria da população do município de Abaetetuba estava concentrada na área rural, que compreende as ilhas e as chamadas “colônias” do município. Já a partir dos anos de 1980-90, justamente no momento em que a decadência dos engenhos já era fato consumado, coincidência ou não, a população urbana cresce em taxas superiores à população rural, o que sugere que este crescimento pode estar relacionado com o declínio do engenho.

Conforme apontam os estudos de Pacheco (1988), Anderson (1991), Machado (2008) Garcia & Lobato (2011), a saída de pessoas das ilhas para cidade favoreceu o processo de expansão urbana e surgimento de novos bairros na cidade de Abaetetuba (como os bairros de São João, São José, Francilândia, Algodual, dentre outros) provocando o surgimento de inúmeros problemas socioambientais urbanos que se agravarão com a chegada, na década de 1980, do projeto Albrás-Alunorte na cidade vizinha de Barcarena que afetaria sobremaneira a dinâmica urbana local, conforme analisou Tourinho (1991).

Para aqueles que permaneceram nas ilhas as dificuldades encontradas foram intensas. Geraldo Santos, ex-empregado de alambique, em entrevista ao jornal “O Liberal” em 1992 se reporta aos efeitos da crise da indústria de aguardente sobre a população ribeirinha relatando as seguintes palavras:

[...] a época ficou marcada na memória de todos os moradores do município como um momento de grande fome: O desespero foi tão grande que centenas de famílias saíam em pequenas canoas pedindo esmola ao longo dos rios. Muitas crianças morreram de inanição [...]. As coisas que a gente via na beira do rio eram de fazer qualquer um chorar (JORNAL “O LIBERAL”, 19 JULHO de 1992).

Assim, a exemplo do período de expansão dos engenhos, reordena-se novamente a dinâmica de uso da terra de tendo como consequência imediata o aumento da pressão sobre os estoques de recursos naturais através de atividades tais como a caça, a pesca, extrativismo vegetal dentre outras, pois na medida em que a cana-de-açúcar perdeu importância econômica frente ao declínio dos engenhos, foi preciso buscar novas alternativas de sobrevivência. Nesse contexto uma das alternativas imediata encontrada por parte das populações ribeirinhas da região foi retirada de açazais para extração do palmito, conforme analisam Mourão (2004) e Marinho (2005). Segundo Marinho (2005), a chegada das indústrias de palmito na região altera sensivelmente a dinâmica produtiva que tinha no fruto a principal base de consumo.

(...) em lugar do manejo tradicional, o extrativismo do palmito passa a ser orientado, exclusivamente, por determinações econômicas, o que ensejou um intenso processo de devastação dos açazais, visto que a finalidade da prática extratora era abater o máximo de palmeiras possível, para abastecer as fábricas de conserva de palmito (MARINHO, 2005, p. 31).

Diante dessa realidade logo se instala uma grave crise socioeconômica e ecológica que passou a se manifestar em diversos municípios situados na área estuarina, onde tais indústrias atuavam livremente, como no município de Abaetetuba. Os efeitos da devastação dos açazais, destaca Mourão (2004), refletiam-se na redução da oferta dos frutos, na elevação do preço do suco do açaí e na alteração dos ecossistemas varzeiros.

Nota-se que nesse contexto, o setor oleiro, que se desenvolvia paralelo à economia de aguardente, ganhou relevância na geração de renda entre a população ribeirinha. Em análise sobre este setor no município Lira (et. al, 1998) ressaltam que esta atividade já vinha se sobressaindo desde o início da década de 60, alcançando, entre 1967-69, o segundo lugar na produção industrial do município, com aproximadamente 400 fábricas de artefatos de barro, principalmente telhas e tijolos usados na construção civil. Assim, ao longo do tempo as olarias foram substituindo a decadente indústria da cachaça, absorvendo parte de sua mão-de-obra e tornando-se um dos pilares de sustentação da economia local. “Nos mesmos moldes e na mesma área de atuação da agroindústria da cana-de-açúcar, intensificaram-se as olarias na região das ilhas de Abaetetuba, às margens dos rios que entrecortam o Município” (LIRA, 1998, p. 9).

Num primeiro momento após o declínio dos engenhos, acentuou-se a ameaça ao estoque de frutos de açaí (*Euterpe oleácea*) pela extração desenfreada do palmito. Tal processo já vinha ocorrendo desde a década de 1970 com a instalação na região de pequenas fábricas de beneficiamento do palmito vindas do Sul e Sudeste do Brasil (MOURÃO, 2004) que visavam, sobretudo, as áreas de maior concentração de palmito da Amazônia tocantina, como os municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri. A diminuição da extração predatória do palmito só iria diminuir a partir da década de 1990, com a entrada das indústrias exportadoras de polpa e suco de açaí no mercado regional e o aumento da demanda do fruto, associada ao próprio crescimento populacional nos grandes centros urbanos, principalmente Belém, que contribuíram significativamente para um redirecionamento do produto visando abastecer o mercado de frutos (ENRÍQUEZ; SILVA; CABRAL, 2003).

Porém, cabe frisar que o impacto nos padrões econômicos dos ribeirinhos das ilhas provocado pelo declínio da lavoura de cana no município não foi recompensado à curto prazo, visto que o agroextrativismo do açaí passará a representar uma alternativa economicamente viável a partir do final da década de 1990, quando o mercado regional de fruto cresce aumentando assim a demanda do produto na região.

As novas dinâmicas de uso da terra emergentes a partir do declínio dos engenhos e principalmente a partir dos anos 2000 passaram a acompanhar, de algum modo, as tendências mais recentes de uso dos recursos na região. Neste momento, em contraste ao que aconteceu em décadas anteriores (quando a ênfase foi dada à conversão de florestas primárias em secundárias em canaviais), tem-se a emergência de um processo de valorização das agroflorestas de açaí que passaram a dominar os terrenos de várzea das ilhas de Abaetetuba. A partir de então, conjugando a necessidade de recuperar os estoques de alimento com a abertura do mercado do fruto, houve um processo de expansão das áreas produtoras de açaí a partir da transformação dos antigos canaviais, ou seja, dos antigos roçados de cana-de-açúcar, em extensas áreas de açazais. Não apenas em Abaetetuba como em outros municípios da região tocantina agroextrativismo do açaí assume destaque como uma das principais formas de uso dos recursos naturais capaz de gerar renda às famílias ribeirinhas da região, tal como apontam os estudos de Nogueira (1995), Enríquez; Cabral (2003). Grossmann et. al (2004), Marinho (2005), Sobrinho (2005), Homma (2006).

Na tentativa de sintetizar os aspectos debatidos neste capítulo, propomos um quadro sintético (quadro 5) que visa dar ênfase a conjuntura de mudanças atreladas ao processo de produção do espaço no contexto de desenvolvimento dos engenhos de aguardente.

Quadro 5 – Mudanças atreladas ao desenvolvimento dos engenhos de aguardente nas ilhas de Abaetetuba-PA

Antes do período de expansão dos engenhos	Durante o período de expansão dos engenhos (meados do século XIX à segunda metade do século XX)	Depois do declínio dos engenhos (pós década de 1970-80)
ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIAL		
<ul style="list-style-type: none"> • Processos incipientes de estabelecimento das lavouras de cana-de-açúcar; • Relativa importância dada às formas de uso da terra votadas ao atendimento das demandas de sobrevivência ribeirinha; • Uso comum dos recursos naturais; • Relativa autonomia em relação à escolha dos meios de sobrevivência; • Relativa abundância dos recursos naturais; • Diversificação das atividades produtivas na várzea; • Incipiência de mercados específicos para produtos de originalidade ribeirinha; <p>Prevalência de um “meio geográfico pré-técnico, cujos saberes e fazeres se materializavam em instrumentos de trabalho, extensão do corpo do homem ou do animal.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da diversidade biológica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de novos processos de formação territorial partir da intensificação da dinâmica de povoamento ao entorno das ilhas e várzeas da região face ao desenvolvimento dos engenhos; • Complexificação da diversidade étnico-cultural da população ribeirinha a partir da chegada de outros grupos étnicos, de maneira especial do negro descendente de escravos; • Fortalecimento de relações de uso privado da terra e seus recursos de modo a atender as demandas econômicas dos “barões” dos engenhos. • Intensificação do processo de mercantilização da terra e de seus recursos; • Relações de uso da terra intermediadas pela figura de um “patrão”: o dono do engenho. • Consolidação de conjunturas agrárias capitalistas favorecidas, dentre outros, pela generalização do comércio de terras destinada ao desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar e atividades afins ao engenho; • Disparidades econômicas e sociais entre produtores ribeirinhos e proprietários de engenhos; • Estabelecimento de relações mercantilistas baseadas no sistema de aviamento <p>Emergência de novas conjunturas de relações sociais estruturadas em torno da chamada sociedade aguardenteira;</p> <p>Alargamento do contexto espacial viabilizado pela expansão no comércio da aguardente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reordenamento das práticas de uso dos recursos naturais; • Reordenamento das relações sociais baseadas na economia dos engenhos; • Pressão sobre os estoques de recursos naturais; • Intensificação dos processos de desequilíbrio ambiental do sistema de várzea local; • Intensificação dos processos de êxodo rural (das ilhas para as cidades próximas, como Abaetetuba e Igarapé-Miri); • Elevado crescimento dos processos de vulnerabilidade social; • Enfrentamento dos problemas socioambientais urbanos; • Desestruturação de antigas relações de trabalho entre proprietários de engenhos e trabalhadores ribeirinhos; • Envolvimento com outros setores da economia ribeirinha; • Exploração predatória dos recursos naturais (como o palmito e o peixe, madeira); • Reordenamento de atividades econômicas vinculadas ao engenho, com destaque para o setor oleiro cerâmico (olarias).
ASPECTO DA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL		
<ul style="list-style-type: none"> • Domínio de floresta primárias e secundárias; • Variedade de espécies vegetais típicas do sistema estuarino local; • Paisagens pouco alteradas com desenvolvimento de roçados voltados a produção em pequena escala; • Sistema de transporte voltado essencialmente ao atendimento da demanda ribeirinha com predominância de pequenas canoas movidas à remo e à vela; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção de novos objetos técnicos ao meio geográfico ribeirinho; • Reconfiguração da paisagem ribeirinha a partir da conversão de florestas primárias e secundárias em áreas de canaviais; • Multiplicação do número de engenhos às margens dos rios; • Ampliação das redes de transporte através da utilização de batelões de carga, regatões movidos à vela e navios a vapor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio dos engenhos emergência de rugosidades espaciais; • Reconfiguração paisagística a partir da conversão das áreas de canaviais em áreas de açazais; • Abandono de objetos técnicos representativos do período dos engenhos (exemplo dos maquinários movidos através de energia a vapor) face as novas conjunturas de produção do espaço; • Desintegração do sistema de transporte atrelados aos engenhos, notadamente os regatões e os batelões; • Abertura de estradas e emergência de novas formas de alargamento do contexto espacial;

Fonte: elaborado e organizado pelo autor

As questões apresentadas no quadro 5 e debatidas no decorrer deste capítulo levam-nos a refletir sobre as múltiplas determinações espaciais que concorreram para o processo de produção do espaço ribeirinho no período dos engenhos de aguardente. As tramas de relações

sociais inerentes a esse processo dão conta de quanto o espaço-natureza se reveste de caráter político demarcando o complexo processo de entrelaçamento entre a ordem próxima e a ordem distante.

Através da análise tecida neste capítulo podemos perceber que o espaço sai da prática no modo de produção e reage sobre ela: espaço dos engenhos, dos meios de locomoção, mas também da economia mercantil articulada ao capitalismo mundial, das redes múltiplas que se ligam, dos fluxos de produtos, de capitais, de ganhos, das atividades diversas que dominaram e exploraram o espaço assim produzido. Assim poderíamos dizer em consonância com o autor supracitado que o período do engenho representa um importante exemplo de como o espaço é ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço.

Como vimos o engenho representou mais que uma atividade econômica, traduzindo um momento importante do processo de produção do espaço ribeirinho, sobretudo a partir do final do século XIX até por volta de 1970 quando os barões dos engenhos tinham nestes um meio primordial de garantia de interesses econômicos e sociais, como aconteceu nas ilhas de Abaetetuba.

Ao final deste capítulo frisamos que as questões relativas ao uso da terra no contexto dos engenhos constituem apenas mais um capítulo do processo de produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba que, a propósito de sua complexidade empírica, envolve múltiplas dimensões do cotidiano vivenciado pelos sujeitos locais, a exemplo da trajetória de luta política acionadas pelos moradores das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) em torno das questões que envolvem o direito de uso das ilhas e várzeas para atendimento de suas demandas, aspecto que será debatido no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

5. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RIBEIRINHO

Este capítulo visa analisar aspectos da organização política acionadas pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba buscando compreender suas correlações com o processo de produção do espaço. Vislumbramos dar ênfase neste momento da tese às trajetórias de lutas sociais que se atrelam à dinâmica de uso da terra, de maneira especial aquelas que permeiam o processo regularização fundiária das ilhas e várzeas da região assim como as disputas territoriais que traduzem os múltiplos usos do território em âmbito local; questões estas que caracterizam importantes aspectos do processo contemporâneo de produção do espaço ribeirinho na região, de maneira especial nas ilhas de Abaetetuba.

Para melhor compreensão dos propósitos estabelecidos neste capítulo, a análise aqui suscitada tem como ponto de partida a organização política compreendidas em âmbito das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), posto que é a partir da organização social e territorial em torno destas comunidades que se desdobram as estratégias de organização política as quais buscamos dar visibilidade no delineamento deste momento da tese.

A ênfase dada às CEBs justifica-se, dentre outros, pela representatividade que estas assumem no contexto de ordenamento das relações sociais de produção do espaço em âmbito da área de pesquisa. Importa destacar neste aspecto que a organização territorial em torno das CEBs existentes nas ilhas de Abaetetuba (que passaram a ser criadas a partir da década de 1960-70 através do trabalho dos padres e missionários ligados à da Diocese de Abaetetuba, fundada em 1962), constitui marco fundamental da organização política ribeirinha não apenas em Abaetetuba, mas também em outros municípios da região tocantina, como em Igarapé-Miri, Cameté e Barcarena. A partir da criação da Paróquia das ilhas, em 1987, a organização política ribeirinha assumiu novos contornos. Isso porque os trabalhos pastorais e sociais desenvolvidos sob a coordenação da Paróquia das ilhas contribuiu para criação e/ou fortalecimento de diversos movimentos sociais que a partir de então passaram a somar forças no sentido de defender as demandas sociais ribeirinhas na região. Dentre estes movimentos destaca-se a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT Guajarina), que desenvolve junto às comunidades locais desde a década de 1990; da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), instituída legalmente em 1986; do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STRA); da Colônia dos Pescadores (Z-14); do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA), criado em 2006; do Movimento dos

Ribeirinhos dos Projetos Assentamentos das ilhas de Abaetetuba (MORIPA); da CARITAS⁶ da Diocese de Abaetetuba, dentre outros. Foi através das articulações de lideranças ribeirinhas ligadas a esses movimentos que se fortaleceu a trajetória de lutas sociais em torno do processo de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região que tem como marco importante a implantação dos primeiros Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs), em 2004, tendo o pioneirismo do município de Abaetetuba, aspecto que desdobrado no decorrer deste capítulo.

Partimos do princípio de que a organização política constitui variável empírica fundamental que ajuda a refletir sobre a complexidade que permeiam a atual conjuntura de relações sociais de produção do espaço ribeirinho na região, notadamente nas ilhas de Abaetetuba. Entendemos por organização política as formas de mobilizações e lutas coletivas desenvolvidas pelos moradores das comunidades locais como mecanismo de fortalecimento de suas territorialidades e como forma de enfrentamento às ordenações pela lógica capitalista impontada na região, como aquelas que se atrelam ao processo de expansão da fronteira econômica, a exemplo da implantação dos grandes empreendimentos portuários que buscam inserir as ilhas de Abaetetuba, particularmente as ilhas Xingu e Capim, na logística de transporte do agronegócio de grãos na região, aspectos este que constituirá parte importante das discussões aqui empreendidas.

Nesse intento, estruturamos o presente capítulo em três eixos de análise. No primeiro descrevemos aspectos gerais sobre o processo de formação e fortalecimento das CEBs no contexto das áreas ribeirinhas da Amazônia Tocantina, de modo especial nas ilhas de Abaetetuba, buscando estabelecer correlações com a produção do espaço ribeirinho. Neste momento vislumbramos considerar, dentre outros, o papel exercido pelos padres e missionários xaverianos (chegaram à região a partir principalmente de meados da década de 1960), na criação das CEBs assim como no fortalecimento do processo de organização política em âmbito das ilhas de Abaetetuba.

No segundo eixo do capítulo adentramos ao debate que permeia a organização política ribeirinha em torno do direito de uso da terra tendo em vista a organização territorial em âmbito das CEBs suas relações com a produção do espaço. Neste momento o foco será a análise das lutas sociais em torno do processo de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região, em especial das ilhas de Abaetetuba, que contribuiram para a implantação dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) e do Termo de Autorização de Uso

⁶ CÁRITAS é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em vários países do mundo com Sede em Roma. Em dezembro de 1951 ocorreu a primeira Assembleia Geral constitutiva da Caritas Internacional que passou a atuar em defesa dos direitos humanos principalmente junto aos grupos sociais subalternizados mantendo parceria com instituições públicas e movimentos sociais. No Norte do Brasil a CARITAS é representada pela Sede “Norte II” que cobre os Estados do Pará e Amapá.

Sustentável (TAUS) implantados nas ilhas do Pará e que teve o pioneirismo do município de Abaetetuba.

No terceiro e último eixo do capítulo analisamos, em continuidade, mais um aspecto da dinâmica de uso da terra nas ilhas de Abaetetuba que diz respeito às disputas territoriais que emergem frente às novas formas de apossamento das áreas ribeirinhas pelo grande capital. Desta vez a análise tem como pano de fundo as estratégias ribeirinhas de enfrentamento aos “novos” “Grandes Projetos” pensados para a região, onde as ilhas de Abaetetuba encontram-se incluída. Neste momento a análise terá como lócus empírico mais específico duas ilhas do município de Abaetetuba (as ilhas do Xingu e Capim) onde se efetivam as disputas territoriais envolvendo as tentativas de apossamentos de uma área situada ao entorno destas ilhas pela multinacional Cargill.

Em consonância com as prerrogativas norteadoras da tese a construção deste capítulo tem como desafio reencontrar o espaço ribeirinho no tempo presente inserindo-o em uma conjuntura espacial mais esclarecida, ou seja, ressignificada em relação aos aspectos analisados nos capítulos anteriores. A luz dos horizontes abertos pela perspectiva dialética suscitada em Lefebvre (2006), este momento da tese vislumbra levar em conta a multidimensionalidade do espaço ribeirinho, pois se o espaço (social) representa o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade e da coexistência de padrões e modos de viver (LEFEBVRE, 2006, MASSEY, 2008).

5.1 As Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) das ilhas de Abaetetuba

Tal como analisamos no primeiro capítulo da tese, ao viajar pelos rios das ilhas de Abaetetuba e área circunvizinha é possível contemplar um labirinto de águas e florestas que integram a configuração paisagística. Em meio a esta configuração destaca-se a existência de objetos geográficos representativos da vivência ribeirinha dentre os quais destacamos as igrejas ou capelas de santos padroeiros que se encontram presentes em quase dos os rios das ilhas de Abaetetuba. A existência destas igrejas sinaliza para uma importante forma de organização territorial ordenada em torno das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nas ilhas de Abaetetuba existem aproximadamente 62 CEBs (mapa 4, capítulo 1) que, assim como em outras áreas ribeirinhas da Amazônia, demarcam a representatividade do catolicismo como expressão dos costumes e tradições culturais que atravessam gerações mostrando-se vivos e resilientes na contemporaneidade.

Cabe lembrar, conforme analisamos no capítulo II, que a difusão do catolicismo na região representou um mecanismo de controle territorial usado pelos colonizadores para estabelecer domínio sobre as populações pré-existentes durante o processo de colonização portuguesa da região. Considera-se que a atuação dos padres e missionários que integravam as diferentes ordens religiosas (carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas) que atuaram na região até por volta de meados do século XVIII representa um marco importante no delineamento das bases históricas de produção do espaço ribeirinho na região, a exemplo das ilhas de Abaetetuba. A difusão (ou imposição) dos costumes católicos ibéricos e mais tarde a criação das chamadas Irmandades de Santos (após a expulsão dos padres e missionários pela Coroa Portuguesa, século XVIII) constituem aspectos que estão na base do processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, e de maneira particular nas ilhas de Abaetetuba.

Pereira (2014) ressalta que a expulsão dos jesuítas e a desestruturação do território missionário promoveu a ausência institucional da Igreja no interior da Amazônia, abrindo uma brecha para a emergência de um catolicismo popular, a partir das experiências dos aldeamentos. Este catolicismo foi disseminado nas comunidades ribeirinhas na Amazônia, e em particular na Amazônia tocantina, dentre outros, através das “festas de santo” e atuação das “Irmandades” (MAUÉS, 1995, 2005; SOUSA, 2002; HARRIS, 2006).

Em outras palavras significa dizer que mesmo após a expulsão dos jesuítas o catolicismo continuou sendo difundido nas áreas ribeirinhas da região, embora tenha sido incorporado aos costumes impostos inicialmente pelos missionários novas formas de manifestações da religiosidade católica que culminaram na constituição do chamado catolicismo de base popular, a exemplo das chamadas *Irmandades de Santos* cujas origens remetem ao final do século XVIII na Amazônia. Recorremos novamente às colocações de Pereira (2014) quando assinala que a constituição das *Irmandades*, expressa a criação de uma “nova religião” que emergiu como parte de um novo *regime de sociabilidade* implicando, de acordo com o mesmo autor, “na criação de uma *nova territorialidade*: a ribeirinha, diferente da territorialidade dos colonos, do Estado colonial português, dos indígenas, dos missionários e dos quilombos de terra-firme” (PEREIRA 2014, p. 72).

A partir das breves considerações feitas anteriormente buscamos chamar a atenção para o fato de que, embora o estabelecimento do catolicismo de base popular, nos termos referidos por Pereira (2014), tenha sido incorporado aos costumes e às tradições culturais ribeirinhas desde os tempos mais remotos, até por volta da década de 1960 ainda não existiam as CEBs no sentido como são concebidas hoje, ou seja, como organização social, política e religiosa que se fundamenta nos valores bíblicos e se estruturada em torno de uma igreja ou

capela onde as pessoas que habitam uma determinada localidade se reúnem para rezar e debater seus problemas comuns. Na Amazônia tocantina, e particularmente nas ilhas de Abaetetuba, as CEBs também surgiram somente a partir do final da década de 1960, quando seguimentos da igreja católica ligados à Diocese de Abaetetuba, inspirados nos princípios da teologia da libertação, passaram a incentivar um novo sistema de organização eclesial nestas áreas que buscou substituir sistematicamente as antigas *Irmandades* por Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tal como frisou Pereira (2014). Neste contexto, em meio aos processos de mudanças e permanências, as CEBs mantiveram os festejos de santos enquanto elemento de destaque herdado das tradições ligadas às *Irmandades* e ainda hoje representativo dos costumes católicos em âmbito das comunidades locais, como nas ilhas de Abaetetuba.

Sobre isso é importante frisar a emergência das CEBs na região tocantina insere-se num contexto mais amplo de atuação da Igreja Católica na Amazônia a partir principalmente de meados do século XX. Apesar dos estudos de Leonardo Boff (1986), Steil (1997), Souza (2000), Boff & Boff (2001), Martins (2004), Costa; Zangelmi; Schiavo (2010) dentre outros, as CEBs existentes no Brasil, como as que existem nas ilhas de Abaetetuba, tem como bases fundamentais o Concílio Vaticano II (1962-65), a Conferência Episcopal de Medellín (1968) e a Conferência de Puebla (1979) que caracterizaram acontecimentos norteadores das novas formas de eclesialidade difundidas pela igreja católica a partir da segunda metade do século XX. Medellín preencheu o imaginário eclesial com a temática da libertação e Puebla com a evangélica opção preferencial pelos pobres.

Os ecos dos encontros de Medellín e Puebla, onde a Igreja latino-americana teria consolidado sua “opção preferencial pelos pobres”, a partir de uma teologia comprometida com a luta contra a desigualdade social, fomentou um novo modelo de catolicismo voltado às questões sociais que teve como fundamento o método que ficou conhecido como “Ver, Julgar e Agir”, o qual serviu de horizonte junto às Comunidades Eclesiais de Base nas áreas ribeirinhas da Amazônia.

Foi a partir do processo de reestruturação da igreja católica em âmbito da Amazônia tocantina que foi criada pelo Papa João XXIII a “Prelazia de Abaeté do Tocantins” (atual Diocese de Abaetetuba) em 25 de Novembro de 1961. A área da nova Prelazia foi desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará sendo formada inicialmente pelos municípios de Abaeté, Acará, Barcarena, Bujaru, Moju e Tomé-Açu, passando a ter como sede o Município de Abaetetuba.

De acordo com estudos de Bahia e Costa (2010), em 17 de Dezembro de 1962 o Papa João XXIII nomeou Dom João Gazza como o 1º Bispo desta Prelazia. Dom João Gazza

chegou a Belém no dia 26 de dezembro de 1962 e no dia 3 de fevereiro de 1963 foi empossado novo Bispo Prelado. Com a criação da Prelazia a presença da igreja católica passou a ser mais efetiva na região tocantina, especialmente no município de Abaetetuba, o que impulsionou criação das primeiras CEBs as quais foram aos poucos sendo fortalecidas.

Por volta de meados da década de 1960 fora designado pela Prelazia o Padre Valeriano Ruaro para atuar no fortalecimento dos trabalhos pastorais em âmbito das ilhas de Abaetetuba. De acordo com estudos de Ferreira (2019), Valeriano integrou o 2º grupo de padres xaverianos a chegar a Abaetetuba nos anos de 1960, o qual veio acompanhado dos Padres Augusto Cardin, Vicente Mitidieri e Padre Dante Mainin. Padre Valeriano começa então a percorrer as comunidades locais e a estabelecer contatos com os ribeirinhos da região num compromisso pioneiro de organizar as CEBs nas ilhas, o que o levou por dias e semanas a viajar pela região ao encontro das famílias ribeirinhas, sobretudo onde já existiam as antigas *Irmandades*. De acordo com estudos de Costa e Bahia (2010), este administrava o seu tempo entre uma localidade e outra no intuito de convencer homens e mulheres a participarem de cursos de formação catequética para ministrar os cultos dominicais, formação de círculos de estudos bíblicos e as aulas catequese para as crianças e adolescentes.

É preciso notar que embora o papel destes missionários tenha sido fundamental no ordenamento dos trabalhos pastorais em torno das CEBs, sobretudo a partir de meados da década de 1970, prevaleceu também o espírito social e religioso que já existia no contexto das *Irmandades*. Ou seja, não se deve esquecer os princípios da vida social e da religiosidade e popular difundida pelos leigos antes da chegada dos padres xaverianos também foram fundamentais para constituição das CEBs na região, a exemplo das ilhas de Abaetetuba.

No ano de 1970 acontece na cidade de Abaetetuba a 1ª Semana Pastoral da Prelazia de Abaete com a presença de todas as Paróquias que faziam parte de sua área de jurisdição. O tema central foi: “A Palavra de Deus e as Comunidades.” Naquele período já haviam sido formados vários núcleos de organização religiosa nas comunidades locais que a partir daí passam a ser chamados de “Comunidades”, em referência à organização em CEBs (COSTA; BAHIA, 2010).

No final dos anos de 1972, Pe. Valeriano, o primeiro missionário xaveriano a desenvolver trabalhos nas ilhas sob a atuação da antiga Prelazia de Abaeté, deixa a direção das comunidades das ilhas, por determinação da mesma Prelazia. A partir de então o trabalho junto às CEBs é sucedido por diversos outros missionários Xaverianos, como o Pe. Ângelo Pansa, Pe. Sebastião Tiraboschi, Pe. Antônio Antunes de Castro, Pe. José Borghesi, Pe.

Adolfo Zon Pereira e o Pe. Jaime Clark, que foi último padre xaveriano a atuar junto às comunidades das ilhas no ano de 2004.

Destaca-se nesse contexto a atuação do Pe. José Borghesi, um dos principais líderes que atuou nos trabalhos religiosos e sociais junto às comunidades das ilhas de Abaetetuba antes mesmo da criação da Paróquia das Ilhas em 1987. Em entrevista concedida a Bahia e Maia (2010), Padre José relata as seguintes palavras quando questionado sobre seu trabalho nas ilhas.

Quando eu cheguei em Abaetetuba para trabalhar na Prelazia, me foi proposto por Dom Ângelo, que eu ficasse como responsável pelo trabalho pastoral das Comunidades das Ilhas, pois, Padre Antônio, que estava a frente dessa atividade estava se ausentando (...) Depois de ter conversado bastante com as lideranças das Comunidades e feito algumas visitas de reconhecimento da área por onde eu teria de atuar, chegava a hora de partir para o trabalho. Comecei por fazer um calendário de visita que me desse tempo para que eu visitasse todas as famílias de cada uma das Comunidades por onde estava marcada minha visita. Nestas visitas sempre me fazia acompanhar das lideranças da Comunidade onde eu estava. Eu queria ver e sentir de perto o dia a dia dessas pessoas. Foi assim que percebemos claramente que a pobreza, o analfabetismo, o desemprego, as doenças, a falta de moradia adequada e outras, se constituía num grande sofrimento para a grande maioria das famílias que viviam em toda a região. Era muito importante cuidar da alma, mas era importante também que as nossas Comunidades se apresentassem como fonte de libertação daqueles que estavam oprimidos (ENTREVISTA DE PADRE JOSÉ, apud BAHIA; MAIA, 2010, p. 75).

A partir da atuação dos missionários xaverianos na região, como Pe. José Borghesi, as CEBs foram sendo expandidas em várias localidades do município de Abaetetuba. De acordo com nossas pesquisas até a década de 1970 existiam aproximadamente 23 Comunidades Eclesiais de Base nas ilhas de Abaetetuba. O número aumentou, na década de 1980, para 44 e a partir dos anos 2000 estas comunidades se fortaleceram ainda mais de modo que em 2021 (ano de conclusão da pesquisa) contabilizamos e mapeamos 62 CEBs (mapa 4, capítulo I), as quais compõem a área de atuação da Paróquia Rainha da Paz, uma das paróquias que hoje integra a Diocese de Abaetetuba que por sua vez possui jurisdição em vários municípios da região do Baixo Tocantins, como Barcarena, Bujarú, Tomé-Açú, Acará, Moju, Tailândia e Concórdia do Pará, estes dois últimos integrados à Diocese a partir de 1982.

Em 1987 foi criada a Paróquia Rainha da Paz, que passou a coordenar as ações pastorais em âmbito das ilhas de Abaetetuba. A partir do momento em que as CEBs eram oficialmente instituídas iniciava os trabalhos para a implantação de uma infraestrutura física, que consistia em uma capela para as celebrações religiosas, um barracão para servir de espaço para as atividades sociais. Estas instalações passariam a compor o chamado “Centro Comunitário”, local onde os moradores passariam a se reunir para rezar, festejar e debater seus problemas comuns.

Em torno do “Centro Comunitário” se ergue uma tradição cultural que remete a processos de longa duração (BRAUDEL, 2007) e continua viva nas áreas ribeirinhas da Amazônia, como nas ilhas de Abaetetuba: a devoção aos santos padroeiros. Esta devoção se efetiva na reunião da comunidade em determinados momentos do ano para realização das chamadas festas de Santos. A festa representa um momento fundamental de socialização, já que com a realização destes eventos as famílias se encontram e realizam atividades em conjunto.

Conforme foi dito no capítulo I, a organização territorial em torno das CEBs constitui um marco do processo de produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba. Foi a partir da CEBs que se intensificou a trajetória de lutas sociais dos grupos locais como mecanismo de reconhecimento e defesa de suas territorialidades, conforme analisaremos mais adiante. À exemplo das festas de Santo, as CEBs das ilhas de Abaetetuba foram capazes de articular: religiosidade popular, sabedoria bíblica e organização política de modo a ressignificar o sentido de viver em comunidade traduzindo novas conjunturas de produção do espaço.

É preciso dizer, porém, que este processo só assumiu caráter representativo no contexto da região principalmente a partir da década de 1980. Até então as comunidades estavam voltadas sobretudo ao desenvolvimento dos trabalhos pastorais internos e à realização dos festejos de santos padroeiros sem necessariamente o envolvimento com questões políticas e sociais de caráter mais amplo que demandasse o interesse coletivo. Mas a partir de 1980, as CEBs se fortalecem com a criação de grupos de orações, clubes de mães, grupos de jovens e outros movimentos que aos poucos se voltavam também para questões de ordem político-social. Nascia naquele momento (primeiros anos da década de 1980) começa a emergir uma nova forma de organização social em âmbito das comunidades locais que buscava integrar a fé cristã à dimensão cotidiana em seus múltiplos aspectos.

Em 8 de Agosto de 1981 a Prelazia de Abaeté foi elevada à Categoria de diocese, passando a denominar-se Diocese de Abaetetuba. Nos dias 15 e 16 de julho de 1982 foi realizada a 1ª Assembleia do Povo de Deus da Diocese de Abaetetuba. O evento contou com a participação de delegados das paróquias de municípios vizinhos e dos centros de evangelização da área urbana (centro) e da região das ilhas. Durante três dias e com a presença de aproximadamente 350 pessoas, se discutiram as demandas sociais ribeirinhas (ALMEIDA, 2009) e a necessidade de não mobilização política diante destas demandas.

Assim, a partir dos anos finais da década de 1980 e principalmente da década de 1990 tem-se a criação e/ou fortalecimento de diversos movimentos e entidades sociais que passaram a lutar de maneira mais sistemática pelos interesses e demandas das populações

ribeirinhas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT Guajarina), cujas diretrizes foram definidas ainda na 1ª Assembleia da Diocese de Abaetetuba realizada em 1982 (CPT, 2006); a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), a Associação dos Projetos Comunitários das Ilhas de Abaetetuba (APROCIA), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STRA-Abaetetuba), o Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA), o Movimento dos Ribeirinhos dos Projetos Assentamentos das ilhas de Abaetetuba (MORIPA), dentre outros. A ação destes movimentos e entidades fortaleceu a trajetória de lutas sociais ribeirinhas, como aquelas empreendidas em função das demandas de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região que serão debatidas nos tópicos subsequentes.

Assim, a partir principalmente década de 1990 a organização em torno das CEBs irá assumir novos desdobramentos, sinal de uma nova conjuntura de relações sociais que ensejaram, igualmente, novas dinâmicas de produção do espaço ribeirinho. Diante da condição de precarização social que atravessaram moradores das ilhas de Abaetetuba e da necessidade de mobilizar forças no sentido lutar por melhores condições de vida, os movimentos sociais de defesa dos interesses ribeirinhos, dentre estes os movimentos e entidades citados anteriormente, passaram a viabilizar estratégias de organização social que de algum modo representaram a ruptura com o comodismo político persistente até então. É sobre este processo que trataremos no tópico seguinte.

5.2 As novas perspectivas de atuação das CEBs pós década de 1980

Para compreender a importância das CEBs no fortalecimento das lutas sociais em âmbito das ilhas de Abaetetuba a partir dos anos de 1980, devem-se considerar, ainda, aspectos da realidade social e econômica vivenciada pelo município naquele contexto. Sob a ótica econômica, como vimos no capítulo III, a Amazônia Tocantina e particularmente o município de Abaetetuba atravessava um período de decadência da economia dos engenhos de aguardente que desde a década de 1970 enfrentava uma profunda fase de declínio a qual culminou com sua desestruturação total, encerrando, assim, uma importante fase da história econômica do município. As lavouras de cana-de-açúcar e a produção de aguardente constituíam uma das principais fontes de renda no período de vigência dos engenhos, chegando a representar cerca de 80% da renda agrícola do município (ANDERSON, 1991).

Foi dito também no capítulo anterior que com desestruturação da economia dos engenhos pós década de 1970-80 as populações locais passaram a enfrentar sérios problemas

já que muitas famílias dependiam diretamente do engenho como fonte de trabalho. Diante dessa conjuntura famílias inteiras mudaram-se para cidades próximas, como Abaetetuba e Igarapé-Miri, em busca de melhores condições de vida. Para aqueles que permaneceram nas ilhas a saída foi buscar outros meios de sobrevivência. Intensificou nesse momento a pressão sobre os estoques de recursos naturais da várzea através de atividades como a caça, a pesca, extrativismo vegetal dentre outras. A retirada dos açazais apenas agravava os problemas econômicos enfrentados pelas populações locais, pois sem os açazais muitas famílias precisavam comprar inclusive o suco do açaí, componente básico da dieta alimentar ribeirinha na região.

Tendo vivenciado esse contexto um morador da Comunidade de Santa Terezinha, Furo Grande, relata as seguintes palavras.

(...) depois que os engenhos entraram em crise muita gente ficou sem alternativa de trabalho e teve gente que levou tempo para conseguir se adaptar sem o trabalho dos engenhos mesmo porque a gente não tinha muitas alternativas a não ser a pesca, a caça... o extrativismo em si. (...). Naquela época [década de 1980-90] teve gente que passou fome mesmo, mas a gente teve que procurar outros meios de sobreviver. Eu acredito que foi uma fase da história das ilhas que se encerrou com os engenhos (ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR POR UM MORADOR DA CEB SANTA TEREZINHA, RIO FURO GRANDE EM 03/10/2020).

Consoante às narrativas deste morador, de fato aquele momento representou uma fase de mudanças na vida da população ribeirinha das ilhas de Abaetetuba. Se o período áureo dos engenhos representou submissão da população ribeirinha aos mandos e desmandos dos chamados “barões dos engenhos” (tal como analisamos no capítulo anterior), a desestruturação desta atividade intensificou mais ainda as condições de pobreza e precarização social vivenciada pelos moradores das comunidades locais que dependiam do engenho para sobreviver.

Somava a isso as desigualdades de acesso à terra nestas áreas, uma vez que parte dos terrenos potencialmente utilizados para o cultivo agrícola ao entorno da várzea acabaram ficando sob o domínio dos proprietários dos engenhos de aguardente e de outros produtores rurais que, dispendo de poder aquisitivo, puderam ter acesso privado a grandes porções de terra na região das ilhas, restando a maioria da população ribeirinha apenas a possibilidade de se tornarem trabalhadores assalariados, submissos aos desmandos das elites dos engenhos de aguardente, tal como analisamos no capítulo anterior. Ademais, as populações não dispunham da posse legal das terras onde habitavam, por se tratar de terras da união definidas pelo Decreto-Lei 9.760/1946, e com isso não poderiam desenvolver quaisquer projetos de fomento à agricultura que pudessem contar com auxílio governamental.

Diante dessa realidade tornava-se urgente mobilizar forças políticas no sentido atender os anseios das populações locais. Porém até então não existia uma entidade legalmente constituída que pudesse firmar quaisquer contratos públicos de atendimento às demandas das populações locais. Tendo em vista esta realidade lideranças das CEBs se mobilizaram e em 1986 foi instituída legalmente a Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA). No ano seguinte, em 8 de Dezembro 1987, por iniciativa da Diocese de Abaetetuba em parceria com lideranças das comunidades das Ilhas, foi fundada a Paróquia Rainha da Paz das ilhas de Abaetetuba.

A Criação da AMIA e da Paróquia das Ilhas constituiu assim um marco importante do processo de fortalecimento das lutas sociais ribeirinhas em âmbito das comunidades das ilhas de Abaetetuba. Alinhados ao trabalho desenvolvido em âmbito da Paróquia das Ilhas, representantes da AMIA buscaram ampliação dos serviços públicos de atendimento às demandas ribeirinhas nas ilhas de Abaetetuba, especialmente dos serviços de saúde, educação que naquele momento representavam importantes bandeiras de luta das lideranças comunitárias locais. Assim relata uma líder comunitária que atuou na luta pela criação da AMIA:

Quando a gente ainda não tinha paróquia, éramos apenas Comunidades Eclesiais de Base vinculadas Paróquia N. S. da Conceição [da cidade de Abaetetuba]. Então todas as portas se fechavam quando a gente ia lutar por saúde, educação, transporte, segurança. Nos diziam: “quem são vocês”? Nem CNPJ a gente tinha. Não existia uma associação legalmente constituída. Os moradores das ilhas precisavam de uma entidade civil que representasse os seus interesses sociais e econômicos juntos aos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal. O povo passava fome, não tinha nem casa pra morar, moravam duas, três, quatro...várias famílias em uma única casa. Essa situação chamou a atenção do Padre José e ele dizia pra nós que éramos da equipe paroquial; como esse povo vai viver assim? (...) não tinha saúde, não tinha educação, naquela época eu lembro que nós éramos 10 professores que tínhamos ensino médio, todos os outros tinha só até a quarta série, e a gente se perguntava como é que o professor de quarta série vai dar aula pra alguém, se nem ele tem formação básica? Além disso, todos os professores trabalhavam em suas casas e não tinham nada, a água era do pote dele, o professor era servente, secretário... e por aí vai (ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR POR UMA LIDERANÇA DA AMIA EM 23/06/2020).

Assim, a despeito dos relatos acima descritos, tornava-se necessário avançar na luta social e política em busca de melhores condições de vida para os moradores das ilhas, porém ainda não existia legalmente nenhum órgão representativo dos ribeirinhos, o que inviabilizava a celebração de quaisquer convênios públicos. Uma vez legalizada, representantes da AMIA passaram a reivindicar melhorias dos serviços públicos para as comunidades das ilhas, especialmente dos serviços de educação e saúde, que caracterizaram as primeiras demandas celebradas através de convênios realizados junto a esfera municipal e estadual ainda na década de 1980.

No ano 1991 a AMIA firmou um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social, para a execução de projeto “Creche Manutenção” nas Ilhas de Abaetetuba com atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade e posteriormente essa idade se estendeu aos 5 anos. Neste programa foram destinados recursos financeiros para a aquisição da Merenda Escolar cujo gerenciamento ficou sob a responsabilidade da AMIA que de posse desses recursos também desenvolveu em parceria com as CEBs projetos de criação de frangos, pães, doces e outros gêneros destinados ao suprimento da merenda escolar nas ilhas. Estes projetos foram efetivados em parceria com diversas comunidades das ilhas, dentre as quais as comunidades da Ilha do Capim, Urubuéua Cabeceira, Guajará de Beja, Campompema, Itacuruçá, Maracapucu Santa Maria, Anequara, Ajuai, Açacu e Furo Grande. As comunidades receberam os recursos para a construção das Granjas e Padarias e tinham o compromisso de pagarem os recursos com suas produções e após os pagamentos de seus débitos continuariam vendendo suas produções para a entidade.

Paralelo ao trabalho desenvolvido pela AMIA, foram viabilizados junto às comunidades das ilhas inúmeros projetos sociais sob o incentivo da Paróquia das Ilhas, alguns dos quais referidos nos estudos de Bahia e Maia (2010), como o Cantinão, as padarias e as olarias comunitárias⁷; os mutirões de limpeza e plantação de áreas agrícolas; a implantação do Projeto de Estação de Piscicultura do Baixo Tocantins; os projetos de agricultura e criação de frangos; a poupança comunitária e outros. Destaca-se nesse aspecto o projeto de implantação da Estação de Piscicultura do Baixo Tocantina. De acordo com informações verbais de lideranças locais por ocasião de nossa pesquisa de campo, em 1994, através de uma parceria técnica estabelecida entre a Paróquia das ilhas, Emater e Poema, começaram as obras de escavações de lagos para serem utilizados como viveiros para reprodução de alevinos e a construção da estrutura física para a montagem da Estação de Piscicultura do Baixo Tocantins, que foi inaugurada no mês de março daquele ano. De acordo com Ferreira (informação verbal), as primeiras experiências desse projeto foram realizadas nas Comunidades de Genipaúba, Campompema e Urubuéua Cabeceira e funcionou através de um regime de cooperação denominado pelos ribeirinhos de “mutirão”.

Com o funcionamento da Estação de Piscicultura moradores das ilhas passaram a se mobilizar para participar do projeto fazendo a escavação de seus próprios lagos. Assim se formou uma grande estrutura em torno da Estação de Piscicultura, que com o desenvolvimento do Projeto, veio a ter personalidade jurídica própria, passando mais tarde a

⁷ O Projeto “Olaria Comunitária” implantado em algumas comunidades das ilhas de Abaetetuba, como comunidade de Costa Sirituba, Maracapucú, Urubuéua Cabeceira, dentre outras, por iniciativa de Padres ligados a Diocese de Abaetetuba e com recursos oriundos da Itália.

ser denominada Associação dos Projetos Comunitários das Ilhas de Abaetetuba – APROCIA. De acordo com estudos de Bahia e Maia (2010), em consórcio com a Estação de Piscicultura muitas localidades das ilhas adotaram a prática da criação de porcos e frangos que atendiam principalmente as demandas familiares.

Porém, no que pese o fortalecimento da luta ribeirinha no campo social, que contribuiu de maneira direta para ampliação de serviços públicos nas ilhas, como, por exemplo, a ampliação de serviços de educação de 1ª a 4º através das ações da AMIA, considera-se que até finais dos anos de 1990 ainda persistiam sérios problemas sociais vivenciados pelos moradores das comunidades ribeirinhas da região, notadamente pelos moradores das ilhas Abaetetuba. Dentre estes problemas estava a histórica demanda de regularização fundiária nas áreas ribeirinhas da região, como no caso das ilhas e várzeas de Abaetetuba, uma vez que até então os moradores ribeirinhos não dispunham de quaisquer garantias legais de uso destas terras por se tratar de terrenos da União. Apesar de estarem estabelecidos historicamente nestas áreas, assim como seus ancestrais, viviam como se fossem “posseiros”.

Naquele momento (fins da década de 1990) sob o incentivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT-Guajarina) e com a ampliação dos debates sobre esta demanda em âmbito de outros municípios da região cuja área de jurisdição inclui terrenos insulares, como Cameté, Igarapé-Miri, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, dentre outros, lideranças comunitárias de diversas comunidades ribeirinhas da região, incluindo lideranças de Abaetetuba, passaram a mobilizar forças nesse sentido de modo que já em fins dos anos de 1990 a necessidade de regularização fundiária das áreas ribeirinhas da região se tornaria uma das principais bandeiras de lutas em âmbito das comunidades locais, posto que até então as populações não dispunham da quaisquer garantia legal de uso da terra em atendimento às suas demandas.

A primeira metade dos anos 2000 irá representar um importante momento de convergências das lutas sociais nesse sentido. Naquele momento lideranças de diversos movimentos, associações e entidades sociais atuantes na região, dentre eles a Comissão Pastoral da Terra (CPT, Guajarina) o Movimento dos Ribeirinhos das ilhas e várzeas de Abaetetuba (MORIVA), o Sindicato de Trabalhadores Rurais, (STRA-Abaetetuba), a Colônias de Pescadores (Colônia Z-14), o Conselho das Associações Agroextrativistas, Quilombolas, Nossa Várzea e Grupos Afins das Ilhas de Abaetetuba (CAGROQUIVAIA), dentre outros, em parceria com lideranças das CEBs locais, passaram a unir forças em prol das demandas de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região. Um marco importante destas lutas ocorreu com a inserção destas áreas em âmbito das políticas de regularização

fundiárias voltadas às áreas ribeirinhas da Amazônia durante a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003) que culminou com a criação dos primeiros Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) nas ilhas do Pará, em 2004, tendo o pioneirismo do município de Abaetetuba. Além da implantação de 20 Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) nas ilhas de Abaetetuba durante os anos de 2004 a 2010 (mapa 11), as famílias beneficiárias destes projetos também foram contempladas com a emissão do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) e puderam participar da elaboração de Plano de Utilização (PU) dos recursos naturais em áreas demarcadas pelos PAEs, processos estes que demandaram intensas lutas travadas no campo e que tiveram rebatimentos diretos na dinâmica de produção do espaço ribeirinho na região e particularmente em Abaetetuba, conforme analisaremos a seguir.

5.3 Organização política e regularização fundiária das ilhas de Abaetetuba

Ao analisar questões que envolvem o processo de regularização fundiária nas ilhas do Para, Maia (2011) sinaliza para a existência de problemáticas históricas, como a sobreposição de diferentes modalidades jurídicas que regulamentam a posse e gestão de terras nestas áreas, desde as sesmarias, títulos paroquiais e de posse, passando por terras de domínio da União, títulos estaduais, títulos municipais, dentre outros, aspectos também frisados nos estudos de Benatti & Maués (1994), Benatti (2003; 2005). Parte da confusão fundiária remonta a sistemas antigos de apropriação da terra, como o regime sesmarial, aplicado no Brasil Colônia, através do qual a Coroa Portuguesa transferiu vastas terras do domínio público a particulares, dando início ao direito privado sobre estas terras.

Significa que o impasse sobre os domínios fundiários nestas áreas é antigo e se constitui como uma questão de grande interesse por parte das populações locais, como no caso das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba e particularmente dos moradores que vivem ao entorno das ilhas Xingu e Capim que hoje lutam pelo direito de uso da terra em meio às tentativas de apossamentos destas áreas por empresas ligadas ao agronegócio, aspecto que será debatido no próximo tópico.

Conforme já foi dito no primeiro capítulo da tese, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, a quase totalidade das terras que circunscrevem a porção fluvial do município de Abaetetuba é considerada Patrimônio da União (vide mapa 5, capítulo I), definidas pelo Decreto-Lei 9.760/1946. Esta classificação leva em conta, dentre outros aspectos, o fato destas em áreas estarem sob influência direta das marés. Somente no Pará, de

acordo com dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU, 2010), cerca da metade das terras encontra-se nessa condição, sendo, portanto, consideradas terras da União, como é o caso de parte dos terrenos que circunscrevem as ilhas e várzeas de Abaetetuba. Significa que os ribeirinhos moradores destas áreas não dispõem, perante o ordenamento jurídico brasileiro, do título definitivo de propriedade de terras, sendo apenas reservado a estes uma concessão ou Título de Autorização de Uso (TAU) (retomamos a esse ponto adiante).

Sem a comprovação legal de posse os ribeirinhos sempre tiveram dificuldades de acesso às políticas públicas ou mesmo de acesso a créditos destinados ao fomento da agricultura nestas áreas, aspecto que ainda hoje gera sérios impasses sociais e de gestão fundiária em áreas ribeirinhas da região. Além disso, por se tratar de terrenos demarcados como Patrimônio da União, havia o risco destes tornarem-se alvo de constantes apossamentos por agentes interessados na exploração econômica da região, como os madeireiros, os herdeiros de engenhos e de antigos barracões da época da borracha, os donos de olarias, criadores de animais, além de grandes cooperações internacionais com interesses econômicos na região, o que gerava incertezas e insegurança fundiária por parte das populações locais que poderiam, inclusive, ser expulsas destas terras.

As primeiras formas de organização política em torno das demandas de regularização fundiária das ilhas e várzeas da Amazônia Tocantina, em especial das ilhas do município de Abaetetuba, se deram por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT Guajarina) em fins da década de 1990. Cabe notar, a despeito das considerações de Coutinho (2016), que história da Comissão Pastoral da Terra (CPT), fundada em 1975, se confunde com a organização coletiva dos trabalhadores rurais e posseiros frente à intensificação dos conflitos e expropriação das terras na Amazônia e de modo espacial no Estado do Pará a partir principalmente da década de 1960-70. A CPT foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam (CPT, 2010). Sua criação tem como marco fundamental o “Encontro Pastoral da Amazônia Legal”, realizado em Goiânia em junho de 1975, convocado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB). O encontro criou as condições para o reconhecimento da CPT na estrutura da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), sendo influenciada pela atuação anterior das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação, na direção de um catolicismo que buscava associar a fé cristã à realidade social e tendo a reforma agrária como principal bandeira. E nesse espírito que CPT guajarina passa a atuar na região a partir principalmente dos fins da década de 1990 viabilizando debates sobre

questões sociais, dentre estas a questão fundiária, conforme consta em uma cartilha desta comissão publicada em 2009 (ALMEIDA, 2009).

No que pese as mobilizações ribeirinhas naquele momento os anseios dos ribeirinhos em relação a esta demanda esbarravam na falta de dispositivos legais que pudessem subsidiar juridicamente as lutas, pois ainda que naquele contexto tivesse sido implementado I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 1985), apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário durante o governo do então Presidente da República José Sarney para o período 1985/1989 (DECRETO, nº 91.766, de 10 de outubro de 1985), este Plano não incluiu abertamente as populações ribeirinhas como beneficiaras, de modo que faltava não só o reconhecimento mais explícito na legislação brasileira, mas também experiências concretas que pudessem servir de referência diante do impasse sobre a gestão e fundiária destas áreas.

Do mesmo modo, em termos constitucionais, somente indígenas e quilombolas tiveram seus direitos fundiários expressamente determinados. Para os primeiros, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) estabelece, em seu Artigo 231, o direito originário dos índios sobre a terra que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Para os segundos (os quilombolas), são reconhecidas, conforme o Art. 68, as propriedades das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, devendo o Estado emitir os respectivos títulos. Significa que, tal como o I PNRA (1985), a Constituição de 1988, não expressou claramente quaisquer formas de garantias fundiárias para os povos ribeirinhos.

Segundo informações de lideranças do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), através da iniciativa de inúmeros movimentos sociais, associações e entidades atuantes da região tocantina, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato de Trabalhadores Rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores do Nordeste Paraense (MPA), Colônias de Pescadores, representantes da Universidade Federal do Pará, dentre outros, foi criado em fins dos anos de 1990 o Fórum Nordeste Paraense da Região Guajarina que representou um marco fundamental na organização política em torno das questões fundiárias nas áreas ribeirinhas da região tocantina, como em Abaetetuba. Em reunião realizada no ano de 2000 as demandas de regularização fundiária foram incorporadas sistematicamente à pauta de luta. A partir da criação do Fórum lideranças locais passaram a viabilizar mecanismos de lutas no sentido de possibilitar a construção de canais de diálogos que permitissem a participação das comunidades locais na elaboração de políticas públicas voltadas às suas demandas fundiárias.

Importa frisar neste momento, conforme destacado nos capítulos anteriores, que em 2002, sete comunidades das ilhas de Abaetetuba (Baixo-Itacuruçá, Alto-Itacuruçá, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João, Arapapu e rio Tauará-Açu) foram reconhecidas legalmente como comunidades remanescentes de quilombos, visto que na região se consolidou a presença de várias possessões escravistas, principalmente de produção de açúcar e cacau, além do fato de que algumas localidades, como o rio Itacuruçá, Acaraqui, Tauará Genipaúba, e outros, constituíram locais de refúgios dos escravos fugitivos das redondezas do rio Capim e Tocantins assim como do distrito de Cafezal, no município vizinho de Barcarena (ANGELO-MENEZES, 2000). O processo de reconhecimento legal do território quilombola em âmbito destas comunidades constituiu importante conquista dos movimentos sociais locais, com destaque para a atuação da Comissão Pastoral da Terra da região guajarina. A demarcação do território quilombola impulsionou ainda mais a luta pela regularização fundiária em âmbito local.

A partir de então as mobilizações políticas ribeirinhas se tornariam mais efetivas de modo a consolidar uma rede associações, entidades e movimentos de defesa dos interesses das populações locais em torno das demandas históricas de regularização fundiárias na região, incluindo as ilhas e várzeas de Abaetetuba. Foi preciso juntar forças em prol de interesses comuns, conforme relata uma representante do movimento:

(...) Como era uma luta muito árdua, muito difícil, nos juntamos com outras entidades. No caso, a Cáritas Brasileira, a CPT, o IAM, o MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores] e vários outros órgãos e fizemos uma luta estadual (...). Naquele momento, a gente lutava principalmente pela questão da regularização da terra (...) mas tinha outras questões, como os créditos para os trabalhadores rurais porque quase nunca a gente era beneficiado por programa de governo, a gente precisava fazer alguma coisa (ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR EM 06/06/2020).

Assim dos grupos sociais ribeirinhos ultrapassou o âmbito local de modo que todo o percurso foi feito entre a legislação e a burocracia nacional em busca de aparatos legais que lhes garantisse o direito de acesso à terra. As articulações iniciais se deram junto ao INCRA SR01 (Superintendência Regional do INCRA – Sede Belém). O depoimento de uma liderança do MORIVA, contido em um fascículo sobre os ribeirinhos de Abaetetuba (ALMEIDA, 2009), reforça como se deu as primeiras ações de luta política nesse sentido.

Nós formamos um fórum de várias entidades, companheiros da CPT, companheiros da Cáritas, MST e do IAN, pra gente lutar pela legalização das terras de marinha e lutando pela legalização das terras de marinhas nós fomos bater no INCRA. Aí o INCRA disse que não legalizava terras de marinha porque não era deles, era da UNIÃO, aí nós perguntamos com quem é então que a gente vai, qual é a autoridade, qual é o órgão – é GRPU que tem em Belém do Pará – Gerência Regional do Patrimônio da União, nós fomos na GRPU. Chegou na GRPU, o pessoal disseram prá nós que não é aqui o lugar de vocês, é só na SPU. O que é SPU? É Secretaria Nacional do Patrimônio da União em Brasília e nós numa base 3 anos de luta

chegamos a ir até Brasília e isso nós trabalhava na base organizando a base pra lutar, porque nós criamos também uma consciência de que não queríamos só a legalização da terra, mas nós queríamos a possibilidade de viver na terra (ASSOPRA, apud ALMEIDA, 2009, p. 03-04).

Segundo informações obtidas durante nossa pesquisa de campo, lideranças ribeirinhas que coordenavam esse movimento produziram e encaminharam para Brasília, ainda em 2002, um documento para obter informações sobre os encaminhamentos necessários ao processo de regularização fundiária nestas áreas, o qual ficou, segundo as lideranças, tramitando entre vários gabinetes de modo que não se sabia onde nem quem era responsável pela tramites legais. Em estudos desenvolvidos por Gonçalves et. al (2016) estes analisam aspectos da trajetória de lutas em torno do processo de regularização fundiária das ilhas próximas à Belém, incluindo as ilhas de Abaetetuba e cercanias. Em âmbito desta pesquisa consta a seguinte narrativa feita por uma liderança do movimento:

Foi preciso nós fazer uma comissão (...) e passamos 15 dias em Brasília. Nós conseguimos através do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, que existe a nível nacional. Por isso, gente tinha uma ligação com eles para eles fazer a negociação a nível nacional. (...) Quando Lula assumiu a Presidência da República, (...) em 2003, assinou a liberação dessas terras para fazer então esse tipo de projeto. O Projeto de Assentamento veio assim: que a terra foi liberada para o Incra e o Incra gerenciar e estruturar o projeto (LIDERANÇA DO MORIVA apud GONÇALVES, 2016, p 83).

A partir de então, segundo relatos de lideranças do MORIVA que estiveram envolvidas nesse processo, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) foi acionada pelo fórum de representantes dos ribeirinhos para analisar as reivindicações referentes às demandas fundiárias ribeirinhas. Importa ressaltar que naquele contexto era papel da SPU, criada em 1998, desenvolver projetos para dar apoio ao desenvolvimento de programas governamentais estratégicos, como no caso do Governo Lula (2003-2006). Caberia à SPU, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Administrar, fiscalizar e outorgar a utilização dos Imóveis da União. Porém, até então (2002) não se tinha claramente um plano ou uma política nacional de reforma agrária que incluíssem os direitos fundiários das populações ribeirinhas, o que dificultava o atendimento às demandas sociais ribeirinhas nesse sentido.

Esta conjuntura irá ganhar novos desdobramentos a partir do ano de 2003. Naquele momento as mobilizações ribeirinhas se ampliaram diante das reais possibilidades de inserção das demandas de regularização fundiária nos programas oficiais de reforma agrária compreendidos durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Naquele contexto estava se consolidando as discussões em torno do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA, 2003), que representou uma porta de entrada para as

reinvidicações das populações ribeirinhas da região. O II PNRA, com o título “Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural”, foi lançado em novembro de 2003 frente a pressão de diversos movimentos sociais atuantes na Amazônia, dentre estes os movimentos sociais ribeirinhos (MAIA, 2011). Através deste Plano o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDE) reconheceu os povos ribeirinhos como parte do seu público beneficiário prevendo a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas às demandas específicas destas populações. Na apresentação do Plano está contida a seguinte assertiva:

O II PNRA é tradutor de uma visão ampliada de reforma agrária, que reconhece a diversidade de segmentos sociais no meio rural, prevê ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das comunidades tradicionais e ações voltadas para as populações ribeirinhas e aquelas atingidas por barragens e grandes obras de infra-estrutura (PNRA, 2002, p. 05).

Assim, seja através da pressão ou mesmo da cooptação de movimentos sociais do campo, como os movimentos ribeirinhos da região Tocantina, a implementação do II PNRA (2003) durante o governo do presidente Governo Lula (2003-2006), representa naquele momento um marco importante do processo de inserção das populações ribeirinhas em âmbito das políticas de forma agrária no Brasil, mesmo que estas políticas tenham sido abandonadas nos anos seguintes, como a partir de 2013 quando as novas conjunturas de governo buscaram promover (através da Lei nº 12.815/2013, conhecida como Lei dos Portos) o desenvolvimento do agronegócio de grãos na região através da modernização dos portos e terminais de uso privado nestas áreas lançando mão da assistência técnica e econômica prestada aos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas implantados na região, de maneira especial nas ilhas de Abaetetuba, tal como analisaremos na última seção deste capítulo.

Importa frisar, tal como destaca Coutinho (2016), que Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) é uma modalidade de assentamento rural constituído por meio da obtenção de terras pela União e implantado pelo INCRA. Dentre os documentos que fundamentam essa modalidade estão o Estatuto da Terra (1964), o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e a Portaria nº 627/1987 do INCRA e com base nestes dispositivos legais foram editadas três outras portarias do INCRA que ofereceram as condições para a instalação desta modalidade de assentamento na região das ilhas. A primeira é a Portaria nº 268 editada em 23 de outubro de 1996, na qual consta que a atividade agroextrativista afirma-se como alternativa para os projetos de assentamentos executados pelo INCRA, de modo particular na Amazônia e em áreas que mereçam uma proteção especial (INCRA, 1996). O seu preâmbulo ressalta que a necessidade de preservação do meio ambiente e o respeito às populações rurais das diferentes regiões compõe a "função social da propriedade", permitindo a integração do trinômio homem-propriedade-uso da terra, previsto no Estatuto da Terra (INCRA, 1996). Ao mesmo

tempo, reconhece que as especificidades ecológicas de regiões do país permitem o desenvolvimento de atividades agroextrativistas e propiciam para as populações que delas dependem, uma base econômica autossustentável que não interfere nos ecossistemas em questão.

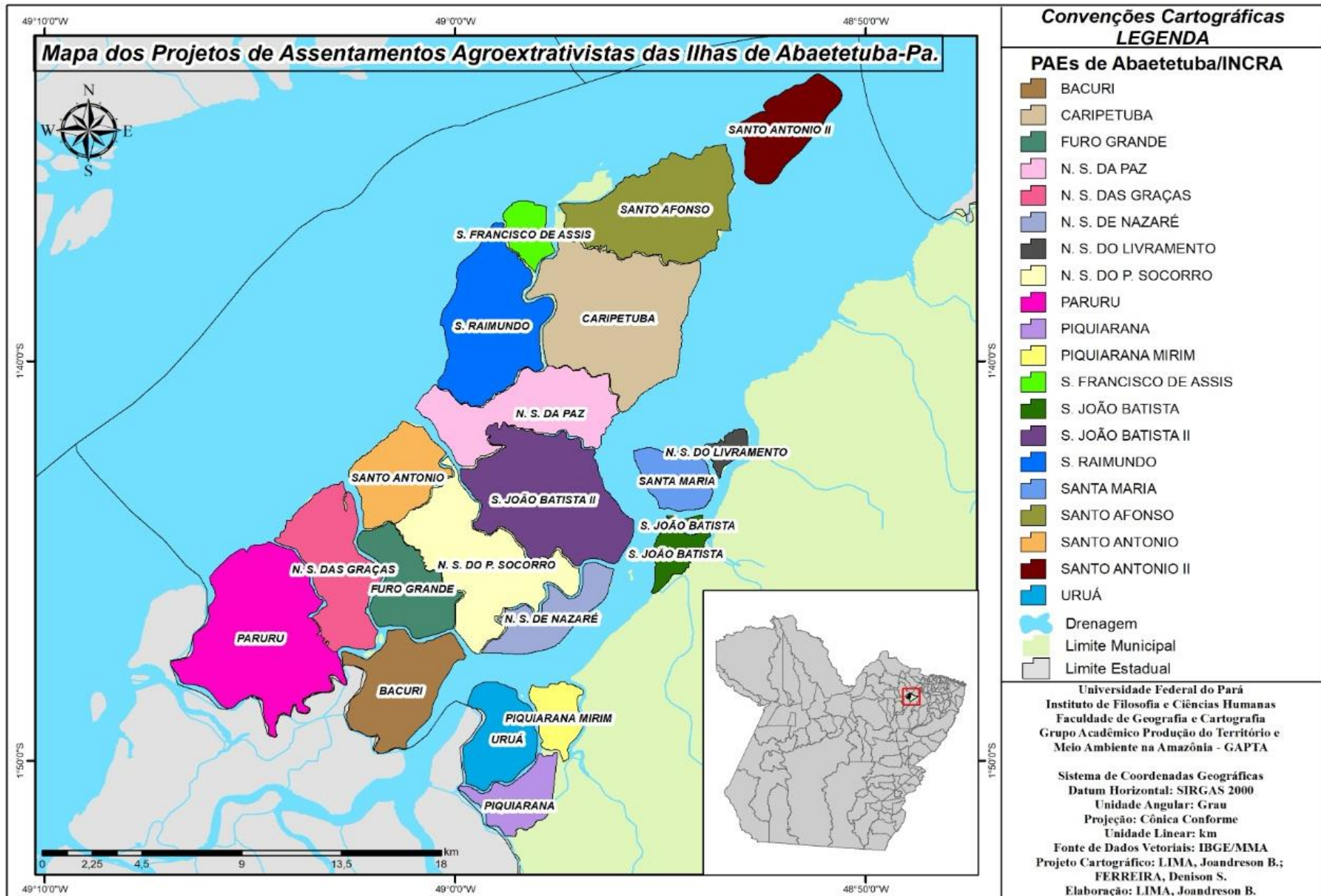
No período de 2004 a 2010 foram criados 253 assentamentos em ilhas estuarinas do Pará, e somente o INCRA-SR (01) foi responsável pela criação de 211 PAE nas ilhas em 23 municípios de sua jurisdição (BRASIL, 2010). Os assentamentos foram intensificados a partir do termo de Cooperação Técnica entre Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assinado e publicado no Diário Oficial da União (DOU) número 223, seção 3, página 107 de 22 de novembro de 2005.

A partir de 2003 a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) inicia o processo de regulamentação fundiária das ilhas e várzeas do Pará compreendidas em domínios da União. Em 08 de junho de 2004, é assinado o Contrato de Cessão de Uso Gratuito entre a União e o INCRA. A partir de então o Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão autoriza o INCRA a implantar os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) nas ilhas do Pará, processo este que teve o pioneirismo das ilhas de Abaetetuba.

Tal como reitera Maia (2011), Os PAEs foram inseridos nas ilhas como assentamentos especiais e adequados a realidade ribeirinha, pois tem como base a gestão coletiva dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental (INCRA, 1996). Essas populações tiveram que organizar suas associações de moradores para requerer os assentamentos junto ao INCRA e assim assumir a coordenação dos projetos.

Assim, ainda em julho de 2004, depois de muitas idas e vindas até Brasília, foram inaugurados os primeiros Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) nas ilhas do município de Abaetetuba: o PAE N.S. do Livramento, na ilha Tabatinga e o PAE São João Batista, na ilha Campompema. Os nomes fazem referência ao respectivo Santo padroeiro de cada comunidade. A partir de então o PAE foi efetivado em outras ilhas estendendo-se também para em vários municípios do Pará, como Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru (SPU, 2010). Segundo dados do INCRA (2010), foram incluídas como beneficiaras aproximadamente 7.584 famílias, distribuídas em 20 PAEs implantados nas Ilhas de Abaetetuba entre os anos de 2004 a 2010 (mapa 11).

Mapa 11, Projetos de Assentamentos Extrativistas implantados nas ilhas do Município de Abaetetuba-PA entre 2004 a 2010



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Considerando a necessidade de legalização de uma entidade geral que representasse o interesse das comunidades ribeirinhas de Abaetetuba, foi organizado, em 2006, um congresso que reuniu lideranças comunitárias, associações, entidades e movimentos sociais locais. Conforme consta em Cartilha elaborada pela Comissão Pastoral da terra da Região Guajarina (CPT, 2006), neste congresso foi criado o Movimento de Ribeirinhos das Ilhas e Várzea de Abaetetuba (MORIVA), que tem como pessoa jurídica o “Conselho do Assentamento Agroextrativista, Várzea, Quilombola e Grupos Afins das Ilhas de Várzea de Abaetetuba” (CAGROQUIVAIA).

A partir de sua legalização, o MORIVA passou a exercer papel de intermediário entre diversas as associações locais e as instituições governamentais. Hoje o MORIVA constitui uma espécie de comitê político e de apoio estrutural aos ribeirinhos. Auxilia no cumprimento dos procedimentos legais perante o INCRA, IBAMA e EMATER. Teve importante papel no estabelecimento e ampliação dos Programas de Reforma Agrária no Município, notadamente em âmbito do Projeto de Assentamento Agroextrativista. Assim MORIVA passou a atuar, por um lado, como intermediário das políticas de regularização fundiárias através da implantação dos Projetos de Assentamento Extrativistas (PAEs) e, por outro, como mecanismo de fortalecimento da própria identidade ribeirinha em âmbito do município de Abaetetuba (CPT, 2006). Daí sua importância enquanto órgão representativo dos interesses legais da população ribeirinha das ilhas de Abaetetuba como um todo.

A implantação dos PAEs obedeceu a uma série de etapas burocráticas, acompanhadas pelas lideranças do MORIVA. O trabalho foi executado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), o Pro-Várzea/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), associações e sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios envolvidos. Foi necessário a emissão do relatório ambiental simplificado, de responsabilidade do INCRA, a licença Ambiental, espedida pela SEMA, além da parceria com a FUNASA que atuou em âmbito da segurança sanitária nas ilhas onde foram implantados os projetos (COUTINHO, 2016).

Neste processo foi fundamental também a parceria entre a SPU e o INCRA. Como parte do processo burocrático foi necessário a transferência de domínio da concessão de uso gratuito da SPU para o INCRA, nos termos de Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007 e conforme orientação contida no documento denominado “Orientações para a Destinação do Patrimônio da União” (BRASIL, 2010).

No entanto, na fase inicial de implantação dos PAEs todas as etapas burocráticas foram cumpridas, permitindo assim a liberação de recursos sem, no entanto, que fosse resolvida o impasse sobre o processo de regularização das terras onde foram efetivados os Projetos de Assentamento. Novamente a mobilização política dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba foi fundamental nesse processo. A partir do resultado obtido nas duas primeiras ilhas (Campompema e Jarumã onde se efetivou os primeiros PAEs), a luta ribeirinha ganhou força e assumiu como principal bandeira a extensão da política às demais comunidades das ilhas em domínio das terras da União. Além disso, os ribeirinhos lutavam pela efetivação do processo de regularização e gestão fundiária das áreas dos Projetos de Assentamentos em favor das famílias incluídas em cada PAE, uma demanda histórica conforme já foi frisado.

Naquele contexto (2005) a SPU havia criado outra modalidade de regularização fundiária em âmbito do Programa “Nossa Várzea”, cujos beneficiários seriam as comunidades ribeirinhas agroextrativistas circunscritas em áreas de várzeas da região amazônica, dentre as quais viriam a fazer parte as comunidades das ilhas de Abaetetuba. O Programa “Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira”, criado em 2005 pela SPU, tinha como meta o reconhecimento legal da posse da terra pelas populações locais visando mitigar e prevenir conflitos fundiários, fortalecendo a inserção produtiva e atuação das comunidades ribeirinhas (SPU, 2010). Este reconhecimento seria feito mediante a entrega do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUs) de áreas da União, para desbaste de açaçais, colheita de frutos e manejo de outras espécies, podendo ser individual ou coletivo (SPU, 2010).

Enquanto parte das ações efetivadas em âmbito desse Programa, em agosto de 2005, a SPU promoveu dois Seminários sobre o processo de regularização de áreas ribeirinhas na Amazônia, os quais ocorreram na Capital Belém e na cidade de Santarém, no Pará. Na ocasião estiveram representadas lideranças de ribeirinhos dos Amazonas, Amapá e Pará, dentre os quais os ribeirinhos de Abaetetuba. Como resultado desse encontro, foi publicado a Portaria n. 284, de em 14 de outubro de 2005, que autorizava o desbaste de açaçais, a colheita e manejo de frutos e outras espécies nativas.

A partir de então, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica, o qual foi oficializado a partir da publicação no diário oficial da União N. 223, seção 3, pag.107, de novembro de 2005, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), dando início a gestão compartilhada das ilhas e várzeas da região amazônica sob o domínio da União, como no caso das ilhas de Abaetetuba.

Uma vez formado o acordo de gestão compartilhada entre o INCRA e SPU (responsável pelo gerenciamento jurídico das terras da União), foi organizada uma força

tarefa entre as lideranças ribeirinhas do município de Abaetetuba visando acelerar o processo de regularização e gestão fundiária em âmbito das ilhas do município. Embora a luta política tenha iniciado antes mesmo da implantação dos primeiros Projetos de Assentamentos, em 2004, somente a partir de 2010 é que parte das demandas de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região sob o domínio da União finalmente pode ser efetivada, desta vez com a criação do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instituído através da portaria n. 89, de 15 de abril de 2010, emitida pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU. Nas ilhas de Abaetetuba este processo se intensificou principalmente a partir de 2015 quando foram ampliadas as políticas de concessão de Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para as áreas ribeirinhas da região Norte, com destaque para a região do Baixo-Tocantins.

Assim, depois de um longo processo organização política junto aos órgãos competentes, o Programa “Nossa várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira”, coordenado pela SPU, começou a ser efetivado na região, novamente com pioneirismo do município de Abaetetuba, em grande parte, devido a articulação política dos movimentos ribeirinhos já atuantes no município, em especial do MORIVA cujas lideranças estiveram diretamente envolvidas nesse processo, tal como descrito nas linhas anteriores.

Com a emissão dos TAUS, as famílias atendidas puderam acessar programas sociais do Governo Federal, dispor de comprovação oficial de residências, além de serem incluídas no Programa “Bolsa Verde” e ter acesso à linhas de Créditos. Para fazer jus à autorização de uso, o ribeirinho deveria respeitar os limites da tradição do vizinho, comprovar a ocupação tradicional e obter parecer do IBAMA atestando o manejo racional dos recursos naturais.

Se o caminho de lutas foi longo nessa direção, a manutenção dos Projetos de Assentamentos continua sendo um desafio. Isso porque a partir de 2010 estes Projetos passaram a ser gradativamente abandonados por parte do poder público, seja em função dos encargos econômicos ou mesmo da emergência de novas conjunturas de governo que não fomentaram a continuidade das políticas de atendimento às famílias ribeirinhas beneficiárias do Projeto em âmbito destas áreas, como nas ilhas de Abaetetuba. Além dos custos de implantação dos Projetos, não houve assistência técnica para os planos de desenvolvimento, pois a IMATER local não conseguiu suprir as necessidades de assessoramento que os projetos exigiam.

Mesmo que se possa pensar em uma “não reforma agrária” do Governo Lula, tal como sugere Ariovaldo de Oliveira (OLIVEIRA, 2006), ao menos é possível dizer que a implantação dos PAEs abriu caminhos para a efetivação de uma antiga demanda de regularização fundiária nas áreas ribeirinhas da região que foi a emissão do Termo

Autorização de Uso Sustentável (TAUS). Ainda que não signifique o título definitivo da terra, o Termo de Autorização de Uso representou uma importante conquista por parte das populações locais em âmbito das demandas fundiárias, resultado de intensas lutas travadas no campo político.

Todavia, se o delineamento deste processo (de criação dos PAEs e emissão do TAUS, como mecanismos de regularização fundiária) já demarcaram a emergência de novas conjunturas de produção do espaço em âmbito das comunidades ribeirinhas da região, notadamente nas ilhas Abaetetuba, a persistência do impasse fundiário sobre a problemática do uso da terra sinaliza para a complexificação desta conjuntura. Isso porque a partir dos anos de 2015 surgiram novos processos de uso do território nas ilhas os quais tem implicado igualmente no reordenamento da dinâmica de produção do espaço ribeirinho na região, tal como analisaremos no próximo tópico. A luta ribeirinha agora não é somente pela demarcação ou gestão fundiária das terras das ilhas, mas igualmente pela manutenção dos direitos fundiários conquistados ao longo de décadas (como no caso dos Projetos de Assentamentos e do Título Autorização de Uso Sustentável – TAUS), assim como pelo direito de uso dos recursos naturais ameaçados com o avanço da fronteira econômica na região.

Diante dessa realidade caráter social, político, abstrato do espaço ribeirinho é revelado mais uma vez. A ação do estado reverbera no lugar de modo que o espaço ribeirinho vai ganhando novos significados, novos conteúdos. Como no passado, esta realidade também se encontra presente na dinâmica de produção do espaço ribeirinho em Abaetetuba. Conforme destaca Bastos (2019), a intenção do Estado em universalizar e desburocratizar o acesso à terra sob o domínio da União, na realidade abriu precedentes para a individualização e mercantilização destas terras. Como citamos poderíamos citar a implementação da Lei nº 12.815/2013 (Lei dos Portos) e principalmente da Lei 13.465/2017, que trata da nova Regularização Fundiária Urbana e Rural – REURB – na Amazônia Legal a qual individualiza as terras habitadas por populações tradicionalmente estabelecidas na região, como as populações ribeirinhas de Abaetetuba, inserindo-as na logística de mercado sob a égide do grande capital. É sobre este processo que vislumbramos a construção do tópico seguinte que analisa o emblemático empreendimento econômico pesado para a região sob a iniciativa da multinacional Cargill. Desta vez a análise será desenvolvida tendo como base um recorte espacial mais específico onde se configura intensas disputas territoriais traduzidas nos usos múltiplos do território, sinalizando, assim, para a emergência de novas dinâmicas de produção do espaço em âmbito das comunidades locais.

5.4 Novas conjunturas de uso da terra e reordenamento do espaço ribeirinho

A partir desse momento da tese buscaremos dimensionar, ainda que de maneira sintética, alguns aspectos das tramas de relações sociais que envolvem as disputas territoriais pelo uso da terra em âmbito das ilhas de Abaetetuba. Para tanto tomaremos como exemplo o contexto espacial mais específico que envolve as comunidades ribeirinhas situadas ao entono de duas ilhas que integram o universo espacial empírico em âmbito da porção insular do município de Abaetetuba, as ilhas do Xingu e Capim.

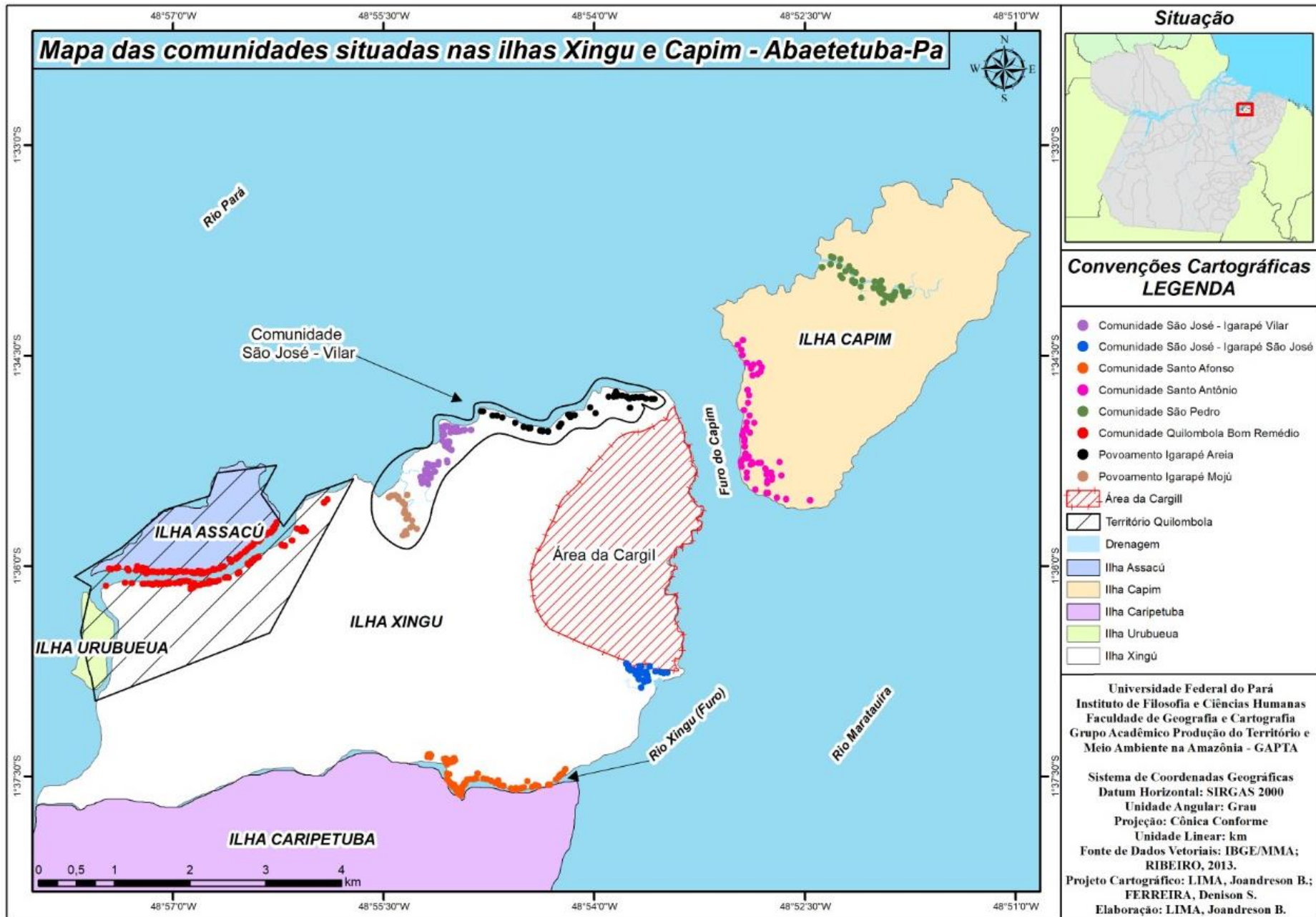
A escolha destas duas ilhas como recorte espacial específico, se justifica, dentre outros, pelo fato de as mesmas estarem inseridas atualmente numa conjuntura espacial marcada pela emergência de disputas territoriais estabelecidas em meio às novas formas de apropriação destas áreas por agentes econômicos externos que atuam no setor do agronegócio portuário na região. O principal exemplo a ser analisado aqui envolve o emblemático as tentativas de apropriação de uma área situada na ilha Xingu para instalação de um Terminal de Uso Privado (TUP-Abaetetuba) sob a responsabilidade da multinacional Norte-americana Cargill que busca inserir a referida ilha na logística de transporte de grãos na região.

Antes de adentrar na conjuntura de relações sociais que envolvem as questões anunciadas, faz-se necessário realçar, em largos traços, alguns aspectos do cotidiano e do contexto espacial que envolve as comunidades situadas ao entorno das ilhas do Xingu e Capim. Tal contextualização será fundamental para situar o leitor sobre a conjuntura empírica em âmbito destas duas ilhas.

As ilhas do Xingu e Capim integram a porção insular do município de Abaetetuba formada por um arquipélago de ilhas situadas em áreas de várzea e banhadas por água doce no estuário tocantino. As duas ilhas encontram-se separadas pelo furo do Capim, a aproximadamente 13 km da sede municipal de Abaetetuba. A dimensão continental da área que circunscreve estas ilhas é uma extensão de várzeas altas e baixas entrecortadas por uma extensa rede hídrica na foz do Tocantins numa região do estuário situada entre a baía do Capim, Marapatá e do Marajó (Mapa 12).

Ao entorno destas duas ilhas encontram-se inseridas 6 comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo 4 delas na ilha Xingu e 2 na Ilha Capim. As comunidades da Ilha Xingu são: Santo Afonso, Igarapé São José, Igarapé Vilar (que inclui o povoamento do Igarapé Areia e Igarapé Moju) e a Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio. Do outro lado da Ilha Xingu, separada pelo Furo do Capim, está a Ilha Capim onde os moradores estão distribuídos em duas principais Comunidades Eclesiais de Base: a Comunidade Santo Antônio e a Comunidade de São Pedro. Veja-se o Mapa 12.

Mapa 12. Localização das comunidades situadas ao entorno das ilhas Xingu e Capim, Abaetetuba-PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

A comunidade quilombola “Bom Remédio”, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares e intitulada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em 2005 como “Território Quilombola”. Na área da comunidade Bom Remédio, existem os povoados do Igarapé Aningal, Xinguzinho, Boa Vista e Pacoval, que se encontra fora do PAE Santo Afonso para efeito de gestão territorial da ARQUIA.

Ao todo vivem ao entorno destas duas ilhas cerca de 220 famílias, aproximadamente 1200 habitantes distribuídos em núcleos de povoamento ao longo dos rios, igarapés, lagos, que compõem a exuberante rede hidrográfica da foz do estuário tocantino onde estas ilhas estão circunscritas.

Estes núcleos ou povoados comunitários ao entorno destas duas ilhas são constituídos por assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do governo federal instituídos no ano de 2005, como parte das demandas de lutas e organização política dos ribeirinhos de Abaetetuba (conforme analisado em linhas anteriores). A área que compreende os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE) ao entorno da ilha Xingu foi demarcada pela portaria nº 37, de 28 de novembro de 2005 INCRA SR1- Belém, com extensão de aproximadamente 2.700 ha, (dois mil setecentos hectares), a qual foi instituída como “área de uso coletivo” em nome da Associação do Projeto Agroextrativista PAE Santo Afonso, com 180 famílias cadastradas no Programa Nacional de Reforma Agrária, representando um dos primeiros assentamentos de várzea titulado coletivamente no Brasil. (este aspecto será retomado mais adiante quando analisaremos o contexto de disputas territoriais na ilha compreendendo sobreposições jurídicas de terras da União e Terras alienadas para empresas do Agronegócio, como a Briks Logística e a Cargill).

Por sua vez a área onde está situado Projeto Agroextrativista (PAE) *Santo Antônio II*, na ilha Capim, foi instituída através da Portaria INCRA/SR01/ N°55 publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2005. Além do PAE Santo Antônio II, a Ilha Capim concentra uma Reserva Ecológica (Reserva da Ilha do Capim) criada pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) em 2013, publicada no Diário Oficial da União datado de 29/01/2014. A Reserva foi incluída no perímetro do PAE Santo Antônio II, com aprovação de um regimento interno, o qual constituiu parte integrante do plano de utilização (PU) do PAE, de acordo com ata de aprovação no dia 19 de abril de 2013.

Significa que as portarias expedidas tanto pelo governo do Pará através do ITERPA, para a comunidade quilombola Bom Remédio, assim como pelo governo federal via INCRA e SPU para o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio II, estabelecem que essas áreas tituladas sejam de uso coletivo dos recursos naturais

para assentados, inclusive das ilhas circunvizinhas como Assacu e Urubuêua. Sendo áreas de uso comum com autogestão estabelecida no Plano de Utilização (PU) tanto do PAE, quanto do território quilombola Nossa Senhora do Bom Remédio, foram instituídas duas associações para realizarem a gestão dos respectivos territórios demarcados. Na ilha Xingu existe a Associação dos Moradores do PAE Santo Afonso (APAEISA), e na Ilha Capim a Associação dos Moradores do PAE Santo Antônio II. Estas duas associações representam as principais organizações de classe de defesa dos interesses dos moradores das comunidades locais, especialmente no que diz respeito aos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs).

Os moradores das comunidades locais integram diversas organizações e entidades, como a colônia de pescadores (Colônia Z-14 de Abaetetuba), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR de Abaetetuba), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz (das ilhas de Abaetetuba), Associação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE Santo Afonso e PAE Santo Antônio II), Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Coordenação Pastoral de Comunidades (CPC) dentre outros.

Em termos de tradição cultural destaca-se, dentre outros aspectos, a forte expressão da religiosidade em torno das CEBs onde os festejos aos santos padroeiros representam um importante momento de encontro das famílias e fortalecimento das práticas culturais manifestadas pelos grupos locais. Além das festas de Santos, as comunidades locais promovem formas de organização social que visam fortalecer a dimensão religiosa, social e política, uma vez que precisam se organizar na defesa de seus interesses coletivos. São assessoradas por lideranças da Paróquia das Ilhas onde recebem formação não apenas em termos religiosos, mas também em diversos outros aspectos da vivência em comunidade, onde se pode incluir as formas de organização política em defesa de seus territórios de vida, conforme analisaremos adiante.

No que diz respeito à dinâmica de uso dos recursos naturais, a área de várzea compreendida ao entono das ilhas do Xingu e Capim pode ser caracterizada como uma área ou “espaço de uso comum”, ou seja, uma área onde os recursos naturais são historicamente apropriados de maneira comum pelos habitantes locais. Os recursos de uso coletivo incluem peixes, vida selvagens, águas superficiais, e subterrâneas, além das florestas em suas diversas classificações (ciliares, de terra-firme, de igapó etc.). Uma importante ressalva sobre o sentido termo “espaço de uso comum”, é feita Diegues (2001), quando assinala que:

O sistema tradicional de acesso a espaços de uso comum (...) não são formas do passado, congeladas no tempo ou em total desorganização frente ao avanço da propriedade privada. Ainda que muitos desses sistemas tenham se desestruturado

frente à expansão capitalista, existem exemplos recentes que mostram a capacidade dos “comunitários” não só em reagir, mas também em reorganizar-se criando novos modos de vida e territórios de uso comum (DIEGUES, 2001, p. 79).

Um exemplo dessa capacidade de reorganização comunitária, referida pelo autor acima citado, pode ser encontrado entre ribeirinhos moradores da área das ilhas Xingu e Capim que também participaram do processo de luta social buscando garantir direito de uso dos recursos naturais locais em atendimento as suas demandas, a exemplo da implementação o PAE Santo Afonso e do território Quilombola Bom Remédio, na Ilha Xingu, assim como do PAE Santo Antônio II e da Reserva Ecológica criada na Ilha do Capim em 2013, conforme destacado anteriormente.

Pode-se dizer então que a natureza, representada pelos múltiplos ambientes que compõem o sistema e várzea local, constitui um meio primordial de sobrevivência para os moradores locais que têm no uso comum dos recursos uma importante característica do próprio modo de vida. Nesse contexto atividades como a pesca e o cultivo do açaí constituem práticas fundamentais na garantia da sobrevivência cotidiana. Em períodos anuais de safras de açaí (geralmente de julho a dezembro), existe todo um processo de envolvimento com esta atividade a partir da atuação de diversos agentes, como proprietário do açazal, o peconheiro ou apanhador que sobe na palmeira, o debulhador que ensaca ou deposita o fruto do açaí em rasas de 14kg, o freiteiro que transporta o açaí, o atravessador que comercializa toda produção junto aos comerciantes locais ou mesmo de fora da região. O açaí possui importante representatividade tornando-se o produto vegetal com o maior e melhor alcance. Assim, além de representar um recurso fundamental que assegura eficiência alimentar, o agroextrativismo do açaí também tem caracterizado um dos principais meios de geração de renda a partir da venda do açaí *in natura*, sobretudo entre os meses de julho a dezembro, considerado período de safra deste recurso na região estuarina do município de Abaetetuba. Além disso, o açaí faz parte do universo social nestas áreas integrando de maneira significativa a própria dimensão simbólica da existência ribeirinha presentes nas lendas, mitos, folclore, costumes, e cosmologias ligadas modo de vida ribeirinho.

Apesar de se tratar predominantemente de ambientes característicos da várzea, a atividade de cultivo de roças também aparece importante atividade produtiva em algumas partes da ilha Xingu em que se verifica a existência da várzea alta. Este é o caso da Comunidade de Xingu e Igarapé Areia onde inúmeras famílias cultivam roçado em regime de parceria, sobretudo através da produção da farinha de mandioca, que ao lado do peixe, do camarão e do açaí, constitui uma das principais bases da soberania alimentar ribeirinha. A

importância desta atividade já fora considerada por Almeida (2008) ao assinalar “mais que um modelo de relação antrópica a chamada “roça” compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, [...], até os rituais de passagem que asseguram a coesão social [...]” (ALMEIDA 2008, p.39).

Em complementação ao agroextrativismo do açaí e da atividade de roçados, moradores das comunidades locais também tem na pesca uma importante fonte de sobrevivência. Além de sua relevância no rol das principais atividades produtivas desenvolvidas localmente, a pesca expressa também traduz os próprios saberes e fazeres inerentes ao universo ribeirinho, tal como analisam Furtado (1993) e Moraes (2005). Nas circunvezas das ilhas do Xingu e Capim a pesca está associada aos saberes empíricos sobre o tipo de embarcação, fluxo da maré, tipos de apetrechos de pesca (isca, malheiro, anzol, boia, chumbada, estaca, ligeira, etc.) além dos ciclos de reprodução dos recursos ictiológicos da várzea.

A categoria de pescadores é formada por homens e mulheres que fazem a captura de peixes e camarão utilizando apetrechos diversos, como redes ou malhadeiras malhadeira de espera e arrasto, o espinhel, matapi, pari, dentre outros. A captura do camarão é realizada utilizando o matapi, a tarrafa, o lanceio e a gapuia e da criação em viveiros, sendo que essa atividade representa para os pescadores sobretudo a soberania e segurança alimentar da maioria das famílias que ali vivem, constituindo como meio de sobrevivência herdado ancestralmente.

De acordo com nossas pesquisas de campo, a pesca é desenvolvida o ano todo, mas é concentrada os meses de maio a julho, período em que as águas estão menos revoltas (calmaria) e os ventos estão menos intensos na região. Dentre as principais espécies da ictiofauna que estão na base da alimentação ribeirinha nas ilhas de Capim e Xingu estão a dourada, filhote, sarda, pescada, mapará e o camarão que é encontrado por toda a região das ilhas. A produção final do pescado (peixes e camarão) quando não é totalmente revertida para o consumo familiar é comercializada nas feiras livres, principalmente na cidade de Abaetetuba.

As atividades produtivas são realizadas predominantemente em unidades familiares ou em áreas comuns ao entorno das ilhas Xingu e Capim, com exceção das produções agrícolas que normalmente se concentram na propriedade de cada família, que varia entre 10 e 11 hectares, segundo os moradores locais. As atividades produtivas desenvolvidas em áreas comuns compreendem tanto ambientes aquáticos (rios, lagos e igarapés, bahias, furos, paranás etc.) quanto em ambientes de transição entre a várzea e porção continental da Ilha, como as beiradas e matas ciliares. A pesca, enquanto uma das principais atividades produtivas é

desenvolvida ao entorno da ilha, em áreas naturais de veredas, como o “Lago do Piri” (situado na ilha Xingu), assim como em áreas mais afastadas da ilha compreendendo uma extensa malha hídrica que caracteriza toda baía do Capim, Marapatá e do Marajó numa região onde a variação de maré é intensa. Essa malha hidrográfica possibilita uma das principais fontes de alimento e de renda das comunidades, e apresenta baixo impacto, pois não produz grandes alterações no sistema de várzea local.

O agroextrativismo do açaí, por sua vez, se concentra nas áreas de “beiradas”, ou seja, nas áreas de preservação permanente de igarapés, rios e grotas em todo da Ilha do Xingu e Capim. Significa que as ilhas (e todos os elementos naturais que delas fazem parte) não caracterizam apenas locais de moradia em si, mas representam, igualmente, territórios de vida, bem comum de onde os ribeirinhos dependem diariamente para garantir a reprodução social.

Ao descrever brevemente alguns aspectos da dinâmica de uso dos recursos naturais entre os moradores das ilhas Xingu e Capim vislumbramos chamar a atenção para a importância que assume a natureza enquanto fonte dos recursos naturais apropriados de maneira comum e fundamentais para sobrevivência dos grupos sociais que ali vivem. Todavia, se essa importância é inegável, também o são as ameaças de desestruturação das condições materiais de sobrevivência destas populações frente ao avanço do agronegócio na região.

Este fato pode ser bem observado na ilha Xingu que atualmente encontra-se na rota dos grandes projetos portuários pensados para a região. Aqui iniciamos propriamente as narrativas do empreendimento e seus desdobramentos. O ano de 2017 constitui um marco do início desse processo quando empresa Bricks Logística cercou aproximadamente 400 ha de terra em uma área da ilha Xingu próximo a comunidade de São José compreendida no PAE Santo Afonso (Mapa 12). A cerca incluiu uma área denominada pelos ribeirinhos de “lago do Piri grande”, um reservatório natural situado numa parte da ilha onde os ribeirinhos dispõem como área de uso comum, principalmente na retirada do pescado (voltaremos mais adiante a este ponto).

Cabe lembrar que os limites de áreas, historicamente concebidos pelos ribeirinhos, sempre foram demarcados por referenciais ligados à própria natureza, como os igarapés e suas curvas sinuosas, árvores de reconhecida importância, as áreas de vegetação rasteira, etc. nunca se utilizando de picos ou linhas retas nas demarcações das terras. Ao erguer a cerca a empresa rompe com essa lógica de demarcação e aí começam os “impedimentos”, ou seja, o

domínio privado sobre as áreas antes caracterizadas como espaços de uso comum, domínio este que se estende aos pesqueiros, às áreas de cultivo agrícolas e açazais.

Figura 13. Fotografias de Pilares de concreto demarcando a área da Cargill na ilha Xingu, Abaetetuba-PA



Fonte: pesquisa de campo 2021

A cerca anuncia, assim, uma nova forma de apropriação da área, um arranjo espacial, uma nova conjuntura de relações sociais cuja racionalidade transcende as dimensões do lugar atrelando a ilha Xingu a uma teia de relações que faz pensar nas palavras de Santos quando descreve que “o lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam (...), mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem” (SANTOS, 2008, p. 59).

Visando assegurar o domínio privado sobre a área, empresa Bricks Logística viabilizou vigilância armada e eletrônica através de *drones* para fazer o monitoramento e a segurança de suas possessões. Em 2017 a área foi negociada com a Cargill que a partir de então projeta a construção de um Terminal de Uso Privado (TUP) na região para transporte de grãos. O impedimento continuou e desde então os ribeirinhos que habitam a área ao entono da ilha Xingu e Capim passaram a ficar confinados ao rio, pois a vigilância por parte da empresa impede que estes tirem o açáí, madeira, palha, e outros recursos naturais locais. Como se pode observar na foto 13, a cerca foi erguida em meio às áreas de açazais, recurso tão importante para a sobrevivência ribeirinha nestas áreas mas que se encontra sob ameaça pois agora não integra mais a área de uso comum e sim a área de uso privado.

Esta nova conjuntura de apropriação do lugar ensejará o reordenamento da organização política ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba, em especial no contexto das comunidades situadas ao entorno das ilhas em estudo. Como pano de fundo das disputas territoriais emergentes estará algumas das contradições analisadas por Loureiro (2012) quando se refere ao impasse, cada vez mais latente na região, entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócios”, ou seja, entre a terra usada como fonte de sobrevivência, de reprodução social e a terra usada como fonte de riquezas, como mercadoria, como base de recursos que integra a reprodução ampliada do capital.

5.4.1 O Terminal da Cargill e seus desdobramentos no espaço ribeirinho

As tentativas de territorialização da multinacional Cargill no município de Abaetetuba têm ensejado novas conjunturas de organização política por parte dos grupos locais. Este é o exemplo da proposta de instalação de um Terminal Portuário de Uso privado (TUP) na ilha Xingu, de interesse da multinacional norte-americana Cargill Agrícola S.A., que busca expandir as rotas de transporte de grãos através dos rios da região. Aliás, importa frisar, desde a década de 1970-80 as lutas dos ribeirinhos da região tocantina, como os ribeirinhos de Abaetetuba, se tornaram mais contínuas frente às novas formas de apropriação destas áreas que se mostram alheias às suas demandas, a exemplo da Hidroelétrica de Tucuruí, construída no alto curso do rio Tocantins, e do Complexo portuário Albrás-Alunorte, na cidade de Barcarena.

Antes, porém, de adentrar à problemática que envolve o projeto de implantação do TUP Abaetetuba, torna-se conveniente trazer ao leitor algumas informações preliminares que dizem respeito à atuação da empresa proponente deste projeto, ou seja, da Cargill. Fundada em 1865, a Cargill é uma empresa privada multinacional de origem Norte-americana que atua em vários países do mundo incluindo o Brasil. Com sede em Minneapolis, no estado de Minnesota, EUA, atualmente, a companhia de capital fechado está presente em 70 países e conta aproximadamente com 155 mil funcionários ao redor do mundo (CARGIL, 2021). As atividades de negócios da Cargill incluem a compra, processamento e distribuição de grãos e outras commodities agrícolas, fabricação e venda de ração animal, ingredientes para alimentos processados, produtos farmacêuticos e bens de consumo e produção de alimentos. A empresa também fornece produtos e serviços para produtores agrícolas e pecuaristas (CARGIL, 2021).

De acordo com Cargill (2021), no Brasil a Empresa está presente em 17 Estados e no Distrito Federal por meio de unidades industriais, armazéns e terminais portuários. Tendo sua

Sede em São Paulo, a empresa conta com escritórios em 147 municípios sendo que em 2018 alcançou no país receita líquida consolidada de R\$ 47 bilhões (CARGIL, 2021).

No Estado do Pará a Cargill passou a atuar de maneira mais sistemática a partir do ano de 1999 quando venceu a Licitação Pública para construir um terminal graneleiro no Porto de Santarém, cidade localizada a 698 km de Belém, capital do Estado do Pará.

A construção do Terminal da Cargill teve início em 1999 e sua operação começou em 2003. O Terminal Fluvial de Granéis Sólidos de Santarém foi construído para escoar parte da produção de grãos adquirida pela Cargill na região Centro-Oeste do Brasil (Mato Grosso). A partir de então o Terminal passou a movimentar soja e milho, operando por meio dos modais rodoviário e hidroviário. Segundo informações divulgadas pela empresa, mais de 95% dos grãos são transportados de Mato Grosso até Porto Velho (RO) ou Miritituba (PA) em caminhões, onde são posteriormente transbordados para as barcaças que seguem até Santarém. Outros 5% chegam ao terminal de Santarém em caminhões vindos diretamente do Estado do Mato Grosso pela Br 163 (CARGILL, 2021). O Terminal iniciou sua obra de expansão em maio de 2014, com conclusão em dezembro de 2015, o que permitiu um aumento da capacidade de embarque anual de dois para cinco milhões de toneladas (CARGILL, 2021).

Com as garantias de flexibilização e ajustes das leis pelo estado brasileiro (analisada mais adiante), a Cargill anuncia, na edição do dia 20 de dezembro de 2017 da revista Valor Econômico, um investimento na ordem de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), para a construção de um Terminal graneleiro em uma ilha do município de Abaetetuba (ilha Xingu) que será usado para transbordo de grãos pertencente às *commodities* agrícolas com capacidade de movimentar cerca de 6 milhões de toneladas de grãos/ano, estimando-se sua ampliação para 10 ou 12 milhões de toneladas.

Conforme destaca Bastos (2019), a territorialização da empresa Cargill na região tocantina, a exemplo da ilha Xingu, faz parte de uma política do Estado brasileiro para expansão do setor portuário, através da Lei nº 12.815/2013 (conhecida como “Nova Lei dos Portos”), a fim de revogar a Lei nº 8.630/1993 (Lei de Modernização dos Portos) e dar novo tratamento legal ao regime jurídico de exploração e instalações portuárias. A referida Lei autoriza a exploração dos Terminais de Uso Privado por grandes empresas de capital nacional e internacional. Nesse bojo insere-se também a Lei 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (REURB), além da liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (BRASIL, 2018).

Estes parâmetros legais fomentaram a iniciativa privada e viabilizaram a construção de Terminais de Uso Privado – TUP, em várias regiões da Amazônia Legal, especialmente para o transbordo de cargas do agronegócio, a exemplo do Projeto TUP Abaetetuba. Com isso intensificou-se as tentativas de apropriação de áreas geograficamente estratégicas para a logística de transporte de grãos pelos rios.

Com a abertura no âmbito do direito fundiário, a empresa brasileira Bricks Logística LTDA, adquiriu inicialmente a posse de aproximadamente 400/ha de terras na ilha Xingu em no ano de 2017 negociou a área com a multinacional do agronegócio americano Cargill Agrícola S.A. A Cargill deu continuidade ao processo de licenciamento, que se encontrava em nome da empresa Bricks Logística, contratando a empresa Ambientare de Brasília para realizar o diagnóstico e o EIA/RIMA da área para a construção do TUP Abaetetuba. Posteriormente também contratou uma ONG do Estado do Pará denominada Piabiru, para finalizar o EIA/RIMA. De acordo com o Relatório, em 13 de novembro de 2017, a BRICK e a Cargill Agrícola S.A. assinaram Termo de Cessão de Direitos de Posse sobre o imóvel objeto do licenciamento, e com isso a Cargill deu prosseguimento aos trâmites legais de licenciamento e requerimento de Licença Prévia (LP), realizando o protocolo em 21 de novembro de 2017, conforme consta no Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA, 2018).

Cabe assinalar que o desenvolvimento do setor portuário na Amazônia, a exemplo do TUP-Abaetetuba, insere-se numa lógica de expansão do grande capital usando os rios navegáveis da região que se tornaram importantes rotas de transporte, seja de empresas de mineração, do agronegócio, de transporte de grãos além de uma série de outras atividades empresariais mobilizadas por grandes obras de infraestrutura, conforme analisa Castro (2017).

A ascensão da nova fronteira econômica na região e o fortalecimento da lógica de mercado transforma os rios em “corredores de exportação” (CASTRO, 2017, p. 25). Nessa esteira o rio deixa de ser espaço de reprodução da vida e se torna apenas uma rota de escoamento, fato que tem interferido diretamente nas condições de vida das populações que vivem nestas áreas, especialmente das populações ribeirinhas. Insere-se nessa conjuntura os chamados complexos portuários que apontam para um novo “vetor logístico e corredor de exportação” no Norte do país, que para Rodrigues (2018a), constitui um exemplo da territorialização do capital, das políticas nacionais e dos investimentos privados na região.

É nesse contexto que se interpõe a proposta de construção do Terminal de Uso Privado em Abaetetuba, pensada para uma região que onde vivem dezenas de comunidades ribeirinhas localizadas na foz do Tocantins, mais precisamente às margens da ilha Xingu, situada a oeste da porção insular do município de Abaetetuba (mapa 12).

Estrategicamente esses projetos têm sido pensados para o norte do Brasil, onde, segundo Rodrigues, Rodrigues e Lima (2019) incluem mais de 96 portos graneleiros. Somente no complexo Barcarena-Abaetetuba são planejados 16 portos, sob o controle da Cargill, Cevital, Odebrecht, Butirama, Celba, Hydro, dentre outras empresas (RODRIGUES, RODRIGUES; LIMA, 2019). De acordo com Rodrigues (2018a),

(...) essa lógica, via políticas públicas portuárias, seria criar estratégias para reduzir o tempo de armazenamento de mercadorias, promover a maior fluidez e o aumento da integração entre os elementos do sistema complexo de produção mundial, de relações e redes informacionais/relacionais e financeiras (p. 203).

A escolha da ilha Xingu em Abaetetuba para instalação do empreendimento justifica-se, dentre outros, pela sua localização geográfica estratégica no contexto da logística de transporte hidroviário no Norte do Brasil. Assim está contido no próprio o EIA e o RIMA da Cargill publicado no ano de 2018:

A Cargill precisa construir um novo terminal para receber os produtos vindos de seus empreendimentos localizados em Miritituba (PA) e Porto Velho (RO), e depois enviá-los para exportação. O município de Abaetetuba possui uma localização estratégica, pois está próximo da capital Belém e do Oceano Atlântico. Além disso, o local onde se pretende instalar o TUP na ilha do Xingu, encontra-se protegido de grandes variações de maré, aumentando a segurança operacional de manobras dos navios e barcaças, e reduzindo o risco de acidentes (EIA/RIMA, 2018, p. 10).

Além dos aspectos citados, também se leva em conta o fato da ilha estar situada em uma região do estuário tocantino que apresenta grande calado para ancoradouro, sendo que em determinados pontos da baía, o calado chega ultrapassar 100 metros de profundidade, além de uma enorme área para manobras de barcaças e de grandes navios graneleiros.

Nesse sentido, por sua localização geográfica estratégica, a ilha Xingu passou a ser vista como importante eixo da logística de transporte de grãos pelos rios da região integrando a Hidrovia Tocantins ao corredor logístico do Arco Norte. Cabe frisar que o “Arco Norte” é um Projeto estratégico do Estado brasileiro, que converge com interesses de grandes grupos empresariais supranacionais do agronegócio. Busca consolidar o corredor de exportação de grãos abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará e Rondônia. O desenvolvimento deste Projeto deve incluir, dentre outras, terras tradicionalmente ocupadas por populações ribeirinhas na várzea do baixo Tocantins, como as terras adquiridas na ilha Xingu pela empresa Cargill. Grupos empresariais do setor se valem da flexibilização das leis através dos Planos Diretores municipais e projetos de integração regional, com o discurso do desenvolvimento regional e criação de empregos, a exemplo do que acontece com a proposta de construção do TUP-Abaetetuba.

Alinhado às estratégias Nacionais, o Estado do Pará lança em 2017 o Plano de Integração e Desenvolvimento Regional, denominado de Pará 2030. Em parceria com a iniciativa privada, o estado passou a articular a partir de então a implantação de um corredor logístico multimodal do Arco Norte. Para institucionalizar a parceria, o Estado criou um conjunto de mecanismos jurídicos legitimadores do desenvolvimento em sincronia com as demandas dos mercados, especialmente das *commodities* agrícolas e minerais. Em trecho do documento encontra-se expressa a seguinte assertiva:

(...) tanto o Governo do Pará, quanto os atuais investidores logísticos na Região Norte não têm a menor dúvida quanto à atratividade do ARCO NORTE e a sustentabilidade dos investimentos previstos para sua consolidação. Quando o sincronismo entre as ações dos diversos agentes públicos ocorrer, os investimentos retomarão. Quando falamos em sincronismo, notadamente no subsetor portuário, estamos registrando a necessidade de harmonização dos marcos regulatórios dos diversos agentes públicos envolvidos, evitando-se a existência de conflitos e retrabalhos, grandes empecilhos à implementação e ao desenvolvimento das atividades portuárias no Brasil (PARÁ, 2017, p. 79-80).

Para viabilização do Plano de Integração Regional, tornou-se necessário ajustar o Plano Diretor dos municípios que constam nos mapas dos grandes empreendimentos logísticos, como no caso da Região Tocantina. No caso de Abaetetuba o novo Plano Diretor foi reformulado em 2016. Mesmo com posicionamentos contrários por parte de lideranças dos movimentos contrários aos ajustes, os vereadores votaram e aprovaram o novo Plano Diretor alterando a Lei 222/2006, e sancionando a Lei 486/2016 que, dentre outros aspectos, instituiu as zonas de desenvolvimento industrial, portuárias e retro-portuárias em âmbito do município. Os artigos 42, 43 e 44 da referida Lei reordenaram as ilhas de Abaetetuba em três zonas distintas, sendo que a zona número 1, que fica compreendida entre as ilhas do Capim, Urubueua e Xingu, (incluindo a área prevista para construção do TUP-Abaetetuba) é classificada como sendo “de desenvolvimento estratégico devido a sua localização e características, com solo firme e aptidão portuária, retro portuária e logística” (...) (Art. 42, Lei municipal nº 486 de 21 de Dezembro de 2016).

Ainda nessa esteira o Governo do Pará, cria Plano Estadual de atração de Novos Negócios (PEANN), (Decreto Estadual nº 913/2013) e institui a Política Estadual de Socioeconomia do Estado do Pará (Lei nº 8.602/2018) ajustes estes que, conforme destaca Bastos (2019) torna-se necessários para garantir os investimentos financeiros dos grandes grupos do agronegócio na região, especialmente no baixo Tocantins, que integra o corredor logístico do Arco Norte.

É nessa arena de reestruturação política e interesses capitalistas que a ilha Xingu passou a integrar o mapa dos grandes empreendimentos na região. Segundo os proponentes do

Projeto, um dos aspectos que deve facilitar a logística de transporte através do TUP Abaetetuba é sua proximidade com o complexo industrial e portuário de Vila do Conde, no município vizinho de Barcarena (apenas 4 km), que por sua vez já integra vários terminais hidroviários de transbordo de cargas, conforme mostra o quadro 6.

Quadro 6. Estações de transbordo em funcionamento às proximidades da Ilha Xingu, Abaetetuba-PA

Estação de transbordo	Município	Início de operação	Carga transportada
TGPM	BARCARENA	2014	Soja Arroz
TUP Vila do Conde (HBSA)	BARCARENA		Soja, Milho e Fertilizantes
Terminal Fronteira Norte (TERFRON)	BARCARENA	2014	Soja e Milho
Porto Mucuripi - Imerys Rio Capim Caulim S.A.	BARCARENA	1995	Caulim
Porto de Vila do Conde – CDP	BARCARENA	1985	Graneis minerais, graneis agrícolas, líquidos, carga geral e contêineres.

Fonte: Cargill, 2018, pesquisa de Campo, 2021.

No caso do TUP Abaetetuba, de acordo com dados divulgados no EIA/Rima do TUP-Abetetuba, empreendimento portuário está sendo estruturado para operar durante 24 horas por dia e deverá ser operacionalizado mediante a implantação da infraestrutura física necessária para permitir a movimentação de aproximadamente 9.000.000 t/ano de produtos a granel (vegetais sólidos). O Terminal logístico deve conter áreas de recebimento de barcaças, armazenagem através de silos, área de embarque de navios, áreas administrativas, de manutenção e áreas de apoio (EIMA/RIMA, 2018).

O início da obra estava previsto para o ano de 2018. No entanto, em função, em parte, das mobilizações dos movimentos sociais locais sob a coordenação da Comissão de enfrentamento ao projeto, que denunciam as irregularidades na elaboração do EIA/RIMA e as ameaças que poderão emergir com implantação do referido empreendimento, as obras ainda não iniciaram. Além disso, existem diversos impasses fundiários, como a sobreposição jurídica da área a ser construída o Terminal, já que esta, se encontra inserida nos domínios demarcados pelo Projeto de Assentamento Santo Afonso, e de acordo com o Plano de Utilização (PU) do referido PAE, o uso da área deve atender aos interesses das populações que ali vivem, conforme analisaremos adiante.

O discurso dos proponentes do Projeto (reafirmado por dirigentes da Cargill em reunião de apresentação do empreendimento realizada em 19 de Abril de 2019 na sede da Associação dos Lojistas de Abaetetuba, localizada na mesma cidade) era de que o TUP-

Abaetetuba deveria gerar emprego na região e atrair investimentos estrangeiros, o que teria impactos positivos na economia do município de Abaetetuba possibilitando aos moradores das ilhas próximas, como Xingu, Urubueua, Capim, Caripetuba, dentre outras, melhores condições de vida já que teriam possibilidades de geração da renda a partir dos “empregos” oferecidos pela empresa.

No entanto, na tentativa de encurtar os caminhos burocráticos exigidos na legislação brasileira para implantação do empreendimento, a Cargill tem feito vista grossa para os reais problemas que podem emergir e assim afetar as condições de vida das populações locais. Isso fica evidente no próprio EIA/RIMA que apresenta em uma das imagens de satélite a área que onde fica situada o PAE Santo Afonso, um espaço deserto, vazio, desabitado e sem vida, local onde será construído o Terminal. Não obstante, o EIA/RIMA aponta como principal área a ser afetada a comunidade de São José, na ilha Xingu, omitindo as demais que também serão atingidas pelo Projeto.

Assim, esclarecemos que embora o TUP-Abaetetuba esteja projetado para em uma área da ilha Xingu, a construção deste empreendimento ameaça impactar direta e indiretamente inúmeros povoamentos inseridos nas áreas de abrangência dos seguintes Projetos de Assentamentos Agroextrativistas em âmbito do município de Abaetetuba: PAE Santo Afonso, PAE Santo Antônio II, PAE Ilha Caripetuba, PAE Nossa Senhora da Paz PAE Nossa Senhora do Livramento, PAE Santa Maria. O quadro 7 apresenta alguns dados sobre o quantitativo de famílias ameaçadas pelo projeto.

Quadro 7. Área de influência do TUP-Abaetetuba, ilhas de Abaetetuba-PA

PAES	ILHA	ANO DE CRIAÇÃO	N. DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE	COMUNIDADES
PAE Santo Afonso	Ilha Xingu	28/11/2005	182	722	Igarapé Areia, Ilha do Capim, Santo Afonso e São José -Igarapé São José, Igarapé Vilar e Igarapé Moju.
PAE Santo Antônio II	Ilha Capim	16/12/2005	118	468	Comunidade de Santo Antônio e São Pedro
PAE Ilha Caripetuba	Ilha Caripetuba	28/09/2006	651	2226	Caripetuba, Xingu e Igarapé São José, Nossa, Senhora de Nazaré e Igarapé Tauerá.
PAE N. S. do Livramento	Ilha Baixo Jarumã	27/07/2004	130	516	Baixo Jarumã e Livramento
PAE Santa Maria	Ilha Jarumã	28/11/2005	300	1191	São Miguel, N.ª. S.ª do Perpétuo Socorro. , N.ª. S.ª do Livramento.
PAE N.S.da Paz	Arumanduba	15/09/2006	515	2044	Comunidade N. S. da paz. São Miguel, Santa Maria.
TOTAL			1.896	6.747	

FONTE: INCRA, 2015.

Além dos PAES citados no quadro 7, a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento também inclui localidades próximas situadas do outro lado do rio Pará já na porção continental do município de Abaetetuba dentre as quais destacamos as localidades de Pirocaba de Beja, Tauerá de Beja, Guajará de Beja, Vila de Beja, além da Sede Municipal, a cidade de Abaetetuba que se encontra distante apenas 13 Km da ilha Xingu.

Considerando apenas as famílias cadastradas nos Projetos de Assentamentos citados calcula-se que o projeto deve impactar mais de 1800 famílias totalizando quase 7.000 (sete mil) moradores das comunidades ao entono das ilhas Xingu e Capim. Estas comunidades encontram-se potencialmente ameaçadas por diversos fatores, como poluição, escassez de recursos naturais, diminuição da biodiversidade, desapropriação, além do fato de estarem sujeitas a não poder exercer quaisquer domínios sobre as terras herdadas de seus antepassados, seja para moradia, lazer, retirada de recursos naturais, dentre outros.

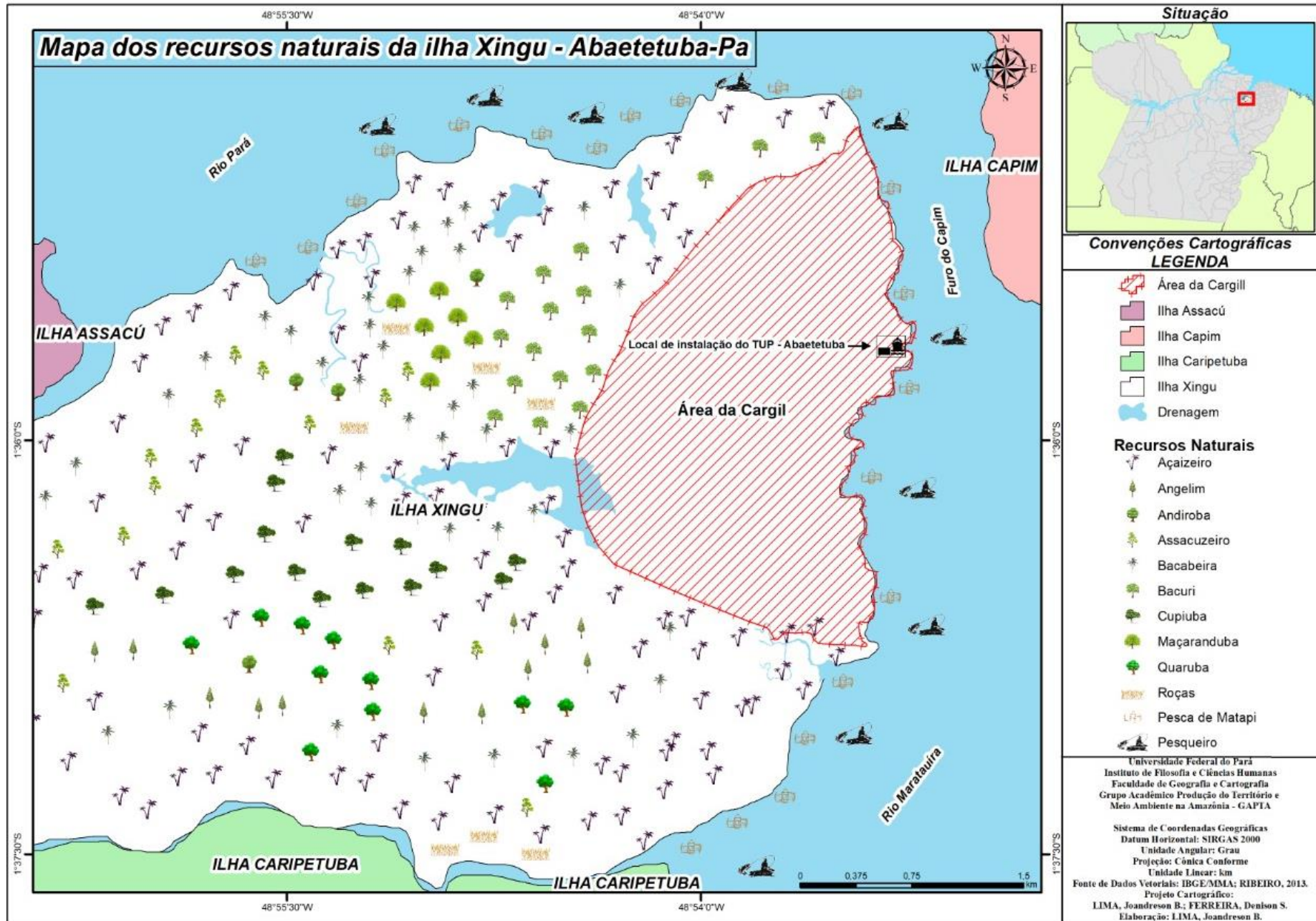
A publicação do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, produzido pela Cargill trouxe grande surpresa e preocupação para as famílias que ali residem, as quais alegam não terem sido ouvidas durante o diagnóstico realizado pela empresa de consultoria Ambientare, responsável pela execução do EIA/RIMA, e que da mesma forma nem sequer sabiam da existência do documento. Como relata uma moradora da Comunidade São José, ilha Xingu:

A gente nunca foi ouvido sobre esse projeto. Daí eles fazem um documento [RIMA DA CARGILL] dizendo que foram tomadas todas as providências para que o povo daqui não sofra prejuízos com o esse projeto, mas a gente nunca soube de nada disso, o que a gente sabe é que só vamos ter prejuízos, por isso a gente não aceita que esse porto seja construído aqui em nossa Ilha (MORADOR DA COMUNIDADE SÃO JOSÉ EM 15/05/2020).

A fala deste morador reflete o descontentamento de tantas outras famílias ribeirinhas que residem nestas comunidades. Recai sobre estas famílias o risco de deixarem de exercer qualquer domínio sobre estas áreas que incluem os pontos de pesca, áreas de cultivo da agricultura familiar, áreas de livre acesso aos rios próximo às ilhas Capim, Xingu, Urubuéua, Caripetuba, incluindo a comunidade quilombola “Bom Remédio”.

Quando se compara a cartografia apresenta no EIA/RIMA com as condições concretas que permeiam as territorialidades ribeirinhas em torno da área de influência da Ilha Xingu e Capim vê-se a conformação de uma espécie de violência simbólica (BOURDIEU, 1989) que acaba por omitir intencionalmente os recursos naturais e as formas de vida dos grupos locais, através da sobreposição de áreas. Em pesquisa de campo identificamos e mapeamos, em parceria com moradores locais, alguns dos recursos naturais existentes no sistema de várzea local, em sua maior parte negligenciados e/ou omitidos se levarmos em conta a base cartográfica divulgada no EIA/RIMA referente ao TUP-Abaetetuba (Mapa 13).

Mapa 13. Recursos Naturais da Ilha Xingu, Município de Abaetetuba-PA



Fonte: Laboratório de Análise de Informações Geográficas – LAIG/UFPA

Neste trabalho de mapeamento cartográfico identificamos, com auxílio dos pescadores locais, aproximadamente 10 pesqueiros (pontos de pesca artesanal) somente ao entorno da ilha Xingu incluindo o furo do capim, que separa as ilhas do Xingu e Capim, sendo que, segundo relatos dos pescadores, estes já estão sendo afetados devido ao aumento de circulação de balsas na área que acaba por “afugentar” os peixes.

Trata-se apenas de um mapeamento genérico, mas que ajuda a identificar diversos recursos florestais e pesqueiros usados pelos moradores locais como base de sobrevivência, como é o caso do cultivo do açaí que além de constitui uma fonte fundamental de segurança alimentar, é também uma das principais fontes de renda das famílias que ali vivem, sobretudo no período da safra anual do fruto, geralmente de entre Julho a Dezembro.

Daí as narrativas de descontentamento dos moradores das comunidades locais em relação ao referido Relatório, haja vista que estes alegam que não foram ouvidos durante o diagnóstico realizado pela empresa de consultoria Ambientare, responsável pela execução do EIA/RIMA.

Quando eles vieram pra cá fazer esses estudos, a gente nem sabia do que se tratava, muita gente achava que era um estudo qualquer sobre a vida do povo aqui. Mas depois a gente viu que eles colocaram no documento dizendo que a gente tinha participado das pesquisas e estaria a favor do projeto. Isso acabou indignando muita gente daqui que até então não sabe o que vai acontecer com esse Porto que eles pretendem fazer aqui (MORADOR DA ILHA XINGU EM 03/05/21).

Conforme destaca Bastos (2019), nessa arena de interesses capitalistas vai se consolidando silenciosamente a extinção de espécies, cercamentos dos rios, contaminação da água, desestruturação das formas de uso dos recursos naturais, enfim, vai se configurando formas diversas de violência sistêmica que historicamente invisibilizam os modos de vida dos grupos locais, a exemplo do que aconteceu em diversas fases de formação territorial da região, como analisamos nos capítulos anteriores. Tal realidade emerge como produto da nova (nova?) visão de “desenvolvimento” da Amazônia planejada pelo Estado que frequentemente negligencia as condições de existência dos grupos locais concebendo-os com sem historicidade (NAHUM, 2011), sem demandas próprias, fato que acaba por intensificar os conflitos territoriais e os processos de degradação do sistema de várzea local.

Este é o exemplo das comunidades que vivem ao entorno da ilha Xingu, dentre as quais destacamos como exemplo emblemático o caso da comunidade de Igarapé São José, isso porque a comunidade encontra-se inserida diretamente na área demarcada para construção do Terminal Logístico na ilha Xingu. De acordo com nossas pesquisas de campo, vivem na Comunidade de São José cerca de 37 famílias que dependem diretamente dos recursos naturais presentes no sistema de várzea local para sobreviver. Embora não saibam o

que estar por vir, moradores da região dizem que com a implementação do empreendimento pode trazer sérias consequências para a população local. A fala de um morador expressa essa realidade de insegurança que estes sentem em seus próprios domínios.

Olha nos aqui vivemos com medo do que essa empresa pode fazer com nosso povo...já fizeram uma cerca aqui. Isso quer dizer que a gente não vai mais poder pescar, tirar o açai, plantar...a gente depende disso e como a gente vai viver? Aqui nós não precisamos de emprego, precisamos da natureza: ela que nos dá o sustento porque até o dinheiro que a gente consegue vem dos do açai, do peixe, e de outros recursos que a gente vende as vezes. Então a gente fica muito preocupado e que a gente puder fazer vamos fazer para não deixar eles tomarem o que é nosso. (MORADOR DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO, ILHA CAPIM em 19/08/2020).

Antes mesmo do início efetivo dos trabalhos de construção do terminal da Cargill, os impactos já começam a atingir diretamente os moradores da comunidade São José, na ilha do Xingu, isso porque já fora feito o cercamento de uma área de aproximadamente 400 ha destinada ao empreendimento pela empresa Cargill, conforme referido pelo morador entrevistado.

O cercamento da área destinada a implantação do Projeto constitui um exemplo dos cercamentos impostos às populações locais que, dentre outras consequências, transformam terras públicas de uso coletivo, em bens de propriedade privada. Tais ações traduzem, como já dissemos, expressões de uma violência simbólica, estrutural, ligada à lógica dominante imposta ao lugar, como no caso aqui em estudo.

Dessa forma, diante das consequências que já se fazem sentir e das potenciais ameaças que poderão advir com a efetiva construção do empreendimento, lideranças ligadas à Paróquia das ilhas em parceria com Coordenadores e animadores das CEBs, de maneira especial das comunidades situadas ao entorno das ilhas do Xingu e Capim, passaram a se organizar e formar frentes de resistência ao Projeto. O processo de enfrentamento mais sistemático teve como ponto de partida o momento que entidades ribeirinhas ligadas à Paróquia Rainha da Paz (das ilhas de Abaetetuba) tomaram conhecimento do Projeto no ano de 2017 por meio da vinculação em jornais e rádios. A partir de então lideranças das CEBs, membros da CPT e Pastoral Social vinculados à Paróquia das Ilhas, se reuniram no intuito de organizar uma agenda de luta e enfrentamento ao Projeto. Como uma das primeiras medidas adotadas, estas lideranças promoveram ainda em 2017 um encontro de formação política cujo tema principal compreendeu os parâmetros legais expressos na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. O encontro, realizado em dois dias na Sede da Paróquia Rainha da Paz, cidade de Abaetetuba, foi ministrado por representantes do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos

(NDDH) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁸, entidades convidadas pela comissão organizadora.

A parceria com os órgãos anteriormente citados (FASE e NDDH) foi fundamental no tocante das ações do movimento de resistência ribeirinha, pois permitiu a construção de um canal de diálogos sobre questões conjunturais que permeiam o desenvolvimento dos projetos de logística portuária pensados para a Amazônia, em especial para a região tocantina. A partir deste momento lideranças ligadas à Paróquia das Ilhas juntamente com coordenadores das CEBs puderam tomar conhecimento das reais ameaças do empreendimento, como relata uma integrante da Comissão de enfrentamento ao Projeto:

Depois que a gente escutou o que estava planejado para nossas ilhas, ai a gente viu que era preciso agir, fazer alguma coisa porque naquele momento muitas famílias da ilha do Xingu, Capim, Urubueua, já tinham sido contactadas por parte de representantes de empresas, dentre elas a Cargill, para vender suas terras, o que gerou uma grande preocupação por que nem eles sabiam o que estava acontecendo, que poderiam perder suas terras de onde tiravam o pão de cada dia (LIDERANÇA DA CARITAS-Paróquia das Ilhas, em 23/06/2020).

Tão logo iam sendo realizados os encontros de formação política, começavam os trabalhos mais efetivos no sentido de criar mecanismos de fortalecer os movimentos de resistência. Assim foi formada uma primeira Comissão de enfrentamento composta por membros da Pastoral Social da Paróquia das Ilhas, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), além de lideranças das CEBs que fazem parte da paróquia das Ilhas. Esta Comissão viabilizou a reprodução dos cursos de formação política que foram desenvolvidos junto às comunidades diretamente inseridas na área do empreendimento, o qual teve novamente o apoio da FASE. O objetivo era alertar as famílias que vivem na área em questão sobre as iminentes ameaças. Da mesma forma, os moradores foram orientados pela comissão a não assinar nenhum documento assim como não concordar com qualquer forma de parceria proposta por pessoas ligadas à empresa Cargill, haja vista que a partir daquele momento as visitas de representantes da Cargill às comunidades locais passaram a ser mais frequentes.

Ainda no início de 2018 a comissão de ribeirinhos, resolveu ampliar o movimento estendendo a luta em âmbito de outros municípios da região, uma vez que o Projeto Arco Norte também integra alguns destes municípios, como Barcarena, Acará e Moju, Tomé-açu dentre outros. Contanto com apoio da Diocese de Abaetetuba, da Paróquia Rainha da Paz,

⁸ A FASE é uma associação brasileira fundada em 1961, tipificado como uma ONG. Desenvolve, acompanha e apoia projetos de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Em sua atuação, constitui e fortalece grupos sociais e populações como sujeitos políticos, a exemplo de jovens, mulheres, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares.

Cáritas brasileira, além da Universidade Federal do Pará-UFGPA e do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFPA) a comissão de enfrentamento promoveu uma reunião na Diocese de Abaetetuba (situada na cidade de Abaetetuba), visando estabelecer uma agenda de ações de resistência a nível regional. Segundo informações de lideranças do movimento, o evento contou a participação de representantes de várias entidades, associações e movimentos sociais, como Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Lideranças do Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Conselho Tutelar das ilhas de Abaetetuba, Instituições de Ensino, Conselho diocesano (Diocese de Abaetetuba), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abaetetuba (STRA), Coordenadores dos PAEs, lideranças das CEBs, além de moradores das comunidades locais.

Neste momento foi deliberada a criação de uma Comissão Diocesana que passou a integrar a Comissão ribeirinha das Ilhas. A Comissão foi formada por aproximadamente 25 lideranças de vários municípios da região tocantina, como Moju, Igarapé-Mirim, Tomé Açu, Barcarena, dentre outros. Também ficou deliberado que cada município faria sua comissão local, que seria orientada pela comissão maior da Diocese de Abaetetuba.

A partir de então o movimento de resistência ganhou força. Em Abaetetuba representantes de diversos órgãos, movimentos, entidades e organizações locais, como Paróquia das Ilhas, CPT, CÁRITAS, Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTR), Colônia de Pescadores (Z14), Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Movimento das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Movimento dos Ribeirinhos dos Projetos Assentamentos das ilhas de Abaetetuba (MORIPA), dentre outras, passaram a compor a comissão das ilhas de enfrentamento ao Projeto. Em meio às estratégias de organização social houve perseguições políticas e até ameaças de mortes aos representantes da Comissão, conforme relata uma integrante do movimento:

Olha nós fomos perseguidos por pessoas que a gente nem sabia quem era. Fomos ameaçado se continuássemos a lutar. Nos disseram que não adiantava a gente resistir porque a gente não representava nada, só era um grupo pequeno que queria fazer confusão sobre algo que iria nos beneficiar no futuro. Como se isso fosse realmente trazer algum benefício pra gente (...). (MEMBRO DA COMISSÃO RIEBIRINHA DE ENFRENTAMENTO AO TUP-ABAETETUBA em 20/11/2020).

Mesmo diante de ameaças, as lideranças ribeirinhas não se acomodaram. Sob iniciativa das Comissões de enfrentamento, em parceria com a CARITAS da Paróquia Rainha da Paz e da Diocese de Abaetetuba, a partir do ano de 2018 foram organizadas várias manifestações pelos rios e pelas ruas da cidade de Abaetetuba. Dentre estas manifestações destacam-se os chamados “Gritos das Águas”, que a partir de então passou a fazer parte da agenda de enfrentamento proposta pelas lideranças locais. A realização do primeiro “Grito das

Águas”, ou nas palavras de uma líder comunitária local: “de um grito de rebeldia e resistência contra os poderosos do agronegócio”, aconteceu no dia 22 de março de 2018, data em que se comemora o dia mundial da água. O evento foi realizado na comunidade Igarapé Areia, Ilha do Xingu, por iniciativa de diversos movimentos sociais ligados à Paróquia das Ilhas e à Diocese de Abaetetuba. Na oportunidade lideranças das comunidades ribeirinhas e entidades presentes deram seu “grito” de protesto contra os grandes empreendimentos pretendidos para a região, especialmente contra o TUP-Abaetetuba

No protesto os moradores também pediram providências em relação aos impactos ambientais que afetam os cursos hídricos, uma vez que a região se encontra sob a influência direta do complexo industrial e portuário Albrás-Alunorte, localizado na cidade vinha de Barcarena, local de despejo de resíduos de minérios que frequentemente provocam contaminações hídricas na região.

Figura 14. Fotografias do 1º “Grito das Águas” realizado pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA (2018).



Fonte: Osmana Dias

Na ocasião os participantes do evento se concentraram às margens do Igarapé Areia, na ilha Xingu, onde exibiam cartazes proclamando “gritos de ordem” contra o empreendimento. Foi um momento histórico e representativo do processo de luta política

ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba. Além de lideranças políticas e de moradores das comunidades ao entorno da Ilha Xingu, participaram deste momento representantes de diversas instituições, movimentos sociais, associações e entidades locais, como CÁRITAS Dom Ângelo Frosi (Diocese de Abaetetuba) CÁRITAS-Paróquia Rainha da Paz, Comissões de enfrentamento aos grandes Projetos, Gestores de unidades de ensino municipais, Universidade Federal do Pará, Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA), Movimento dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (MORIVA), Colônia dos Pescadores (Z-14), imprensa local, além de um grande número de moradores ribeirinhos. Uma representante da Comissão de enfrentamento das Ilhas de Abaetetuba relata qual era o principal objetivo do evento:

O objetivo foi chamar a atenção de todas as CEBs das ilhas para o que estava acontecendo na ilha Xingu e Capim, e dizer pro nosso povo que o problema que está acontecendo nas comunidades destas ilhas, que são por volta de 12 comunidades, não é somente destas comunidades, mas é problema de todas as Comunidades das ilhas, de todos nós. (...). Mas também o grito foi pra dar um recado para mundo do que está acontecendo aqui.

Em termos gerais, este evento serviu de ponto de partida para chamar de fato a atenção dos moradores das ilhas, sobretudo das comunidades circunscritas à área que se encontra em disputa.

Veja como a educação é fundamental, como a informação é vida (...), faz o povo reconhecer direitos, porque o mesmo povo que fez o grito das águas não permitiu que pessoas da empresa a mando da Cargill [Piaburu] subissem lá, se armaram de facão e impediram essas pessoas de fazer o que queriam lá. Mas ninguém tava com arma ali pra matar ninguém, como a gente dizia pra eles depois: [para os representantes da Piaburu], ‘facão é a ferramenta do agricultor, do nosso povo ribeirinho’. Mas depois que eles viram que o povo tava revoltado com eles, eles passaram a ir até as comunidades com apoio da polícia. Ai a gente foi colocar o pé no chão, porque quando a gente fez o nosso plano de incidência para lutar contra o projeto a gente tinha pontuado quais eram nossas fortalezas e quais eram nossas fraquezas, mas a gente não tinha colocado a polícia como nossa fraqueza, a gente achava que ela era uma fortaleza, que estaria ao nosso lado, mas parte da polícia se mostrou como força contrária. Daí a gente precisou reorientar nosso plano incidência e continuar a luta (LÍDER COMUNITÁRIA E REPRESENTANTE DA CÁRITAS “DOM ÂNGELO FROSI”, ABAETETUBA-PA, em 23/06/2020).

Foi assim que as lideranças das Associações, entidades e coordenadores das CEBs passaram a integrar um movimento que representava as diversas comunidades diretamente situadas ao entorno da ilha Xingu e Capim. De acordo com relatos de moradores locais por ocasião de nossa pesquisa de campo, houve situações tensas em que os moradores da área, como no caso relatado pela entrevistada, impediram a entrada de representantes da Cargill na área depois que passaram a tomar conhecimento das potenciais ameaças do empreendimento.

Em meio ao clima de tensão as mobilizações ribeirinhas continuaram através de manifestações realizadas pelos rios e pelas ruas da cidade de Abaetetuba. Outro momento

onde estas manifestações acontecem é por ocasião do “Grito dos Excluídos”, que ocorre paralelo as programações dos desfiles pátrios. Neste período lideranças locais se organizam e saem em caminhada pelas ruas onde exibem faixas, banner, cartazes, além de entoarem gritos de ordem contrários à instalação de empreendimentos dessa natureza.

Figura 15. Fotografia da Manifestação dos ribeirinhos (2018) contra o TUP-Abaetetuba



Fonte: Antônia Botelho.

Também no ano de 2018 ocorreu uma audiência pública na câmara legislativa de Abaetetuba para tratar sobre o projeto portuário da Cargill. Neste momento lideranças das CEBs se mobilizaram e organizaram um ato nas ruas, antes do início da audiência. Mediante cartazes, faixas, instrumentos de trabalho, carro-som, os ribeirinhos e quilombolas percorreram as ruas da cidade de Abaetetuba a caminho da câmara municipal. Nesse momento expressavam descontentamentos por não terem seus direitos respeitados, e particularmente, terem sofrido violações de direitos humanos, étnicos e territoriais por parte dos responsáveis pelo empreendimento, com a anuência (apoio, aliança e legitimação) do Estado. A audiência foi tensa caracterizada por um clima de indignação por parte das lideranças ribeirinhas. Alguns parlamentares presentes na audiência se mostraram favoráveis à execução do projeto indo, assim, na contramão do que defendiam as lideranças ribeirinhas. No entanto, a ausência de representantes da Cargill e do poder executivo municipal na audiência refletiu o descaso com as demandas ribeirinhas e a falta de abertura de debates com as comunidades locais.

Ainda na esteira das manifestações de resistência ribeirinha, foi promovido em 24 de Março de 2019 o segundo “Grito das Águas”, a exemplo da primeira grande manifestação organizada pelas lideranças locais. Desta vez o evento foi realizado na Comunidade “São Francisco Xavier” do outro lado da ilha Xingu. Novamente representantes de várias instituições públicas, entidades sociais, associações de moradores, lideranças das CEBs, líderes de Assentamentos, além de moradores das comunidades locais se reuniram em frente à Igreja São Francisco Xavier às margens do rio Guajará de Beja num ato simbólico que pretendeu chamar a atenção da sociedade em geral para as potenciais ameaças que podem emergir a partir da implantação dos chamados projetos de “desenvolvimento” pensados para a região, em especial do Projeto TUP-Abaetetuba.

Figura 16. Fotografias do 2º “Grito das Águas” realizado pelos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba-PA (2019).



Fonte: Antônia Botelho e Osmana Dias

Naquele dia foi divulgado uma nota em nome da Comissão Ribeirinha de enfrentamento ao Terminal Logístico da Cargill a qual deixa o posicionamento dos moradores e das entidades e associações de defesa dos interesses ribeirinhos em relação às tentativas de possessões das terras das ilhas para fins alheios às demandas locais.

Reafirmaremos dia a dia nossa resistência, nesse chão e em nossas águas, por nossos antepassados e por aqueles que virão depois de nós. Não aceitaremos passivamente que ninguém chegue em nossa casa dizendo o que fazer e como devemos fazer. Exigimos o direito da consulta livre, prévia e informada. Sem enganação, sem mentiras e propagação de falsas ilusões!

Nossas ilhas, nossa casa comum, não está à venda. Nossas águas não estão negociáveis. E não aceitaremos que ninguém roube de nós aquilo que é mais sagrado e que nos foi confiado pelo Criador.

Gritamos pelo nosso direito de plantar, de pescar, de tomar banho nessas águas, de repassar nossos ensinamentos a nossos filhos e netos.

Gritamos pelo direito de termos nossa história viva, continuada e não apagada pelo esquecimento da extinção.

Gritamos por nossos seres da natureza, pela vida da terra, da água e do ar. Por aqueles que vemos e por aqueles que não vemos, mas sentimos e sabemos que estão aqui. Respeitem nossas visagens e o espírito da Mãe Natureza!

Gritamos pelo nosso direito de permanecer, de existir e viver aqui! Gritamos ainda, pelo território Livre de ameaças às nossas crianças e adolescentes, jovens e familiares.

Por estas e muitas outras razões é que hoje nos reunimos aqui e unificamos nosso grito! Nossa água não é mercadoria!

(CARITAS, 22 de Março de 2019).

Nesta nota é possível perceber que o grito dos ribeirinhos ecoa pela proteção da terra, da água da floresta e do ar, pois sua luta se dá na totalidade do seu território e pela proteção de todos os elementos naturais que nele existe, pois todos eles se relacionam formando uma grande cadeia de proteção a vida.

Ao passo que as lideranças mobilizavam estratégias de enfrentamento ao empreendimento, a exemplo dos “Gritos das Águas”, representantes da Cargill buscavam cooptar lideranças locais, sobretudo lideranças dos Assentamentos Agroextrativistas das ilhas, para assim poder avançar no andamento do Projeto. Há relatos de reuniões realizadas em diversas localidades das ilhas por representantes da empresa que aproveitavam a oportunidade para estabelecer alianças no sentido de garantir maior adesão por parte dos moradores.

Por outro lado, lideranças que compõem a Comissão de enfrentamento ao Projeto orientaram os ribeirinhos moradores da área de influência direta do Terminal a não assinarem qualquer documento apresentado por pessoas de fora de suas comunidades, sobretudo documentos sem cabeçalho e de procedência indefinida.

Em 19 de junho de 2018 foi marcada, por iniciativa da Cargill, uma audiência pública a ser realizada na cidade de Abaetetuba para apresentar o Projeto TUP-Abaetetuba. Tomando conhecimento da audiência, lideranças ribeirinhas locais mobilizaram ações na justiça e conseguiram impedir a realização deste evento. Mas a Cargill provia novas estratégias e no mês de março de 2019 a empresa mobilizou lideranças de Assentamentos das ilhas de Abaetetuba, de Associações comunitárias rurais e de bairros, moradores ribeirinhos,

além de empresários do comércio da cidade de Abaetetuba para uma nova reunião, desta vez sem grandes impasses para sua realização que ocorreu na Associação Comercial de Abaetetuba (ACA). Na ocasião dirigentes da Cargill se utilizaram do discurso da geração de empregos e dos impactos positivos que o Projeto poderia representar à economia do município. Segundo um dos diretores da empresa Cargill “não haverá grandes danos ambientais e perdas para as pessoas, o município é que sai ganhando”.

No dia 06 de Fevereiro de 2021 novamente os moradores das comunidades ao entorno da ilha Xingu voltaram a se mobilizar e promover manifestações contra a Cargill. Desta vez os protestos aconteceram em reação à chegada de uma balsa ao município que ancorou às proximidades do local onde a empresa pretende construir o TUP.

Figura 17. Fotografias dos ribeirinhos em protesto contra a Cargill às proximidades da ilha Xingu, Abaetetuba-PA (2021).



Fonte. Juciley Rodrigues.

Segundo os moradores envolvidos no protesto, tratava-se de uma das primeiras ações necessárias ao início das obras do Terminal Privado que se daria através da ancoragem de grandes blocos de concreto que estavam no interior da balsa. Ao perceberem a ação os moradores das localidades próximas logo se mobilizaram e partiram em direção ao local onde estava ancorada a balsa. Contando com apoio de representantes de diversos movimentos, entidades e associações contrárias a implantação do projeto, como MORIVA, MORIPA, AMIA, Paróquia das Ilhas, Conselho Tutelar, CPT, Caritas, dentre outros, os moradores impediram que a demarcação fosse feita. Foi um momento de grande tensão onde contou com a cobertura da imprensa local acionada pelos próprios moradores ribeirinhos que entoavam gritos de guerra contra o empreendimento e empunhavam cartazes com dizeres como “fora Cargill”, “fora opressores” “vidas ribeirinhas importam”, “deixe-nos viver em paz”, “respeite nosso pesqueiro”, “esse território é nosso”, conforme mostram as imagens a seguir.

Pode-se dizer então que essas formas de protestos organizadas pelos grupos locais traduzem mecanismos de enfrentamento e defesa de suas territorialidades em meio ao processo de avanço da fronteira econômica na região e as tentativas de dominância de territórios de vida. Nessa perspectiva os moradores das comunidades que vivem ao entorno das ilhas do Xingu e Capim resistem não apenas porque dependem dos recursos naturais como fonte de sobrevivência, mas porque entendem que a luta é também contra as formas de invisibilização, negligenciamento, silenciamento de seus modos de vida. Buscam assim, como, como já foi dito, o reconhecimento de suas territorialidades e dos direitos conquistados sob duras batalhas travadas no campo político, como no caso da implantação dos PAEs nas comunidades locais, em especial do PAE Santo Afonso, situado na ilha Xingu e do PAE Santo Antônio II, na Ilha Capim.

Por essa perspectiva não seria apressado dizer que em meio as disputas territoriais os ribeirinhos se contrapõem não apenas ao empreendimento em si, mas, sobretudo, à lógica ligada ao território de “dominância ‘funcional’” (HAESBAERT, 2005), usado como recurso, como valor de troca pelos grandes agentes capitalistas que atuam na região (como a Cargill). Defendem o direito de acesso à terra e aos recursos naturais numa clara demonstração que lutam pelo território de vida, valor simbólico (“abrigo” “lar”, segurança afetiva, fonte de vida e de existência). O argumento de que essas áreas integram o “território de vida” é sustentado pelo modo de vida, através do uso comum dos recursos naturais pelos grupos locais, em que a condição espacial converge para afirmação e reivindicação do presente através de suas lutas e mobilizações.

Conforme observado por Bastos (2019), nessa arena de conflitos, nota-se que não houve (e até então não há) uma mediação por parte do Estado em favor das populações locais. Aliás, sabe-se que o Estado é um dos maiores interessados na realização do projeto, pois, além de flexibilizar a legislação, concedeu o Licenciamento ambiental Prévio (LP) mesmo que este processo tenha sido forjado sem o devido consentimento dos moradores das comunidades diretamente afetadas.

Além das diferentes formas de manifestações populares contrárias ao empreendimento, como as mobilizações anteriormente citadas, destacamos aqui um importante aspecto que se encontra no centro das disputas territoriais em âmbito das ilhas Capim e Xingu que diz respeito à sobreposição de ordenamentos jurídicos sobre a área em questão, ou seja, sob o espaço etnicamente configurado. Conforme já destacado, a ilha Xingu pertence a área de jurisdição dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) implantados no município de Abaetetuba através da portaria de nº 37 de novembro de 2005 expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O processo de regularização da área do Assentamento foi acompanhado do Título de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), emitido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, além de um recorte territorial com Relatório de Titulação e Identificação – RTID, emitido pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA e Fundação Cultural Palmares (FCP) delimitando e reconhecendo a comunidade Nossa Senhora do Bom Remédio como área quilombola em 2005.

Além do PAE Santo Afonso e do território quilombola da comunidade Bom Remédio na ilha Xingu, existe a demarcação legal do PAE Santo Antônio II, na Ilha Capim, resultado da mobilização das comunidades e associações ribeirinhas, para regularizar as terras das ilhas.

Vale lembrar que nas portarias de regulação desse tipo de Assentamento (Portarias nº 268 e nº 269 de 1996 editadas pelo INCRA) foi previsto a criação de um Plano de Utilização (PU) dos recursos naturais contendo as regras de uso do PAE. No caso do PAE Santo Afonso o PU foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 01 de outubro de 2007. O Plano de Utilização foi legitimado com anuência dos próprios moradores da ilha Xingu. Em abril de 2006 reuniram-se em Abaetetuba a Associação do PAE Santo Afonso, juntamente com os assentados inclusos no cadastro de Registro de Beneficiário (RB) deste PAE além de representantes do INCRA, EMBRAPA, IBAMA, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Departamento de Aquicultura e Pesca do Município de Abaetetuba (DAPMA). O objetivo da reunião foi elaborar e criar o Plano de Utilização (PU), dos recursos naturais de uso comum

do PAE Santo Afonso na Ilha Xingu. O PU foi constituído com 59 itens e constitui um instrumento de normatização e gestão territorial dos recursos contidos no PAE.

De acordo com este Plano de Utilização (PU), o uso da terra no PAE Santo Afonso deve atender aos interesses das populações locais através uso coletivo dos recursos naturais, sendo assim vedada a venda de qualquer área do PAE para construção de grandes empreendimentos de qualquer ordem. No Item 39 do referido Plano, que trata da intervenção no subsolo, fica proibido a mineração, e no Item 43, está contido a seguinte assertiva: “fica proibido a instalação de empreendimentos industriais”. Do mesmo modo o Item 49 expressa que “a invasão ou o uso indevido dos recursos naturais da área por pessoas estranhas ao PAE Santo Afonso, será penalizado mediante sua expulsão da área, cabendo ao infrator indenizar todos os danos causados e pagar as multas estabelecidas na legislação ambiental vigente”.

Ocorre no que no processo de ordenamento territorial e regularização fundiária do PAE Santo Afonso, na ilha Xingu, o INCRA e a SPU divergiram e deixaram aproximadamente 400/ha terras federais de fora dos limites territoriais do PAE. Entretanto de acordo com o plano de Utilização (PU), foi permitido apenas a manutenção de um rebanho de bovinos na referida área em questão, ficando expressamente proibido a venda e a expansão desse rebanho. É esta área, negociada em 2017 junto à Bricks Logística, que a Cargill reivindica dentro PAE.

Ai começa o embate jurídico (ou os conflitos pelo uso do território), pois mesmo com todas as competências de gestão territorial claramente definidas por critérios validados pelas comunidades e por órgãos governamentais como INCRA, SPU, IBAMA e SEMAS, ITERPA, a área que compreende o PAE Santo Afonso, na Ilha Xingu, bem como o PAE Santo Antônio II na Ilha Capim, encontra-se sob ameaça de grandes companhias do agronegócio mundial como é o caso da empresa Norte Americana Cargill, que tenta se apropriar de aproximadamente 400 hectares de terra da comunidade São José na ilha Xingu, para construir o terminal logístico e portuário TUP-Abaetetuba. Significa que o terreno delimitado para construção do complexo portuário da Cargill na Ilha Xingu está localizado em área de Assentamento, terra da União, portando, deveria estar sob a concessão de uso dos moradores locais, conforme prevê a legislação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas criados a partir de 2005.

A propósito da Lei dos Portos de 2013, referida no início deste tópico, a territorialização Cargill na região foi favorecida ainda pela Lei 13.465/2017 que, dentre outros aspectos, dispõem sobre a modernização portuária no Brasil (BRASIL, 2017). A referida Lei altera os regimes jurídicos relacionados à regularização fundiária rural e urbana, à

regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e as regras de alienação dos imóveis da União agilizando, assim, a individualização e a mercantilização destas terras, especialmente as mais ricas em biodiversidade, como é o caso das ilhas Xingu e Capim. Os parâmetros apresentados nesta Lei atingem terras que inclusive já foram regularizadas para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito da reforma agrária, a exemplo das ilhas de Abaetetuba. A mesma Lei cria mecanismos que facilitam os critérios de titulação e a antecipação da emancipação dos assentamentos para que os lotes estejam disponíveis para serem negociados no mercado de terras. Também facilita a regularização fundiária de terras públicas e devolutas, possibilitando, inclusive, a legalização da grilagem, uma vez que amplia para 2.500 hectares o limite da área de terra devoluta passível de ser regularizada na Amazônia pelo Programa Terra Legal.

É nesse cenário conflituoso de insegurança jurídica que terras de domínio público federal de uso coletivo passam a fazer parte do mapa dos grandes empreendimentos privados ligados às multinacionais, legitimadas a partir da lei 13.465/2017. Com a confusão que envolve a sobreposição fundiária, as áreas destinadas aos projetos de Assentamentos nas Ilhas de Abaetetuba, e especialmente nas ilhas do Xingu e Capim, ficaram vulneráveis a novos apossamentos, como no caso da Cargill que ao propor o Projeto de alguma forma encontra respaldo nos parâmetros legais anteriormente citados.

Diante desse impasse, além dos parâmetros expressos Gestão dos PAEs, uma das alternativas legítimas reclamada pelas lideranças ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, de modo especial dos moradores das comunidades atingidas nas ilhas Capim e Xingu, perpassa pelos princípios jurídicos de direito territorial contidos expressos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Convenção 169 é uma referência significativa em âmbito internacional sobre os direitos dos povos ditos “tradicionais”. Constitui um tratado internacional com força de Lei nos Países signatários, como é o caso do Brasil. A Convenção 169 foi aprovado por representantes de governos, de empregadores e de trabalhadores em Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho realizada em Genebra, na Suíça, em 7 de setembro de 1989. Tal como destaca Gomes (*et. al.* 2018) Convenção é uma conquista da luta internacional de povos indígenas, quilombolas, agroextrativistas em defesa de seus territórios e pelo direito de decidirem sobre o que é melhor garantir suas demandas de sobrevivência. No Brasil a Convenção foi ratificada, dentre outros ordenamentos, pelo Decreto 5.051/2004 e pelo Decreto 6.440/2008.

Em 5 de Novembro de 2019 foi promulgado o Decreto 10.088/2019 que consolida, na forma de seus anexos, atos normativos sobre as recomendações das Conversões realizadas

pela Organização Internacional do Trabalho. No Anexo LXXII, que atualiza os parâmetros contidos no Decreto 5.051/2004, está expresso, Art. 14, que:

Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência.

O mesmo Artigo ratifica ainda, Inciso II, que “os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”. Já no Art. 15 o Decreto dispõe que “os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos”. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

Um importante eixo normativo relacionado ao direito internacional dos povos indígenas e tribais, ratificado pelo Decreto 10.088/2019, e que tem orientado as ações jurídicas adotadas pelos ribeirinhos de Abaetetuba, está contido no Art. 06, que prevê a necessidade de consultas públicas cada vez que sejam previstas medidas legislativas que possam tais povos. O Art. 15, Inciso II, dispõe que, em se tratando de terras do Estado, torna-se necessário o estabelecimento de consultas públicas a estes povos em situações de alienação das terras e dos recursos naturais dos quais estes dependam para sobreviver:

Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades, (DECRETO, 10.088/ 2019, Art. 15).

As normativas deste Artigo enquadram-se no caso da área em disputa na porção insular do município de Abaetetuba, que de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, classifica-se como Terras da União. Baseado nesses nestes dispositivos legais, expressos na Convenção 169 da OIT e ratificado no Brasil através do Decreto nº. 5.051/2004 e Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019, lideranças ribeirinhas das comunidades afetadas, sob a supervisão das Comissões de enfrentamento das ilhas e da Diocese de Abaetetuba, iniciaram

trâmites legais para efetivação dos protocolos de Consultas Públicas junto às comunidades locais, em especial das comunidades situadas na área de influência do TUP.

Contando com a parceria de uma equipe de voluntários colaboradores do movimento (dentre os quais profissionais da área de Direito), foi formulada uma cartilha de orientação passo a passo para elaboração do Protocolo de Consulta junto às comunidades locais, conforme determinado na Convenção 169 e no Decreto 5.051/2004. A cartilha, intitulada “Protocolos de Consultas & Consentimento Prévio” foi publicada em 2018 (sob a autoria de Gomes, *et al*, 2018) passando a constituir um importante mecanismo de orientação do protocolo de consulta pública nas ilhas de Abaetetuba.

A partir de então foi possível realizar os primeiros Protocolos de Consulta Prévia em algumas comunidades locais, processo que se encontra em curso. O protocolo foi realizado inicialmente em três comunidades remanescentes de quilombos (Itacuruçá, Assacu e Pirocaba) e encontra-se em andamento nas comunidades da área ao entono do Projeto TUP-Abetetuba, como as comunidades de Xingu, Capim, Igarapé São José, Caripetuba e Igarapé Vilar. No caso do território quilombola Bom Remédio na localidade de Assacu, o relatório final foi publicado em junho do ano de 2020 (FASE, 2020) contendo o passo a passo do processo de consulta prévia realizado na localidade. Segundo relatos de uma liderança da Comissão de enfrentamento das Ilhas, será um importante passo para respaldar as comunidades locais em meio as tentativas de apossamento das terras por agentes externos, como a Cargill.

Uma das fases do Protocolo de Consulta Prévia chama-se “linha do tempo” e caracteriza-se pelo resgate da história da comunidade. Para tanto são chamadas pessoas mais antigas da localidade que mais contribuem na construção do que os organizadores denominam de “memória social da comunidade”. Este momento é também uma oportunidade para reforçar junto aos moradores menos informados sobre as potenciais ameaças que podem emergir com a instalação do Projeto da Cargill.

A exemplo do protocolo de consulta pública, e das diversas outras manifestações de resistência poder-se-ia dizer que as várzeas que integram as localidades de Capim, Assacu e Urubúeua transformaram-se em espaços de lutas, em que os moradores tem se mobilizado para discutir as formas de resistências ao avanço do estabelecimento desses megaempreendimentos em seu espaço de vivencia. Porém, no que pese todo esforço nesse sentido, os agentes locais reconhecem que a luta vai se tornando cada vez mais desafiadora, exigindo assim, articulações políticas efetivas. Isso porque, como lembra Sobreiro Filho (2015) o capital vai se articulando, criando brechas, dissensões, cooptações e, enquanto os

movimentos de resistência buscam se mobilizar, ele se fortalece por meio da desmobilização desses movimentos, como frequentemente ocorre nas ilhas de Abaetetuba.

Nessa luta conflituosa pelo acesso à terra, vai se consolidando silenciosamente a extinção de espécies, o cercamento de rios, a contaminação das águas, enfim, a negação do modo de ser e de viver das populações locais que são inseridas cada vez mais em um contexto de violência sistêmica, típica do modo de produção vigente. Tais consequências emergem como resultado dos novos processos de expansão da fronteira econômica na região que continuam a conceber a região como “espaço vazio”, conforme advertiu Nahum (2011), e como fonte “infinita” de recursos naturais capaz de atender as demandas de mercado em detrimento das condições de vida de diversos seguimentos sociais historicamente estabelecidos na região, a exemplo dos moradores das comunidades locais.

Independentemente das lacunas e dos desafios que ainda persistem sobre a questão da luta pela posse da terra nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina, como nas ilhas de Capim e Xingu, é conveniente lembrar que a organização política das populações locais tem sido uma ferramenta fundamental e necessária diante da imposição de interesses alheios às suas demandas. Estas lutas constituem hoje um importante exemplo do processo de resiliência dos povos ditos “tradicionais” frente ao avanço da fronteira econômica na região, sobretudo a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, quando as comunidades locais passaram a viabilizar mecanismos mais efetivos de organização política, como aconteceu no contexto da implantação dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAEs).

Vale ratificar que tão importante quando a defesa da terra e seus recursos naturais para atendimento das demandas de sobrevivência destas populações, está a luta pelo reconhecimento de seus modos de ser e de viver frente às novas lógicas de expansão da fronteira capitalista na região, que continuam a conceber a natureza como mera fonte de recursos naturais capaz de atender as demandas de mercado em detrimento das condições de existência das populações historicamente estabelecidas na região, como os ribeirinhos de Abaetetuba. Nesse sentido a luta precisa ser constante contra toda forma de “cercamentos” (como aqueles que descrevemos na ilha Xingu). Conforme destaca Dardot (2017, p.107) “denunciar os “novos cercamentos” é enfatizar um conjunto de tendências inseparáveis da atual globalização capitalista”. Nessa perspectiva de vida, de morte e, sobretudo de existência, impõem-se de maneira desafiadora aos agentes na luta por direitos territoriais livre de cercamentos dos recursos naturais de uso comum.

Antes de concluir este capítulo ratificamos sua importância na compreensão do processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia, e em particular nas ilhas de

Abaetetuba. Através das questões aqui debatidas, buscamos chamar para importância da conjuntura de relações sociais que demarcam as formas de r-existência ribeirinha frente às constantes ameaças a seus territórios de vida, como no caso das comunidades situadas nas ilhas Xingu e Capim. As estratégias ribeirinhas de enfrentamento às imposições capitalistas na região sinalizam para a existência de uma forte relação de dependência das comunidades locais com a terra e com a água de trabalho, representada pelos rios, lagos igarapés, praias, ilhas, áreas de açazais, áreas de cultivo de roça em fim, pelos múltiplos ambientes que compõem o sistema de várzea local e constituem territórios de vida. Em meio a este contexto a dimensão natural e social se entrelaçam e se complementam, convergindo para afirmação e reivindicação do presente através de suas demandas comuns, ressemantizando, assim, o sentido de ser ribeirinho. Transforma-se assim a forma homogênea e estigmatizante de ‘morador da beira dos rios’ para agentes sociais conscientes de suas demandas coletivas e capazes de enfrentar as constantes tentativas de apropriação capitalistas destas áreas.

Assim, os lugares de vivência ribeirinha, espaço-natureza, se revestem de caráter político, traduzindo assim a importância da dimensão abstrata do espaço, aquela constituída no jogo de relações sociais, como no caso das relações suscitadas em âmbito das disputas territoriais pelo uso da terra em âmbito das comunidades em estudo. Daí então nosso esforço em chamar a atenção para a importância do espaço socialmente construído, pois conforme ressalta Lefebvre (2006), quando se põe em evidencia o espaço social, o espaço-natureza (físico) se distancia. As forças políticas criam um espaço abstrato. “A plenitude invisível do espaço político se instaura no vazio de um espaço natural” (p. 47). Este último, porém, adverte este autor, “permanece terreno comum de início (...). Com certeza, ele não desaparece pura e simplesmente da cena. Fundo do quadro, cenário e mais que cenário, ele persiste e cada detalhe, cada objeto da natureza se valoriza tornando-se símbolo (o menor animal, a árvore, a erva etc.)” (LEFEBVRE, 2006, p. 34).

É nesse contexto que se compreende a produção (social) do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba e em especial nas Ilhas Xingu e Capim enquanto parte de uma teia de relações sociais que transcende a dinâmica do lugar refletindo as próprias contradições do mundo atual sem que esta realidade deixe de refletir a dimensão percebida e vivida do espaço, de que fala Lefebvre (2006).

Em outras palavras seria dizer que a produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba, a exemplo das comunidades situadas ao entorno das ilhas do Xingu e Capim, insere-se em uma realidade espacial complexa que expressa o dinamismo do lugar e ao mesmo tempo as contradições do mundo, especialmente quando se analisa as determinações

que se encontram por detrás das formas divergentes de uso da terra na região, como aquelas referidas por Loureiro (2012) quando se refere à “terra de trabalho” e a “terra de negócios”.

Assim, a partir do exemplo da ilha Xingu, poderíamos dizer que o contexto contemporâneo de produção do espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba expressa uma conjuntura de relações sociais que inclui tanto a racionalidade homogeneizante (imposta pela lógica de produção dominante), quanto as lógicas de vida que foge a essa racionalidade, acentuando, assim, o diferente, aquilo que traduz a ideia de apropriação da natureza para reprodução da vida, não propriamente para a reprodução do capital e para a manutenção da razão dominante, razão do objeto, como dizia Santos (2008).

Diante dessa realidade que se apresenta na contemporaneidade o espaço ribeirinho revela mais uma vez seu caráter social, político, refletindo não apenas uma conjuntura “interna”, “local”, mas principalmente as próprias manifestações do mundo sobre o lugar. A ação dos grupos locais se atrela (ou reverbera) as imposições endógenas de modo que o espaço ribeirinho vai ganhando novos significados, novos conteúdos e assim deixando de ser substrato para se tornar produto e igualmente condição da reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrando às considerações finais da pesquisa destacamos alguns aspectos gerais sem a pretensão de encerrar e/ou exaurir quaisquer discussões aqui empreendidas; mas principalmente no sentido de chamar a atenção para as diversas perspectivas que se abrem no campo analítico quando se problematiza questões que envolvem a diversidade da vivência ribeirinha na Amazônia, de maneira particular aquelas que permeiam temática da produção do espaço ribeirinho.

As considerações suscitadas nestas últimas linhas da tese serão orientadas em dois momentos. Em um primeiro momento resgatamos, em largos traços, o percurso metodológico da tese, descrito na introdução, de modo a realçar a importância de cada momento deste percurso na construção da tese aqui defendida. Em seguida suscitamos pontuar algumas questões concernentes à produção empírica do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina, e de maneira especial nas ilhas de Abaetetuba, que aqui foram problematizadas, mas que carecem novos aprofundamentos, sobretudo se considerarmos que a temática que permeia a produção do espaço ribeirinho constitui um vasto campo de pesquisas ainda carente de estudos acadêmicos-científicos, de modo especial sob o olhar da ciência geográfica. O olhar sobre esta realidade nos desafia a dar continuidade aos debates como forma de dar visibilidade à trajetória histórico-geográfica destas populações, frequentemente esquecidas, ou não devidamente lembradas na literatura, tampouco nas políticas públicas.

Retomando os fundamentos gerais do percurso metodológico da pesquisa descrevemos na introdução que este percurso tem como horizonte o método *regressivo-progressivo* suscitado nos estudos do filósofo Henri Lefebvre (1978), o qual julgamos pertinente e adaptável ao nosso objeto de estudo. Consoante aos seus fundamentos tal método busca reconstituir o passado a partir do presente, quer dizer, permitindo observar o que houve de características (da realidade atual) num determinado lugar ou que se passou com ele em outras épocas, fazendo comparações, analogias e implicações. O pesquisador tenta resgatar, através da ótica regressiva, o que precedeu o presente para, em seguida, retornar o processo em sentido contrário, para esclarecer, desdobrar, desenvolver todas as possibilidades contidas na situação presente, e assim, elucidar, clarificar o futuro, o possível.

Feito esses breves esclarecimentos sobre o método *regressivo-progressivo*, vamos então aos fundamentos empíricos suscitados nos quatro eixos ou momentos da análise que estruturam a tese. No primeiro momento (capítulo I) descrevemos aspectos do contexto espacial ribeirinho na contemporaneidade tendo em vista o que Lefebvre (1978) caracteriza

como dimensão horizontal da realidade social, ou seja, o momento onde se busca estabelecer uma aproximação preliminar ao objeto de estudo sem precisar com rigor as temporalidades, ou melhor, os processos sociais historicamente constituídos.

A análise empreendida neste momento da tese buscou mostrar, dentre outros aspectos, que a dinâmica espacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba encontra-se profundamente atrelada à dinâmica dos rios. Por se tratar de uma área tipicamente estuarina (inserida no contexto do estuário do rio Tocantins) compreendendo o baixo curso do rio Tocantins na confluência com o rio Pará, a presença de uma intrincada rede de canais fluviais, formada por rios, furos, igarapés, paranás e bahias, constitui característica marcante da configuração territorial local.

Todavia, a diversidade da vida ribeirinha não pode ser compreendida somente a partir da configuração territorial, daí então a ênfase dada ao conteúdo social do espaço cujo ordenamento remete ao espaço concebido, abstrato, hierarquizado, imerso no jogo de relações socialmente constituídas e historicamente determinadas, tal como sugere Lefebvre (1979; 2006, 2008) e ratifica Santos (2006; 2008). Nesse sentido, buscando estabelecer relações entre a configuração territorial e a dinâmica social, adentramos ao universo cotidiano sentido de dar ênfase à produção (social) do espaço. Neste momento, chamamos a atenção, ainda que de maneira preliminar, para a complexidade que permeia a dimensão espacial da vivência ribeirinha traduzidas, dentre outros, nas heranças, rastros, vestígios, traços e marcas do passado impressos na própria configuração territorial ribeirinha.

Dentre os aspectos da dinâmica social analisados neste momento destacamos as peculiaridades na organização territorial, configurada em torno das CEBs; a estruturação e um modo de vida que guarda profundas relações com o passado colonial, a exemplo dos costumes católicos difundidos em âmbito das comunidades locais; a forte dependência à natureza como fonte de recursos naturais; as formas de sociabilidade e interação com o sistema de várzea local.

Em síntese poderíamos dizer que a construção deste momento foi importante no sentido de aproximar o leitor do contexto espacial a partir do qual estabelecemos as bases empíricas da pesquisa. A descrição preliminar buscou levar em conta a complexidade do contexto espacial ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba adentramos ao universo que permeia as experiências concretas do cotidiano, ou seja, aquelas engendradas no espaço vivido.

Todavia, tal como sugere Lefebvre (1978), o presente não esclarece o real fazendo-se necessário a regressão de modo a encontrar a temporalidade dos processos sociais. Daí então o delineamento do segundo e terceiro momento do percurso metodológico iluminado no

método regressivo. No segundo momento (apresentado no segundo capítulo da tese) buscamos reconstituir alguns aspectos do processo de produção do espaço no contexto dos dois primeiros séculos de colonização portuguesa da Amazônia, a partir da fundação de Belém (1616). Analisamos algumas especificidades desse processo em âmbito do chamado Vale do Tocantins Colonial, de maneira mais específica no contexto das ilhas e várzeas de Abaetetuba.

O debate empreendido neste capítulo buscou chamar a atenção para a complexidade que permeia o processo de inserção das populações ribeirinhas na conjuntura mais ampla de produção do espaço regional no período colonial. Em meio aos processos que ajudaram a pavimentar as bases iniciais de produção do espaço ribeirinho na região tocantina e particularmente nas ilhas de Abaetetuba, analisamos o desenrolar de três acontecimentos que marcaram a conjuntura de colonização portuguesa e, por conseguinte, a trajetória de produção do espaço ribeirinho na região. O primeiro compreendeu o que propusemos denominar de “missionalização dos rios”, ou seja, o processo de estabelecimento de aldeamento e missões que caracterizou o domínio exercido pelos padres e missionários sobre as áreas ribeirinhas da região até por volta de meados do século XVIII. O delineamento deste processo culminou, dentre outros, no ordenamento das primeiras mudanças emergentes no espaço indígena que mais tarde viriam a constituir importante aspecto do processo de produção do espaço ribeirinho, dentre as quais destacamos a implantação dos primeiros núcleos coloniais de povoamento dispersos às margens dos rios da região, como a núcleo Camutá-Tapera, (atual cidade de Cametá), Samaúma (atual Vila de Beja/Abaetetuba) Mortigura (atual vila do Conde/Barcarena) Fazenda Gibirié (atual Vila São Francisco/Barcarena). O segundo acontecimento envolveu o processo de criação de capitanias e sesmarias enquanto estratégias político-administrativas adotadas pela coroa portuguesa no tocante do projeto de colonização da região, particularmente das áreas ribeirinhas do antigo Vale do Tocantins. O terceiro acontecimento analisado compreendeu o processo de implantação das políticas pombalinas emergentes a partir de meados do século XVIII cujas ordenações contribuíram de maneira decisiva no reordenamento do processo de produção do espaço ribeirinho na região, como nas ilhas de Abaetetuba, tal como analisamos neste momento da tese.

A reconstituição destes processos representou, assim, um primeiro exercício de “desnaturalização” do espaço ribeirinho, pois, conforme adverte Lefebvre (2006, p. 47), “a historicidade rompe definitivamente a naturalidade instaurando-se sobre as ruínas do espaço de acumulação”. A análise histórica ajuda a compreender os processos, encontros, reuniões, movimentos, simultaneidades, enfim, ajuda a dimensionar as mudanças e permanências que

revelam o caráter abstrato, estratégico e hierarquizado do espaço ribeirinho. Além do mais, este exercício constitui momento importante na construção da tese também no sentido de chamar a atenção para o fato de que a produção do espaço ribeirinho na Amazônia e particularmente nas ilhas de Abaetetuba traduz processos de longa remetendo suas raízes às tramas de relações sociais que marcou o encontro assimétrico entre as sociedades indígenas, os colonizadores europeus e os negros desterrados da África durante os dois primeiros séculos da colonização da região.

No terceiro momento da trajetória metodológica, apresentado no III capítulo, buscamos reconstituir mais um momento do processo de produção do espaço na Amazônia tocantina, e de modo especial nas ilhas de Abaetetuba. Desta vez o foco principal foi a emergência de uma nova conjuntura de produção do espaço regional marcada, dentre outros, pelo processo de desenvolvimento da economia dos engenhos de aguardente, pós-conjuntura colonial. O capítulo ajudou a refletir sobre a produção do espaço ribeirinho em meio ao processo de reestruturação da economia mercantilista na Amazônia, sobretudo após a inauguração da navegação a vapor (meados do século XIX), que contribuiu de maneira significativa para o alargamento das relações sociais de produção do espaço ribeirinho através da economia do engenho. As novas ordenações espaciais impostas sobre a região, a partir principalmente do desenvolvimento mais sistemático da economia dos engenhos, sobretudo entre o início do século XX até por volta de 1960-70 implicou, dentre outros, na reconfiguração das bases de produção do espaço ribeirinho na região, de maneira especial nas ilhas de Abaetetuba. Os engenhos não apenas traduziram uma das mais importantes atividades econômicas da história do município de Abaetetuba como também contribuíram para o processo de reordenamento do espaço ribeirinho na região e de maneira particular nas ilhas de Abaetetuba.

Embora esta atividade fosse desenvolvida na região tocantina desde os tempos mais remotos, remetendo sua origem aos tempos coloniais, em Abaetetuba a economia dos engenhos de aguardente assume papel de destaque principalmente a partir do final do século XIX e início do século XX. As tramas de relações sociais inerentes a esse processo sinalizam mais uma vez para a complexidade da trajetória de produção do espaço ribeirinho.

A análise empreendida neste momento da tese ajudou a compreender como o espaço ribeirinho assumiu múltiplos significados ao longo do tempo: espaço atrelado aos engenhos como espaços de produção propriamente ditos; mas também a economia mercantil articulada ao capitalismo mundial, às redes múltiplas de relações sociais, aos fluxos de produtos, de capitais, de ganhos, das atividades diversas que dominaram e exploraram o espaço assim produzido.

Assim poderíamos dizer, à luz da perspectiva lefebvrea de análise espacial, que o período dos engenhos representa um importante exemplo de como o espaço é ao mesmo tempo um meio de produção, como terra, mas igualmente produto e condicionante de relações sociais, como espaço.

No quarto e último momento do percurso metodológico traçamos como horizonte reencontrar o momento presente da produção do espaço ribeirinho presente buscando compreendê-lo de uma maneira mais esclarecida, ou seja, ressignificada. Neste momento elegemos como variável empírica a organização política ribeirinha tendo em vista suas correlações com a produção do espaço. Neste exercício foi preciso recuperar algumas temporalidades desencontradas e coexistentes para assim entender as mudanças, as rupturas, bem como as permanências.

A partir deste momento da tese suscitamos questões múltiplas que atrevessem a produção contemporânea do espaço ribeirinho, dentre as quais aquelas que permeiam a organização política e as lutas sociais acionadas pelos grupos em torno das demandas de regularização fundiária e do direito de uso da terra. Estas ações ou práticas espaciais se associam e muitas vezes reverberam as próprias ordenações espaciais impostas pela racionalidade capitalista, a exemplo das tentativas de territorialização da Cargill nas ilhas de Abaetetuba que, como vimos, traduziu uma forma de cerceamentos e violência simbólica imposta sobre o lugar e que implicou igualmente uma contrarreação emanada nas estratégias de enfrentamento ribeirinho que aliás, tem constituído ações constantes nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1960 quando os processos de inserção da região na lógica capitalista passam a ser mais efetivos e ameaçadores à sobrevivência das populações locais, como no caso da proposta de construção do TUP Abaetetuba.

A relevância da análise desenvolvida neste último momento do percurso metodológico da tese reside não apenas no fato de problematizar questões inerentes ao processo contemporâneo da produção do espaço ribeirinho na região e particularmente nas ilhas de Abaetetuba – como no caso da organização política – mas também no sentido de suscitar novos significados desse processo em meio às novas conjunturas de produção do espaço regional. Se durante as diversas fases de formação territoriais da região (como no do período colonial e do período de desenvolvimento dos engenhos de aguardente, analisados no segundo e terceiro capítulos) os grupos sociais ribeirinhos foram subalternizados em meio ao desenvolvimento de processos de exploração econômica da região, a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1990, os grupos locais passaram a viabilizar estratégias de enfrentamento às lógicas espaciais impostas não apenas no sentido de garantir o direito de uso

da terra em prol de suas demandas de sobrevivência, mas igualmente no sentido de dar visibilidade aos seus modos de vida, muitas vezes negligenciados frente à imposição da racionalidade capitalista implantada sobre a região. Esta tem sido uma importante pauta de reivindicações por parte das populações que hoje habitam a região, como no caso dos ribeirinhos de Abaetetuba.

Em Abaetetuba o processo de resiliência ribeirinha tem perpassado, dentre outros, pelas lutas travadas no campo político em prol do estabelecimento de uma base legal de regularização fundiária das ilhas e várzeas da região. A conformação destas estratégias tem sido fundamental e necessária, mesmo que esta não tenha representado, de fato, a segurança da posse da terra e o direito de uso dos recursos naturais em prol da sobrevivência das populações locais. O caso aqui analisado das disputas territoriais que se desdobram entre os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, particularmente os moradores das comunidades que vivem ao entorno das ilhas do Xingu e Capim, parece ser sugestivo das condições de insegurança que persiste entre os ribeirinhos da região o que se refere às questões de uso da terra, o que exige o redesenhar constante das estratégias de defesa de suas territorialidades e de seus territórios de vida.

Entende-se nesse sentido que independentemente das lacunas e dos desafios que ainda persistem sobre a questão da luta pela terra nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina, em particular nas ilhas de Abaetetuba, é conveniente lembrar que a organização política das populações locais tem sido uma ferramenta fundamental e necessária em meio a conjuntura de disputas que traduzem os múltiplos usos do território na região. Estas lutas constituem hoje um importante exemplo do processo de resiliência dos povos ditos “tradicionais” frente ao avanço da fronteira econômica na região. Encontra-se em jogo, porém, não apenas a luta pela posse da terra e a garantia dos recursos naturais para atendimento das demandas de sobrevivência destas populações, mas, sobretudo, o reconhecimento de seus modos de ser e de viver muitas vezes considerados irracionais frente aos desígnios da razão dominante.

O exemplo da trajetória de organização política acionada pelos ribeirinhos que habitam as comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina, e de modo particular os ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba, é representativo não apenas no sentido elucidar aspectos da diversidade ribeirinha hoje presente no espaço amazônico, mas igualmente no sentido de problematizar questões que se atrelam ao processo de ressignificação do espaço ribeirinho na Amazônia frente à emergência de novas conjunturas de produção do espaço regional. Neste sentido é imperativo que se leve em conta além do aspecto vivido e percebido, a dimensão concebida do espaço, aquela em se atrela ao espaço abstrato, ao espaço hierarquizado, ao

espaço produzido nas teias de relações sociais intermediadas entre o lugar e mundo, entre a ordem próxima e a ordem distante.

Associada ao delineamento do percurso metodológico da pesquisa, brevemente descrito nas linhas anteriores, cumpre retomar também os pressupostos definidos na metodologia ternária – referida na introdução da tese e dissolvida de maneira implícita na construção dos capítulos aqui apresentados –, a qual foi decomposta em três momentos, quais sejam: **a tese** (descrição horizontal), **a antítese** (descrição vertical) e **a síntese**, (reconstrução da espacialidade). Da tese inicial – ou seja, da prerrogativa que suscita a produção do espaço ribeirinho como um processo atrelado à dimensão imediata do cotidiano –, propomos uma *antítese*, na qual a produção do espaço ribeirinho aparece como produto de relações sociais historicamente determinadas; e, finalmente, uma *síntese*, que concebe o espaço ribeirinho não como apenas como “palco”, substrato, mas igualmente como produto e condicionante de relações sociais.

Após o breve resgate do percurso metodológico norteador da tese, tencionamos neste momento resgatar algumas questões apresentadas no decorrer da pesquisa como um todo muito mais no sentido de problematizar o debate que permeia a diversidade ribeirinha na Amazônia que propriamente de encerrar quaisquer questões problematizadas no percurso de construção da tese. O vislumbramento destas questões não diz respeito apenas ao contexto ribeirinho circunscrito à área de estudo, mas, possuem também correlações também com o próprio debate que permeia a dimensão ribeirinha do espaço na Amazônia.

Em *primeiro lugar* foi dito mais de uma vez no decorrer da análise que o espaço ribeirinho não poucas vezes tem sido visto pela ótica naturalizante/naturalizadora, tratado como sinônimo de espaço-natureza. De outro modo, é preciso dizer que o espaço ribeirinho – tal como buscamos interpretar em âmbito desta pesquisa – é mais que uma superfície sob a qual as coisas e os objetos são alocados, visto como “inofensivo”, “imutável” “indiferente” e por vezes “autônomo” em suas significações. Significa que este espaço não deve ser visto como “passivo”, mas como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida dialeticamente como processo contínuo que está sempre se desfazendo para voltar a se refazer.

Com isso, estamos querendo dizer que a produção do espaço ribeirinho constitui um processo eminentemente político, não no sentido estrito do termo, mas no sentido de estar atrelado ao conteúdo social em seu caráter amplo, o que nos leva a pensar na dominância do espaço social sobre o espaço absoluto. Nesse sentido embora muitas vezes o espaço ribeirinho seja tratado como sendo extensão da própria natureza, como um dado “natural” contendo

certas características “próprias” este espaço não prescinde da dimensão política e ideológica engendradas em seu conteúdo social: sua produção constitui um processo eminentemente social, político e estratégico e como tal historicamente determinado.

Os aspectos debatidos nos capítulos estruturadores da tese são representativos desse processo em âmbito do município de Abaetetuba. Seja no período colonial, quando se efetivou o processo de missionarização dos rios culminando com o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento ribeirinho na região; seja no período dos engenhos, quando as relações sociais ao entorno dos engenhos sinalizaram a emergência de novos processos de produção do espaço regional; seja ainda em meio aos processos mais contemporâneos de produção do espaço, a propósito da organização política que situa o espaço ribeirinho em uma nova conjuntura de relações sociais; o fato é que o espaço ribeirinho sempre expressou contradições e/ou ambivalências que não podem ser examinadas sem que se leve em conta a dimensão política e ideológica que permeia o espaço socialmente produzido. Assim, não seria apressado dizer que o espaço ribeirinho na Amazônia tocantina e particularmente em Abaetetuba foi e é produzido social e historicamente segundo as visões e interesses de múltiplos agentes sociais, desde os tempos coloniais até a contemporaneidade.

Em *segundo lugar* é imprescindível considerar que se o espaço ribeirinho é mais que uma superfície sob a qual as coisas e os objetos são alocados, este espaço não deve ser visto meramente como produto da sociedade, mas igualmente como condicionante de relações sociais. Tomando como exemplo as questões aqui apresentadas poderíamos dizer que o espaço ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba também expressa essa dimensão. Como produto que se utiliza, que se consome, este espaço foi e continua sendo até hoje meio de produção, redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados.

Sendo assim, é possível dizer que o espaço ribeirinho possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção, como terra, e parte das forças sociais de produção como espaço. É também, como vimos no decorrer dos capítulos propostos, objeto de consumo, instrumento político, elemento da luta de classes. Levar em consideração a interseção entre estes aspectos constitui um grande desafio quando se busca analisar a diversidade ribeirinha na Amazônia.

Em *terceiro lugar* há de se convir que, o processo de produção do espaço ribeirinho se mantém vivo, plural e dinâmico na contemporaneidade revelando seu caráter resiliente frente à imposição de lógicas endógenas à região, as quais frequentemente subjagam e negligenciam os modos de ser e de viver destas populações, não poucas vezes considerados “irracionais”

frente aos desígnios do modo de produção dominante. Tal prerrogativa se distancia, assim, de algumas perspectivas teóricas que concebem a existência das sociedades ribeirinhas simplesmente enquanto “resíduos anacrônicos” do sistema de produção vigente; cujos modos de vida estariam fadados ao “desaparecimento” frente à expansão do capitalismo na região. Daí, então, o delineamento da tese aqui suscitada que defende a existência de um processo de produção do espaço ribeirinho na região enquanto parte do processo mais amplo de produção do espaço regional, a propósito da inserção dos grupos sociais ribeirinhos em âmbito das mais diversas fases de formação territorial da região, tal como analisamos no decorrer da pesquisa. Por essa perspectiva de entendimento é possível dizer que a existência de processos de produção do espaço ribeirinho na Amazônia não se dá simplesmente porque existem “vestígios” dos costumes e tradições das populações pioneiras a habitar as margens dos rios da região; mas, igualmente, porque seus modos de vida são resilientes, reproduzindo-se, mesmo no interior das relações capitalistas, tal como buscamos mostrar a partir do exemplo da área de estudo.

Em *quarto lugar*, a exemplo da área de pesquisa, é preciso levar em conta a multidimensionalidade do espaço ribeirinho, pois se o espaço (social) representa o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade e da coexistência de padrões e modos de viver. Muitas vezes as práticas e relações sociais engendradas no espaço ribeirinho – como aquelas aqui debatidas que se atrelam, por exemplo, à relação estabelecida com e a partir da natureza; à organização territorial; às formas de sociabilidade; às estratégias de organização políticas, dentre outras – traduzem (além de suas expressões imediatas) vínculos, conexões, intercâmbios, e até mesmo as contradições do espaço sinalizando assim para a multidimensionalidade do espaço vivido e ao mesmo tempo traduzindo o caráter plural do processo de produção do espaço. Embora tenha a aparência do espaço da energia vital e do desejo, o espaço ribeirinho de fato é resultado das necessidades filtradas e codificadas; necessidades sociais dos grupos dominantes, mas também dos grupos dominados que imprimem suas marcas no espaço, seja no espaço social, mental ou concreto.

Significa que ao mesmo em que as práticas e relações se associam à ordem distante, estas podem revelar diferenciações que dizem respeito ao modo não equânime, como o lugar reage aos ordenamentos do mundo. São formas múltiplas de produção do espaço que convergem no espaço amazônico. Além de pertencer a uma ordem geral, estas formas também constituem formas de resiliências à lógica dominante; temporalidades “clandestinas”, como no exemplo debatido no último capítulo da tese em que as comunidades circunscritas no

contexto das ilhas do Xingu e Capim defendem o direito de uso dos recursos pelo seu valor de uso não propriamente pelo seu valor de troca.

Por essa perspectiva de entendimento é possível dizer que a produção do espaço ribeirinho não se constitui apenas sob o ordenamento da representação abstrata, das relações hierarquizadas, da ordem distante, mas também pode ser expressa nas experiências e vivências cotidianas, as quais podem revelar a indissociabilidade entre a dimensão concebida e a dimensão vivida do espaço. Da mesma forma este processo de produção não se confunde com produção de coisas, mas envolve um movimento dialético e indissociável entre a forma e conteúdo, entre a “morfologia espacial”, e a “morfologia social”. Ambas, forma e conteúdo, não existem fora da realidade social que as engendra; daí a necessidade de analisá-la de maneira complementar, tal como sugerem Lefebvre (2006) e Santos (2008).

Em *quinto e último lugar* retificamos que as questões que envolvem as práticas espaciais projetadas no espaço social ribeirinho nas ilhas de Abaetetuba são representativas de muitos outros lugares da Amazônia onde as transformações acabam por ensejar mudanças permanentes na conjuntura de produção do espaço, de maneira especial do espaço ribeirinho. Os múltiplos processos de expansão capitalista implantados na região (alguns dos quais aqui analisados) traduziram a própria imposição de lógicas distantes sobre o lugar, demarcando assim a trajetória histórica, econômica e geográfica dos ribeirinhos da Amazônia, como os ribeirinhos de Abaetetuba. A análise desse processo requer que se leve em conta ordenamentos espaciais múltiplos de modo a não perder de vista o movimento da totalidade. A produção do espaço ribeirinho é parte desse processo e por isso traduz vínculos, conexões, heranças e marcas do passado que ainda hoje são impressas na própria paisagem ribeirinha, como nas ilhas de Abaetetuba.

Assim, o olhar sobre a produção do espaço ribeirinho em Abaetetuba ajuda também a refletir sobre alguns acontecimentos característicos do movimento de transformação do espaço amazônico compreendido durante diversos momentos do processo de formação territorial da região, como o estabelecimento de ordenamentos espaciais endógenos que subjugam e negligenciam as condições de vida das populações locais assim como o delineamento de processos efetivos de sacralização da natureza assentados no discurso do “desenvolvimento” da região que acabam por intensificar cada vez mais o desequilíbrio socioambiental contribuindo assim para a emergência de processos desiguais de uso da terra na região.

Por tudo que foi debatido na tese torna-se conveniente dizer mais uma vez que o processo de produção do espaço ribeirinho representa, em parte, um processo de superação

dialética entre os costumes e valores do mundo indígena, originalmente amazônico, e os valores impostos pelos colonizadores durante o processo de colonização da região. Assim, a constituição do espaço ribeirinho enseja processos complexos: tradições e traduções; práticas e valores; mudanças e permanências que tem suas raízes atreladas aos costumes do índio, do europeu e do negro desterrado da África, mas que constituem de produção do espaço originalmente ribeirinhas.

Cabe dizer também que o processo de produção do espaço ribeirinho na Amazônia tocantina, e mais precisamente nas ilhas de Abaetetuba, insere-se num processo de devir, um constante refazer da história ribeirinha na Amazônia. No passado as sesmarias, missões e vilas, no presente os portos, hidroelétricas e estradas; no passado os missionários, colonos e militares – representantes do poder colonial; no presente os novos agentes capitalistas buscando cada vez mais estabelecer domínio sobre os territórios ribeirinhos; no passado os barões dos engenhos e o sistema de aviamento; no presente as empresas do agronegócio atuando com anuência do próprio estado que ao invés de proteger, cria mecanismos legitimadores da iniciativa privada na região à revelia das demandas ribeirinhas; no passado o sistema fluvial como aspecto estruturador da vida e da organização espacial ribeirinha, no presente a emergência de dinâmicas espaciais ligados ao vetor urbano-rodoviário, as quais implicam novas formas de fluxos, conexões e intercâmbios traduzindo, assim, novas bases de produção do espaço. Decisivamente o espaço ribeirinho na Amazônia tocantina e particularmente nas ilhas de Abaetetuba não foge à regra do movimento de mudança constante que atravessa o espaço socialmente produzido. O olhar sobre o contexto ribeirinho suscitado em âmbito das ilhas de Abaetetuba constitui um exemplo de como a produção do espaço vai assumindo feições múltiplas: novos conteúdos, novos sentidos: a história se fazendo e refazendo num processo constante de devir.

Antes de finalizar é oportuno ratificar que este debate empreendido não se encerra por aqui, posto que as múltiplas perspectivas que se abrem no campo analítico quando se problematiza questões que envolvem a diversidade da vivência ribeirinha na Amazônia, em especial aquelas que se atrelam à perspectiva da produção do espaço, constituem um estímulo e ao mesmo tempo um desafio a dar continuidade aos debates. O desafio está lançado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.
- ACUNÃ, Cristóval. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo XXVIII, Rio de Janeiro, 1865.
- ALMEIDA, Maria da Conceição. Complexidade e Ecologia das Ideias. In: ALMEIDA, C. e PETRAGLIA, I. (Org.). **Estudos de Complexidade 2**. São Paulo: Xamã, 2008.
- _____. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. 2. Ed. ampl. - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ALMEIRA, Alfredo Wagner (Coord.). **Ribeirinhos e Ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural**. Manaus, Amazonas: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA. 2009.
- AMANAJÁS, Wilson. Engenhos de Açúcar e de Aguardente no Pará. **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro, v. 80, p. 156-59, 1972.
- AMARO, Luiz Carlos; MAESTRI, Mário (Orgs.). **Afrobrasileiros: história e realidade**. Porto Alegre: EST, 2005.
- ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. 2012. 180f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém: 2012.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins - Pará - Brasil (1669 - 1800) - Rupturas e Estabilidades**. 1994. 113 f. Tese (Doutorado em Civilização), Paris, Setembro de 1994.
- _____. O Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação. **Revista Projeto História: Espaço e Cultura**. São Paulo, n. 01, p. 237 – 258, 1999.
- _____. *Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial*. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.17, n.1, p. 91-122, jan./abr. 2000.
- _____. Cartas de datas de sesmarias. Uma leitura dos componentes de mão-de-obra e sistema agroextrativista do Vale do Tocantins colonial. **Paper do Naea**, Belém, n. 151. 2000b.
- ANDERSON. Scott Douglas. Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: PHILLIPPE, Léna; ADÉLIA Engrácia de Oliveira. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 101-119. (coleção Eduardo Galvão).

ARENZ, Karl Heinz. **Filhos e filhas do Beiradão. Formação sócio-histórica dos ribeirinhos da Amazônia.** Santarém: FIT, 2000.

_____. **São e Salvo: a pajelança da População ribeirinha do Baixo Amazonas como desafio para a evangelização.** 2003. 304 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Faculdade Nossa Senhora de Assunção, Quito, Equador, 2003.

_____. Arenz, K. H.. **De l'Alzette à l'Amazone: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661- 1693).** Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2010.

_____. Entre supressão e consolidação: os aldeamentos jesuíticos na Amazônia portuguesa (1661- 1693). In: S. C. C. Almeida, G. C. M. Silva, K. V. Silva & G. F. C. Souza (Orgs.). **Políticas e estratégias administrativas no Mundo Atlântico,** Recife: EDUFPE, 2012. pp. 311-335.

_____. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuíticos da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII). **Revista História e Cultura, Franca, São Paulo,** v.3, n.2, p.63-88, 2014.

ARENZ, Karl Heinz; SILVA, Diogo Costa. **“Levar a luz de nossa Santa Fé aos sertões de muita gentildade”: fundação e consolidação da missão jesuíta na Amazônia Portuguesa (século XVII).** Belém: Açaí, 2012.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização.** Lisboa: Livraria Tavares Cardoso & Irmão, 1901.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Sobre a comunicação Mercantil entre a dita Província e a de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, 1848.

_____. **Compêndio das Eras da Província do Pará.** Belém: Ed.Ufpa. 1969.

_____. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.** 2ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BARATA, Manoel. A Capitania do Camutá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** v. 79, 1908.

_____. **A antiga produção e exportação: Estudo histórico-econômico.** Belém: G. DE Torres, 1915.

_____. **Formação histórica do Pará: obras reunidas.** Belém: UFPA, 1973. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter Alves (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. (Coleção Eduardo Galvão).

BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: Agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730 -1822)**. 2017 181f. Dissertação (História Social da Amazônia) – Belém: UFPA, 2017.

BASTOS, Ana Paula Vidal. PIMENTEL, Márcia da Silva et. al. Economia e sociedade na região do Tocantins, Pará. **Paper do NAEA**, Belém, n. 259, p. 1-32, mar. 2010.

BASTOS, Nelson Ramos. **Territórios em resistência no mundo social da várzea: a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu Abaetetuba/PA**. 2019. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Universidade Federal do Pará, Campos Universitário de Abaetetuba, 2019.

BECKER, Berta, K. Fronteira e Urbanização repensadas. In: BECKER, Berta; MACHADO. In: Lia Osorio; MIRANDA, Marcio. Fronteira econômica. **Questão sobre a gestão do território**. Brasília: Ed. UnB, 1990. (p. 131-144).

_____. **Redefinindo a Amazônia: o vetor tecno-ecológico**. In: CASTRO, Iná Elias etc. al. (Orgs.). Brasil: questões atuais de reordenamento do território. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio** In: MENDES, Armando Dias. (Org.). Amazônia, Terra & Civilização: uma Trajetória de 60 anos. Belém, Branco da Amazônia, 2004. p 115-140.

BENATTI, José Heder; MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. O pluralismo jurídico e as posses agrárias na Amazônia. In: CHAGAS, Sílvio Donizete (org). **Lições de direito civil alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1994. p. 130-150.

_____. **Direito de propriedade e proteção ambiental no Brasil: apropriação e uso dos recursos naturais no imóvel rural**. 344 f. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Húmido) – Belém: NAEA, 2003.

_____. (Coord.). **A questão fundiária e o manejo dos recursos naturais da várzea: análise para elaboração de novos modelos jurídicos**. Manaus: Edições Ibama/ProVárzea, 2005.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois**. Manaus: Editora: Umberto Calderaro / Universidade do Amazonas / Codeama, 1977.

_____. O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem eco-sociológica. In: COSTA, José Marcelino da Costa. (Org.) **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: NUMA, 1995.

_____. **Amazônia: Formação Social e Cultural**. 2. ed. Manaus: Valer, 2009.

BETTENDORFF, João Filipe. **Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. 1ª ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BEZERRA NETO, José Maia. A conquista Portuguesa da Amazônia. In: FILHO, Armando Alves; SOUZA JUNIOR, José Alves; BEZERRA NETO, José Maia (Org.). **Pontos de história da Amazônia**. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2001a. p. 11-25.

_____. **Escravidão Negra no Grão-Pará**. Sécs XVI a XVIII. Belém, Paka-Tatu, 2001b.

_____. **Escravidão Negra no Pará: (séculos XVII-XIX)**. 2ª ed. Belém: Paka- Tatu, 2012.

BOFF, Leonardo. E a Igreja se Fez povo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer a Teologia da Libertação?**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOMBARDI, Fernanda Aires. **Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH-USP, 2014.

BORROMEU, Carlos. **Contribuição à história das paróquias da Amazônia**. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1946.

BRAGA, Theodoro. “História da fundação das principais cidades do Pará destacando os nomes de seus fundadores o lugar dos primitivos estabelecimentos e seu nome indígena”. **Apostilas de histórias do Pará**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1915.

_____. **História do Pará: Resumo didático**. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

BRASIL, Lei 601 de 18 de Setembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Presidência da República casa civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 30 Mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação geral de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Relatório de Atividade**, Brasília: DF, 2008.

_____. **Orientações para a destinação do patrimônio da União**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. Brasília: DF, 2010.

_____. **Projetos de reforma agrária conforme prazo de implantação: período da criação do projeto: 01/01/2001 Até 30/06/2010**. Brasília: DF, jun. 2010 Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao_e_conteudos-de_apoio/publicacoes/reforma agrária/questão fundiária/assentamentos_2001_a_2010.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao_e_conteudos-de_apoio/publicacoes/reforma_agraria/questao_fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf)>. Acesso em 25/05/2020.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira de Mota. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRITO, Roberta Kelly Lima. **A introdução da navegação a vapor na Amazônia no século XIX: o processo de formação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas**. In:

XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2017, Niterói. Anais...2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha – (Belém-1870-1920)**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em História econômica) – São Paulo: PUC, 2006.

CANTO, Luís Otávio. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. 1 ed. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, 2008

CARITAS BRASILEIRA. Comunidades tradicionais das Ilhas de Abaetetuba, no Pará, comemoram o Dia Mundial da Água, 2019.

CARGILL. **Cargill em Resumo**. Acessado em 04/05/21. Disponível em https://www.cargill.com.br/pt_BR/cargill-em-resumo.

CARLOS, Ana Fani. Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVAJAL, Gaspar. **Descobrimento do rio de Orellana**. Tradução de C. de Mello Leitão. São Paulo: Editora Nacional, 1941.

CARVAJAL, Gaspar de; ROSAS, A. & ACUÑA, Cristobal de. **Descobrimento do Rio Amazonas**. São Paulo, Editora Nacional, 1941. (Série Brasileira 203).

CARVALHO JR. Almir Diniz. **Índios Cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)**. Tese (Doutorado em História). 2005. 407 f. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. (Org.). **Escravos e senhores em Bragança: documentos históricos XIX, Região Bragantina, Pará**. Belém: NAEA, 2006.

_____. Terras de preto entre rios e igarapés. In: CASTRO, Edna (Org.). Belém de Águas e Ilhas. Belém: CEJUP, p. 137-160. 2006.

_____. Amazônia na encruzilhada entre o saque colonial e as lutas de resistência. In: CASTRO, Edna (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2017. p. 19-48.

CASTRO, Eduardo Viveiros; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo. FAPES, 1993. (Série estudos amazônicos).

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Opulência e miséria na Amazônia seiscentista**. Raízes da Amazônia, v. I, n. 1. Manaus: INPA, 2005, p. 105-24.

_____. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, França, v. 6, p. 01-10, 2006.

_____. (Org.). **T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Ed. Açai, 2010. 47-64.

_____. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açai; Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia; Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael; BONIFÁCIO, Monique da Silva; MELO, Vanice Siqueira. **Pelos sertões “estão todas as utilidades”. Trocas e conflitos no sertão amazônico** (século XVII). Revista de História 162, São Paulo, p. 13-49, 2010.

CHAVES, Maria Anunciada Ramos. **O açúcar na história do Brasil**. Belém: UFPA, 1999.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. 433 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo, 2005.

COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara**. 2006. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Cartilha Memória e Revitalização Identitária: ribeirinhos e ribeirinhas das Ilhas de Abaetetuba**. Ananindeua-PA, CPT Região Guajarina, 2006.

_____. **Histórico: o nascimento da CPT**. Brasil, 2010. Acessado em 04/05/21. Disponível em <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>.

Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil / Diretório Nacional de Catequese, Brasília, CNBB. 2006 p. 19-20.

COSTA, Fabrício Roberto; ZANGELMI, Arnaldo José; SCHIAVO Reinaldo Azevedo. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **Intratextos**, Rio de Janeiro, vol 2, n. 1, p. 33- 50, 2010.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da Agroecologia**. Belém: UFPA; NAEA, 2006.

_____. Reprodução social do campesinato na região das ilhas em Cametá. In: MOUTINHO, Paulo; PINTO, Regina Pahim (Org.). **Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais**. São Paulo: Contexto, 2009. p.21-34.

_____. **Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará**. Nova Economia: Belo Horizonte, n. 20, p 167-206, 2010.

_____. **“A economia colonial do Grão Pará: uma avaliação crítica (1720- 1822).”** Economia e Sociedade, p 197- 219, 2012.

COSTA, Gleice Kelly Gonçalves. **A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no Contexto da concepção e gestão do Pano popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE de Tucuruí (PPDJUS)**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Belém: UFPA, 2013.

COSTA, Raimundo José dos Santos; BAIA, Maria Aldenise Costa. **As comunidades Eclesiais de Base das Ilhas de Abaetetuba: mudança de paradigmas religioso, econômico e social, no período de 1970 a 2000**. 2010 83 f. Monografia (especialização em História) . Faculdade Montenegro, Abaetetuba. 2010.

CORREA, Ana Karolina Ferreira; FERREIRA, Denison da Silva; CORREA, Edson Maués; ALVES, Fernando de Araújo; DAMASCENO, Larisa Paollo. Acre: entre o Fuzil e a Borracha. **Revista Discente Expressões geográficas**, n. 06, Ano VI, Florianópolis, Jun, 2010.

CORREA, Ana Maria Maciel. **Permanências e Mudanças Sociais numa Comunidade Ribeirinha**: Colares. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE v. 3, n. 49, p. 39-68, 1987.

COUTINHO, Marcos Vinícius. **Ilhas e Várzeas de Histórias, Conflitos e Identidades: Trajetórias Sociais e Políticas dos Ribeirinhos de Abaetetuba**. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

CRUZ, Ernesto. História do Pará. Belém: UFPA, 1963. v. 2. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>. Acesso em: 29/11/2020.

_____. Cameté, aspectos de sua formação. **Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará**, tomo XI, pp. 41-150. 1969.

_____. **História do Pará 1º Volume**. Belém (PA): UFPA, 1973.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

CRUZ, Valter Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – UFF, Niterói, 2006.

_____. **Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia**. 2011. 368f. [Tese \(Doutorado em Geografia\) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.](#)

CUNHA, Ana Paula Macedo. **Engenhos e engenhocas: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em História

social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2009.

CUNHA, Euclides da (1886-1909). **Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos**. Hilton Rocha (Coord.). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras: FAPESP, 1992.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas (1757-1776)**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976. 457p.

DARDOT, Pierre. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI** - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; André de Castro C. Moreira. (Orgs.). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. p. 97-124.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de Terras: Política Fundiária para assegurar a Colonização Brasileira. **Histórica**, n. 2, jun, p. 1-05, 2005.

ENRÍQUEZ, G; SILVA, M. A. da; CABRAL, E. **Biodiversidade da Amazônia: uso e potencialidades dos mais importantes produtos naturais do Pará**. Belém: UFPA, 2003

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental. **Terminal de Uso Privativo – TUP Abaetetuba (Cargill)**. 2018. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/documentos/estudos-de-impacto-ambiental/>>. Acesso: 10 jun. 2020.

ESCADA, Maria Izabel Sobral (*et. al*). Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: o interflúvio do Xingu/ Iriri. **Estudos Avançados**, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 19, n. 54, p. 9-23, 2005.

FAVACHO, José Coutinho. **O Catolicismo Amazônico e as CEBs diante das Transformações Sociais em Ocorrência na Região**: Estudo Sobre a Pastoral da Prelazia de Cametá, à Luz da Teologia da Libertação. 1984. 165f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 1984.

FASE. **Protocolo de Consulta Pública Livre, informada, de consentimento e veto**. Rio Assacu, Abaetetuba-Pa, 2020.

FERREIRA, Anete. Costa. **Influência africana na Amazônia**. Lisboa: Instituto Internacional de Língua Portuguesa, 2007.

FERREIRA, Alex Jorge Gaia. **Descaminhos das canas: Usos e discursos sobre a aguardente na Amazônia colonial (1700-1750)**. 2008. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém: 2008.

FERREIRA, Denison da Silva. **Dinâmica socioespacial ribeirinha nas Ilhas de Abaetetuba-Pa**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2014.

FERREIRA, Evem Neuily Barbosa. **O papel dos missionários xaverianos na educação masculina do colégio são Francisco Xavier, em Abaetetuba - Pará (1966-1975)**. 2019. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Abaetetuba: UFPA, 2019.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Currálistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

_____. **Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas**. In: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) **Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

GARCIA, Graça Lobato; LOBATO, Eládio. **Memórias dos Engenhos do Baixo Tocantins: Antigos engenhos de aguardente; Município de Abaetetuba e Igarapé-Miri**. Belém, Pará, 2011.

GDEA. **Projeto Formação Territorial e Rural da Amazônia**. NAHUM, J. S. (Org.). Belém: Faculdade de Geografia e Cartografia, 2018.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia. **Revista USP**, São Paulo n. 28, p.40-55, dez./fev., 1996.

_____. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, sec. XIX-XX. **História Unisinos, Canoas (UNISINOS)**, vol. 10, n. 3, p. 281-292, set./dez. 2006.

_____. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo, Editora Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira; CORNETTA, Andrei; Fábio Alves; BARBOSA, Leonard Jeferson Grala. Belém e Abaetetuba. In: ALVES, Fábio. (Org.). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 84-106.

GONÇALVES, Bruna Balbi. **Beiradeiros atingidos por barragens: insurgências socioambientais no rio madeira**. 2017. 196 f. Dissertação (Mestrado em Direito Socioambiental) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

GONDIM, Neide. **A invenção de Amazônia**. 2ª ed. Manaus: Valer, 2007.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. (Tradução: Geraldo G. de Souza). São Paulo: Edusp, 1993.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. Mãos à obra: o governo provincial paraense e seus esforços para a navegação da região amazônica – 1850-1867. **Almanack Braziliense** n. 9, p. 122-136. mai., 2009.

_____. **Uma face de Janos: a navegação no rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-1867)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo 2008.

GROSSMANN, Monika et. al. planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123-134.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. p. 6774-6792.

HARRIS, M. **Life on the Amazon**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

_____. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (Orgs.). **Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

HEBETTE, Jean. **No mar, no rio e na fronteira – faces do campesinato no Pará**. Belém: edufpa, 2002.

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I; Belém: EDUFPA, 2004.

HIRAOKA, Mário. **Mudanças nos Padrões Econômicos de uma População ribeirinha do estuário do Amazonas**. IN: FURTADO, Lurdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza. (Org.) Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (BGE). **Censo demográfico**, 1960 a 2000

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3ª edição, ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa, 1993.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Açaí: novos desafios e tendências**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 1, n. 2, p. 07-23, 2006.

HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia. Petrópolis: Vozes/Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina**. CEHILA, 1992.

INCRA. **Conceito e Metodologia Para Implantação dos Projetos de Assentamento Agro-Extrativistas**. Brasília, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Manual Técnico de Geomorfologia. 2 Ed. Rio de Janeiro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção. Tradução: Antônio Ribeiro e M. do Amaral**. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

_____. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5ª Edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, [2000]. Primeira versão: fev. 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 190 p. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins.

LEITE, Serafim, **História da Companhia de Jesus do Brasil**. Tomo III, Livro III, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

HOORNAERT, Eduardo. **História da igreja na Amazônia**. Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina. 1992.

LIMA, Leandro Mahalem. **Rios vermelhos. Perspectivas e posições de sujeitos em torno de cabanos na Amazônia em meados de 1835**. 302 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de São Paulo, 2008.

LIMA, Sandra Helena Ataíde. **Educação e comunidades quilombolas de Laranjítuba e África – município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana.** 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, 2012.

LIMA-AYRES, D. **The Social Category Caboclo: History, Social Organisation, Identity and Outsider's Local Social Classification of the Rural Population of an Amazonian Region.** Tese (Doutorado em História) Universidade de Cambridge, 1992.

LIMONAD Ester; LIMA Ivaldo Gonçalves. **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre.** In LIMONAD Ester (Org.). *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre.* Niterói: UFF/GECCEL, 2003 (p.15-33).

LIRA, Sérgio Roberto Bacury (Coord.). **Pólo Oleiro-Cerâmico de Abaetetuba: expansão e crise.** Belém: UFPA: NUMA: POEMA: IDESP, 1998.

LOPES, Ana Débora da Silva; BARROS, Flávio Bezerra. **Águas amazônicas e cosmografia dos beiradeiros da estação ecológica terra do meio.** *NOVA REVISTA AMAZÔNICA*, v. 01, Número especial, p. 51-67, 2018.

LOPES, João Luiz da Silva. **No Verão, Açaí; no Inverno, Camarão: tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém-PA).** 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia.** *Estudos Avançados*, p. 77-98, 2005.

MACHADO, Jorge. **Terras de Abaetetuba.** Belém: CEJUP, 1986.

_____. **História de Abaetetuba: com referência na história social e econômica da Amazônia.** Abaetetuba: Alquimia, 2008.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912).** 512 f. 1989. Tese (Doutorado) – Departamento em Geografia Humana, Universidade de Barcelona. Barcelona, 1989.

_____. **O Controle Intermitente do Território Amazônico.** *Território*, rio de Janeiro, n.1, p. 19-32, 1997.

MAIA, Rosiane de Oliveira Martins. **A política de regularização fundiária e reforma agrária: o PAE nas ilhas do Pará.** 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira & TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **Entre Rios, Rodovias e Grandes Projetos: Mudanças e Permanências em Realidades Urbanas do Baixo Tocantins (Pará).** *História Revista*, Goiânia-Goiás, v. 14, n.2, p. 1-30, 2009

MCGRATH, David. **Varzeiros, geleiros e o manejo dos recursos naturais na várzea do Baixo Amazonas.** Belém: Paper do NAEA, n. 004-jan. p. 01-25, 1991.

_____. **Parceiros do crime: O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional.** Novos Cadernos, Belém, NAEA vol. 2, n. 2, p. 57-72, dez., 1999.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. **Paper do NAEA**, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.

_____. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. **PAPER do NAEA**, Belém, 170, p.04-25, mai, 2004.

_____. **Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial.** Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 8, n. 1 - p. 073-114 jun. 2005.

_____. CASTRO, Edna. Terras de preto entre rios e igarapés. *In:* CASTRO, Edna (Org.). **Belém de Águas e Ilhas.** Belém: CEJUP, 2006. p. 137-160.

MARINHO, José Antônio Magalhães. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do Açaí – Médio Rio Pracuuba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA).** 186 f. Dissertação (Planejamento do Desenvolvimento) – Belém: NAEA, 2005.

MARINS, José. **A Comunidade Eclesial de Base.** São Paulo. Escolas Profissionais Salesianas, 2004.

MARQUES. J. A.; MALCHER, M. A (Org.). **Regularização fundiária como instrumento de ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra.** Belém: ITERPA, 2009.

MARQUES, Fernando Luiz. **Engenhos movidos a maré no estuário do amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri,** Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, vol. 8, n. 2, p. 295-301, 1992.

_____. **Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: arqueologia de seus sistemas motrizes.** Dissertação (Mestrado em História) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

_____. **Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX.** 2004. 196 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. *In:* MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. *In:* NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs). **História da vida privada no Brasil.** vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARINS, José. **A Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, S/B. 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã e teses sobre Feuerbach**. Trad. Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

_____. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Garamond. 1998

MARX, Karl. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Tradução: Maria Duayer e Nélio Shneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política**. V. 1. Livro Primeiro. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kother. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2008.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. **Padres, Pajés, Santos e Festas: Catolicismo Popular e Controle Eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia**. Belém: Cejup, 1995.

_____. **Uma outra “invenção” da Amazônia**. Belém: CEJUP, 1999.

MAUÉS, Raymundo H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estudos Avançados*. v. 19 n. 53, p. 259-272, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1996.

MEGGERS, B. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão-General do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. Rio de Janeiro, IHGB, 1983.

MIGNOLO, W. D. **Histórias Locais /Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, Elis. *Cameté: marcas da presença portuguesa na Amazônia*. In: **Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. IICT e Centro de História de Além-Mar (CHAM), Universidade Nova de Lisboa, 2008**. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/elis_miranda.pdf. Acesso em: jun./2021.

MORAES, Rinaldo Ribeiro. **A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha**. 2007. 216f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Saberes da pesca; uma arqueologia da Ciência da Tradição**. 2005, 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORÁN, Emilio F. **A Ecologia Humana das populações da Amazônia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, coleção ecologia & ecosofia, 1990.

MOREIRA-NETO, Carlos de Araújo. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: HOORNAERT, E. (Org.). **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 63-120.

_____. Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria**. (1750-1850) Vozes: Petrópolis, 1988.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOURÃO, L. **Açaizeiro: açaí e palmito no estuário amazônico**. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 181-204.

MOURÃO, Leila. **Memórias da Indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

MURRIETA, R.; BRONDIZIO, E.; SIQUEIRA, A.; MORAN, E. F., **Estratégias de Subsistência da Comunidade Praia Grande, Ilha de Marajó, Brasil**. Bol. Museu Para. Emílio Goeldi. Série Antropológica. v.8, p. 185-201. 1992.

NAHUM, João Santos. **Região, Discurso e Representação: A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. Boletim de Geografia de Maringá, v. 29, n. 2 p. 17-31, 2011a.

_____. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 6, n.12, p. 79-103, 2011b.

_____. Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, Christian Nunes; DE PAULA, Cristiano Quaresma; SILVA, João Márcio Palheta (orgs.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA: UFPA, 2019a. p. 23-42.

_____. **Meio natural e período camponês na Amazônia paraense: notas de uma proposição metodológica**. Belém: UFPA. 2019b.

NAHUM, João Santos; FERREIRA, Denison da Silva. **Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia**. Percursos, Florianópolis, v. 20, n. 43, p.39-65, maio/ago. 2019.

NASCIMENTO, Sônia Viana. Igarapé-Miri: **A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888)**. 111f. Dissertação (mestrado em história Social da Amazônia), Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

NETO Rente. Francisco; FURTADO, G. Lourdes. A ribeirinidade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

NUNES, Francivaldo Alves. A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. **Tempos Históricos, Paraná**, v. 16, p. 99-126, 2012.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula**. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO. Porto Alegre-RS, mar./2006.

ORTIGOZA, Silvia. Guarnieri. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na geografia urbana. In: GODOY, P.R.T. (Org.) **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p.156-184.

PARÁ, GOV. **Título de reconhecimento de Domínio Coletivo**. Belém: Instituto de Terras do Pará, 2002.

_____. **Corredor Logístico Multimodal Arco Norte**, 2017.

PACHECO, Juacéli Correa. **Engenhos remanescentes de cana no Município de Abaetetuba (PARÁ)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Abaetetuba: Campos Universitários do Baixo Tocantins, 1988.

PEREIRA, Cloves Farias. **Vida ribeirinha no lago Cururu: territorialidade, formas de apropriação e usos dos territórios no baixo Solimões (AM)**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. 2014. 435f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade Federal fluminense, Niterói, 2014.

PEREIRA. Rosenildo da Costa. **Carpintaria naval em contextos de territórios de assentamentos rurais ribeirinhos em Abaetetuba, Pará, Brasil**. Amazônica. Belém-Pa, v 11, p. 355-370, 2019.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

_____. **Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém, Açaí, 2010.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. **Antigos Engenhos de açúcar no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

POMPEU, J.D.P. **Evolução territorial e Urbana do Município de Cametá**. Cametá, novo tempo: 2002.

PORRO, Antônio. **As Crônicas do rio Amazonas. Notas Etno-Históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica.** Petrópolis: Vozes, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1942.

_____. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

QUARESMA, José Maria Ribeiro; ABREU, Walber Lopes. **Território e Resistência Quilombola: Um estudo de caso da Comunidade do Alto Itacuruçá - Abaetetuba-PA.** Monografia (Especialização em História). Instituto federal do Pará (IFPA), Abaetetuba, 2009.

RANDOLPH, Rainer. A dialética entre o próximo e o distante: reflexões acerca da cidade e do urbano contemporâneos. In LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre.** Niterói: UFF/GECCEL, 2003.p. 33-68.

REIS Luís. **Abaetetuba.** Belém-PA: Gráfica Falangola editora, 1969.

REIS, Adebaro Alves dos. **Estratégias de desenvolvimento local sustentável da pequena produção familiar na várzea do município de Igarapé-Miri (PA).** 2008. 128 f. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável). Núcleo de Altos estudos Amazônia (NUMA), Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **A conquista espiritual da Amazônia.** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

_____. **A Expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII.** Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.

_____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia.** Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. **A Amazônia e a cobiça internacional.** 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982.

_____. **As Fortificações da Amazônia no período Colonial.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. v. 344, p. 217-227, jul- set, 1984.

_____. **A política de Portugal no vale amazônico.** 2 ed. Belém: SECULT, 1993.

RESENDE. Tadeu Valdir Freiras. **A conquista e Ocupação da Amazônia Brasileira no Período Colonial. A definição das fronteiras.** 2006. 353 f. Dissertação (Mestrado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2ª ed., São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROCHA, Ademir. **Igarapé-Miri /famílias a, b, c: genealogias, engenhos & outros aspectos**. 2010. Blog spot. Acessado em 25/03/21. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/search?q=Maximiano+Guimar%C3%A3es+Cardoso>.

ROCHA, Ademir. **Igarapé-miri /famílias a, b, c: genealogias, engenhos & outros aspectos**. 2010. Blog spot. Acessado em 25/03/21. Disponível em: <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/search?q=Maximiano+Guimar%C3%A3es+Cardoso>.

ROCHA, Ademir. **Igarapé-Miri 1 - Rios, Engenhos e Outros Aspectos**. 2015. Blog spot. Acessado em 25/03/21. Disponível em: <https://palavradevidafocolaresabaetetuba.blogspot.com/2015/12/igarape-miri-1-rios-engenhos-e-outros.html>.

ROCHA, Ademir. **Igarapé-Miri 1 - Rios, Engenhos, Cachaça e Outros Aspectos**. 2018. Blog spot, 2012. Acessado em XXX. Disponível em <http://ademirhelenorocha.blogspot.com/2012/04/>.

RODRIGUES, Jondison C. **O Estado a contrapelo: lógica, estratégias e efeitos de complexos portuários no oeste do Pará**. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018a.

_____. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do Estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. **Revista NERA, UNESP**, v. 21, n. 42, p. 202-228, 2018b.

RODRIGUES, Jondison C.; RODRIGUES, Jovenildo C.; LIMA, Ricardo A. “Portos do agronegócio” e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 356-381, 2019.

ROQUE, Carlos. **História dos municípios do Pará**. Belém: província do Pará/CEJUP, 1998.

SALLES, Vicente. A Cabanagem, os escravos e os engenhos. **Brasil Açucareiro**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 05, p.363-368, maio/1968.

_____. **O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão**. 3 ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 1971.

_____. **O Negro na formação da Sociedade Paraense**. (textos reunidos). Belém: Paka-Tatu, 2004.

_____. **O Negro no Pará: Sob o regime da escravidão**. 3ª ed. revista ampliada. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **A natureza do espaço – Técnica e tempo, Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Relações de produção na Amazônia brasileira: perspectiva histórica, do século XVII ao século XX. In: MENDES, Armando Dias. (Org.). **Amazônia, Terra & Civilização: uma Trajetória de 60 anos.** Belém, Branco da Amazônia, 2004. p 271-299.

SÁNCHEZ, Camilo Torres. **O mundo da vida no estuário amazônico: ecologia política da biodiversidade no arquipélago de Belém do Pará-Brasil.** 2005. 361 f. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

SARAIVA, Adriano L.; SILVA, Josué da C. Espacialidade das festas religiosas em comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia. **Espaço e Cultura.** RJ, n. 24, p. 7-18, 2008.

SCHMID, Christian. **Produção do espaço, Teoria, Henri Lefebvre, Dialética tridimensional,** Fenomenologia. Geusp – espaço e tempo. São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A água e o homem na Várzea do Careiro.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Balanço de Gestão 2003 a 2010. Brasília, DF: dez. 2010. Disponível em: <http://www.patrimoniode todos.gov.br/#/>. Acesso em: 20 junho de 2020.

SILVA, Christian Nunes. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara.** 2006 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Belém: IFCH, 2006.

SILVA, Josué da Costa. **O Rio, a Comunidade e o Viver.** 2000. 181. f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, Josué da Costa; SOUZA-FILHO, Theóphilo, Alves. **O viver ribeirinho**. In: SILVA, Josué da Costa et. al. (Orgs.). Nos BANZEIROS do rio: Ação interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. Porto Velho/RO, Edefro, 2002. p. 23-51.

SILVEIRA, M.I. & MARQUES, F. **Levantamento de potencialidades arqueológicas e históricas na área dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, PA**. Relatório final, inédito. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

SIQUEIRA, E. et al. Estratégias de Subsistência da População Ribeirinha do Igarapé Paricatuba, ilha de Marajó, Brasil. Belém, **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Série Antropol 9 (2). 1993.**

SOBREIRO-FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. **Revista NERA (UNESP)**, v. 27, n. 27, p. 64-95, 2015.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. **A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia**. Agriculturas, v. 2, n. 3, p.23-26, 2005.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Márcio. Amazônia Indígena. Manaus, Recorte, 2015.

SOUSA, Isis Amaral. **O que fazer do poder público municipal na Amazônia: os caminhos da Política Educacional em Abaetetuba-Pa**. 2009. 206 f. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: PUC, 2009.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As CEBs vão bem, obrigado. **Revista Eclesiástica Brasileira**, fasc. 237, mar. 2000.

STERNBERG, H.O.R. **A água e o homem na várzea do Careiro**. 2.^a ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

STEIL, Carlos Alberto. **CEBs e Catolicismo Popular**. São Paulo: Paulinas, 1997.

TAVARES, Maria Goretti. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP** - São Paulo, n. 29 - Especial, p. 107-121, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOCANTINS, Lenadro. **O rio comanda a vida**. Uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. **Amazônia: Natureza e Tempo**. Biblioteca do Exército/Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Repercussões Sócio-Econômicas do Complexo Industrial ALBRÁS-ALUNORTE em sua área de influencia imediata**. Belém: IDESP, 1991.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação**. Belém, 2006.

_____. **Violência e Grilagem: Instrumentos de Aquisição da Propriedade da Terra no Pará**. Belém: UFPA, ITERPA, 2011.

TRINDADE JR. TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Diferenciação espacial e formação de Sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia Oriental. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. (Org.). **Questões Nacionais e regionais do território Brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 313-329.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Belém: UFPA, 1970a.

_____. **Estudos amazônicos**. Belém: UFPA, 1970b.

VIANA, Arthur. **Pontos de História do Pará**. Imprensa Oficial, 1900.

VIDAL, Marly Camargo; MALCHER, Maria Ataíde. **Sesmarias**. Instituto de Terras do Pará. Belém: ITERPA, 2009. Disponível em: http://rosepepe.com.br/acquerello/wp-content/uploads/2016/02/ITERPA_SESMARIAS.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3 ed. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. (Tradução Lólio Lourenço de Oliveira). São Paulo: HUCITEC, 1993.

WITSKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da UFAM, 2007.

ZON, Adolfo. **Doação de fotos e textos de sua pesquisa pessoal sobre os engenhos**. Abaetetuba, 2013.

ANEXO

GOVERNO DO ESTADO
DO PARÁDIÁRIO OFICIAL Nº. 31604 DE 10/02/2010
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
Certidão De Tombamento

Número da Publicação 68960

CERTIDÃO DE TOMBAMENTO

De acordo com a Lei Estadual nº. 5629, de 20.12.1990, que “Dispõe sobre a preservação e Proteção de Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará”, a partir da presente data fica **Tombado o Engenho Pacheco** de Propriedade do Sr. Jurandir Corrêa Pacheco, composto por Área de produção, Bagaceira, Fermentação, 02 (dois) Depósitos, Residência do Proprietário, 02 (dois) Trapiches e Estaleiro, incluindo 01 (um) Alambique/Destilador, 01 (uma) Caldeira, 01 (uma) Moenda, 01 (uma) Máquina/Motor Gerador, 01 (uma) Máquina Bomba, 06 (seis) Tonéis de Fermentação, 01 (um) Tonel de resfriamento, 01 (um) Tonel de Resfriamento da Cachaça, Localizado na Margem Direita do Rio Furo Grande, Medindo 1.616, metros de frente, 1.521 metros lateral direita, 1.879 metros lateral esquerda e 1.873 metros de fundo formando uma área de 298,8 hectares, limitando-se pelo lado Direito com o Igarapé Casa Velha, pelo lado esquerdo com o Igarapé Divisa e pelos fundos com o Igarapé Antônio Ferreira, de coordenadas VTM 719.641 Este/9.803.262. Sul, no Município de Abaetetuba, estado do Pará. O tombamento, na forma da Lei, deverá ser inscrito nos Livros de Tombo nº. 3 – Livros de Bens Imóveis de valor histórico, Arquitetônico, Urbanístico, Rural, Paisagístico, como: obras, cidades edifícios e sítios Urbanos ou rurais – e nº. 4 – Livros de Bens Móveis de valor histórico, artístico, folclórico, iconográfico, toponímico, etnográfico, incluindo-se acervos de biblioteca, arquivos, museus, coleções, objetos, e documentos de propriedade pública e privada.

Belém, 08 de Outubro de 2009

Luis Flávio Moura Carvalho
Diretor do DPHAC/SECULTLélia Maria da Silva Fernandes
Diretora de Patrimônio SECULTHomologo:
Edilson Moura da Silva
Secretário de estado de Cultura